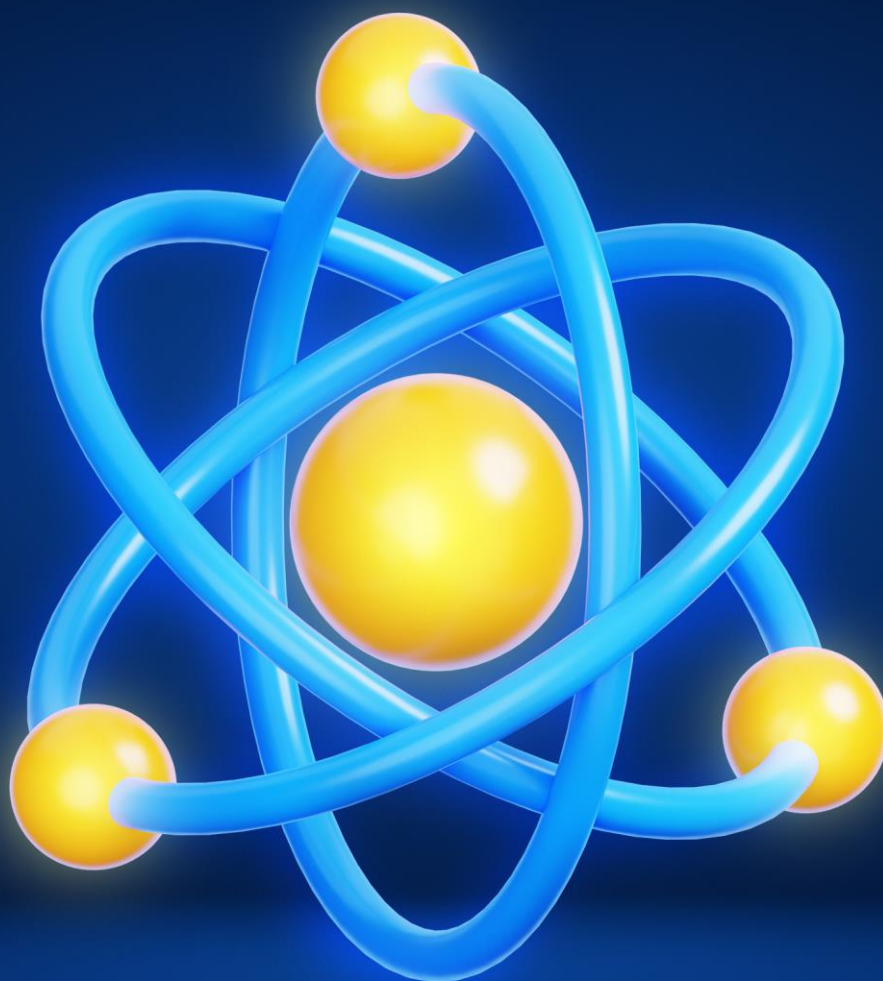


REVISTA RIEC

**ANUÁRIO DE PRODUÇÕES
ACADÊMICO-CIENTÍFICAS**





CONSELHO EDITORIAL

Presidente da Fundação Educacional Fausto Pinto da Fonseca

Roney Pedro Soares da Silva

Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Helder Mendonça Duarte

Coordenadora de Pesquisa e Extensão

Diagramação

Franciane Machado Lamóia

Revisão Ortográfica

Márcio Geraldo Lomas

Professores da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

Hélder Mendonça Duarte
Marcelo Agenor Espíndola
Karina de Souza Dias
Márcio Geraldo Lomas
Ozéas da Silva Lopes Júnior
Geraldo Fernandes Phonte Boa
Tiago Lenoir Moreira
Francis Vanine de Andrade Reis
Ciro Antônio Pereira Lemos
Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva
Hilton Wayner Junior
Samuel Rodrigues Fazendeiro
Naony Sousa Costa Martins
Harley Christina do Valle Silva
Núbia Franco de Oliveira
Juliana de Jesus Marçal
Thiago Casemiro Mendes
Jane Chirley Brandão
Carlos Corrêa de Lacerda Júnior
Thomas D'Angelo Delabrida Couto

Obs.: A autenticidade dos textos é de responsabilidade de seus autores, conforme critérios assumidos no momento da submissão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcelo Agenor Espíndola.....04

A VIOLÊNCIA NO BRASIL: HERANÇA COLONIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Tiago Lenoir Moreira.....05

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI E O PRINCÍPIO *NUMERUS CLAUSUS*

Carlos Eduardo Lacerda Lopes, Francis Vanine de Andrade Reis.....12

A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E A INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE NAS EMPRESAS DE NOVA SERRANA (MG)

Ciro Antônio Pereira Lemos, Daniel Lúcio Justino, Matheus Lacerda Silva Bento.....25

A CRISE DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM CONTRAPONTO A UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL

Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva, Márcio Geraldo Lomas.....42

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRINCIPAIS CONFORMIDADES E DIVERGÊNCIAS EXISTENTES ENTRE AS TEORIAS ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO DE PESSOAS E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA NO QUE SE REFEREM À MULTIFUNCIONALIDADE NAS EMPRESAS

Carlos Corrêa de Lacerda Junior, Jesus Martins de Matos, Kaita Françoise Silva.....52

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA PARA INVESTIMENTOS: Uma avaliação dos resultados do Grupo CCR no triênio 2021-2023

Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....67

APEGO-ME A TI: a teoria do apego nos relacionamentos românticos

Fábio Vanderlei De Moura Sobrinho, Samuel Rodrigues Fazendeiro.....73

APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Thomas D'Angelo Delabrida Couto.....90

ATRIBUTOS DE UMA IES INOVADORA: ESTUDO DE CASO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA (FAVAG/MG)

Frederico César Mafra Pereira, Cleris Cristina Bibbo, Marcelo Agenor Espíndola.....96

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Laura Amaral Oliveira, Naony Sousa Costa Martins112

DECISÕES JUDICIAIS E SUA PREVISIBILIDADE: UMA ANÁLISE DO VOTO DO RELATOR DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE) 635.659 SOB A ÓTICA DO REALISMO JURÍDICO

Ellen Caroline Alves Angelino, Harley Christian do Valle Silva, Laila Clotilde Faria.....126

CONSULTORIA CONTÁBIL PARA PROCESSOS DE *E-COMMERCE*

Camila Souza Ramos, Ciro Antônio Pereira Lemos, Yuri Gomes dos Santos.....142

DEPOIMENTO ESPECIAL E SEUS REFLEXOS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ana Carolina Pereira de Sousa, Ozéas da Silva Lopes Júnior.....156

DESCENTRALIZAR PARA INCLUIR: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Matheus Henrique Lopes Braga, Núbia Franco de Oliveira.....178

DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: HISTÓRIA, DILEMA E PERSPECTIVAS Análise da problemática do ensino superior e sua eficácia nas ações contemporâneas da Educação Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva, Márcio Geraldo Lomas.....	192
ECOS DO INCONSCIENTE - CONEXÕES ENTRE SURREALISMO E PSICANÁLISE Cecília Andrade Pedrosa, Eliane Nunes dos Santos, Juliana de Jesus Marçal.....	202
ENTRE O CURRÍCULO E A PRÁTICA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INICIAL DE ESTÁGIO DO CURSO DE PSICOLOGIA EM UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS Juliana de Jesus Marçal, Ana Luiza Dupim Oliveira, Isabela de Oliveira Assis.....	216
FONTES DE PRAZER E SOFRIMENTO: uma análise do trabalho de professores do Ensino Fundamental I da rede pública de Nova Serrana-MG que trabalham com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais Alline Raphaella Batista da Silva, Aline Souza Ferrão, Thiago Casemiro Mendes.....	228
FONTES DE FINANCIAMENTO PARA GRANDES CORPORAÇÕES: Uma análise dos benefícios e riscos do endividamento nas empresas de grande porte Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....	247
HEURÍSTICA SOBRE HOLDING FAMILIAR. Prof. Ms. Geraldo Fernandes Fonte Boa.....	253
HERANÇA DIGITAL: uma realidade no direito sucessório. Ana Paula Amaral, Jane Chirley Brandão.....	268
IMPACTO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NOS NEGÓCIOS: Como utilizar as vantagens e minimizar os pontos críticos na utilização da tecnologia Hilton Wayner Junior, Ciro Antônio Pereira Lemos.....	284
MARKETING PESSOAL COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA IMAGEM E CRESCIMENTO PROFISSIONAL: Um estudo com profissionais de vendas que atuam nas indústrias de calçados da cidade de Nova Serrana/MG. Carlos Corrêa de Lacerda Junior, Ana Julia Cardoso Caetano, Thiago Fernandes Lacerda.....	291
O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO REQUISITO DA CONFISSÃO Isabela Taciana Lacerda Hilarino Gaipo, Harley Christian do Valle Silva, Laila Clotilde Faria.....	305
PSICOPATIA NO TRABALHO: Um desafio para a Saúde Organizacional Franciane Machado Lamóia, Karina de Souza Dias, Hélder Mendonça Duarte.....	319
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: Qualidade de vida no trabalho em prol do resultado financeiro das empresas Mara Esteves de Oliveira, Karina de Souza Dias, Vanusa Aparecida de Azevedo.....	326
CONSIDERAÇÕES FINAIS Hélder Mendonça Duarte	335

APRESENTAÇÃO

Na ampla dimensão acadêmica, a produção científica emerge como uma prática essencial e indispensável para a disseminação do conhecimento, bem como para o avanço contínuo de novas descobertas e inovações, que impulsionam o desenvolvimento de soluções para os desafios enfrentados pela sociedade. Essa atividade desempenha um papel fundamental no enriquecimento das áreas de estudo, ampliando horizontes teóricos e práticos, além de contribuir de maneira significativa para o progresso intelectual, social e tecnológico, que beneficia tanto o meio acadêmico quanto a sociedade como um todo.

Nesse panorama, observa-se que, em muitas ocasiões, essas produções intelectuais podem permanecer inadvertidas ou acabar se diluindo em meio à avassaladora profusão de informações disponíveis na contemporaneidade. É precisamente nesse cenário que o **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas** desponta como um instrumento de inestimável valor para a comunidade acadêmica, oferecendo uma plataforma sistemática e organizada que permite catalogar, destacar e valorizar as contribuições científicas, garantindo-lhes a devida visibilidade e acessibilidade para pesquisadores, estudantes e demais interessados no avanço do saber.

Com o intuito de suprir essa premente demanda no âmbito científico, é apresentado o **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas** da Faculdade de Nova Serrana (FANS). Trata-se de uma publicação de periodicidade anual, cuidadosamente elaborada, que congrega uma curadoria das mais destacadas produções acadêmicas e científicas desenvolvidas em múltiplos campos do saber pelos docentes e discentes da FANS, além de incluir contribuições de pesquisadores convidados de notório prestígio. Este compêndio assume o papel de um guia indispensável para pesquisadores, educadores, acadêmicos e entusiastas da ciência, proporcionando-lhes uma valiosa oportunidade de se manterem atualizados com as mais recentes e relevantes descobertas no panorama científico contemporâneo.

O **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas** desempenha uma função de inestimável relevância no seio da comunidade acadêmica, destacando-se como uma plataforma indispensável para a valorização dos artigos mais relevantes, considerando as dimensões teóricas, práticas e tecnológicas. Por meio de um criterioso processo de seleção, ratifica-se que o anuário facilita o acesso a informações confiáveis e consistentes, promovendo, de forma substancial, a disseminação e o compartilhamento do conhecimento. Além disso, atua como um catalisador para o intercâmbio de ideias entre pesquisadores de diferentes áreas, fomentando o diálogo interdisciplinar e o enriquecimento intelectual.

Não menos relevante, o **Anuário de Produções Acadêmico-Científicas** cumpre também um papel estratégico e indispensável ao fomentar a produção científica, estimulando os autores a aprofundem suas investigações e a aprimorarem suas competências de pesquisa, coleta e análises de dados, estimulando-os a aprimorar a clareza, a precisão e o rigor metodológico de suas obras. Tal incentivo reflete diretamente na elevação dos padrões da pesquisa científica e, em última instância, contribui de forma substancial para o progresso do saber, fortalecendo o desenvolvimento intelectual e o avanço permanente nas mais variadas e complexas esferas do conhecimento humano.

Portanto, não se limite a ler e consumir o conteúdo deste anuário; aproveite-o como uma oportunidade ímpar para expandir seus horizontes intelectuais e aprofundar seu entendimento. Que o vasto conhecimento científico aqui compartilhado não se restrinja ao seu âmbito pessoal, mas se propague, difunda-se e torne-se uma verdadeira chama que inspire outros a se engajarem neste processo contínuo de evolução do saber. Divulgue, compartilhe e promova o conteúdo, criando uma rede de aprendizado colaborativo. Convoque colegas e pesquisadores para contribuir com suas valiosas perspectivas e descobertas, enriquecendo esta jornada científica dinâmica e multifacetada. Ao fortalecer esse processo coletivo, estaremos, juntos, transformando e ampliando significativamente o impacto da ciência, impulsionando seu poder transformador na sociedade e nas futuras gerações.

Boa Leitura!!!

Prof. Ms. Marcelo Agenor Espíndola
FANS – A Faculdade de Nova Serrana

A VIOLÊNCIA NO BRASIL: HERANÇA COLONIAL E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Tiago Lenoir Moreira¹

Resumo

Este artigo investiga a influência da violência do período colonial na construção da sociedade brasileira e na persistência da violência na contemporaneidade. A partir da análise de obras de autores como Rui Barbosa, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, o estudo examina a violência como instrumento de dominação colonial, a criminalização de indígenas, negros e "patriotas", e a naturalização da violência na cultura brasileira. O objetivo é traçar um paralelo entre as raízes históricas da violência e suas manifestações na atualidade, buscando compreender como o passado colonial ainda impacta a sociedade brasileira, especialmente em relação à violência contra povos indígenas e a população negra.

Palavras-chave: Violência, Brasil, História, Colonização, Escravidão, Herança Colonial, Violência Contemporânea.

Abstract

This article investigates the influence of violence during the colonial period on the construction of Brazilian society and the persistence of violence in contemporary times. Based on the analysis of works by authors such as Rui Barbosa, José Bonifácio and Joaquim Nabuco, the study examines violence as an instrument of colonial domination, the criminalization of indigenous people, black people and "patriots", and the naturalization of violence in Brazilian culture. The objective is to draw

a parallel between the historical roots of violence and its manifestations in the present day, seeking to understand how the colonial past still impacts Brazilian society, especially in relation to violence against indigenous peoples and the black population.

Keywords: Violence, Brazil, History, Colonization, Slavery, Colonial Heritage, Contemporary Violence.

1. Introdução

A violência no Brasil se manifesta de forma brutal e multifacetada, ceifando vidas, destruindo sonhos e perpetuando um ciclo de dor e sofrimento.

O Atlas da Violência 2024, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), revela a face cruel dessa realidade: 46.409 homicídios em 2022, o que corresponde a uma taxa de 21,7 por 100 mil habitantes.

É estarrecedor notar que esse número, por si só chocante, pode ser ainda maior, considerando as mortes violentas por causa indeterminada, que podem ter adicionado mais de 50 mil vítimas não contabilizadas oficialmente entre 2012 e 2022.

¹ Professor do Curso de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

As mulheres, em especial, são vítimas de uma violência brutal e sistemática. O Atlas da Violência 2024 aponta que, entre 2012 e 2022, pelo menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Em 2022, foram 3.806 vítimas, evidenciando a persistência de um cenário de terror e impunidade. A violência contra a mulher se manifesta de diversas formas, desde agressões físicas e psicológicas até o feminicídio, crime bárbaro que ceifa a vida de milhares de mulheres todos os anos.

Os jovens também são vítimas preferenciais da violência. Em 2022, indivíduos entre 15 e 29 anos representaram 49,2% do total de homicídios no país, totalizando 22.864 mortes nessa faixa etária. A juventude, esperança de um futuro melhor, é tragicamente interrompida pela violência, deixando um rastro de dor e frustração.

Mas para além dos números alarmantes, é preciso questionar: quais as raízes profundas dessa violência que teima em persistir em nossa sociedade? Este artigo se propõe a investigar a influência da violência do período colonial na construção da sociedade brasileira e na persistência da violência na contemporaneidade.

Nossa hipótese central é que a violência praticada durante a colonização – contra indígenas, negros escravizados e até mesmo contra os chamados "patriotas" – deixou marcas profundas na cultura e nas estruturas sociais do país, criando um ciclo vicioso que se perpetua até os dias de hoje.

Acreditamos que a violência colonial, com suas diversas faces – a violência física e simbólica contra os povos indígenas, a brutalidade da escravidão, a repressão aos movimentos de resistência –, não se encerrou com o fim do período colonial. Ela se enraizou em nossas instituições, em nossas práticas sociais e em nossa cultura, manifestando-se hoje em diversas formas de violência, como a violência urbana, a violência doméstica, a violência de gênero, a violência policial, a violência política e a violência no campo.

A violência política, marcada por perseguições, assassinatos e torturas, se fez presente em diversos momentos da história do Brasil, desde o período colonial até os regimes autoritários do século XX, deixando um legado de intolerância e autoritarismo.

A violência no campo, por sua vez, se expressa nos conflitos por terra, nos assassinatos de lideranças

camponesas e indígenas e na exploração de trabalhadores rurais, revelando as profundas desigualdades sociais e a persistência de estruturas de poder herdadas do período colonial. Compreender essa herança colonial da violência é essencial para romper com esse ciclo e construir um futuro mais justo e pacífico. A análise de obras de autores como Rui Barbosa, José Bonifácio e Joaquim Nabuco, que denunciaram a violência em suas diversas formas, irá nos auxiliar nessa jornada em busca de uma sociedade onde a vida, a dignidade e a justiça sejam os valores centrais.

2. A Violência no Brasil Colônia: Raízes Históricas da Violência Contemporânea

A violência contra os povos indígenas no Brasil colonial se configurou como um processo sistemático de extermínio e aculturação, com o objetivo de dominar e subjugar essas populações.

A violência física se manifestou de diversas formas, desde o massacre de aldeias inteiras até a escravização e o trabalho forçado. As guerras de conquista, as expedições punitivas e as doenças trazidas pelos colonizadores

dizimaram populações indígenas inteiras, deixando marcas profundas na história e na demografia do país.

Mas a violência não se restringiu ao físico. A aculturação forçada, a imposição da religião cristã e a destruição das tradições e costumes indígenas também representaram formas de violência, que visavam negar a identidade e a cultura desses povos.

A imposição da língua portuguesa, a proibição de práticas culturais e religiosas e a criação de escolas para "civilizar" os indígenas foram instrumentos utilizados para apagar a memória e a história desses povos.

É crucial destacar a dimensão de gênero da violência colonial, aprofundando a análise da violência específica sofrida pelas mulheres negras.

No contexto colonial, o estupro e a violência sexual se tornaram instrumentos de coerção e controle sobre as mulheres negras, sendo seus corpos subjugados e violados de forma sistemática.

A violência sexual não era apenas um ato de dominação individual, mas uma estratégia para manter a ordem social e racial da

colônia. Essa violência, infelizmente, persiste na contemporaneidade.

As mulheres negras continuam sendo afetadas de forma desproporcional pela violência de gênero, seja na forma de violência doméstica, assédio sexual ou feminicídio.

A persistência da violência contra a população negra no Brasil se manifesta também de forma simbólica, perpetuando estereótipos e preconceitos que contribuem para a sua marginalização social.

A mídia, desde o período pós-abolicionista, reforça essas representações discriminatórias, apresentando a população negra em posições desvantajosas ou associada a estereótipos pejorativos. Santana, Silva e Angelim (2018, p. 55) alertam para o "mito cruel" da democracia racial, que mascara as desigualdades e a discriminação racial, culpando a própria população negra por sua condição social de vulnerabilidade.

Essa violência se perpetuou ao longo dos séculos, manifestando-se na expropriação de terras, na marginalização social e na discriminação. A negação dos direitos territoriais, a dificuldade de acesso à saúde e educação e a criminalização

de suas lutas são faces da violência contemporânea que ainda atinge os povos indígenas e a população negra.

A persistência de preconceitos e estereótipos, a invisibilidade de suas culturas e a romantização do passado colonial contribuem para a perpetuação da violência simbólica e da exclusão social.

É fundamental reconhecer a violência contra os povos indígenas e a população negra como um processo histórico contínuo, que se manifesta de diferentes formas ao longo do tempo.

Compreender essa herança colonial é essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária, que respeite a diversidade cultural e promova a reparação histórica das injustiças cometidas.

3. A Herança Colonial e a Violência Contemporânea

Para compreendermos a persistência da violência na sociedade brasileira contemporânea, precisamos analisar como a herança colonial se manifesta em nossas estruturas sociais e culturais.

A violência praticada durante o período colonial deixou marcas profundas que contribuem para a

perpetuação da violência nos dias atuais.

A desigualdade social, o racismo e a cultura de violência são heranças diretas do passado colonial que ainda persistem, moldando as relações sociais e perpetuando ciclos de exclusão e discriminação. A violência estrutural, fruto dessa herança, se manifesta em diversas esferas da vida social.

O artigo "Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial" (CISNE; ARAÚJO, 2021) apresenta a hipótese de que a violência contra mulheres negras no Brasil contemporâneo está enraizada em estruturas criadas no período colonial.

A continuidade de práticas de exploração e objetificação reflete um sistema patriarcal e racista que perpetua desigualdades de raça, gênero e classe. Como apontam as autoras, "do regime escravista-patriarcal colonial até a atualidade, o estupro e as violações sobre o corpo e a sexualidade das mulheres negras, bem como a intensa exploração da sua força de trabalho, permanecem" (CISNE; ARAÚJO, 2021, p. 351).

Essa violência se expressa na contemporaneidade através do racismo

sexualizado, que "ainda molda as condições de vida das mulheres negras, que continuam a ser as principais vítimas de violência sexual e exclusão socioeconômica no Brasil" (CISNE; ARAÚJO, 2021, p. 356). O artigo conecta a violência colonial e contemporânea ao evidenciar como práticas opressivas se perpetuam e se adaptam, mantendo as desigualdades estruturais.

A violência estrutural também se manifesta na violência policial, com suas práticas discriminatórias e o uso excessivo da força, e na violência contra minorias – negros, indígenas, LGBTQIA+ – evidenciando a falta de reconhecimento e respeito à diversidade. A banalização da violência é outro problema grave, com a violência sendo muitas vezes naturalizada e aceita como parte da realidade.

Essa naturalização é fruto de um processo histórico que se inicia na colonização, com a violência sendo utilizada como instrumento de dominação e controle social. O artigo "Violência no campo e políticas neocoloniais no Brasil" (MENDONÇA, 2019) analisa como políticas econômicas contemporâneas, caracterizadas pela desregulamentação financeira e

expansão do agronegócio, perpetuam práticas neocoloniais que intensificam a violência no campo brasileiro.

A autora discute o aumento dos conflitos agrários, destacando a especulação fundiária e a grilagem de terras, que resultam em desmatamento, expulsão de comunidades rurais e violações de direitos humanos. "A expansão do agronegócio gera destruição ambiental, expulsão de comunidades rurais de suas terras e substituição da produção de alimentos por monocultivos de commodities agrícolas" (MENDONÇA, 2019, p. 47).

Mendonça (2019, p. 46) apresenta dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que mostram a gravidade da violência no campo, que atingiu 960.630 pessoas em 2018. Este artigo oferece uma análise crítica das políticas econômicas atuais e sua relação com a perpetuação da violência no campo brasileiro, destacando a importância de compreender essas dinâmicas para a formulação de políticas públicas eficazes.

A cultura de violência está presente em diferentes âmbitos da sociedade brasileira, como a família, a escola e a mídia. A mídia, em particular, desempenha um papel importante na

difusão da cultura de violência, ao explorar o sensacionalismo e a espetacularização dos crimes. Essa exposição constante à violência pode gerar dessensibilização e contribuir para a banalização da violência na sociedade.

É fundamental compreender como a herança colonial opera na manutenção da violência estrutural e na naturalização da violência em nossa sociedade. Somente assim poderemos romper com esse ciclo vicioso e construir um futuro mais justo e pacífico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência no Brasil, como demonstramos ao longo deste artigo, não é um fenômeno recente. Suas raízes profundas se encontram no passado colonial, marcado pela brutalidade contra indígenas, a escravidão de africanos e a repressão aos movimentos de resistência.

Essa violência, longe de se encerrar com o fim da colônia, se enraizou em nossas estruturas sociais e culturais, manifestando-se hoje em diversas formas: violência urbana, doméstica, de gênero, policial, política e no campo.

A herança colonial se perpetua na desigualdade social, no racismo e na cultura de violência que ainda permeiam a sociedade brasileira.

A violência contra as mulheres negras, como vimos, é um exemplo claro de como as estruturas de poder coloniais – patriarcais e racistas – continuam a operar na contemporaneidade.

A violência no campo, por sua vez, evidencia a persistência de conflitos por terra e a exploração de trabalhadores rurais, remetendo às relações de poder estabelecidas no período colonial.

Diante desse cenário, a superação da herança colonial da violência se coloca como um desafio complexo e urgente.

É fundamental investir em políticas públicas eficazes que combatam a violência em suas diversas formas, com foco na prevenção e na garantia de direitos.

A educação e a cultura desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade menos violenta, promovendo a reflexão crítica, a valorização da diversidade e o respeito aos direitos humanos.

É necessário, também, promover um debate amplo e

democrático sobre a violência no Brasil, com a participação de diferentes setores da sociedade. Somente a partir de um diálogo aberto e inclusivo poderemos construir soluções eficazes para enfrentar esse desafio e garantir uma sociedade mais justa e pacífica para todos.

Acreditamos na capacidade do povo brasileiro de superar as marcas de um passado violento e construir um futuro onde a justiça, a igualdade e a paz prevaleçam.

A resiliência e a resistência demonstradas ao longo da história nos inspiram a seguir em frente, na busca por uma sociedade mais humana e solidária.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, R. Obras completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1905.
- BONIFÁCIO, J. Representações à Assembleia Constituinte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823.
- CISNE, M.; ARAÚJO, N. da S. Colonialidade e violência contra as mulheres negras no Brasil: uma análise feminista decolonial. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 17, n. 33, p. 349-370, 2021. Disponível em: <https://www.revistatensoesmundiais.com.br>. Acesso em: 16 dez. 2024.
- DEFESANET. Atlas Violência 2024. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ghbr/atlas-violencia-2024/>. Acesso em: 16 dez. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM
BRASILEIRO DE SEGURANÇA
PÚBLICA. Atlas da Violência 2024.
Brasília, 2024. Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 16 dez. 2024.

MENDONÇA, J. A.; ANDRADE, L. T.
de. Criminalidade e espaço urbano: as
redes de relação entre crime e o território.
Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana,
Curitiba, v. 12, e20190025, 2020.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/urbe/a/KNd5wP9wDtRcfsbwJ8DKRqJ/>. Acesso em: 16 dez.
2024.

MENDONÇA, Maria Luisa. Violência no
campo e políticas neocoloniais no Brasil.
LASA Forum, Pittsburgh, v. 50, n. 4, p.
46-48, 2019. Disponível em:
<https://forum.lasaweb.org/files/vol50-issue4/Dossier-10.pdf>. Acesso em: 16 dez.
2024.

NABUCO, J. O Abolicionismo. Londres:
Abraham Kingdon & Co, 1883.

SANTANA, Bruna da Paixão; SILVA,
Everton Melo da; ANGELIM, Yanne.
Negro(a)s na mídia brasileira: estereótipos
e discriminação ao longo da formação
social brasileira. Lutas Sociais, São Paulo,
v. 22, n. 40, p. 52-66, jan./jun. 2018.
Disponível em:
<https://www.revistalutassociais.com.br>.
Acesso em: 16 dez. 2024.

A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NOS CRIMES JULGADOS PELO TRIBUNAL DO JÚRI E O PRINCÍPIO *NUMERUS CLAUSUS*

Carlos Eduardo Lacerda Lopes²
Francis Vanine de Andrade Reis³

RESUMO

O presente artigo examina a execução provisória da pena privativa de liberdade no Brasil, explorando seus fundamentos conceituais, os princípios que norteiam sua aplicação e a evolução jurisprudencial do tema junto aos Tribunais Superiores brasileiros. Analisa-se, de forma detalhada, o impacto das alterações legislativas promovidas pelo Pacote Anticrime no âmbito do Tribunal do Júri, em especial no que se refere à execução provisória de condenações superiores a 15 anos. Além disso, discutem-se os reflexos do encarceramento antecipado, abordando o fenômeno do efeito *backlash*, as reações legislativas e judiciais, bem como as controvérsias acerca da constitucionalidade dessa medida frente aos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, em especial, ao direito de presunção de inocência e garantia de dignidade da pessoa humana encarcerada em face do Estado de Coisas Inconstitucional do sistema, reconhecido pelo STF.

Palavras-Chave: Tribunal do Júri.
Execução Provisória de Pena. Direitos
Fundamentais do Encarcerado. Estado
de Coisas Inconstitucional do Sistema

² Acadêmico do 10º Período do Curso de Direito da Faculdade de Nova Serrana (FANS).

³ Bacharel em Direito pela FADOM (2004). Especialista em Direito Empresarial pela FADOM

(2006). Mestre em Direito Processual pela PUCMINAS (2009). Professor da graduação do Curso de Direito da FANS. Advogado.

Penitenciário. Princípio *Numerus Clausus*.

ABSTRACT

This article examines the provisional execution of the custodial sentence in Brazil, exploring its conceptual foundations, the principles that guide its application and the jurisprudential evolution of the topic in the Brazilian Superior Courts. The impact of the legislative changes promoted by the Anti-Crime Package within the Jury Court is analyzed in detail, particularly with regard to the provisional execution of convictions exceeding 15 years. Furthermore, the consequences of early incarceration are discussed, addressing the phenomenon of

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a execução provisória da pena, além de sua evolução legislativa e jurisprudencial. Reflete-se sobre o choque entre a necessidade de efetivação das decisões condenatórias e resposta à sociedade civil quanto à punição célere àqueles que forem condenados e o direito humano fundamental de ter a liberdade preservada até a formação indiscutível de culpa. Para tanto, o texto analisa se a permissão legal de execução provisória da pena privativa de liberdade determinada no Tribunal Júri, com condenações superiores a 15 (quinze) anos, é constitucional, bem

the backlash effect, legislative and judicial reactions, as well as controversies regarding the constitutionality of this measure in relation to the fundamental rights and guarantees of the individual, in particular, the right to presumption of innocence and guarantee of dignity of the imprisoned human person in the face of the system's Unconstitutional State of Affairs, recognized by the STF.

Keywords: Jury Court. Provisional Execution of Sentence. Fundamental Rights of the Incarcerated. Unconstitutional State of Affairs of the Penitentiary System. *Numerus Clausus* Principle.

como se houve acerto na decisão do STF em permitir a execução provisória nesses casos, independente da pena, em especial, quando cotejada com o princípio *numerus clausus* e o já reconhecido estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, para fins de interpretação do conteúdo principal do presente artigo científico é necessário pontuar o conceito de execução penal. No Brasil, a execução penal é um tema que desperta grande interesse e relevância, especialmente dentro do contexto da justiça criminal e da busca pela ressocialização dos condenados⁴. Trata-se de uma fase essencial do processo penal, na qual as disposições de uma sentença condenatória, após o devido trânsito em julgado, são efetivadas no mundo concreto. No entanto, é importante compreender que a execução penal vai além da mera imposição de sanções pelo Estado. Ela envolve também a preservação de direitos, o respeito à dignidade humana e a promoção de condições para que o condenado possa, ao final do cumprimento da pena, reintegrar-se

à sociedade de forma produtiva e harmônica.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) estabelece as diretrizes e os objetivos dessa etapa do processo criminal, destacando-se que a função primordial da execução é proporcionar meios adequados para a recuperação do condenado, bem como garantir o cumprimento da pena conforme os princípios constitucionais voltados para a preservação da dignidade do condenado. A execução penal, portanto, não pode ser vista apenas como uma resposta punitiva, mas também como um momento de promoção de justiça, em que se busca equilibrar a necessidade de punir o condenado com a obrigação de garantir-lhe tratamento humano e respeitoso.

Entre os princípios que regem a execução penal, destacam-se a legalidade, a individualização da

⁴ A pena desempenha um papel fundamental no sistema de justiça, com múltiplas funções que visam a manutenção da ordem social e a promoção da justiça. Primeiramente, a função de prevenção geral busca desestimular a sociedade a cometer crimes, reforçando a ideia de que ações ilícitas acarretam consequências. Em paralelo, a prevenção especial foca no condenado, com o objetivo de evitar sua reincidência, podendo incluir medidas de reabilitação e incapacitação. (BITENCOURT, 2010, p. 108-111); além disso, a pena exerce uma

função de retribuição, que sustenta que o criminoso deve sofrer uma consequência proporcional ao ato ilícito, refletindo a busca por justiça retributiva. A reabilitação é outra função crucial, promovendo a transformação do indivíduo para que ele possa reintegrar-se à sociedade de forma positiva. Por último, a ressocialização envolve esforços para adaptar o condenado ao convívio social, respeitando normas e valores. (BITENCOURT, 2010, p. 106-108)

pena, a dignidade da pessoa humana, a humanidade das penas, a proporcionalidade e a jurisdicionalidade, que formam a base do ordenamento jurídico brasileiro e garantem uma aplicação justa e equilibrada das penas, sempre em respeito aos direitos fundamentais dos condenados. Esses princípios limitam possíveis abusos estatais e reforçam o caráter ressocializador da pena, evitando que se transforme em mero instrumento de punição degradante.

Nesse contexto, os Tribunais Superiores nacionais vêm discutindo, desde muito tempo, a possibilidade de execução provisória da pena privativa de liberdade. O tema ganhou especial relevância após o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2016 (HC 126292, de relatoria do Ministro Teori Zavascki), permitiu a execução de penas antes do trânsito em julgado de decisões condenatórias.

Na visão de Fernando Capez, a execução provisória da pena ocorre quando, após a confirmação da sentença em instância superior, a pena pode ser iniciada mesmo que ainda haja possibilidade de recurso

que não possua efeito suspensivo automático. O autor menciona que “a execução provisória da pena busca assegurar a eficácia das decisões judiciais e a proteção da sociedade” (Capez, 2020, p. 215).

Por outro lado, a possibilidade de execução provisória é criticada por aqueles que defendem a presunção de inocência até que se esgotem todos os recursos. Nesse sentido, Aury Lopes Jr. argumenta que “o respeito ao princípio da presunção de inocência é fundamental para a garantia dos direitos humanos e para a proteção dos direitos dos acusados” (Lopes Jr., 2019, p. 134).

A jurisprudência do STF que autoriza a execução provisória, fundamenta-se na ideia de que a proteção da sociedade deve ser priorizada. Contudo, críticos apontam que isso pode gerar um estado de insegurança jurídica. Como afirma Greice Maria Ferreira, “a execução provisória deve ser vista com cautela, considerando as implicações que tem para o Estado de Direito” (Ferreira, 2021, p. 98).

Historicamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) oscilou em seu entendimento sobre a execução

provisória da pena. Até 2009, a prática era permitida após condenação em segunda instância. Contudo, no julgamento do HC 84.078⁵, o STF declarou inconstitucional a execução

provisória com base no princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), ressaltando que, enquanto houvesse recursos pendentes, o réu não poderia ser considerado culpado.

⁵ HABEAS CORPUS. INCONSTITUCIONALIDADE DA CHAMADA “EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA”. ART. 5º, LVII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. ART. 1º, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. 1. O art. 637 do CPP estabelece que “[o] recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância para a execução da sentença”. A Lei de Execução Penal condicionou a execução da pena privativa de liberdade ao trânsito em julgado da sentença condenatória. A Constituição do Brasil de 1988 definiu, em seu art. 5º, inciso LVII, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. 2. Daí que os preceitos veiculados pela Lei n. 7.210/84, além de adequados à ordem constitucional vigente, sobrepõem-se, temporal e materialmente, ao disposto no art. 637 do CPP. 3. A prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar. 4. A ampla defesa, não se a pode visualizar de modo restrito. Engloba todas as fases processuais, inclusive as recursais de natureza extraordinária. Por isso a execução da sentença após o julgamento do recurso de apelação significa, também, restrição do direito de defesa, caracterizando desequilíbrio entre a pretensão estatal de aplicar a pena e o direito, do acusado, de elidir essa pretensão. 5. Prisão temporária, restrição dos efeitos da interposição de recursos em matéria penal e punição exemplar, sem qualquer contemplação, nos “crimes hediondos” exprimem muito bem o sentimento que EVANDRO LINS sintetizou na seguinte assertiva: “Na realidade, quem está desejando punir demais, no fundo, no fundo, está querendo fazer o mal, se equipara um pouco ao próprio delinquente”. 6. A antecipação da execução penal, ademais de incompatível com o texto da Constituição, apenas poderia ser justificada em nome da conveniência dos magistrados --- não do processo penal. A prestigiar-se o princípio constitucional, dizem, os tribunais [leia-se STJ e STF] serão inundados por recursos especiais e extraordinários e subsequentes agravos e embargos, além do que “ninguém mais será preso”. Eis o que poderia ser apontado como incitação à “jurisprudência defensiva”, que, no extremo, reduz a

amplitude ou mesmo amputa garantias constitucionais. A comodidade, a melhor operacionalidade de funcionamento do STF não pode ser lograda a esse preço. 7. No RE 482.006, relator o Ministro Lewandowski, quando foi debatida a constitucionalidade de preceito de lei estadual mineira que impõe a redução de vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções por responderem a processo penal em razão da suposta prática de crime funcional [art. 2º da Lei n. 2.364/61, que deu nova redação à Lei n. 869/52], o STF afirmou, por unanimidade, que o preceito implica flagrante violação do disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição do Brasil. Isso porque --- disse o relator --- “a se admitir a redução da remuneração dos servidores em tais hipóteses, estar-se-ia validando verdadeira antecipação de pena, sem que esta tenha sido precedida do devido processo legal, e antes mesmo de qualquer condenação, nada importando que haja previsão de devolução das diferenças, em caso de absolvição”. Daí porque a Corte decidiu, por unanimidade, sonoramente, no sentido do não recebimento do preceito da lei estadual pela Constituição de 1.988, afirmando de modo unânime a impossibilidade de antecipação de qualquer efeito afeto à propriedade anteriormente ao seu trânsito em julgado. A Corte que vigorosamente prestigia o disposto no preceito constitucional em nome da garantia da propriedade não a deve negar quando se trate da garantia da liberdade, mesmo porque a propriedade tem mais a ver com as elites; a ameaça às liberdades alcança de modo efetivo as classes subalternas. 8. Nas democracias mesmo os criminosos são sujeitos de direitos. Não perdem essa qualidade, para se transformarem em objetos processuais. São pessoas, inseridas entre aquelas beneficiadas pela afirmação constitucional da sua dignidade (art. 1º, III, da Constituição do Brasil). É inadmissível a sua exclusão social, sem que sejam consideradas, em quaisquer circunstâncias, as singularidades de cada infração penal, o que somente se pode apurar plenamente quando transitada em julgado a condenação de cada qual Ordem concedida. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiastf/anexo/ementa84078.pdf>.

Para o relator, Ministro Eros Grau, a antecipação da pena violava a presunção de inocência e a dignidade da pessoa humana, considerando os riscos de injustiças irreparáveis em casos de absolvição posterior.

Em 2016, no julgamento do HC 126.292⁶, o STF retomou a execução provisória da pena, argumentando que a condenação em segunda instância, por órgão colegiado, mitiga a presunção de inocência e assegura a análise do mérito e das provas. O relator, Ministro Teori Zavascki, defendeu que os recursos aos tribunais superiores têm natureza extraordinária e não deveriam impedir a execução das penas, sob pena de gerar sensação de impunidade. Essa decisão visava à

efetividade das decisões judiciais e à proteção da ordem pública, mas foi amplamente criticada por relativizar o direito fundamental de liberdade até confirmação definitiva de culpa.

Em 2019, com o julgamento das ADC's 43, 44 e 54⁷, o STF restabeleceu a exigência do trânsito em julgado para a execução das penas, fundamentando-se no art. 283 do Código de Processo Penal e reforçando o princípio da presunção de inocência.

Já no ano de 2024, criando um *distinguishing*, em relação ao precedente anterior, o STF autorizou a execução imediata das decisões do Tribunal do Júri no julgamento do RE 1.235.340⁸, sob relatoria do Ministro

⁶ PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS DO ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. INEXISTÊNCIA. 1. Segundo o acórdão embargado, “a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal.” 2. De acordo com o estatuído no artigo 619 do CPP, os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. No caso, não se verifica a existência de quaisquer desses vícios. Embargos de declaração rejeitados. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br>.

⁷ PENA – EXECUÇÃO PROVISÓRIA – IMPOSSIBILIDADE – PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE. Surge constitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal, a condicionar o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, considerado

o alcance da garantia versada no artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, no que direciona a apurar para, selada a culpa em virtude de título precluso na via da recorribilidade, prender, em execução da sanção, a qual não admite forma provisória. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/adc-43-stf-publica-acordaos-julgamento.pdf>

⁸ DIREITO CONSTITUCIONAL PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FEMINICÍDIO E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por seu Tribunal Pleno, por maioria de votos, em apreciando o tema 1.068 da repercussão geral: a) conhecer do recurso extraordinário e dar-lhe provimento para negar provimento ao recurso ordinário em habeas

Luís Roberto Barroso. O caso importou na fixação da tese nº 1.068 de repercussão geral (vinculante a todo o Judiciário, portanto, conforme art. 927, III e V, do CPC), nos termos seguintes: “A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada”. Assim, prestigiou-se a soberania dos veredictos e a baixa incidência de reformas de decisões condenatórias do júri em detrimento da presunção da inocência, buscando dar efetividade às suas decisões e credibilidade ao sistema penal.

A decisão do STF causou espanto, vez que foi além, inclusive, da atual legislação sobre o tema. Veja-se que a partir da vigência da Lei nº 13.964/2019 (conhecida como “Pacote Anticrime”), é possível o encarceramento antecipado do condenado, pelo Tribunal do Júri, a pena superior a 15 (quinze) anos,

corpus e considerar que, neste caso específico, é possível a prisão imediata do acusado; (b) dar interpretação conforme à Constituição, com redução de texto, ao art. 492 do CPP, com a redação da Lei nº 13.964/2019, excluindo do inciso I da alínea “e” do referido artigo o limite mínimo de 15 anos para a execução da condenação imposta pelo corpo de jurados. Por arrastamento, excluir do § 4º e do § 5º, inciso II, do mesmo art. 492 do CPP, a referência ao limite de 15 anos; e (c) fixar a seguinte tese: “A soberania dos veredictos do Tribunal do Júri autoriza a imediata execução de condenação imposta pelo

mesmo que não demonstrados requisitos para segregação cautelar (decretação de prisão preventiva), conforme o texto do art. 492, I, “e”, do CPP. Essa alteração, justificada pelo legislador como necessária para combater a criminalidade violenta, gerou críticas por sua possível incompatibilidade com o princípio da presunção de inocência e por contribuir para o punitivismo e a superlotação carcerária. Apesar disso, o Supremo Tribunal Federal referendou a medida através da tese de repercussão geral nº 1.068, destacando a soberania dos veredictos no julgamento de crimes dolosos contra a vida (Kurkowski, 2020, p. 429), além de, como já dito, ter ampliado seu alcance para condenações com penas inferiores ao referido patamar, inclusive.

Além do mais, a decisão do STF é criticada porque pode contribuir para a superlotação do sistema prisional e para a criminalização das camadas

corpo de jurados, independentemente do total da pena aplicada”. Tudo nos termos do voto do Relator, Ministro Luís Roberto Barroso (Presidente), vencidos os Ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, que negavam provimento ao recurso, e os Ministros Edson Fachin e Luiz Fux, que davam provimento ao recurso nos termos de seus votos. Não votaram os Ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin, sucessores, respectivamente, dos Ministros Rosa Weber e Ricardo Lewandowski, que proferiram seus votos em assentada anterior.

mais vulneráveis da população. Além disso, a antecipação da pena, mesmo diante de recursos pendentes, sem motivos para decretação da prisão preventiva, levanta questionamentos sobre a compatibilidade dessa prática com princípios fundamentais, como o da presunção de inocência.

Assim, verifica-se a ocorrência do efeito *backlash* que, segundo Flávio Martins, pode se referir a uma reação negativa ou contrária a uma decisão judicial, a uma mudança na interpretação da lei ou a uma tendência geral no sistema judiciário. Esse termo é frequentemente usado para descrever a reação de descontentamento ou resistência que ocorre quando uma decisão judicial que é vista como controversa, injusta ou que vai contra os valores e crenças de uma sociedade. (Nunes, 2019 p. 132).

Para fins de exemplificação no contexto brasileiro, uma decisão de um tribunal que declara a inconstitucionalidade de uma lei popular ou que impacta negativamente determinados grupos pode gerar um *backlash* por parte desses grupos ou da opinião pública. Um exemplo claro disso ocorreu em

2016, quando o Supremo Tribunal Federal declarou, por meio da ADI 4983/CE, a inconstitucionalidade da prática da vaquejada, sob a relatoria do ministro Marco Aurélio Mello. Em resposta, o Congresso Nacional promulgou a Lei nº 13.364/2016, que reconheceu a vaquejada como patrimônio cultural brasileiro. Assim, uma mudança na interpretação da lei que é considerada injusta ou prejudicial pode desencadear reações adversas tanto da comunidade jurídica quanto do público em geral.

A análise do efeito *backlash* evidencia a complexidade das interações entre decisões judiciais e resistências sociais e políticas. Casos emblemáticos no Brasil, como a declaração de inconstitucionalidade da vaquejada e o reconhecimento da união homoafetiva, ilustram como avanços na proteção de direitos fundamentais frequentemente provocam reações legislativas que visam preservar o *status quo*.

Além disso, a recente mudança na postura do STF em relação à execução provisória da pena, permitida pelo Pacote Anticrime, demonstra como pressões sociais e políticas podem influenciar a aplicação do Direito Penal. Essa situação

ressalta a importância de um diálogo contínuo sobre a função do Judiciário e a necessidade de equilíbrio entre a proteção dos direitos fundamentais e as demandas sociais por maior rigor nas punições. Portanto, o fenômeno do *backlash* não apenas reflete a resistência à mudança, mas também evidencia a complexa relação entre Direito, Política e sociedade no Brasil.

A título de demonstração do desacerto da decisão do STF podem ser destacados os seguintes efeitos deletérios do encarceramento antecipado do acusado, ainda não condenado definitivamente: a violação do princípio da presunção de inocência; danos irreversíveis à vida do réu pela estigmatização gerada pela passagem pelo sistema prisional; superlotação carcerária; custos elevados para o Estado com a manutenção do preso e com indenizações por erros judiciais e ofensa a direitos fundamentais no cumprimento de pena, dentre outros.

Por essa mesma lógica, a superlotação carcerária é um dos principais problemas enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, e o encarceramento antecipado agrava ainda mais essa situação. A execução

provisória da pena contribui diretamente para o aumento da população carcerária, pois coloca indivíduos em presídios antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, muitas vezes em situações em que a decisão final pode ser revista ou modificada. Segundo o sítio Metrôpoles, antes mesmo da concretização do novo posicionamento do suprimimento, o Brasil já possui um déficit de 166.700 (cento e sessenta e seis mil e setecentas) vagas em estabelecimentos prisionais (Metrôpoles, 2024).

Visando combater a superlotação dos presídios, o princípio *Numerus Clausus* ganha destaque, pois sua essência é “uma vaga, um preso”. Surgiu na França a partir das iniciativas e propostas do deputado Bonnemaison, começando em 1989 e se estendendo até os anos 2000. Embora não tenha sido formalizado em lei ou efetivamente implementado no sistema penal francês, essa ideia serviu como um importante exemplo para outros países como na Holanda, Noruega, Suécia e Dinamarca, onde listas de espera são usadas para evitar superlotação (Roig, 2014, p. 107-108).

Neste mesmo sentido, Rodrigo Roig define o *Numerus Clausus* como um sistema organizacional por meio do qual cada nova entrada de uma pessoa no âmbito do sistema carcerário deve necessariamente corresponder ao menos a uma saída, de forma que a proporção presos-vaga se mantenha sempre em estabilidade ou tendencialmente em redução. (Roig, 2018, p. 48).

No Brasil, a Resolução nº 367/2021 do CNJ estabelece diretrizes para a implementação e funcionamento da Central de Vagas no sistema socioeducativo, visando à prevenção da superlotação de estabelecimentos destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas. De acordo com o Art. 6º, o principal objetivo da Central é assegurar que a ocupação dos estabelecimentos não ultrapasse o número de vagas existentes, contribuindo para a preservação da dignidade dos adolescentes em cumprimento de medidas, prevenindo situações de superlotação e fortalecendo a socioeducação. (Resolução nº 367 de 2021. Atos - CNJ).

Ainda, a Resolução nº

367/2021 do CNJ determina que a capacidade das unidades socioeducativas seja rigorosamente observada (arts. 1º e 4º), estabelecendo critérios de separação por tipo de internação, gênero e faixa etária. Assim, o sistema socioeducativo adota uma abordagem alinhada ao princípio *Numerus Clausus*, ao assegurar que o ingresso de adolescentes seja compatível com a capacidade real das unidades, prevenindo a degradação das condições de atendimento e promovendo o respeito à dignidade humana (Resolução nº 367/2021, CNJ).

Nessa mesma lógica, a ADPF nº 347, em julgamento pelo STF, reconheceu que o sistema prisional brasileiro se encontra em um estado de coisas inconstitucional, principalmente em razão da superlotação e das condições precárias de suas unidades. A arguição, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundamenta-se na violação de preceitos constitucionais fundamentais, como o princípio da dignidade humana (art. 1º, III da Constituição Federal), o direito à integridade física e moral (art. 5º,

XLIX) e a função ressocializadora da pena (art. 1º da LEP –Lei de Execução Penal). (CNJ – 2024)

No julgamento, o STF entendeu que o cenário de superlotação em más condições nas penitenciárias configura tratamento cruel, desumano e degradante, o que viola diretamente o preceito constitucional de proteção à dignidade. A corte reforçou a importância de que o Estado observe a lotação adequada das unidades, sem que o número de presos ultrapasse a capacidade física e de gestão do sistema. Dessa forma, a ADPF nº 347 relaciona-se ao princípio *Numerus Clausus* ao apontar para a necessidade de se estabelecer um limite para a lotação de presídios, como meio de preservar os direitos fundamentais dos apenados. (CNJ – 2024).

Portanto, a análise crítica da execução provisória da pena deve considerar não apenas aspectos jurídicos e constitucionais, mas também o impacto social, humano e econômico dessa prática. O equilíbrio entre a busca por eficácia na aplicação da justiça e a proteção dos direitos fundamentais dos acusados é indispensável para a construção de

um sistema penal que respeite os valores democráticos e a dignidade humana. A superação de desafios como a superlotação carcerária e a preservação da presunção de inocência exige uma abordagem integrada, que contemple tanto reformas legislativas quanto à conscientização e ao diálogo entre os diversos atores do sistema de justiça. Assim, critica-se a decisão do STF ao não levar a realidade do sistema carcerário em consideração, o que ofende o pragmatismo previsto no art. 20 e seguintes da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a execução provisória da pena no sistema jurídico brasileiro permanece um tema altamente controvertido, situado no delicado equilíbrio entre a efetividade da justiça penal e a proteção de direitos fundamentais. A oscilação de entendimentos do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria reflete as tensões entre o princípio da presunção de inocência, consagrado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal, e demandas sociais por maior segurança pública e celeridade

processual.

Embora medidas como a introdução do art. 492, I, “e”, do CPP pelo Pacote Anticrime ou até mesmo a recente decisão do Supremo Tribunal Federal busquem reforçar a eficácia das decisões do Tribunal do Júri, sua compatibilidade com preceitos constitucionais segue sendo objeto de debate doutrinário e jurisprudencial. Além disso, a aplicação de tais disposições deve considerar os impactos práticos, como o aumento do encarceramento e a potencial violação da dignidade humana, exigindo que o sistema penal atue em conformidade com os princípios do Estado Democrático de Direito.

Entende-se, portanto, que a decisão do STF é equivocada, uma vez que ignora a proporcionalidade entre a gravidade do crime e o direito à liberdade, ao permitir a execução provisória independentemente do *quantum* de pena aplicado. Essa interpretação, além de contrariar o princípio da presunção de inocência, desconsidera o princípio do *numerus clausus*, amplamente discutido no contexto internacional, segundo o qual a execução de uma pena privativa de liberdade deve respeitar a

capacidade do sistema prisional e evitar a superlotação.

Diante disso, propõe-se que a questão seja objeto de futura superação (*overruling*) pela Suprema Corte, ou seja, que a decisão seja revista e substituída por uma nova interpretação mais alinhada aos princípios constitucionais e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, mormente porque as consequências pragmáticas da decisão não foram objeto de análise pela Corte. A adoção do princípio do *numerus clausus*, já aplicado em outros países, é sugerida como uma medida para garantir que a execução provisória da pena não ocorra de maneira desproporcional e em condições degradantes.

Ademais, aponta-se para a possibilidade de levar essa discussão à Corte Interamericana de Direitos Humanos, visando assegurar que o sistema de justiça brasileiro atue em conformidade com os parâmetros internacionais de proteção aos direitos fundamentais, sobretudo no que diz respeito à dignidade e à presunção de inocência. Tal medida pode fortalecer a proteção aos direitos humanos no contexto do Tribunal do

Júri e contribuir para a construção de um sistema de justiça penal mais justo e equitativo, respeitando as garantias constitucionais e minimizando os efeitos negativos do encarceramento antecipado no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 30 de nov. de 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 84.078/HC. Paciente: Omar Coelho Vitor. Coator: STJ. Relator Min. Eros Grau. 05 de fevereiro de 2009. Disponível: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=608531>. Acesso em 30 de nov. de 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 126.292/HC. Paciente: Márcio Rodrigues Dantas. Coator: Relator do HC nº 313.021 do STJ. Relator Min. Teori Zavascki. 17 de fevereiro de 2016. Disponível: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>. Acesso em 30 de nov. de 2024.

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Acesso em 30 de nov. de 2024

DIZER O DIREITO. STF decide que o cumprimento da pena após condenação em 2ª instância é inconstitucional. Disponível em: [https://www.dizerodireito.com.br/2019/11/stf-decide-que-o-cumprimento-da-](https://www.dizerodireito.com.br/2019/11/stf-decide-que-o-cumprimento-da-pena.html)

[pena.html](https://www.dizerodireito.com.br/2019/11/stf-decide-que-o-cumprimento-da-pena.html) Acesso em 30 de nov. de 2024.

FERREIRA, Greice Maria. A execução provisória e suas implicações no Estado de Direito. São Paulo: Editora XYZ, 2021. Acesso em 02 out. 2024.

KURKOWSKI, Rafael Schwez. A execução provisória da pena no tribunal do júri. In: WALMSLEY, Andréa; CIRENO, Lígia; BARBOZA, Márcia Noll (Org.). Inovações da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Brasília: Ministério Público, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342493731_A_execucao_provisoria_da_pena_no_tribunal_do_juri. Acesso em: 12 de out. 2024.

LEP. LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Acesso em 30 de nov. de 2024.

NUNES JÚNIOR. Flávio Martins Alves. Curso de direito constitucional. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Acesso em: 30 de nov. de 2024.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. Execução Penal: teoria crítica. São Paulo: Saraiva, 2018. Acesso em 13 out 2024.

A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO E A INTENÇÃO DE ROTATIVIDADE NAS EMPRESAS DE NOVA SERRANA (MG)

Ciro Antônio Pereira Lemos⁹
Daniel Lúcio Justino¹⁰
Matheus Lacerda Silva Bento¹¹

RESUMO

O estudo tem como objetivo relacionar qualidade de vida no trabalho (QVT) e intenção de rotatividade em duas empresas de Nova Serrana – MG. Foram realizados estudos de caso múltiplos. Por meio das informações obtidas foi possível entender as ações desempenhadas pelos gestores a fim de promover qualidade de vida. Também foram analisados os pontos de vista dos colaboradores em relação à percepção de QVT no ambiente empresarial e possível influência na intenção de sair da empresa. A abordagem utilizada no trabalho foi predominantemente qualitativa, sem descartar aspectos quantitativos. Para coleta de dados foram utilizados questionários destinados aos colaboradores, bem como entrevistas realizadas com os dirigentes das organizações envolvidas. Em geral, o setor de farmácia, que foi confrontado com o setor industrial nesta pesquisa, destacou-se por apresentar um nível maior de QVT, fato que pode ser explicado pelas atitudes tomadas pelos gestores, por peculiaridades do tipo de trabalho ou pela percepção dos colaboradores. Nota-se que o investimento em QVT traz significativo retorno em forma de qualidade, produtividade e na rotatividade para a empresa. Diante disso, cabe aos gestores

e ao setor de recursos humanos implementarem ações e trabalhar de forma direcionada na busca da qualidade de vida no trabalho, com avaliação permanente de resultados. Assim, acredita-se que é possível a redução de *turnover* voluntário, situação em que o colaborador pede a dispensa, e ainda potencializar a retenção de talentos nas empresas.

Palavras chaves: Qualidade de vida no trabalho; intenção de rotatividade; turnover.

ABSTRACT

The study aims to relate quality of work life (QWL) and turnover intention in two companies in Nova Serrana – MG. Multiple case studies were carried out. Through the information obtained, it was possible to understand the actions carried out by managers in order to promote quality of life. Employees' points of view were also analyzed in relation to the perception of QWL in the business environment and possible influence on the intention to leave the company. The approach used in the work was predominantly qualitative, without discarding quantitative aspects. For data collection, questionnaires were used for employees, as well as interviews carried out with the managers of the organizations involved. In general, the pharmacy sector, which was compared with the industrial sector in this research, stood out for presenting a higher level of QWL, a fact that can be explained by the attitudes taken by managers, by peculiarities of the type of work or by the perception of employees. collaborators. It is noted that investment in QWL brings significant returns in the form of quality, productivity and turnover for the

⁹ Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Nova Serrana (MG).

¹⁰ Graduando em Administração pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

¹¹ Graduado em Administração pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

company. Given this, it is up to managers and the human resources sector to implement actions and work in a targeted manner in the search for quality of life at work, with permanent evaluation of results. Therefore, it is believed that it is possible to reduce voluntary turnover, a situation in which the employee asks for leave, and also enhance talent retention in companies.

Keywords: Quality of life at work; turnover intention; turnover.

INTRODUÇÃO

O objetivo da realização deste trabalho é enfatizar a necessidade de melhoria do ambiente de trabalho e, ao mesmo tempo, investigar sobre a possível relação que possa existir entre a qualidade de vida no trabalho e a intenção de rotatividade nas empresas da cidade de Nova Serrana.

Muito se tem discutido acerca da qualidade de vida no trabalho e a ideia de melhorias no local de trabalho, para se obterem melhorias no ambiente físico e se elaborarem projetos para reduzir o desgaste do funcionário. Contudo, diversos desafios são encontrados, pois a qualidade de vida no trabalho necessita da realização de esforços para melhorar e tornar os ambientes de trabalho cada vez mais satisfatórios e,

consequentemente, mais produtivos nas empresas (FERNANDES; GUTIERREZ,1988).

Na busca pela qualidade de vida no trabalho (QVT), vários fatores acabam por interferir de forma positiva ou negativa no trabalho afetando não somente os trabalhadores, mas também a empresa como um todo, independentemente de seus setores. Logo, deve ser um ponto ao qual precisa ser dada a devida atenção. Assunto que tem sido pesquisado em diversos países, logo seria possível dizer que a QVT ao longo dos anos adquire o importante conceito globalizante enfrentando assim questões ligadas à produtividade e à qualidade total, porém no Brasil os estudos iniciaram-se apenas nos anos 80 (MOREIRA, 2010).

Moreira (2010) ressalta que muitos estudiosos têm tido sua atenção voltada para o tema QVT por possibilitar discutir novamente sobre o sentido do trabalho humano, porém desta vez valorizando o trabalhador e levando em consideração que o mundo organizacional contemporâneo se caracteriza pela busca do aumento constante da competitividade e da Lucratividade.

A qualidade de vida no trabalho é um conceito mais antigo do que se pensa. O homem tem-se preocupado com a qualidade de vida desde a sua existência, tendo influência de grandes nomes como Euclides de Alexandria e Arquimedes que, embora fossem matemáticos, criaram maneiras de diminuir o esforço físico de muitos trabalhadores. Fatos históricos que alteraram a forma de executar tarefas e que trouxeram uma melhoria para o bem-estar do trabalho e suas condições de trabalho. (RODRIGUES, 1998).

A saúde é uma área de interesse não só da organização, mas também do funcionário que deve estar sempre atento a possíveis elementos, que podem estar dificultando o pleno exercício de suas funções. Em determinadas condições podem ocorrer danos à saúde, reversíveis ou não, com potencial para reduzir sua capacidade produtiva, entre outros aspectos. Tratar do tema, portanto, pode ser de grande auxílio para as organizações e seus colaboradores e ainda refletir no incentivo a mais pesquisas no meio acadêmico.

O objeto deste estudo se configura por meio da questão orientadora, também identificada como

o problema para o qual se busca solução viável: qual a possível influência da Qualidade de Vida no Trabalho – QVT - na intenção de rotatividade percebida entre funcionários de empresas de Nova Serrana? Diante disso, surgem as hipóteses, que precisam ser confirmadas ou não, de que a qualidade de vida no trabalho, em qualquer circunstância, não interfere na intenção de rotatividade, ou ainda, a qualidade de vida no trabalho, quando considerada favorável ao trabalhador, faz diminuir a intenção de rotatividade.

Tratando-se de um trabalho científico faz-se necessário definir objetivos que vão nortear o desenvolvimento da pesquisa. Assim, o objetivo geral foi a busca por identificar e analisar a possível relação entre a Qualidade de Vida no Trabalho e a Intenção de Rotatividade envolvendo funcionários que atuam diretamente em empresas de Nova Serrana. Buscou-se, de modo mais específico, esclarecer conceitos de QVT e Intenção de Rotatividade, além de perceber o nível de qualidade de vida no trabalho no âmbito das empresas de Nova Serrana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma empresa continuar no mercado com competitividade, existe a necessidade de investimento em diversos quesitos tecnológicos, inovadores e em recursos humanos. Sobre recursos humanos, um dos fatores principais é a satisfação do funcionário com o meio ocupacional. O índice de satisfação dos funcionários pode ser avaliado de diversas formas, mas o que gera o maior resultado é a pesquisa de clima organizacional, pois é necessário saber o ponto de vista de todos os colaboradores de dentro da sua empresa no seu meio de trabalho (MOREIRA, 2008).

Existe grande probabilidade de colaboradores motivados e com a devida capacitação e com salário compatível com suas funções desempenhadas terem produtividade superior à dos demais e também acima da média o que, de certa forma, significa redução de custo, gerando maiores soluções, o que contribui fortemente para a saúde financeira da empresa e também para sua longevidade (CONTE, 2003).

Na atualidade, cada vez mais tem crescido a preocupação na gestão de pessoas em relação à

qualidade de vida no trabalho. Entende-se que existem relações entre a qualidade de vida no trabalho e a intenção de rotatividade.

Para a Federação das Indústrias do Estado do Ceará (2023), a qualidade de vida está cada vez mais em destaque nas empresas que visam reter os talentos na organização e é essencial na gestão de pessoas. A qualidade de vida gera impacto na competitividade; um ambiente de trabalho adequado gera respeito e confiança. Diante disso, é necessário que as políticas da empresa estejam alinhadas com a qualidade de vida, com as necessidades dos funcionários, as quais variam individualmente.

A Qualidade de Vida no Trabalho

O termo qualidade de vida é usado para designar a situação a que o ser humano está exposto, ou seja, o que engloba várias esferas da vida entre elas, convívio com a família, amigos, entre outros aspectos que influenciam na sua maneira de viver. Já a QVT trata dessas esferas no ambiente em que se labora. (SAÚDE E BEM-ESTAR, 2023).

Ao se alinhar o que o colaborador precisa na empresa com o que é de fato entregue, isso fará com

que ele se sinta satisfeito no ambiente, tornando mais fácil o alcance de seus objetivos, além de ser fator importante para o processo de retenção de talentos (LUDOSPRO, 2020).

De acordo com Küster (2023), o nível de comprometimento dos funcionários com a empresa é completamente diferente, comparando hoje com décadas atrás. No momento atual, poucos são os que demonstram ter compromisso com a empresa, pois os colaboradores buscam viver momentos diferentes, aprender coisas novas, por isso ficam pouco tempo no trabalho. Portanto, para as empresas pequenas a retenção de talentos é ainda mais complicada, pois empresas maiores têm capacidade de ofertar maiores salários.

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), segundo Vasconcelos (2001), tem sido trabalhada nas organizações de forma intensa após a virada do milênio devido ao entendimento sobre o enorme desgaste e sacrifício que é imposto ao trabalhador moderno. Sendo assim, propostas e ferramentas novas de gestão têm sido criadas juntamente com o aperfeiçoamento das antigas para poder proporcionar melhores condições de trabalho e maior

satisfação dos colaboradores na sua execução.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a qualidade de vida no trabalho é definida como o que é percebido pela pessoa e se trata de posição na vida, meios culturais, valores sobre os objetivos, padrões *etc.* Entendendo que os funcionários ficam boa parte do seu tempo no ambiente de trabalho, qualidade de vida é, sim, importante no meio ocupacional (POLIZZI FILHO; CLARO, 2019).

A saúde do trabalhador pertence a um campo de práticas e conhecimentos estratégicos interdisciplinares, o que abrange múltiplos profissionais em âmbitos interinstitucionais voltados para analisar e interpor nas relações de trabalho que são as provocadoras de doenças e agravos, promovendo a melhoria da saúde coletiva, assim como a prevenção e a vigilância (GOMEZ, 2018). Para Terra (2022), com o mercado cada vez mais competitivo, muitos colaboradores sofrem pressões para que entreguem maiores resultados. Portanto, eficiência e qualidade de vida no trabalho necessitam estar controlados, porque, caso contrário, surgem os problemas de saúde.

Diante desses problemas, as empresas têm gerado meios que incentivam os funcionários a aderirem a uma rotina saudável, a praticar exercícios físicos e cuidar de pontos que reduzem o estresse e se preocupam com a ergonomia. Em um ambiente mais acolhedor para trabalhar, os funcionários reconhecem que estão sendo valorizados e a preocupação da empresa com a saúde são fatores decisivos para que se tornem mais produtivos, e isso diminui a rotatividade (TERRA, 2022).

A alta rotatividade intensificou-se mais ainda na pandemia, ocorrendo grande número de demissões voluntárias, algo que influenciou fortemente foi o crescente número de adeptos ao *home office*, mas tal modalidade de trabalho traz também os seus problemas, entre eles estão outros tipos de tensões nas relações de trabalho (ORNELLAS, 2022).

Entretanto, para Easy (2018), o trabalho em *home office* está se tornando cada vez mais popular no Brasil, um dos motivos é o aumento da qualidade de vida, porque os funcionários trabalham em casa em um ambiente mais confortável que o escritório e não precisam ir até a

empresa enfrentando trânsito, e não se estressando com esses fatores.

Síndrome de *Burnout*

Para Adonaldo Pereira (2023), as pressões no trabalho geram impacto na saúde mental dos colaboradores gerando danos, afetando a qualidade de vida, reduzindo a produtividade da empresa. Pressão no ambiente organizacional pode ser causada por excesso de cobrança de produtividade dos funcionários.

Para prevenir esses problemas no ambiente organizacional, é necessário que a empresa adquira métodos que diminuam a pressão sobre os funcionários. A síndrome de *burnout* é uma doença que se refere à exaustão emocional que afeta a saúde mental, podendo também afetar a física. É uma doença ocupacional, desencadeada pela pressão sofrida no local de trabalho (PEREIRA, 2023).

Em janeiro de 2022, a OMS passou a ter conhecimentos sobre os impactos causados pelo estresse que pode levar a transtornos físicos e emocionais. É fato que, atualmente, está sendo cada vez mais frequente o diagnóstico de “*burnout*” nesses anos após a pandemia (PALMERIM, 2023).

Segundo a OMS, a “síndrome de *burnout*” está relacionada ao desgaste do profissional. O International Stress Management Association (ISMA¹²-BR) confirmou que o Brasil ficou no segundo lugar no número de caso de *burnout*, ficando atrás somente do Japão. Foram diagnosticados 30% dos trabalhadores no Brasil com esse problema. Além da síndrome de *burnout*, os Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT's) também têm apresentado vários casos, pois se trata do segundo maior motivo de afastamento no mundo inteiro (PALMERIM, 2023).

Existem três tipos de rotatividade que são: voluntária, que é o colaborador que manifesta o pedido de desligamento, o que pode ter claros problemas na empresa em mantê-lo na equipe; involuntária, parte da empresa a iniciativa de desligamento, pode ser devido ao funcionário não apresentar o desempenho esperado; e funcional ou disfuncional, o próprio funcionário se desliga da empresa devido à sua produtividade ser baixa (SOLIDES, 2019).

A Rotatividade de Pessoal (turnover)

A rotatividade de pessoal (*turnover*) é uma grande questão a ser compreendida no campo do comportamento organizacional, tendo seus primeiros estudos surgidos em decorrência de um comportamento não desejado pelos administradores e empresários que gerava custos para as organizações e preocupava os administradores, apresentando assim uma visão negativa sobre a rotatividade voltada para os custos atribuídos a esse fenômeno (TORRES, 2015).

A cada geração que passa, o comportamento dos trabalhadores muda e um indicador disso é a atual geração que tem a qualidade de não se preocupar em perder o emprego, pois o seu objetivo é sempre crescer. Quando esses trabalhadores são contratados por uma empresa que não corresponde às suas expectativas, saem da empresa, procuram melhores empresas para trabalhar, para que assim não percam o foco do seu objetivo e o que desejam fazer e realizar (LIMPINHO, 2022).

¹²Associação, sem fins lucrativos, voltada à pesquisa e ao desenvolvimento da prevenção e do tratamento de stress no mundo.

Limpinho (2022) defende ainda que é aceitável que em uma organização exista alguma taxa de rotatividade, por trazer alguns benefícios, como ideias e formas de liderança novas, para que possa estar sempre se mantendo atualizada, mas caso a taxa de rotatividade for muito elevada, ela perde seus aspectos positivos e torna-se um problema nas organizações.

Mobley (1992), por sua vez, confirma que a rotatividade não é unicamente negativa, porém as organizações não tratam as consequências organizacionais e individuais corretamente, direcionando os esforços apenas para a estimativa dos custos da rotatividade para a organização. Mesmo com a escassez das pesquisas na época, o autor acrescenta ser possível identificar inúmeras consequências positivas quanto negativas.

Devido à visão única voltada apenas para os custos do fenômeno, surgiram diversos modelos que procurassem explicar quais fatores estavam causando este fenômeno, porém mesmo crescendo o número de estudos empíricos, o campo se concentrava, na maior parte, em desenvolvimento e seus estudos

limitados a testar as relações entre as variáveis e o que as precederam sem terem um sistema para teorizarem (TORRES, 2015).

Não se deve pensar que o estudo da rotatividade se torna relevante apenas por impactar nos custos, considerando que este é um evento multicausal, ou seja, possui várias causas que até o momento não se sabia exatamente quais eram os causadores desse fenômeno. Isso fez com que a pesquisa atraísse um grande aumento no interesse dos pesquisadores, ajudando em seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que, devido à falta de sistematização teórica, tem-se uma maior dificuldade para se delimitar no campo do Comportamento Organizacional (TORRES, 2015).

A cada geração, o comportamento dos trabalhadores muda e um indicador disso é a atual geração que tem a qualidade de não se preocupar em perder o emprego, pois o seu objetivo é sempre crescer. Para Limpinho (2022), quando estes trabalhadores são contratados por uma empresa que não corresponde às suas expectativas saem da empresa, procuram melhores empresas para trabalhar, para que assim não percam o

foco do seu objetivo e o que desejam fazer e realizar.

Intenção de rotatividade

Um alto índice de rotatividade compromete os resultados da organização e consequentemente é dever da empresa levantar formas de manter os colaboradores, que são importantes para a sua eficiência, reconhecendo seu trabalho pela remuneração justa (FERREIRA; SIQUEIRA, 2005).

A saída do funcionário pode sinalizar que talvez estivesse tentando escapar de algo que lhe desagradasse, gerando um movimento na organização que pode fazer com que muitas pessoas estejam despreparadas para enfrentar os desafios na empresa produzindo um impacto negativo nos resultados e comportamento (MAGALHÃES, 2016).

De acordo com Magalhães (2022), o setor do varejo está entre os que mais empregam no país e, por outro lado, sofrem com a alta rotatividade. Para reduzir os casos de rotatividade, além de atuar na causa é necessário entender em quais cargos ela ocorre. Também é importante levar em consideração o motivo que leva os

funcionários a pedirem demissão, para tomar atitudes que resolvam os problemas.

Um meio para entender o que está causando a rotatividade na empresa são os funcionários que pediram demissão. Eles revelam seus motivos, por isso é importante a entrevista de desligamento. Várias empresas utilizam isso para captar dados (MAGALHÃES, 2016).

Para reduzir a rotatividade é necessário ter qualidade de vida no ambiente empresarial, por isso é importante cuidar do clima organizacional. Entre os erros cometidos pelo varejo está o equivocado equilíbrio de horas de trabalho e de repouso, que devem ser padronizados para os colaboradores, sem privilegiar alguém (MAGALHÃES, 2016).

Segundo Siqueira *et. al* (2014), o ato de um colaborador se desligar de forma voluntária de uma empresa é um comportamento próprio, ou seja, do indivíduo que está inserido nos domínios do fenômeno da rotatividade de pessoal e que pode provocar repercussões nocivas para as organizações, gerando custos tangíveis e intangíveis. Nesse caso, o *turnover* torna-se uma barreira para manutenção

de talentos que, por sua vez, criam valores para toda a cadeia produtiva e para aqueles que se relacionam com a empresa como os fornecedores, os clientes e a comunidade.

Por fim, para que as organizações possam perceber e tratar as questões que envolvem a intenção de rotatividade ou *turnover* faz-se necessário observar os indicadores de absenteísmo e presenteísmo relacionados aos seus quadros.

O presenteísmo trata de o funcionário estar em seu posto de trabalho, mas sua mente está distante e se mostra apática, sem interesse em suas atividades. Podem ser causas para esse problema o excesso de pressões e falta de reconhecimento. Um efeito disso é a ocorrência de vários erros devido ao baixo envolvimento com a atividade e o colaborador fica sempre pensando na hora de finalizar o expediente. Nos primeiros dias semanais, surgem questionamentos na mente dos funcionários sobre sua permanência na empresa. Começam a pensar sobre sua vida, isso tem o risco de provocar um mal sentimento, tendo possibilidade de provocar o presenteísmo (SOLIDES, 2019).

Já o absenteísmo, segundo Nascimento (2023), trata da ausência

do funcionário no posto de trabalho, seja por atrasos ou pelas faltas. A causa desse problema pode surgir por questões pessoais do trabalhador ou pode ser por problemas da empresa, como problemas de relacionamento no time. *Turnover* e absenteísmo são coisas diferentes, mas que podem estar diretamente ligados, pois se os números de um estão altos, existe grande possibilidade de o outro também estar.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se por ser predominantemente qualitativa. Quanto aos fins, utiliza-se o método descritivo, pois, após reunir as informações, faz-se a descrição da realidade e apresentam-se fatos que a comprovam. Quanto aos meios, utilizou-se o estudo de caso múltiplo, tendo por base duas empresas da cidade de Nova Serrana.

Para a coleta de dados foram utilizadas ferramentas como entrevistas para os gestores e questionários que também foram utilizados para os demais colaboradores das empresas pesquisadas. Os questionários são os instrumentos mais usados para o levantamento de informações,

possibilitando abranger maior número de pessoas e de informações, facilitando a tabulação e o tratamento dos dados obtidos, sendo aplicados através do *Google Forms*. A entrevista é uma técnica que permite uma maior proximidade entre entrevistado e entrevistador, obtendo maior versatilidade e oportunidade de obter dados relevantes (BARROS; LEHFELD, 2007).

Foram utilizadas entrevistas, com base em um roteiro único, envolvendo os gestores das duas empresas envolvidas, para que se pudesse obter um maior detalhamento do cenário atual destas empresas. Os questionários, por outro lado, foram aplicados aos funcionários que trabalham nestas empresas, em número de aproximadamente 80 (oitenta) colaboradores nas duas organizações.

A análise dos dados se deu, especialmente, pela análise de conteúdo no que se refere aos dados obtidos pelas entrevistas com os gestores. Godoy (1995) explica que essa análise tem o objetivo de examinar detalhadamente um ambiente, de um sujeito ou situação em particular, encaixando-se muito bem com o estudo que foi realizado. No

aspecto quantitativo, foi utilizada a análise de percentuais em relação aos dados obtidos por meio dos questionários, aplicados aos colaboradores.

No capítulo Considerações Finais, foram ainda resgatadas as hipóteses, objetivo geral, objetivos específicos, o problema, objeto de todo o trabalho, e ainda recomendações para estudos futuros naquilo que não se pode apurar, confirmar, atingir ou resolver na sua totalidade nesta pesquisa.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

As pesquisas foram realizadas nos setores de indústria e comércio na cidade de Nova Serrana, sendo a coleta de dados realizada em uma indústria calçadista e em uma rede de farmácias. Em relação à forma em que os dados foram coletados, realizaram-se entrevistas com os gestores, as quais ocorreram de forma remota. Aos funcionários, foram encaminhados questionários através do *Google Forms* para serem respondidos.

Respostas dos funcionários aos questionários

Inicialmente foram analisadas as respostas oferecidas pelos funcionários das duas empresas pesquisadas. A primeira questão apresentada foi referente ao ambiente de trabalho na empresa e no setor onde o funcionário trabalha, e se isso é favorável ao seu desempenho e bem-estar. Apurou-se que 50% dos funcionários da farmácia admitiram que o ambiente é agradável e ajuda no desempenho e bem-estar, o que não ocorreu com a mesma intensidade na empresa industrial (apenas 30%).

É sabido, entretanto, que o ambiente em uma unidade industrial é bem distinto do de uma farmácia, por fatores quase que óbvios (barulho, rapidez nas atividades, concentração etc.). Um ambiente favorável ao desempenho e bem-estar dos colaboradores reflete uma cultura empresarial positiva e, frequentemente, contribui para o desempenho geral da empresa, à medida que os funcionários, motivados e saudáveis, tendem a ser mais produtivos e comprometidos.

Em seguida questionou-se se gostam das funções que exercem em suas empresas. Percebeu-se que um

percentual elevado (em torno de 80%) dos funcionários da farmácia disse que sim, gostam do que fazem. No caso da indústria de calçados o percentual foi menor, em torno dos 50%. Isso pode, de fato, contribuir para uma redução na intenção de sair em ambos os casos. Entretanto, fica nítido que é preciso cuidar da questão motivacional, para que esta empolgação com o próprio trabalho não sofra com eventos negativos e com falta de reconhecimento.

Nesse mesmo sentido, foi perguntado aos funcionários das duas organizações se existem premiações ou recompensas por bom desempenho. Quando as respostas são comparadas, pode-se perceber que, na farmácia, acontecem premiações com maior frequência, mas nada expressivo (em torno de 30 %), o que pode estar mostrando certo descuido da administração desses quesitos. Ainda se pode acrescentar que as respostas foram muito diversificadas e até certo ponto evasivas. Na indústria os aspectos negativos foram mais destacados.

Outro ponto verificado está relacionado ao oferecimento de lazer e entretenimento para os funcionários. Os dados obtidos demonstram

resultados opostos nas empresas; enquanto a farmácia tem um percentual maior de respostas negativas, com colaboradores a quem nunca foi oferecido lazer ou qualquer forma de entretenimento, a indústria apresenta um significativo percentual de funcionários a quem sempre é oferecido, segundo os próprios respondentes.

Questionados sobre ocorrências de treinamento e capacitação, os dados obtidos apresentam-se bastante diversificados e uma situação muito parecida entre as duas empresas: em torno de 50% afirmam que recebem algum tipo de capacitação ou treinamento, com leve superioridade entre os da farmácia. De qualquer forma, prevalece o treinamento em serviço, ou seja, no próprio local de trabalho. Os dados mostram que, em ambos os casos, há necessidade de maior atenção por parte dos dirigentes neste aspecto.

A pesquisa ainda questionou os funcionários se eles tinham uma relação harmoniosa com os seus superiores. Quando se comparam os resultados obtidos nas empresas sobre a relação dos superiores com os empregados pode-se perceber um resultado mais favorável (quase 70 %)

na farmácia em que foi realizada a pesquisa, mas ambas as empresas apresentaram bons resultados, confirmando que os esforços estão produzindo resultados e que esses estão sendo notados pelos colaboradores.

Por fim, os colaboradores foram questionados a respeito da vontade de sair das empresas onde trabalham (intenção de rotatividade). Quando os dados da farmácia e da indústria de calçados são comparados pode-se notar que uma maior quantidade de colaboradores da farmácia declara vontade de deixar a empresa. Por outro lado, os da indústria calçadista demonstram que apreciam uma maior estabilidade e menor vontade de sair. As respostas deixam clara a importância de se abordar questões como retenção de talentos e satisfação dos funcionários, aspectos mais destacados pelos colaboradores.

Entrevistas com os empresários

Nas entrevistas com os gestores, quando questionados sobre ações ou investimentos realizados para promover o bem estar dos funcionários, nas empresas, percebeu-se que os dirigentes das duas empresas afirmam que sim, que existe este

direcionamento. No caso específico acrescentou-se que, além do bem-estar dos funcionários, são realizados investimentos na prevenção de acidentes, até mesmo pela diferença do tipo de trabalho realizado nas duas empresas.

Questionados a respeito do modo com que os gestores têm percebido a qualidade de vida no trabalho – QVT dos colaboradores dentro da empresa, embora as respostas tenham sido bastante diversificadas, notam-se esforços para garantir não só a satisfação e bem-estar dos funcionários individualmente, mas para toda a equipe envolvida nos processos. Foram relatadas atenção especial a possíveis conflitos, trabalho em equipe e ouvidoria para identificar problemas, especialmente os relacionados à convivência harmoniosa.

Em relação aos benefícios para as empresas que investem e promovem QVT, pode-se notar que os gestores estão cientes de seus benefícios e como a falta de investimento nessa área pode afetar o funcionamento de toda a organização e aumentar a rotatividade na empresa.

Na questão seguinte, observam-se como as ações realizadas

para promover a QVT impactam as empresas, como o trabalho realizado se torna mais eficaz a partir do ponto de vista dos gestores, como os próprios colaboradores ajudam na promoção da QVT, assim como os diferentes modos em que os resultados mudam de acordo com o que é realizado na empresa em relação à QV.

Em relação aos pedidos feitos pelos colaboradores das empresas para beneficiar a saúde e o bem-estar notam-se soluções diferentes. Os gestores da farmácia, demonstrando maior autonomia nas decisões, geralmente resolvem pessoalmente e de forma rápida diretamente com o colaborador. Na indústria, com uma autonomia menor, além das conversas pessoais, há também um sistema de caixa de sugestões, para somente depois encaminharem as possíveis soluções.

Para finalizar, foram questionados se, havendo preocupação com QVT, o índice de intenção de rotatividade cai. Percebe-se que, de acordo com as falas dos gestores, é possível sim evitar o surgimento da intenção de sair (intenção de rotatividade ou *turnover*), caso a empresa esteja disposta a tratar os seus colaboradores com respeito às

suas aspirações e necessidades no ambiente de trabalho e até fora dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizada a pesquisa foi possível refletir sobre a relação entre QVT e Intenção de rotatividade nas duas empresas estudadas, uma farmácia e uma indústria de calçados, além de entender como os gestores lidam com o assunto, e como trabalham para gerar melhores condições aos trabalhadores.

Em relação à hipótese de que a QVT em qualquer circunstância não interfere na intenção de rotatividade, pode-se afirmar que não foi confirmada, pois os autores e a pesquisa realizada confirmaram existir relação entre os dois constructos. A hipótese de que a QVT, quando considerada favorável ao trabalhador, faz diminuir a rotatividade, foi confirmada completamente, porque os resultados demonstram que as empresas pesquisadas fornecem boa condição de QVT. Os funcionários também possuem uma boa percepção de QVT e apresentam intenções menores de se desligarem da empresa.

Entretanto, mesmo que exista percepção de uma QVT

favorável na empresa é normal que existam movimentações de funcionários. Após estudos realizados sobre o tema nota-se que embora a QVT possa ter grande influência na intenção do colaborador se desligar da empresa, outros fatores podem influenciar, como interesses pessoais, por exemplo. Nessa condição, pesquisas apontam que QVT não é a principal causa de rotatividade; diante disso não foi possível com os dados obtidos apontar a principal causa dos desligamentos.

O objetivo geral tratava de "identificar a possível relação entre qualidade de vida no trabalho e intenção de rotatividade envolvendo funcionários que atuam diretamente nas empresas de Nova Serrana". Embora haja necessidade de se aprofundar mais nas investigações (novas pesquisas), restou comprovado que a QVT pode sim influenciar na intenção de sair ou permanecer por mais tempo na organização, com base no relato dos colaboradores, em especial.

Para futuros trabalhos recomenda-se o estudo desse tema em empresas que atuam em outros ramos de mercado, como de serviços, atacadistas, instituições financeiras e

unidades de ensino. Com isso, será possível realizar, de forma mais eficiente, a comparação dos resultados e avaliar a qualidade de vida no trabalho e sua relação com a intenção de *turnover*. Além disso, será possível reforçar a importância e mostrar a necessidade de os gestores buscarem ainda mais melhorias das condições de trabalho.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO FILHO, A.; MOREIRA, M. C. G. B. Saúde, trabalho e formação profissional. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia científica. São Paulo: PEARSON, 2007.

BORGE, I. Pesquisa: quais são os motivos que levam os funcionários a sair de uma empresa?. 2020. Disponível em: <<https://vocerh.abril.com.br/coluna/isis-borge/quais-sao-os-motivos-que-levam-os-funcionarios-a-sair-de-uma-empresa/>> Acesso em: 10 out. 2023.

BORGES, E. A. Qualidade de vida no trabalho e intenção de rotatividade: estudo com servidores de uma instituição pública de ensino superior. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -- Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública, Programa de Pós-Graduação em Administração, Brasília, 2018.

CONTE, A. L. Qualidade de vida no trabalho. Santa Catarina: FAE Business, 2003.

EASY. Pesquisa: O trabalho home office aumenta a qualidade de vida das pessoas. 2018. Disponível em: <<https://www.easycomtec.com/nosso-blog/o-trabalho-home-office-aumenta-a-qualidade-de-vida-das-pessoas>> Acesso em: 15 set. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ - FIEC. Descubra como alcançar a qualidade de vida no trabalho. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/especial-publicitario/fiec-federacao-das-industrias-do-estado-do-ceara/a-industria-em-foco/noticia/2023/01/06/ descubra-como-alcançar-a-qualidade-de-vida-no-trabalho.ghtml>> Acesso em: 16 out. 2023.

FERNANDES, E. C.; GUTIERREZ, L. H. Qualidade de vida no trabalho (QVT): uma experiência brasileira. 1988. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/download/179990/166564/457917>>. Acesso em: 12 maio 2023.

FERNANDES, E. Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar. São Paulo: Casa da Qualidade, 1996.

FERREIRA, M. L. C. B.; SIQUEIRA, M. M. M. Antecedentes de intenção da rotatividade: estudo de um modelo psicossocial. Organizações em contexto, ano 1, n. 2, dez. 2005, p. 47-67. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/1252/1267>. Acesso em: 12 maio 2023.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

GOMEZ, C. M. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no

Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.04922018>. Acesso em: 20 maio 2023.

KÜSTER, K. Ninguém para nessa empresa!. 2023. Disponível em: <https://hojepr.com/coluna-karla-ninguem-para-nessa-empresa/> Acesso em: 01 out. 2023.

LIMPINHO, M. H. V. C. A relação entre o Turnover e o grau de Satisfação no Trabalho da Geração Y (Millennials): o caso dos trabalhadores portugueses. 2022. 134f. Évora, 2022.

LUDOSPRO. Pesquisa: alinhe a expectativa do colaborador e retenha-o na empresa. 2020. Disponível em: <https://www.ludospro.com.br/blog/expectativa-do-colaborador-na-empresa>. Acesso em: 08 set. 2023.

MAGALHÃES, C. Como reduzir a rotatividade de colaboradores no supermercado. 2022. Disponível em: <https://www.casamagalhaes.com.br/blog/gestao-de-empresas/rotatividade-do-varejo/> Acesso em: 13 out. 2023

MAGALHÃES, G. A., A importância da formação de equipes de trabalho com pessoas comprometidas com os objetivos organizacionais visando a diminuição da rotatividade. Curitiba: [S. l.], 2016.

MOBLEY, W. H. Turnover: causas, consequências e controle. Porto Alegre: Ortiz, 1992.

MONTEIRO, S. *et. al.* Gestão de pessoas: a valorização do humano como um diferencial para o êxito de uma organização. out. 2015. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_213_265_27313.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

MOREIRA, E. G. Clima Organizacional. Curitiba: IESDE S.A. 2008.

MOREIRA, M. G. Qualidade de vida no trabalho: levantamento e análise de artigos publicados em periódicos e eventos. 2010. 66 f. Dissertação (Especialização em Gestão Estratégica) -- Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração, Belo Horizonte, 2010.

NASCIMENTO, T. do. Pesquisa: Absenteísmo; significado, como calcular, diminuir, exemplos e mais! 2023 Disponível em: <https://www.gupy.io/blog/absenteismo> Acesso em 29 out. 2023.

ORNELLAS, M. A alta rotatividade ou a grande debandada no mundo do trabalho. 2022. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/alta-rotatividade-ou-grande-debandada-mundo-do-marco-ornellas>. Acesso em: 17 set. 2023.

PALMERIM, J. Síndrome de *burnout*: Professor da Universidade Federal Fluminense realiza estudos sobre a promoção de saúde nos ambientes de trabalho, 2023. Disponível em: <https://www.uff.br/?q=noticias/11-04-2023/sindrome-de-burnout-professor-da-uff-realiza-estudos-sobre-promocao-de-saude-nos> Acesso em: 01 out. 2023.

LEMOS, C. A. P. Impacto do turnover na indústria calçadista de Nova Serrana. Revista Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (RIEC). Nova Serrana/MG, FANS, ano 01, v. 01, p. 7-8, maio/agosto, 2013.

PEREIRA, A. Por que a pressão no ambiente de trabalho impacta a saúde mental do trabalhador?. 2023. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/por-que>

press%C3%A3o-ambiente-de-trabalho-
impacta-sa%C3%BAde-mental-pereira>
Acesso em: 23 set. 2023.

POLIZZI FILHO, A.; CLARO, J. A. C. dos
S. 2019. O impacto de bem-estar no
trabalho e capital psicológico sobre
intenção de rotatividade: um estudo com
professores. *Revista de Administração
Mackenzie*, v. 20, n. 2, 2019.

RODRIGUES, M. V. C. *Qualidade de vida
no trabalho*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAÚDE E BEM-ESTAR. 2023. Pesquisa:
qualidade de vida. Disponível em:
<[https://www.saudebemestar.pt/pt/blog-
saude/qualidade-de-vida/](https://www.saudebemestar.pt/pt/blog-saude/qualidade-de-vida/)>. Acesso em: 08
set. 2023.

SIQUEIRA *et. al.*, M. M. M. *Novas
medidas do comportamento organizacional:
ferramentas de diagnóstico e de gestão*.
Porto Alegre (RS): Artmed, 2014.

SOLIDES. Pesquisa: O que é rotatividade e
qual o seu impacto para a empresa? 2019.
Disponível em:
<[https://blog.solides.com.br/o-que-e-
rotatividade/](https://blog.solides.com.br/o-que-e-rotatividade/)> Acesso em 29 out. 2023.

_____. Pesquisa: você sabe o que é
presenteísmo? Entenda como ele afeta a
empresa. 2019 Disponível em:
<[https://blog.solides.com.br/o-que-e-
presenteismo/](https://blog.solides.com.br/o-que-e-presenteismo/)> Acesso em 29 out. 2023.

TERRA, L. *Qualidade de vida no trabalho:
por que e quando investir?*. 2022.
Disponível em:
<[https://beecorp.com.br/qualidade-de-vida-
no-trabalho/](https://beecorp.com.br/qualidade-de-vida-no-trabalho/)> Acesso em: 13 set. 2023.

¹³ Pedagoga, Pós-Graduada em Educação;
Psicopedagoga com ênfase em Neurociência;
Orientadora Educacional do IES- Rede Pitágoras de
Ensino; Professora da FANS.

¹⁴ Graduado e Bacharel em Ciências Sociais e
Estudos Sociais, Licenciado em Letras, Pós-
graduado em Metodologia do Ensino Superior, em

TORRES, R. V. B. S. *Rotatividade no poder
executivo federal: uma análise das
intenções de sair e de permanecer dos
servidores comissionados*. 2015. 199 f.
Dissertação (Mestrado em Administração) -
-Universidade de Brasília, Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão Pública, Programa de Pós-
Graduação em Administração, Brasília,
2015.

VASCONCELOS, A. *Qualidade de vida no
trabalho: origem, evolução e perspectivas*.
Petrópolis: Vozes, 2001.

A CRISE DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM CONTRAPONTO A UMA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL Análise da problemática do ensino das Ciências Humanas e sua desvalorização institucional nas ações contemporâneas da Educação

Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva¹³
Márcio Geraldo Lomas¹⁴

RESUMO

Neste artigo, propomos analisar – sem
pretender esgotar o assunto, mas instigar

Geografia do Brasil, MBA em Gestão das
Instituições Educacionais, Ex-diretor e vice-diretor
de escola pública, Professor do IES- Bernoulli de
Ensino; Professor da FANS; de Ensino Médio e
cursos Pré-Enem e Pré-Vestibulares

novas análises e abordagens – os fundamentos atuais intencionais, desvalorizando o ensino das Ciências Humanas no Ensino Regular e no Superior. Há uma intenção deliberada de se enfraquecerem os estudos das Ciências Humanas, tanto nas escolas quanto nas universidades, visando a impedir avanços em pesquisas e leituras, alienando os alunos e toda a sociedade, tendo como consequência a desvinculação entre a crise brasileira – em seus vários aspectos – e a visão que se constrói sobre a mesma. Para tanto, recorremos a vários autores que corroboram a linha de estudo escolhida, a qual se vincula à dialética. Afinal, o enfraquecimento dos estudos sociais e humanos atende a quais interesses? Que tipo de profissional/cidadão se formará nas escolas e universidades?

Palavras-chave: Docência; Ciências Humanas e Sociais; crise; problemática; dilemas; superação.

ABSTRACT

In this article, we propose to analyze – without intending to exhaust the subject, but to instigate new analyzes and approaches – the current intentional foundations, devaluing the teaching of Human Sciences in Regular and Higher Education.

There is a deliberate intention to weaken studies in the Human Sciences, both in schools and universities, in order to prevent advances in research and reading, alienating students and society as a whole, resulting in the disconnection between the Brazilian crisis - in its various aspects – and the vision that is built on it.

For that, we resorted to several authors who corroborate the chosen line of study, which is linked to dialectics. After all, what interests does the weakening of social and human studies serve? What kind of professional/citizen will graduate from schools and universities?

Keywords: Teaching; Human and Social Sciences; crisis; problematic; dilemmas; resilience.

INTRODUÇÃO

O SER HUMANO EM CONSTRUÇÃO

*Ah, homens desse tempo
Não sabereis nunca o quanto
Aquele desprezível ser humano
Descobriu naquele momento!*

*Naquela mente
vazia
Que outra
mente
esvaziara
Um ser
humano novo
nascia
Que ele
mesmo sequer
imaginava.
O ser humano
emocionado
Olhou sua
própria
condição
Sua triste
condição de
ser humano
De ser humano
em destruição.
E olhando
firme para ela
Teve por
instantes a
visão
De que não
havia na vida
Tão triste outra
que a sua
solidão.*

*E foi dentro dessa nova condição
De um momento tão insano
Que, tal sua percepção*

*Conscientizou-se o ser humano.
Que o suor de seu dia a dia
Era o frescor e a riqueza dos outros.
Que sua miserável condição
Era o desdém dos outros.*

*E o ser humano disse:
Basta!
E o ser humano fez-se
resoluto
Na sua digna
desgraça.
Na desgraça
de ser humano
absoluto!*

(Lomas, Márcio. Paródia)

Com as recentes modificações nas Leis Trabalhistas no Brasil, cujo código remonta ao Estado Getulista, e com as altas taxas de desemprego no país – seja ele estrutural ou conjuntural – há uma legião de pessoas à mercê da conscientização do seu papel na construção social do país. As Ciências Humanas e as Sociais têm sofrido um desgaste acadêmico exacerbado, visando à sua destituição, retirando-lhe a importância de conscientização, reconhecimento e protagonismo.

O conhecimento científico tem uma importância singular e empreendedora nos países desenvolvidos, ao passo que o tecnicismo, a reprodução automática e robotizada do trabalho são enfatizados

nos países subdesenvolvidos. Que novo tipo de conhecimento se estabelece hoje?

“[...] um novo conceito quer de conhecimento, quer da sua relação com aqueles que o criam. [...] O conhecimento deve fluir como dinheiro para onde quer que possa criar vantagens e lucros. De fato, o conhecimento não é apenas como o dinheiro: é dinheiro [...]. O conhecimento, depois de quase dois séculos, divorciou-se da interioridade e literalmente desumanizou-se. Uma vez separado o conhecimento da interioridade, do comprometimento e da dedicação pessoal, então as pessoas podem ser levadas de um lado para o outro, substituídas umas por outras e excluídas do mercado.” (Bernstein, 1990: 155)

O conhecimento, portanto, segundo Bernstein, desumanizou-se! Logo, percebe-se que, conforme explicação das professoras Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima e Rita de Cássia Alves Horta, no artigo: As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã: “o pensamento científico nas ciências humanas e sociais busca explicar os fenômenos e os fatos sociais pela compreensão, utilizando-se da qualificação da expressão do homem como elemento fundamental no entendimento das questões que se impõem na vida cotidiana e em suas relações com o ambiente e com o próprio homem. Podemos dizer que as Ciências Humanas “nascem” com a “intenção” de compreender, explicar a rede social e prever seu funcionamento, na busca de respostas às necessidades concretas da sociedade, visando contribuir com a solução dos problemas”.

Dessa forma, pode-se depreender que há uma vinculação entre o desgaste do ensino das Ciências Humanas e Sociais nos meios acadêmicos e extramuros da escola e da universidade, com intenções subliminares, garantindo a alienação

progressiva, paulatina do educando, visando a uma construção social retrógrada, massificada e submetida aos ditames programados do mercado de trabalho.

AS ORIGENS DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DINAMISMO SOCIAL

As ciências humanas (também conhecidas como ciências sociais humanistas e ciência moral) referem-se à investigação da vida e atividades humanas através da metodologia fenomenológica, que reconhece a validade tanto da experiência sensorial quanto psicológica, incluindo, mas não necessariamente limitando, os modos humanísticos dentro do campo das ciências sociais e humanidades, como a história, sociologia, antropologia e economia.

Utilizando-se de uma metodologia empírica que engloba experiência psicológica, contrasta com a abordagem puramente positivista típica das ciências naturais, que excluem todos os métodos que não são baseadas em observações sensoriais. Assim, o termo é frequentemente usado para distinguir

não só o conteúdo de um campo de estudo das ciências naturais, mas também a sua metodologia.

As ciências humanas são um conjunto de conhecimentos que tem como objetivo o estudo do homem como ser social.

Também chamadas de humanidades, elas reúnem criteriosamente conhecimentos organizados sobre a produção criativa humana e do conhecimento, realizadas a partir de discursos específicos. Seu objetivo é desvendar as complexidades da sociedade, suas criações e pensamentos.

É importante ter em mente que em todos os lugares, os seres humanos estabelecem relações uns com os outros, sejam elas de amizade, afeto ou poder. As ciências humanas buscam compreender como estas relações se formam e de que maneira elas vão se estabelecendo ao longo do tempo.

Assim como a condição humana, elas também possuem um caráter múltiplo, onde abordam características teóricas como filosofia e sociologia, ao mesmo tempo em que abordam características práticas e subjetivas.

Por ser uma área do conhecimento que tem como objetivo o estudo do ser humano em sociabilidade, as ciências sociais têm em sua base disciplinas como filosofia, história, direito, antropologia cultural, ciência da religião, arqueologia, comunicação social, psicologia, teoria da arte, cinema, administração, dança, teoria musical, *design*, literatura, letras, filologia, entre outras.

Só através do mito da ciência asséptica, supra ideológica, 'que paira acima das paixões', seria possível pensar numa definição de objeto consensual. Sendo a sociedade de classes, logo conflituosa, e sendo as ciências expressões dessa sociedade, como esperar que nelas reine a harmonia? Os métodos de interpretação expressam posicionamentos sociais, em nível de ciência. A existência da diversidade metodológica expressa o conflito, que reina numa sociedade de classes. À luta de classes, corresponde a luta ideológica, que tem, no domínio do conhecimento científico, seu palco privilegiado. (MORAES, 1988)

Vivemos hoje um período conhecido já como Pós-Modernidade. Essa era pode ser definida como:

[...] a Pós-modernidade caracteriza-se de forma geral pela passagem da produção de bens para uma economia de serviços; a preeminência da classe dos profissionais e dos técnicos; o caráter central do saber teórico, gerador de inovação; a gestão do desenvolvimento técnico e do controle normativo da tecnologia; a criação de uma nova tecnologia intelectual. (De Masi, 2000).

Aliada à já conhecida *Era do Capitalismo Técnico-Científico*, a Pós-modernidade apregoa o fim do conhecimento global, humanista, valorizando o capital técnico, o profissionalismo como salvaguarda do sistema. As Ciências Humanas e Sociais entrariam como molas de contestação, de análise, de contraponto aos ditames do capital massificador e alienador.

Entretanto, há uma intenção social, política e governamental em diminuir cada vez mais o papel das Ciências Humanas. Com as mudanças implementadas no Ensino Médio, em que as disciplinas por áreas do conhecimento serão estudadas nos primeiros anos, enquanto no último ano o aluno poderá fazer opção, com

ênfase para temáticas mercadológicas, mostra-se claramente o papel que as Humanas ocupam. Língua Portuguesa, Matemática e Inglês têm sua carga horária garantida no plano curricular dos três anos, enquanto as humanas e sociais são opcionais.

Esse fato não é novo. Desde os anos 1990, já havia essa preocupação com a pauperização do ensino. Observe José William Vesentini, um dos maiores geógrafos da linha Geografia Crítica:

É provável que poucos de nós, professores de geografia, ainda hoje acreditemos que o papel da escola e do ensino da geografia seja o de 'ensinar fatos ou conhecimentos', que sejam 'neutros' no sentido de fruto de uma 'inatacável ciência' e adequados à vida do educando na sociedade, esta entendida como 'comunidade', ou seja, algo harmônico e alicerçado em laços de solidariedade. Aqueles que ainda pensam assim logo acabam por se tornar céticos, pois quem enfrenta a dura labuta de, durante anos a fio, em especial na rede oficial de ensino, ter que aturar a burocracia da educação, os baixos salários, a direção da escola (...) e o corpo discente 'refratário aos cânones e ao saber tão

bem selecionados
pelas autoridades
competentes' (...)

(...) Mas esse discurso tradicional ainda é eficaz? Sabemos que os meios de comunicação de massa já se apropriaram dele e, bem ou mal, até o dinamizaram, já que podem mostrar imagens e informações mais atuais. E sabemos também que o próprio Estado capitalista, praticamente em todas as partes do mundo, vive repensando o papel da escola, e se num novo papel teria lugar o ensino da geografia; e que os próprios alunos em geral queixam-se do caráter mnemônico e pouco atrativo das 'lições de geografia'.

(...)

É neste momento de 'crise' do ensino e 'crise' da geografia (estendemos, por nossa conta, a todas as chamadas humanidades) – o que significa que tendem a esgotarem-se os papéis tradicionalmente reservados à escola e à geografia na sociedade moderna, havendo a necessidade de uma redefinição, que pode dar-se ou “de cima para baixo” ou sob a pressão dos professores e geógrafos – que se coloca com mais

agudez a questão da luta de classes.

Para se entender e, necessariamente, superar a crise das ciências humanas em contraponto a uma sociedade em transição econômica, política e social, há que se alinhavarem causas e consequências, como no tópico a seguir.

TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE DAS HUMANIDADES PELA PERSPECTIVA DA CRITICIDADE E DA DIALÉTICA

Num belo poema, Bertolt Brecht indaga: “Que tempos são esses, quando falar sobre árvores é quase um crime? Pois, significa silenciar sobre tanta injustiça.”.

Pois bem, as humanidades existem também para garantir o grito contra as injustiças sociais, fazendo o homem transformar-se no senhor de sua história, seu protagonista. Há necessidade de se construir um saber das ciências humanas e sociais mais generoso, voltado exclusivamente para o progresso social.

Nessa acepção, há que se elencarem as seguintes propostas para intervenção no ensino das Ciências Humanas e Sociais:

- 1) Diante de uma visão única e engessada das Ciências Sociais e Humanas, **desenvolver novas visões e perspectivas.**

Construir uma 'geografia crítica' adequada a um ensino que vise não à reprodução das relações de poder, e sim uma percepção crítica, por parte do educando, do meio onde vive.
(VESENTINI, 1998)

- 2) **Adotar material didático que priorize a interação do aluno com o conhecimento**, em que o professor atue como mediador do processo de aprendizagem do estudante, criando situações e ações pedagógicas, as quais objetivem levar o mesmo a explicar e compreender a realidade vivenciada. O espaço precisa ser visto como a “materialização de diversos momentos históricos”.
- 3) Oferecer aos alunos, dentro de um tema, um **referencial teórico metodológico que aborde o entendimento das questões sociais, econômicas, políticas e ambientais, de forma integrada**, rompendo com a

dicotomia ao longo de séculos estabelecida.

- 4) **Inserir e capacitar o professor para a realidade atual**, marcada pelo meio técnico-científico-informacional, o qual estabeleceu verdadeira revolução na propagação do conhecimento de bens materiais e imateriais nas várias escalas.
- 5) **Não deslocar professor de outras áreas ou afins para lecionar humanidades.** O despreparo acadêmico e cognitivo da área compromete sobremaneira o processo ensino-aprendizagem. Se o professor da área não encontra parâmetros de atualidade para melhorar suas aulas, apesar de sua formação acadêmica específica e sua vocação, quiçá exigir o mesmo de professores migrantes de áreas diversas. Isso é feito por enxugamento de turmas, aproveitamento de carga horária de professor efetivo sem aulas. O docente, por não ser titular e nem habilitado, não desenvolve com

propriedade o currículo proposto.

- 6) **Trabalhar com o aluno, permanentemente, a pesquisa.** Ensinar exige pesquisa. Compete ao educador estimular os educandos para a visão mais complexa, aprofundada e com a força do contraditório para uma aprendizagem efetiva.

- 7) **Respeitar os saberes dos educandos.** Segundo Freire, é preciso estabelecer certa “intimidade” entre os saberes sociais, de oitiva, com os saberes acadêmicos, curriculares. Isso nos reporta a Vygotsky, na sua famosa teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal.

- 8) **Ensinar exige criticidade.** Segundo Freire,

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que

sugere alerta faz parte do fenômeno vital. Não haverá criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe praticamente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE:1999, pág. 35)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando o grande educador e cientista social, Carlos Rodrigues Brandão, “o educador cotidiano que recebeu na Universidade uma formação acrítica, não criativa e, não raro, imbecilizante, é conduzido vida afora, dentro dos inúmeros compartimentos da desigualdade acadêmica no Brasil, a REPETIR, ano após ano, aquilo que aprendeu e aquilo que a máquina do sistema sobre a educação almeja que o educador faça: reproduzir sem pensar, aceitar sem discutir, trabalhar sem questionar e educar sem criar. De algum modo, ele acaba sendo mais escravo do que o velho pedagogo das estatuetas gregas e mais desgraçado do que o mestre-escola da instrução mecânica.”.

Destarte, há de fato uma crise das ciências humanas, que é

sistêmica há décadas, de acordo com os interesses dominantes de cada período histórico. Neste momento, vivemos em uma sociedade, cujos pilares estão trincados, numa transição econômica, política e social. Há uma crise mundial e nacional, em que os fundamentos sociais de conquistas e lutas, como reforma trabalhista e pretensa reforma previdenciária são postas em contraponto aos direitos adquiridos ao longo da história dos trabalhadores e num espaço geográfico construído por meio do trabalho X capital. As ciências humanas e sociais, dentro do seu papel de mostrar a “*dialeiticidade*” das relações, vêm sendo diminuídas, com o propósito de se formar mão de obra técnica, uma extensão das máquinas. A visão crítica, progressista, de se tornar protagonista da história está sendo bombardeada. Há necessidade de se dar uma contribuição para se questionar essa perigosa tendência e fornecer subsídios para um ensino mais respeitado e produtivo.

Esta reflexão não esgota a discussão do assunto, porém esperamos estar contribuindo para o aprofundamento da discussão sobre o tema que inexoravelmente tem-se

inserido nas discussões contemporâneas em todos os meios científicos das diversas categorias profissionais, especialmente nas áreas do conhecimento ligadas às ciências humanas e sociais.

REFERÊNCIAS

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 12ª edição, 1999.
- STRECK, Danilo. R. *Pedagogia no encontro de tempos. Ensaio Inspirados em Paulo Freire*. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
- REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky. Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.
- PERRENOUD, Philippe. *Construir as Competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed. 1999.
- Vários autores. *Para Onde vai o Ensino de Geografia? Coleção Repensando o Ensino*. São Paulo: Editora Contexto. 1999.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia – Pequena História Crítica*. 8ª edição. São Paulo: Hucitec. 1998.
- ANTUNES, Ricardo (1995), *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- STOER, Stephen e MAGALHÃES, Antonio M.A (2002), *Escola para Todos e a Excelência Acadêmica: orgulhosamente filhos de Rousseau*. Profedições. Porto. Coleção Andarilho.
- MANFREDI, Silvia Maria (1998), “Trabalho, qualificação e competência profissional - das dimensões conceituais e

políticas”, *Educação e Sociedade*. 64,13-49.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS PRINCIPAIS CONFORMIDADES E DIVERGÊNCIAS EXISTENTES ENTRE AS TEORIAS ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO DE PESSOAS E A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA NO QUE SE REFEREM À MULTIFUNCIONALIDADE NAS EMPRESAS

Carlos Corrêa de Lacerda Junior¹⁵
Jesus Martins de Matos¹⁶
Kaita Françoise Silva¹⁷

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar uma análise comparativa entre as principais conformidades e divergências existentes entre as teorias administrativas de gestão de pessoas e a Legislação Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade nas empresas. Para tanto, iniciou-se com uma revisão bibliográfica relacionada ao tema e em seguida foi aplicada uma pesquisa descritiva e qualitativa, que foi realizada, no mês de outubro de 2020, com quatro pessoas que atuam no mercado de Nova Serrana/MG, sendo um empresário, uma advogada trabalhista, uma advogada empresarial e um gestor de pessoas. Foi possível concluir que os resultados da pesquisa foram satisfatórios para entender que é necessária uma mudança na Lei Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade, uma vez que isso irá trazer vantagens tanto para os gestores

quanto para os funcionários, pois eles terão mais segurança e benefícios.

Palavras-chave: Multifuncionalidade. Adequação de Funções. Funcionários.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a comparative analysis between the main similarities and differences between administrative theories of people management and Brazilian Labor Legislation regarding multifunctionality in companies. To this end, it began with a bibliographic review related to the topic and then a descriptive and qualitative research was applied, which was carried out in October 2020, with four people who work in the market of Nova Serrana/MG, being a businessman, a labor lawyer, a corporate lawyer and a people manager. It was possible to conclude that the results of the research were satisfactory to understand that a change in Brazilian Labor Law is necessary regarding multifunctionality, since this will bring advantages to both managers and employees, as both will have more security and benefits.

Keywords: Multifunctionality. Functional Adequacy. Employees.

INTRODUÇÃO

A multifuncionalidade, por vezes, é vista como um acúmulo ou desvio de funções, por conseguinte as empresas correm o risco de ter processos trabalhistas relativos a isso e preferem manter o funcionário em somente uma função até o promover para outra função dentro da empresa.

Pode-se destacar que o mercado exige profissionais

¹⁵ Mestre em Administração de Desenvolvimento Organizacional. Professor da FANS

¹⁶ Graduado em Ciências Contábeis pela FANS

¹⁷ Graduada em Ciências Contábeis pela FANS

multifuncionais e as empresas buscam por funcionários que consigam trabalhar em funções diferentes, mas a não permissão deste fato pela lei brasileira atrapalha o funcionamento da organização.

Por um lado, os funcionários também começaram a entender que é vantajoso aprender uma nova função, pois isso facilita o seu crescimento profissional e ajuda principalmente em sua valorização e promoção dentro da empresa, além de agregar funções em seu currículo para quando ele for trabalhar em outra organização.

Para as empresas também existem vantagens, pois elas podem aumentar a sua produtividade e diminuir os custos com mão de obra se tiverem profissionais multifuncionais, sendo que, além disso, os funcionários que atuam em mais de uma função têm um conhecimento maior sobre a empresa e conseguem contribuir mais com o seu trabalho.

Diante do exposto, para desenvolvimento da pesquisa, buscou-se reunir informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as principais conformidades e divergências existentes entre as teorias administrativas de gestão de pessoas e

a Legislação Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade nas empresas?

Gestão de Pessoas

De acordo com Rocha (2018), uma empresa é feita de pessoas e elas que vão fazer parte do seu sucesso ou insucesso nos negócios, pois de nada adianta ter dinheiro para aplicar em um produto ou serviço se não há investimento suficiente nos colaboradores que irão ajudar a alcançar os objetivos empresariais.

Segundo Patrício (2006), a gestão de pessoas corresponde às diversas funções relacionadas ao gerenciamento do pessoal na empresa, incluindo os processos de inclusão de novos funcionários, escolha de cargos, desenvolvimento, recompensa e monitoramento.

Rocha (2018) complementa que a gestão de pessoas é como um conjunto de práticas voltadas para maximizar o potencial dos comportamentos humanos e para que isso seja atingido são aplicadas metodologias com o objetivo de desenvolver o capital humano na empresa.

Sobre a evolução da gestão de pessoas, pode-se destacar que,

durante toda a era industrial, as organizações eram entendidas como conjuntos articulados e integrados de recursos humanos, financeiros, materiais, tecnológicos, entre outros, sempre no sentido de alcançar os objetivos organizacionais, sendo que esse conceito perdurou até o final do século passado e foi perfeitamente adequado para a época, mas hoje na era da informação esse conceito perdeu a vitalidade (CHIAVENATO, 2015).

Nesse contexto, Knapik (2008), destaca a necessidade de a área de gestão de pessoas conhecer sobre a organização de forma completa:

A área de gestão de pessoas necessita conhecer bem a organização, seu ambiente de trabalho, suas crenças, seus valores, sua missão e visão, o clima de trabalho e a cultura empresarial para que possa gerenciar seus talentos e criar uma relação de “ganha-ganha” entre empresa e colaboradores. (KNAPIK, 2008, p. 14)

Para Rocha (2018), essa mudança de processos veio para tentar minimizar a alta rotatividade conhecida também como *turnover*, que é a taxa de pessoas que deixam a organização em um determinado período de tempo.

Esse é um dos indicadores que quantificam um dos aspectos qualitativos da gestão de pessoas, uma vez que a taxa de *turnover* vai ser capaz de identificar como a retenção de talentos da sua empresa está se apresentando.

Conforme descrito por Rocha (2018), um dos grandes objetivos da gestão de pessoas é criar e reter talentos e a taxa de *turnover* vai ser capaz de identificar se esse objetivo está sendo cumprido ou não. Nesse sentido, caso a empresa observe que esse indicador se encontra com uma taxa muito alta, é importante ir atrás e identificar o que está motivando as pessoas a saírem, para assim ser capaz de corrigir esse problema e fazer com que os investimentos realizados na equipe sejam capazes de gerar resultados para a organização.

Conceituação de “*Turnover*”

Segundo Pinheiro; Souza (2013), o termo em inglês *turnover* que, em português significa rotatividade, pode ser conceituado como a entrada e saída de empregados em uma empresa, sendo que tanto os pedidos de dispensa realizados pelos empregados ou as dispensas por parte

do empregador são considerados como *turnover*.

De acordo com Arbache; Costa (2018), o *turnover* inclui qualquer tipo de saída de funcionário da empresa, ou seja, até as aposentadorias devem entrar no cálculo de *turnover*, uma vez que, para cada saída, a empresa necessariamente irá contratar um substituto se for manter a mesma estrutura de cargos e funções.

Conforme descrito por Silva (2014), as movimentações de funcionários na empresa que compõem o *turnover* podem ocasionar uma insegurança na organização e também trazer reflexos que ela não espera no decorrer em sua atividade.

Para tentar evitar o *turnover* é importante descrever suas causas. De acordo com Arbache; Costa (2018), são vários os problemas que podem ocasionar o *turnover* e, dentre eles, pode-se citar: ambiente desconfortável e precário na empresa, salário inferior ao pago pelo mercado, problemas de relacionamento entre os funcionários, os proprietários e/ou gerentes, além do mau gerenciamento de pessoal.

Pode-se descrever que um alto índice de *turnover* gera custos altos para a empresa e elas devem ter muito cuidado com este índice, pois uma boa

gestão nesse sentido evita a perda de talentos e também a perda de capital financeiro, pois uma alta rotatividade faz com que as organizações fiquem desestimuladas a gastarem com treinamento para os seus funcionários e isso, conseqüentemente, pode causar um desinteresse no colaborador em continuar na empresa (SILVA, 2014).

De acordo com Arbache; Costa (2018), existem dois tipos de cálculos para o *turnover* e é relevante que a empresa faça a avaliação dos dois, sendo o primeiro considerado o fluxo de entradas e saídas e o segundo considerado somente o fluxo de saídas. O cálculo que engloba entradas e saídas está disposto na figura 1 abaixo:

Figura 1 – Fórmula para cálculo do índice de *turnover*

$$\text{Índice de turnover total} = \frac{\frac{\text{Entrada + saída}}{2}}{\text{Total de funcionários}} \times 100$$

Fonte: Arbache; Costa (2018).

Na fórmula para cálculo do *turnover* total, o valor de entradas corresponde às admissões do mês, as saídas correspondem aos desligamentos do mês e o total de funcionários, corresponde ao total de funcionários da

empresa (ARBACHE; COSTA, 2018). Já o cálculo do índice de rotatividade de pessoal, que considera somente as saídas de funcionários da organização e o total de funcionários do mês está apresentado na figura 2.

Figura 2 – Fórmula para cálculo do índice de rotatividade de pessoal

$$\text{Índice de rotatividade de pessoal} = \frac{\text{Saídas}}{\text{Total de funcionários}} \times 100$$

Fonte: Arbache; Costa (2018).

Nesse contexto, pode-se destacar que o *turnover* deve ser monitorado de perto pelos recursos humanos e devem ser feitas correções necessárias nos processos de admissão, seleção, treinamento e principalmente demissão, visando assim à redução da rotatividade na empresa (SILVA, 2014).

Multifuncionalidade

De acordo com Jones; George (2011), pode-se descrever a multifuncionalidade como a execução de funções diferentes por um mesmo colaborador, sendo comum o desenvolvimento de equipes que se tornam mais competitivas.

A multifuncionalidade é definida com a possibilidade do colaborador em

executar funções distintas dentro da empresa, ou seja, são utilizadas várias habilidades dos funcionários para a contribuição do funcionamento da organização (PATRÍCIO, 2006).

Segundo Rocha (2018), a multifuncionalidade é de interesse dos empresários, pois com ela os colaboradores podem exercer múltiplas tarefas, otimizando assim os recursos humanos com a redução do quantitativo de funcionários, ou seja, uma filosofia de uma empresa "enxuta" e flexível.

Pode-se destacar que algumas empresas buscam pela multifuncionalidade em sua equipe visando ao alcance da produtividade e melhores resultados organizacionais, com isso em alguns processos seletivos elas já exigem algo a mais do que as funções do cargo pretendido (GOLD, 2019).

Rocha (2018) destaca que, nesse cenário, as empresas de hoje estão buscando funcionários cada vez mais qualificados e surge a expressão Novas Formas de Organização do Trabalho (NFOT), que corresponde a um desenvolvimento da capacidade inovadora e produtiva das organizações tradicionais e adequação

do profissional às novas necessidades e dinâmicas do mercado.

Segundo Gold (2019), o trabalho evoluiu com o passar dos anos e as pessoas precisam entender que existe uma nova perspectiva sobre as funções exercidas por cada colaborador, pois o mercado se tornou muito competitivo e, conseqüentemente, mais seletivo.

De acordo com Gold (2019), existe uma preocupação no mundo empresarial com a retenção de talentos dentro das empresas, onde os gerentes de recursos humanos e responsáveis pela alta direção sempre buscam por incentivos e motivações que façam com que essas pessoas permaneçam na organização.

Dessa maneira, Rocha (2018) descreve que a multifuncionalidade pode ser analisada como uma mudança na organização do trabalho que não é determinada apenas pela inovação tecnológica e que para a organização, o sucesso dessa mudança implica também em ações mediadoras econômicas, políticas, ideológicas e psicológicas entre seus objetivos e os objetivos de seus colaboradores.

Segundo Patrício (2006, p. 26), “algumas funções mais específicas e essencialmente técnicas poderão não

ser tão exigidas na multifuncionalidade, sendo que as mudanças surgirão com a implementação do programa de multifuncionalidade”.

Multifuncionalidade e as Micro e Pequenas Empresas (MPE)

Segundo Mota (2009), as micro e pequenas empresas possuem uma estrutura organizacional mais simples e, na maioria dos casos, é o proprietário ou um único funcionário quem gerencia toda a empresa, fazendo com que uma só pessoa execute funções diferentes.

De acordo com Rocha; Sordi; Bianchi (2018), pode-se destacar que a multifuncionalidade é presente nas micro e pequenas empresas, uma vez que alguns empregados executam mais de uma função. Apesar disso, os autores destacam que isso não é regulamentado pela legislação brasileira e pode gerar processos para a empresa.

Para Brito (2016), nas grandes empresas os cargos necessariamente são bem definidos pelo fato do alto volume de transações, mas nas pequenas empresas ocorre muito a multifuncionalidade pois existe um número menor de funcionários e tarefas e, com isso, é comum o agrupamento de funções para um único funcionário.

Deve-se levar em consideração que a multifuncionalidade pode ser benéfica para o funcionário, tanto em questão de aprendizado em outra função e também para o seu crescimento dentro da empresa, mas quando ele começa a fazer uma função de faixa superior à sua tarefa atual, isso pode ser considerado um desvio de função, o que não é benéfico para o empregado (ROCHA; SORDI; BIANCHI, 2018).

Em complemento, Patrício (2006), destaca que para ter sucesso na multifuncionalidade que é comum nas micro e pequenas empresas, faz-se necessário inicialmente que o empregado conheça bem de sua função principal, pois só assim ele poderá render nesta nova função que vai ser inserida em sua rotina de trabalho.

Multifuncionalidade na legislação trabalhista brasileira

No Brasil, a multifuncionalidade ainda não está permitida em lei, mas existe um projeto para regulamentá-la. O Projeto de Lei nº 5.670 do ano de 2019 tem como objetivo permitir que as empresas contratem funcionários para mais de uma função, porém sempre mantendo uma função principal.

No texto do projeto ainda está descrito que tal regulamentação é necessária para se adequar aos novos métodos de trabalho e que os empregados vão participar do processo através dos sindicatos de sua categoria. No momento, o projeto está em caráter conclusivo e posteriormente deve ser analisado pelas comissões de Justiça, Constituição, Administração, Serviço Público e Trabalho.

Nesse contexto, apresenta-se o art. 444 do Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, correspondente à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e o art. 456 com o seu parágrafo único, também incluso no mesmo disposto legal.

Art. 444 - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

Art. 456 - A prova do contrato individual do trabalho será feita pelas anotações constantes da carteira profissional ou por instrumento

escrito e suprida por todos os meios permitidos em direito. Parágrafo único – Art. 456 - A falta de prova ou inexistindo cláusula expressa e tal respeito, entender-se-á que o empregado se obrigou a todo e qualquer serviço compatível com a sua condição pessoal.

De acordo com Rocha (2018), os artigos citados deixam a questão da multifuncionalidade imprecisa e faz-se necessária uma modernização da CLT, pois foi um documento criado na década de 1940 e que precisa ser adequado em alguns pontos para condizer com as novas relações de trabalho.

Pode-se destacar que existem ações na justiça onde os funcionários pleiteiam direitos dos seus empregadores por terem executados funções distintas do que foram contratados. Um dos processos com decisão é apresentado abaixo.

EMENTA:
ACÚMULO DE
FUNÇÃO.
INOCORRÊNCIA.
ART. 456,
PARÁGRAFO
ÚNICO, DA CLT. O
acúmulo de função
se caracteriza pelo
exercício de
atribuições diversas
daquelas para as
quais o trabalhador

foi contratado, com evidente sobrecarga de trabalho, de demandas e responsabilidades, sem a paga correspondente, encerrando a ideia de alteração prejudicial das condições de trabalho. Tal fato deve restar devidamente comprovado, com ônus processual do postulante (art. 818 da CLT). O exercício simultâneo de tarefas diferentes, executadas na jornada de trabalho, sem exigir maior capacitação técnica ou pessoal do empregado, compatíveis com a sua condição pessoal, não gera ao trabalhador o direito ao percebimento de acréscimo salarial. O poder diretivo assegura ao empregador a possibilidade de conduzir a realização das atividades contratuais dos empregados para adequar a prestação do labor às necessidades do empreendimento, conforme dispõe o art. 456. Parágrafo único, da CLT. Inexistente prova em contrário, presume-se que o reclamante se obrigou a todas as atividades

compatíveis com a sua condição pessoal. Essa é a hipótese dos autos. Recurso ordinário do reclamante a que se nega provimento. (Processo: ROT-0000948-11.2017.5.06.0015, Redator: Andrea Kest Bandeira de Melo, Data de julgamento: 06/11/2019, Primeira Turma, Data da assinatura: 07/11/2019).

Decisão: ACORDAM os Desembargadores da Primeira Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, por unanimidade, negar provimento a ambos os recursos ordinários. (BRASIL, 2019).

A decisão acima foi favorável à empresa, mas é importante ressaltar que é um assunto que pode gerar diversas interpretações e, em algumas delas, a empresa pode ter uma decisão desfavorável.

A dificuldade de interpretação da lei e os próprios impedimentos existentes nela atrapalham o funcionamento da empresa e Gold (2019), destaca que o mercado exige profissionais 4.0, ou seja, pessoas que consigam fazer mais de uma função dentro da empresa, mas em um mesmo

momento a legislação brasileira é contrária a isso e uma adaptação na lei poderá sanar este problema.

É interessante também destacar alguns pontos da CLT que têm ligação com os contratos e os desvios de funções. Um deles é o art. 442, que destaca que o contrato de trabalho corresponde ao acordo tácito ou expresso entre as partes e que as suas alterações também devem ser resultantes disso. O desvio de funções acontece quando o funcionário realiza outras funções além do que ele foi contratado e não recebe aumento salarial por isso. Vale lembrar que o art. 468 da CLT descreve que as alterações nos contratos podem ser feitas com o mútuo consentimento, mas sem que ocorram prejuízos para o empregado (BRASIL, 1943).

Caso ocorram situações de desvios de funções, cabe ao empregado provar, conforme apresentado no art. 818 da CLT e tal situação pode resultar em uma ação contra a empresa. Além disso, baseado no art. 483 da CLT, o empregado pode solicitar a sua rescisão seguida de indenização quando dele for exigido alguma tarefa além das definidas no contrato e

receber todos os direitos trabalhistas (BRASIL, 1943).

Contudo, pode-se destacar que se a CLT for seguida pelo empregador e pelo empregado, nenhum problema de ordem trabalhista irá ocorrer, pois tudo será feito com as permissões da legislação brasileira (BRASIL, 1943).

Procedimentos Metodológicos

De acordo com Tozoni-Reis (2010), a metodologia da pesquisa corresponde a todos os processos que o pesquisador irá fazer do seu início até a sua conclusão, na busca pela resolução de problemas e produção de conhecimento sobre algum assunto definido.

A pesquisa inicialmente foi bibliográfica e, segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa corresponde à utilização de materiais já desenvolvidos, como livros e artigos científicos. Pode-se destacar que, no referencial teórico deste estudo, foram utilizados livros, artigos, teses e monografias relacionadas com o tema.

Além de ser bibliográfica, a pesquisa também foi classificada como descritiva e Leão (2019) descreve que este tipo de pesquisa compreende a descrição de algum fato ou fenômeno, destacando suas características para

futuramente serem analisadas e interpretadas. A pesquisa em questão foi descritiva pelo fato de discorrer sobre multifuncionalidade nas empresas.

Em relação à abordagem, esta pesquisa foi classificada como qualitativa e Tozoni-Reis (2010), descreve que este tipo visa à compreensão e à interpretação dos fenômenos e fatos sociais de forma mais aprofundada. Por se tratar de um tema mais complexo e no qual podem existir opiniões divergentes, os pesquisadores optaram por realizar uma abordagem qualitativa nesta pesquisa, visando assim a melhores resultados.

A pesquisa correspondeu a um estudo de caso e Leão (2019) descreve que este tipo de pesquisa visa pelo estudo aprofundado e detalhado de poucos objetos, que podem ser pessoas ou empresas. Esta pesquisa foi realizada no mês de outubro de 2020, com quatro pessoas que atuam no mercado de Nova Serrana/MG, sendo um empresário, uma advogada trabalhista, uma advogada empresarial e um gestor de pessoas. Todos foram escolhidos por facilidade de acesso e o objetivo foi esclarecer pontos específicos sobre a

multifuncionalidade, compreendendo os seus benefícios para as empresas e para os funcionários.

Sobre a coleta de dados, a mesma foi realizada através de entrevista. Gil (2009) destaca que este método corresponde à formulação de perguntas para serem respondidas frente a frente com o entrevistado e isso possibilita algumas vantagens como, por exemplo, as respostas mais completas e possibilidade de inclusão de novas perguntas de acordo com as respostas do entrevistado. Para a resolução do problema e alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma entrevista presencial com cada um dos participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretendeu, inicialmente, apresentar uma análise comparativa entre as principais conformidades e divergências existentes entre as teorias administrativas de gestão de pessoas e a Legislação Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade nas empresas. Para tanto, foi feita uma revisão na bibliografia a respeito do assunto e foram realizadas as quatro entrevistas propostas na metodologia com pessoas que atuam no mercado

de Nova Serrana/MG, sendo um empresário, uma advogada trabalhista, uma advogada empresarial e um gestor de pessoas.

A pesquisa teve como problema “Quais principais conformidades e divergências existentes entre as teorias administrativas de gestão de pessoas e a Legislação Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade nas empresas? ” e este foi solucionado através das informações coletadas e analisadas, as quais demonstraram como a falta das multitarefas afeta na rotatividade da empresa, pois através das pesquisas foi possível identificar que com a possível aprovação da lei da multifuncionalidade que se encontra no Senado, o índice de rotatividade poderá ter uma queda significativa nas empresas do setor calçadista de Nova Serrana/MG, beneficiando tanto as empresas quanto os funcionários.

Sendo assim, foi apresentado como a lei trabalhista afeta na organização empresarial, pois existe o risco de processos trabalhistas contra as empresas devido ao acúmulo de funções e os colaboradores podem sair prejudicados em relação ao crescimento profissional. Dentro desse contexto, a pesquisa buscou identificar as soluções para a adequação às

novas necessidades empresariais, que correspondem ao colaborador e gestor 4.0 e demonstrou que um colaborador multifuncional é essencial para o desenvolvimento da empresa. Destaca-se que isso também contribui para o seu crescimento profissional, mas que para isso aconteça é necessária uma adequação na lei para que a empresa consiga adequar suas funções sem correr o risco de processos trabalhistas.

Em relação ao problema foram levantadas as hipóteses de que “a dificuldade de implantação da flexibilidade de tarefas nas empresas, pode ser resolvida com o desenvolvimento da multifuncionalidade”, “a multifuncionalidade traz benefícios para as empresas e também para os funcionários” e “a falta de legislação que permita a multifuncionalidade faz com que as empresas deixem de dar oportunidade de crescimento para alguns funcionários”. As três hipóteses foram confirmadas com a pesquisa teórica e com a análise das entrevistas realizadas, destacando a necessidade de alteração na legislação para permitir a multifuncionalidade e apresentando os benefícios para os funcionários e para as empresas.

O objetivo geral da pesquisa foi “apresentar uma análise comparativa entre as principais conformidades e divergências existentes entre as teorias administrativas de gestão de pessoas e a Legislação Trabalhista Brasileira no que se refere à multifuncionalidade nas empresas” e ele foi alcançado através da análise das entrevistas realizadas, destacando a opinião de cada participante em relação à multifuncionalidade.

O primeiro objetivo específico foi “demonstrar como a falta das multitarefas afeta na rotatividade da empresa” mostrando com a análise das entrevistas que essa situação tem grande contribuição na rotatividade, pois torna-se uma barreira para a empresa e também para o empregado. O segundo objetivo específico foi “apresentar como a lei trabalhista afeta na organização empresarial, limitando a funcionalidade do colaborador”. Assim como o primeiro objetivo específico, o segundo objetivo foi alcançado com a análise da entrevista e foi apontado que a não permissão para a multifuncionalidade prejudica o funcionário no aprendizado de novas funções e atrapalha a empresa na gestão dos cargos e funções. O terceiro objetivo específico foi “buscar soluções

para as adequações das novas necessidades empresariais”. Com a realização da análise foi possível alcançar este objetivo e o ponto principal é a necessidade de aprovação da lei da multifuncionalidade para adequação às novas necessidades empresariais. O quarto e o quinto objetivo específico foram respectivamente “demonstrar como um colaborador multifuncional é essencial para o desenvolvimento da empresa e seu crescimento profissional” e “apresentar os benefícios que podem ser gerados pela mudança de funções de acordo com a necessidade da empresa”, sendo que os dois foram alcançados na análise com o destaque dos benefícios para a empresa e para o funcionário, como por exemplo a redução da multifuncionalidade e possibilidade de crescimento profissional do funcionário.

A pesquisa propôs apresentar uma análise dos benefícios que podem ser gerados com a multifuncionalidade, adequando as funções de acordo com a necessidade da empresa, diminuindo os processos trabalhistas, a alta rotatividade e gerando mais segurança aos funcionários, além de contribuir para o seu crescimento dentro da organização.

Além disso, o trabalho visou demonstrar como as empresas são afetadas com a alta rotatividade e como a Lei Trabalhista Brasileira influencia para que esse índice cresça. Pensando nesse problema, os pesquisadores estudam a possibilidade de desenvolver uma planilha para cálculo do custo do *turnover* que possa facilitar o processo de tomada de decisão, pois essa é uma área pouco explorada e na qual as pessoas mostraram um grande interesse nessa ferramenta de trabalho.

Para os estudos futuros, sugere-se uma análise do que foi apresentado como possibilidade neste trabalho com os fatos realmente ocorridos caso a lei da multifuncionalidade seja aprovada. Na hipótese de não aprovação da lei, pode ser feito um estudo em outra cidade para comparar os resultados apresentados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, Marcius Alexchander de Carvalho. Terceirização e precarização das relações trabalhistas. Monografia (Graduação em Direito). Faculdade de Direito de Cachoeiro do Itapemirim. Cachoeiro do Itapemirim. 2017. Disponível em: <<https://fdci.br/arquivos/215/MARCIUS%20ALEXCHANDER%20DE%20CARVALHO%20ALCANTARA%20-%20VIA%20DEFINITIVA%20MONOGRAFIA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ARBACHE, Ana Paula Bastos; COSTA, Denize Athayde Dutra da. Recursos humanos: transformando pela gestão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=v9jDwAAQBAJ&pg=PT126&dq=turnover+gestao&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj5__f353qAhXeIbkGHZLiA9wQ6wEwAXoECAEQAAQ#v=onepage&q=turnover&f=false>.

Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Casa Civil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 25 jun. 2020.

_____. Portaria nº 397 de 09 de outubro de 2002. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Ministério do Trabalho. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/legislacao.jsf>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

_____. Projeto de Lei nº 5.670 de 24 de outubro de 2019. Acrescenta o art. 442-B à Consolidação das Leis do Trabalho e altera o seu art. 468 para dispor sobre o trabalho multifuncional. Câmara dos Deputados. Disponível em

<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2226884>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

_____. Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região. Jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho – 6ª Região. Recife. 07 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://trt-6.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/781465969/recurso-ordinario-trabalhista-ro-9481120175060015>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRITO, Marilucia dos Santos de. A importancia da gestão contábil nas micro e

pequenas empresas.. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis).

Universidade Católica de Salvador.

Salvador. 2016. Disponível em:

<<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/455/1/TCCMARILUCIABRITO.pdf>>.

Acesso em: 20 jun. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal como agregar talentos à empresa. 8. ed. Barueri: Manole, 2015.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLD, Miriam. Gestão de carreira: como ser o protagonista de sua própria história. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

KNAPIK, Janete. Gestão de pessoas e talentos. 2. ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

Disponível em: <

<https://books.google.com.br/books?id=K-CGLor1j90C&pg=PA6&dq=gest%C3%A3o+de+pessoas&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjEzqinm5DqAhW0HLkGHb-RDLIQ6wEwAHoECAEQAAQ#v=onepage&q=gest%C3%A3o%20de%20pessoas&f=false>>.

Acesso em: 20 jun. 2020.

JONES, Gareth R.; GEORGE, Jennifer M. Administração contemporânea. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=2d7g623qXhEC&pg=PA363&dq=multifuncional&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj1jtPEpIvqAhXEhbkGHXj-CTkQ6wEITDAE#v=onepage&q=multifuncional&f=false>>.

Acesso em: 19 jun. 2020.

LEÃO, Lourdes Meireles. Metodologia do estudo e pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores. Petrópolis: Vozes, 2019. Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?id=R92iDwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjW5KO4y5DqAhUbFLkGHS43BCI4ChDrATABegQIA>>

Acesso em: 19 jun. 2020.

xAB#v=onepage&q=descritiva&f=false>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MOTA, Anderson. *Estratégia competitiva*. Curitiba: IESDE Brasil, 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=jDihjsW9DXAC&pg=PA235&dq=trabalho+multifuncional&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjLWJo4vqAhXALLkGHbRzDqEQ6wEIZDAH#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PATRÍCIO, Raymundo de José. *Multifuncionalidade: um programa para capacitação dos funcionários da empresa Consel Consultoria e Projetos de Engenharia Ltda.. Monografia (Graduação em Administração)*. Universidade do Vale do Itajaí. Tijucas. 2006. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Raymundo%20de%20Jos%C3%A9%20Patr%C3%ADcio.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PAVANELLO, Letícia; JAEGER, Eliana V. *Rotatividade nas empresas: motivos internos e externos*. Revista Científica do Alto Vale do Itajaí. Universidade do Estado de Santa Catarina. Ibirama. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/revi/article/download/2316419004062015070/5435>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

PINHEIRO, Ana Paula; SOUZA, Dercia Antunes de. *Causas e efeitos da rotatividade de pessoal/turnover: estudo de caso de uma microempresa do setor de educação*. 2013. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT. Resende. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/58618723.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

ROCHA, Diogo Francisco Paulo da. *Análise da legislação trabalhista para a implementação da multifuncionalidade nas micro e pequenas empresas*. 2018. Tese (Mestrado em Administração). Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP. Campo Limpo Paulista. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/new/arq/pdf/mest>

rado/Documentos/producao_discente/DiogoFranciscoPauloRocha.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

ROCHA, Diogo Francisco Paulo da; SORDI, José Osvaldo de; BIANCHI, Eliane Maria Pires Giavina. *Legislação trabalhista e a implementação da multifuncionalidade nas pequenas empresas*. Revista da Micro e Pequena Empresa – FACCAMP. Campo Limpo Paulista. 2018. Disponível em: <<http://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/1210/pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SILVA, Rafael José da. *Turnover nas indústrias frigoríficas do município de Cacoal/RO*. 2014. Artigo (Graduação em Administração). Universidade Federal de Rondônia. Cacoal. Disponível em: <<http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1154/1/TCC%20-%20Turnover%20PRONTO%2017112014.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2020.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Metodologia da pesquisa*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2010. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?id=WN9ebtchQF0C&printsec=frontcover&dq=metodologia+da+pesquisa&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjZhP_3tZDqAhUXEbkGHWZeCDMQ6wEwB3oECACQAQ#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ZAGONEL, Sandra Regina. *O trabalho terceirizado a partir do olhar de uma trabalhadora terceirizada*. 2018. Monografia (Especialização em Sociologia Política). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57091/R%20-%20E%20-%20SANDRA%20REGINA%20ZAGONEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ANÁLISE FUNDAMENTALISTA PARA INVESTIMENTOS: Uma avaliação dos resultados do Grupo CCR no triênio 2021-2023

Hilton Wayner Junior¹⁸
Ciro Antônio Pereira Lemos¹⁹

RESUMO

O objetivo deste artigo foi apresentar uma análise dos demonstrativos do Grupo CCR no triênio 2021-2023 e o foco foi a realização de uma análise fundamentalista relacionada a indicadores de liquidez, retorno e rentabilidade. A organização em estudo é listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e atua no segmento de concessão de rodovias e aeroportos, possuindo atuação no Brasil e em países da América Latina. O grupo em estudo possui a comercialização de aproximadamente metade das ações do seu capital social e as demais ações são pertencentes a outros grupos ou estão disponíveis em tesouraria. Pode-se destacar que os estudos relacionados aos investimentos são de grande valia para os investidores, uma vez que eles podem utilizar as análises realizadas para definir em quais organizações irão investir. Os dados para as análises que foram realizadas no Grupo CCR foram retirados do sítio da instituição e do sítio da B3 e os resultados foram apresentados em forma de tabela no decorrer do trabalho. A análise realizada permitiu destacar que a empresa apresenta resultados consistentes relacionados a liquidez, retorno e rentabilidade e que também possui um bom valor de mercado. Esses dados positivos são importantes para os investidores e com base na pesquisa e na análise realizada considera-

se que o Grupo CCR é uma boa empresa para investir.

Palavras-chave: Análise. Investimentos. Ações.

ABSTRACT

The aim of this article was to present an analysis of the financial statements of the CCR Group for the 2021-2023 triennium, focusing on a fundamental analysis related to liquidity, return, and profitability indicators. The organization under study is listed on B3 (Brazil, Stock Exchange, Over-the-Counter) and operates in the highway and airport concession sector, with activities in Brazil and other Latin American countries. The group under study has approximately half of its share capital traded, with the remaining shares belonging to other groups or available in treasury. It is worth noting that studies related to investments are highly valuable for investors, as they can use the analyses conducted to decide which organizations to invest in. The data for the analyses conducted on the CCR Group were obtained from the institution's website and the B3 website, and the results were presented in table form throughout the work. The analysis highlighted that the company shows consistent results related to liquidity, return, and profitability and also has a good market value. These positive data are important for investors, and based on the research and analysis conducted, the CCR Group is considered a good company to invest in.

Keywords: Analysis. Investments. Stocks.

1 Introdução

¹⁸Graduado em Administração e Ciências Contábeis. Pós-graduado em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria. Mestrando em Administração pela Must University. E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

¹⁹Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

Os investimentos no mercado de ações têm crescido com o decorrer dos anos. Com os avanços tecnológicos, uma pessoa física consegue comprar e vender ações sem sair de casa. A tecnologia também permite um acesso contínuo e fácil aos demonstrativos periódicos das empresas, os quais os investidores podem acessar para avaliar em quais empresas pretendem investir.

A apresentação dos demonstrativos possui um modelo e período padrão, porém a análise cabe a cada investidor e este pode fazê-la ou contratar pessoas ou corretoras especializadas, que irão lhe indicar quais empresas são viáveis para investir, sempre de acordo com o seu perfil de investidor. Os investidores também podem utilizar análises elaboradas por autores e publicadas em revistas, periódicos científicos ou em sítios especializados.

Este trabalho se justifica pela necessidade de apresentação de uma análise de investimentos, visto que é um tema relevante e que irá contribuir com agentes que pretendem investir na empresa em estudo. O objetivo deste trabalho é apresentar a análise

realizada nos demonstrativos do Grupo CCR, no triênio 2021-2023, destacando os pontos positivos e negativos em cada indicador.

Para a realização deste estudo foi realizada inicialmente uma pesquisa sobre as informações do Grupo CCR no site da organização e, posteriormente, realizado um levantamento e coleta de dados constantes dos demonstrativos da empresa no site da B3. Os dados selecionados para análise foram do triênio de 2021-2023 e esta escolha mais ampla (de três anos) foi realizada com o intuito de gerar uma análise mais robusta e com possibilidade de comparativos. Como complemento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos disponíveis de forma *on-line* na Plataforma *Scielo Brasil* e selecionados trabalhos publicados nos últimos cinco anos que eram relacionados com os termos “Investimentos” e “Ações”.

No decorrer deste artigo serão apresentados os índices de liquidez, retorno e lucratividade do Grupo CCR, além de uma análise dos resultados apurados pela organização no triênio 2021-2023. Por fim, será apresentada uma análise geral para verificar se a

organização em estudo pode ser considerada uma boa opção para se investir.

2 Análise de Investimentos

2. 1 Grupo CCR

O Grupo CCR atua em serviços de infraestrutura e possui foco em concessão de rodovias e aeroportos, além de outras atividades relacionadas à mobilidade urbana, conforme dados disponíveis no sítio da organização.

A empresa possui 25 (vinte e cinco) anos de mercado e atualmente administra 3.615 km de rodovias em 5 (cinco) estados brasileiros, além da administração de 20 (vinte) aeroportos no Brasil e na América Latina.

A empresa em estudo possui capital aberto na B3 e os seus ativos são comercializados com o código de negociação CCRO3. Possui 995.521.438 ações em circulação no mercado e o seu capital é composto por um total de 2.020.000.000 em ações ordinárias (ON).

O grupo possui 49,28% das suas ações comercializadas no Novo Mercado da B3 e as demais estão divididas entre os grupos Soares Penido (15,05%), Mover (14,86%), Itaúsa (10,33%) e Votorantim (10,33%), além de ações em tesouraria (0,15%).

2.2 Análise Fundamentalista

A análise fundamentalista é um dos métodos de análise de investimento e corresponde a um estudo que tem por base os demonstrativos apresentados pela organização. Cada investidor faz a escolha do método que considera mais assertivo e, após isso, realiza as análises.

As habilidades e experiências que um investidor adquire no decorrer da sua trajetória contribuem de forma positiva no seu perfil de investimento e tendem a padronizar o seu comportamento (SILVA & SOARES, 2023).

Um ponto interessante relacionado à análise fundamentalista é que os demonstrativos apresentados na B3 passam por auditoria antes de serem publicados; isso gera mais segurança para os investidores realizarem suas próprias análises e, em consequência, os investimentos.

Essa segurança é importante e os investidores entendem que empresas com boa gestão são menos arriscadas e, com isso, a possibilidade de o investimento retornar para o investidor é maior (Ribeiro & Souza, 2023).

2.3 Análise dos Índices de Liquidez, Retorno e Lucratividade

Neste estudo foram analisados os índices de liquidez, retorno e lucratividade do Grupo CCR, no período compreendendo o triênio 2021-2023. Os resultados apurados serão apresentados em sequência com as devidas análises.

Em relação aos índices de liquidez a empresa apresentou os seguintes resultados:

Tabela 1 – Índices de Liquidez

Liquidez	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Corrente	1,35	1,17	1,30
Seca	1,33	1,15	1,25
Imediata	0,78	0,49	0,54

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da B3.

Com base nos dados apresentados considera-se que, no período analisado, o Grupo CCR possui uma boa liquidez e isso é um ponto crucial para a empresa conseguir honrar seus compromissos. Como a empresa possui um baixo investimento em estoque, a liquidez seca possui um valor bem próximo da liquidez corrente. Os valores apurados na liquidez imediata ficaram abaixo de 1,00, porém

não é nada anormal por se tratar de um cálculo que considera apenas as disponibilidades em comparação para todos os saldos do passivo circulante da organização.

Em relação aos índices de retorno, a empresa apresentou os seguintes resultados:

Tabela 2 – Índices de Retorno

Retorno	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Retorno s/ Ativo (ROA)	1,95%	8,33%	3,39%
Retorno s/ PL (ROE)	9,40%	35,63%	14,18%

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da B3.

Os índices de retorno apurados demonstram que a empresa gerou um bom retorno sobre o ativo e sobre o seu patrimônio líquido no período em análise. Vale destacar que o melhor resultado foi alcançado no ano de 2022, mas em todo o triênio a organização teve um resultado satisfatório.

Esses resultados são importantes para os acionistas, uma vez que eles fazem os investimentos com a expectativa de retorno. Em uma

análise conjunta dos índices de liquidez e de retorno, pode-se dizer que a empresa possui uma boa gestão financeira e econômica.

Ainda em relação aos índices de retorno, cabe destacar o valor de mercado da empresa que foi calculado com base na quantidade (995.521.438) e valor das ações (R\$ 13,23) comercializadas na B3. O resultado encontrado foi de R\$ 13.170.748.624,74. Para o cálculo foi utilizado o preço final do dia 09 de agosto de 2024.

O resultado obtido demonstra que a organização possui um bom valor de mercado e que está de acordo com o volume das suas operações atuais.

Já em relação aos índices de lucratividade, a empresa apresentou os seguintes resultados:

Tabela 3 – Índices de Lucratividade

Lucratividade de	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Margem Líquida	6,58 %	21,96 %	9,80 %
Lucro por Ação	R\$ 0,34	R\$ 2,05	R\$ 0,84

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da B3.

Os índices de lucratividade demonstram que a empresa obteve um resultado satisfatório no período analisado e que o destaque foi para o ano de 2022, assim como ocorreu nos índices de retorno.

A organização apresentou lucro em todos os períodos do triênio e isso demonstra uma constância em resultados positivos, e isso colaborou para a apresentação de bons índices de liquidez, retorno e lucratividade.

De modo geral, a empresa apresentou um resultado satisfatório em todos os índices analisados, mas pode-se destacar que, no ano de 2022, foram apresentados os melhores resultados nos índices de retorno e lucratividade.

Com base nos dados obtidos, considera-se que a empresa possui grande possibilidade de honrar com os seus compromissos, uma vez que os índices de liquidez corrente e imediata apresentados foram superiores a 1,00. Os valores encontrados em todos os anos do triênio mostram uma estabilidade em relação à liquidez.

Partindo para os índices de retorno, foi verificado que a empresa possui uma boa rentabilidade sobre o seu ativo e o seu patrimônio líquido e esses resultados foram bons durante

todo o triênio, porém, no ano de 2022, a empresa apresentou um resultado melhor do que nos demais. Este é outro ponto positivo, pois demonstra que a empresa também possui uma estabilidade de resultados positivos em relação aos índices de retorno e, além disso, possui um bom valor de mercado.

Por fim, a organização também apresentou resultados positivos em relação aos índices de lucratividade, os quais também tiveram um destaque no ano de 2022. Esse resultado demonstra que a empresa possui uma boa gestão e que isso está sendo confirmado com os bons índices de liquidez, retorno e lucratividade. De acordo com todo o estudo e análise que foi realizada, considera-se que o Grupo CCR é uma boa organização para se investir.

3 Considerações Finais

Nesse artigo, o objetivo foi realizar a pesquisa e a análise dos demonstrativos do Grupo CCR no período de 2021-2023. O objetivo proposto foi alcançado por meio da análise dos dados disponíveis no site da B3 e apresentação dos resultados obtidos no decorrer do trabalho.

De acordo com a análise realizada pode-se destacar que o Grupo CCR apresentou resultados consistentes no triênio, uma vez que foram alcançados resultados positivos nos índices de liquidez, retorno e rentabilidade durante todo o período em estudo. Além disso, a empresa possui um bom valor de mercado e, com isso, é uma boa opção de investimento no Brasil.

4 REFERÊNCIAS

- Empresas Listadas | B3. (2021). B3.com.br. https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.
- Home Page - CCR RI. (2024, July 29). CCR RI. <https://ri.grupoccr.com.br/>.
- RIBEIRO, J. E., & SOUZA, A. A. de ..(2023). Corporate governance index and market performance: evidence in the Brazilian stock market. *Revista Contabilidade & Finanças*, 34(92), e1756. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231756.en>.
- SILVA, M. F. da, & SOARES, R. O. (2023). Are financially sophisticated CEO's more efficient when it comes to investing? *Revista Contabilidade & Finanças*, 34(93), e1914. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231914.en>.

APEGO-ME A TI: a teoria do apego nos relacionamentos românticos

Fábio Vanderlei De Moura Sobrinho²⁰

Samuel Rodrigues Fazendeiro²¹

Resumo:

A Teoria do Apego de John Bowlby e Mary Ainsworth descreve o comportamento de apego como um sistema motivacional para as relações humanas. Esse estudo se justifica então pela necessidade de compreender como a literatura especializada tem abordado essa questão e quais fatores têm sido considerados nesse contexto tendo como foco os relacionamentos amorosos. Para tal, este estudo se norteou com a pergunta: de quais formas as primeiras relações de apego estabelecidas na infância afetam o estilo de apego na vida adulta? Tendo com objetivos identificar como as primeiras relações de apego estabelecidas na infância afetam o estilo de apego nos relacionamentos românticos na vida adulta, correlacionar o sistema comportamental e comportamento de apego a partir da teoria do apego e identificar como os modelos de apego afetam os relacionamentos românticos na vida adulta. Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, de caráter descritivo. Constatou-se que indivíduos com um padrão de apego seguro descrevem seus relacionamentos como satisfatórios, baseados em amizade, intimidade e confiança e enfatizam a capacidade de aceitar e apoiar o parceiro, mesmo diante de suas imperfeições. Por

outro lado, aqueles com padrões de apego inseguros descrevem seus relacionamentos como desagradáveis e carentes de intimidade, além de experiências marcadas por obsessão, desejo de reciprocidade e união.

Palavras-chave: Teoria do Apego. Relacionamentos Afetivos. Estilo de Apego.

Abstract:

John Bowlby and Mary Ainsworth's Attachment Theory describes attachment behavior as a motivational system for human relationships. This study is therefore justified by the need to understand how specialized literature has approached this issue and which factors have been considered in this context, focusing on romantic relationships. To this end, this study was guided by the question: in what ways do the first attachment relationships established in childhood affect the attachment style in adulthood? Aiming to identify how the first attachment relationships established in childhood affect the attachment style in romantic relationships in adulthood, correlate the behavioral system and attachment behavior from attachment theory and identify how attachment models affect romantic relationships in adult life. This work is an integrative bibliographic review, of a descriptive nature. It was found that individuals with a secure attachment pattern describe their relationships as satisfactory, based on friendship, intimacy and trust, and emphasize the ability to accept and support their partner, even in the face of their imperfections. On the other

²⁰ Psicólogo. E-mail: fabio.moura4011@gmail.com

²¹ Mestre em Ciências da Religião; Professor do curso Psicologia da Faculdade de Nova Serrana. E-mail: samuel.fazendeiro@yahoo.com.br

hand, those with insecure attachment patterns describe their relationships as unpleasant and lacking in intimacy, as well as experiences marked by obsession, desire for reciprocity and union.

Keywords: Attachment Theory. Affective Relationships. Attachment Style.

1. INTRODUÇÃO

Edward John Mostyn Bowlby foi um psicólogo, psiquiatra e psicanalista britânico, pioneiro na formulação da Teoria do Apego na década de 1950. Essa teoria propõe que o apego desempenha um papel crucial na sobrevivência e no bem-estar emocional dos indivíduos e é dividido em diferentes estilos que se desenvolvem durante a infância, influenciados pelas interações com as figuras de apego, sendo categorizados como seguro, inseguro-ansioso (ou ambivalente), desorganizado/controlador e inseguro-evitante (Abreu, 2019).

Bowlby argumentou que os seres humanos são inerentemente programados para buscar proximidade e segurança com figuras de apego, especialmente nas fases iniciais da vida (Becker; Crepaldi, 2022) e, a partir da sua teoria da vinculação humana,

proporcionou à psicologia uma compreensão profunda sobre a importância dos vínculos emocionais na primeira infância, oferecendo um olhar abrangente sobre como os relacionamentos afetivos estabelecidos nos primeiros anos de vida moldam o desenvolvimento humano, influenciando a forma como os seres humanos se conectam ao longo de toda a existência (Cavalcante, 2020).

Segundo Bowlby, (1989, 1990a e 1990b, 1995), os vínculos estabelecidos com os cuidadores primários ou "modelos de apego" são incorporados à estrutura de personalidade como modelos internos e gerais de funcionamento, determinando os comportamentos diante das situações da vida. Essa ideia encontra suporte em experimentos realizados por Mary Dinsmore Salter Ainsworth, nos quais a adaptabilidade das mães em novas situações foi reproduzida de maneira semelhante pelos seus filhos em diferentes fases de desenvolvimento, em termos de certas modalidades de apego (Abreu, 2019).

Ao estudar sobre a Teoria do Apego, notou-se que há uma lacuna nos textos acerca do papel que o apego estabelecido na infância tem sobre os

vínculos conjugais, sendo muito demonstrada a teoria em si, mas poucos os materiais que demonstram suas consequências nesses vínculos. Identifica-se, portanto, a necessidade de compreender como a literatura especializada tem abordado essa questão e quais fatores têm sido considerados nesse contexto.

Partindo da questão norteadora: de quais formas as primeiras relações de apego estabelecidas na infância afetam o estilo de apego na vida adulta? Esse estudo tem como pressupostos que a ligação entre criança e cuidador será internalizada pela criança como um modelo mental que servirá de base para a construção de todas as relações de amor na vida adulta. Logo, rupturas com a figura de cuidado podem fazer com que a criança busque interagir com pessoas com poucas emoções e desenvolver relações frias e superficiais pelo medo inconsciente de construir novos apegos. Acredita-se ainda que, quando os cuidadores estão disponíveis para atender às necessidades da criança pode resultar em um apego baseado em confiança e segurança.

O objetivo geral deste trabalho é identificar como as primeiras relações de apego estabelecidas na infância afetam o estilo de apego nos relacionamentos românticos na vida adulta. Já os objetivos específicos são correlacionar o sistema comportamental e comportamento de apego a partir da teoria do apego criada por John Bowlby com a colaboração de Mary Ainsworth e identificar como os modelos de apego afetam os relacionamentos românticos na vida adulta. Para tanto desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, analisada a partir da análise de conteúdo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA COMPORTAMENTAL E COMPORTAMENTO DE APEGO

A teoria do apego de Bowlby serviu como ponto de partida para o desenvolvimento de uma nova teoria da motivação humana, que integra elementos da biologia moderna, afeto, cognição, sistemas de controle e memória, bem como os aspectos relacionados ao desenvolvimento, manutenção e formação dos vínculos de apego (Becker; Crepaldi. 2019).

Segundo Bowlby, a Teoria do Apego enfatiza a importância da qualidade da interação entre a criança e o cuidador primário para o desenvolvimento de um senso de segurança e bem-estar, sendo o apego um vínculo afetivo inato que busca proximidade com uma figura de apego disponível, pais ou substitutos disponíveis, proporcionando ou não a segurança e preparação para lidar com o mundo (Becker; Crepaldi, 2019; Santos; Peixoto, 2020).

A internalização dos modelos de apego ocorre a partir das primeiras experiências de vinculação na infância, sendo acionados em situações de ameaça, medo ou estresse. O comportamento de apego é observado ao longo da vida, especialmente na ausência ou indisponibilidade da figura de apego. Na vida adulta, esses modelos são reproduzidos na busca por carinho, conforto e proteção, podendo ser complementados por novos vínculos afetivos (Souza; Hintz, 2019).

Segundo Santos e Peixoto (2020), Ainsworth em seu estudo sobre o apego analisou os fatores que contribuem para a proximidade e intimidade expressa nas interações

entre crianças e suas mães. Após a publicação desse estudo, houve uma colaboração significativa entre Ainsworth e Bowlby. Os trabalhos subsequentes de Ainsworth sobre o desenvolvimento socioemocional nos primeiros anos de vida destacaram que o modelo de apego formado durante a infância é influenciado pela maneira como os cuidadores principais tratam a criança, além de ser influenciado por fatores temperamentais e genéticos (Santos; Peixoto, 2020).

De acordo com Bowlby (1989), o apego é um mecanismo básico inerente aos seres humanos, semelhante aos mecanismos de alimentação e sexualidade, e é considerado um sistema de controle homeostático que interage com outros sistemas comportamentais. Segundo Bowlby (1973/1980), o relacionamento entre a criança e os pais se estabelece através de sinais inatos do bebê, que busca proximidade e, com o tempo, um vínculo afetivo genuíno se desenvolve com base nas capacidades cognitivas e emocionais da criança, bem como na consistência dos cuidados e na sensibilidade dos cuidadores. Dessa forma, o comportamento de apego evolui ao longo da vida, porém o sistema de apego não é baseado

apenas em associações de prazer, pois as crianças também podem se apegar a figuras abusivas, pois também se desenvolvem quando suas necessidades fisiológicas não são atendidas (Campos *et al.*, 2018).

2.2 AINSWORTH E AS CLASSIFICAÇÕES DE APEGO

Um aspecto de extrema importância nessa avaliação refere-se à confiança que a criança deposita no cuidador. Essa questão foi inicialmente estudada por Ainsworth *et al.* (2015), por meio de um procedimento conhecido como Procedimento de Situação Estranha (Santos; Alves; Abreu, 2021). O objetivo era medir o nível de ansiedade da criança na ausência da mãe e estudar as diferenças individuais em relação à capacidade de experimentar conforto ou desconforto ao explorar o ambiente desconhecido (Abreu, 2019).

Foi observado que um bebê de 12 meses de idade conseguiu explorar o ambiente de forma independente na presença de um desconhecido, utilizando sua mãe como uma base segura para suas investigações ambientais. Essa criança não demonstrou angústia com a ausência

repentina da mãe e a recebeu com entusiasmo e afeto ao retornar, buscando ser abraçada e permanecendo próxima por um bom tempo. Com base nesses comportamentos, o bebê foi categorizado por Ainsworth como seguramente apegado. Por outro lado, havia crianças que não exploravam o ambiente e mostravam-se assustadas na presença de um intruso, mesmo na presença de suas mães. Na ausência das mães, essas crianças demonstraram confusão e carência e, muitas vezes, rejeitaram o acolhimento materno ao retornarem, mostrando pouco interesse pelo retorno da mãe. Esses bebês foram classificados por Ainsworth como inseguramente apegados (ABREU, 2019).

Com base nos resultados, Bowlby afirmou que a maneira como a criança responde ao retorno de sua mãe após uma breve ausência é um indicativo poderoso da qualidade do relacionamento que ela experimenta. Além disso, foi observada a existência de uma terceira reação, na qual a criança demonstra ambivalência emocional ao reencontrar sua mãe, alternando entre buscar e resistir ao contato materno. Com base nos resultados do experimento e por meio

de estatísticas, Ainsworth *et al.* (2015) formularam os seguintes padrões de comportamento (ABREU, 2019):

2.3 O APEGO PROJETADO NOS RELACIONAMENTOS ROMÂNTICOS

De acordo com Ainsworth *et al.* (2015), os resultados do estudo indicaram que o vínculo formado entre a figura materna e a criança tem influência no comportamento, nos sentimentos e na personalidade. Dessa forma, bebês seguros tendem a desenvolver uma postura exploratória mais abrangente e uma personalidade estruturada, promovendo independência e autoconfiança. De acordo com Abreu (2019), indivíduos que cresceram ao lado de cuidadores afetuosos, presentes e com apoio e proteção, podem ter dificuldade em conceber realidades diferentes da sua própria. Isso cria a sensação quase inconsciente de que, mesmo em momentos difíceis, haverá sempre pessoas honestas prontas para ajudar,

Por outro lado, crianças inseguras apresentam comportamentos menos exploratórios e uma personalidade menos estruturada,

devido ao cuidado materno indiferente, frio e contraditório, o que gera desconfiança, ansiedade e medo (Coutinho; Caldas, 2022). Segundo Abreu (2019), crianças que cresceram com cuidadores abusivos ou negligentes podem apresentar dificuldades de acreditar na existência de ambientes que sejam confiáveis ou pessoas capazes de fornecer suporte e cuidado durante momentos difíceis. Em sua vida adulta, é provável que tenham dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e, caso o façam, não considerarão a possibilidade de que esses laços possam proporcionar qualquer aspecto de infalibilidade e segurança. Para eles, a vida será marcada pela escassez de valores, falta de conforto e uma previsibilidade excessiva em relação à felicidade e à solidão.

Fica claro então que o apego desenvolvido na infância serve como base para os relacionamentos interpessoais futuros, influenciando os comportamentos, emoções e escolhas de parceiros românticos na vida adulta (Dias, 2022). Deste modo, é importante destacar que os adultos tendem a buscar parceiros que representem a figura do cuidador primário e o apego formado com essa pessoa, buscando

conexão e segurança (Coutinho; Caldas, 2022).

Segundo Abreu (2019), Os modelos de apego influenciam a regulação emocional do indivíduo adulto em relação a cada um de seus cuidadores, a si próprio e às expectativas de tratamento. Os modelos de apego afetam também o planejamento do comportamento. Dessa maneira, esses modelos moldam os medos, desejos e expectativas do adulto em relação ao futuro.

3 METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica integrativa, de caráter descritivo. A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de pesquisa que utiliza como base de dados trabalhos já elaborados, objetivando construir novos conhecimentos sobre uma determinada teoria e contribuir para o desenvolvimento de novos estudos. (GIL, 2002).

Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2024. Como mecanismo de coleta de dados recorreu-se a bases de dados como o

Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Google Acadêmico (GA). As palavras chave utilizadas na busca foram: Teoria do apego, Apego e relacionamento, relacionamento romântico, modelos de apego. Os artigos selecionados para a pesquisa foram os publicados entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2024.

Para inclusão dos artigos, foram considerados os seguintes critérios, artigos em português e inglês publicados nos últimos cinco anos que abordem a temática estabelecida. Teses e dissertações serão excluídas. Foram encontrados 95 artigos nos sites de busca. A princípio, foram selecionados 35 artigos através da leitura dos títulos e exclusão de artigos duplicados, teses e dissertações. Após a leitura dos resumos, foram selecionados 27 trabalhos e um livro para a construção deste estudo, sendo 11 artigos para a revisão sistemática de conteúdo.

O desenvolvimento da revisão bibliográfica integrativa pode ser dividido em seis etapas, conforme apontado por Botelho, Cunha e Macedo (2014): 1ª etapa é a identificação do

tema e seleção da questão norteadora; 2ª etapa é o estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de artigos; 3ª etapa é a identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4ª etapa é a categorização dos estudos selecionados; 5ª etapa é a análise e interpretação dos resultados e, por fim, a 6ª etapa é a apresentação da revisão/síntese do conhecimento. A análise dos dados seguirá a abordagem Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011),

Foram analisados 11 artigos, sendo 9 revisões de literatura e 2 pesquisas de campo realizados no período entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024. Esse resultado demonstra que há uma crescente nos estudos que buscam compreender como o apego interfere nas relações durante a vida adulta, mas ainda há poucos estudos que objetivem compreender qual o papel dos modelos de apego propostos por John Bowlby e Mary Ainsworth nos relacionamentos românticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autores	Título	Objetivo	Como os modelos de apego interferem
Cerqueira; Rocha (2018)	Amor e relacionamentos amorosos no olhar da Psicologia	Discutir a experiência do amor em seus diferentes âmbitos, no sentido de melhor compreender os motivos que movem o ser humano na busca pelo relacionamento amoroso.	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, nos níveis de intimidade, na duração e na qualidade geral dos relacionamentos amorosos.
Santos (2020)	Dependência Emocional Nos Relacionamentos	Descrever a dependência emocional e apontar suas principais causas.	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, no desenvolvimento ou não de dependência emocional, dependência na tomada de decisões.

Murta <i>et al.</i> (2019)	Intimidade e apego no namoro: implicações de estudos de caso para prevenção à violência	descrever, por meio de um delineamento qualitativo, vivências de intimidade em relações de namoro.	Os modelos de apego podem interferir na disponibilidade e acessibilidade do parceiro, nas estratégias negativas ou positivas de resolução de conflitos a depender do modelo de apego, nos níveis de intimidade e na existência ou não de violência no namoro.
Andrade (2022)	Dependência Emocional Em Relacionamento Amoroso	Abordar a dependência afetiva, considerando que é uma pauta amplamente atendida em consultório, porém, pouco debatido no meio acadêmico.	Os modelos de apego podem interferir na escolha do tipo de parceiro, na duração da relação, no surgimento ou não de algum tipo de dependência emocional, no controle de sentimentos negativos, na esquiva de conflitos.
Santos (2023)	Implicações acerca da teoria do apego nos relacionamentos amorosos	Investigar as implicações da teoria do apego na vida amorosa.	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, nos níveis de intimidade, na disponibilidade de sair de casa para construir uma vida com os parceiros, nos níveis de satisfação pessoal.
Moreira; Madalena (2022)	A Dependência Emocional Na Manutenção De Relacionamentos Amorosos Abusivos: Uma Perspectiva Da Teoria Cognitivo-Comportamental	Analisar a influência da dependência emocional no desenvolvimento de um relacionamento abusivo diante de um estudo bibliográfico acerca do tema.	Os modelos de apego podem interferir na autopercepção do próprio valor perante o parceiro, na duração da relação, no surgimento de algum tipo de dependência emocional e na frequência da manifestação de sentimentos como ansiedade, medo e raiva.
Guimarães (2021)	Autocompaixão no relacionamento íntimo de jovens Adultos.	analisar a relação entre autocompaixão, conexão humana e isolamento no relacionamento	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, na existência de comportamentos disfuncionais, na duração

		Íntimo de jovens adultos.	do relacionamento, nos desejos de reciprocidade e na qualidade e dinâmica geral dos relacionamentos amorosos.
Trombetta1; Hintz (2020)	Presos no Cativeiro ou Sintonizados na Dança? Reflexões da Sexualidade do Casal Contemporâneo	O presente trabalho busca compreender como a intimidade impacta na sexualidade do casal contemporâneo através da comparação e diferenciação entre duas diferentes vertentes explicativas das dificuldades sexuais	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, nos níveis de intimidade e nos níveis de satisfação emocional e sexual.
Peixoto (2022)	Relacionamentos Amorosos: A Influência dos Estilos de Apego, das Cores, do Amor e do uso de Aplicativos de Namoro	Contribuir para a compreensão da dinâmica dos relacionamentos amorosos permeados pelo uso dos aplicativos de namoro.	Os modelos de apego podem interferir na escolha do tipo de parceiro, nas motivações pela busca de um parceiro, no conforto ou receio frente à intimidade, nas demonstrações de afeto, na escolha de vários parceiros simultâneos, na disponibilidade afetiva e sexual, na existência e intensidade de sentimentos de ciúme, insegurança.
Ishikawa (2021)	Luto do coração partido: compreendendo o processo de luto pelo término de um relacionamento amoroso	O objetivo deste estudo é compreender o processo de elaboração do luto pelo término de um relacionamento amoroso.	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de um parceiro, no conforto ou receio frente à intimidade, na existência e intensidade de sentimentos de insegurança e medo. Caso o atual acabe, na necessidade de repetidas afirmações de ser amado

			e na intensidade e duração do luto relacionado ao término.
Coutinho; Caldas, (2022)	O apego infantil projetado na vida adulta: a teoria do apego nos relacionamentos amorosos	Entender os tipos de apego na infância e suas consequências nos relacionamentos amorosos.	Os modelos de apego podem interferir nas motivações pela busca de parceiros, no conforto ou receio frente à intimidade, na duração e na qualidade geral dos relacionamentos amorosos.

Quadro 1: Artigos analisados

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

4.1 PADRÕES INTERNOS E O APEGO ESTABELECIDOS NA INFÂNCIA

De acordo com os resultados da análise, percebeu-se que os padrões internos e o apego estabelecido na infância têm grande influência nos relacionamentos românticos durante a vida adulta, podendo interferir de maneira a proporcionar a vivência de relações positivas pautadas em confiança e companheirismo no caso de um apego seguro, e relações de dependência, baixa intimidade ciúme e desconfiança no caso de apegos inseguros.

Esses resultados vão de encontro com o que diz Ainsworth (1978). Segundo Letícia Ishikawa (2021), o vínculo formado entre a figura

materna e a criança tem influência no comportamento, nos sentimentos e na personalidade. Dessa forma, bebês seguros tendem a desenvolver uma postura exploratória mais abrangente e uma personalidade estruturada, promovendo independência e autoconfiança (Ishikawa, 2021). De acordo com Abreu (2019), Ishikawa (2021), Cerqueira e Rocha (2018), indivíduos que cresceram ao lado de cuidadores afetuosos, sempre presentes para fornecer apoio e proteção, podem ter dificuldade em conceber realidades diferentes da sua própria. Isso cria a sensação quase inconsciente de que, mesmo em momentos difíceis, haverá sempre pessoas honestas prontas para ajudar.

Por outro lado, crianças inseguras apresentam comportamentos menos exploratórios e uma personalidade menos estruturada

devido ao cuidado materno indiferente, frio e contraditório, que gera desconfiança, ansiedade e medo (Coutinho; Caldas, 2022; Santos, 2023; Cerqueira; Rocha. 2018). Segundo Ishikawa (2021), Abreu (2019), Cerqueira e Rocha (2018), crianças que cresceram com cuidadores negligentes ou abusivos podem ter dificuldade em acreditar na existência de ambientes confiáveis ou pessoas capazes de oferecer suporte e cuidado durante momentos de dificuldade. Em sua vida adulta, é provável que tenham dificuldade em estabelecer vínculos afetivos e, caso o façam, não considerarão a possibilidade de que esses laços possam proporcionar qualquer aspecto de infalibilidade e segurança (Abreu, 2019).

Fica claro então que o apego desenvolvido na infância serve como base para os relacionamentos interpessoais futuros, influenciando os comportamentos, emoções, percepções sobre sexo e escolhas de parceiros românticos na vida adulta (Dias. 2022; Santos, 2023; Trombetta; Hintz. 2020; Murta *et al.* 2019).

4.2 APEGO ADULTO E SEU PAPEL NOS RELACIONAMENTOS AMOROSOS

Essa categoria foi construída pois, ao se analisarem os artigos, notou-se que cada modelo de apego pode proporcionar diferentes dinâmicas na vivência dos relacionamentos amorosos, tendo a cada modelo de apego suas particularidades manifestas nesses relacionamentos.

De acordo com os padrões de apego estabelecidos por Mary Ainsworth *et al.* (1978), os seguintes padrões de comportamento podem ser observados em relacionamentos amorosos de acordo com cada estilo de apego:

4.2.1 Padrão A (Inseguro Evitativo)

Na vida adulta, estes indivíduos possuem um elevado grau de autonomia, frequentemente evitam estabelecer vínculos emocionais profundos, pois se percebem como autossuficientes e imunes ao apego (Ishikawa, 2021; Oliveira 2020). Essa postura pode ser resultado de experiências confusas vividas na infância, levando-os a reprimir seus sentimentos. No contexto dos relacionamentos amorosos, essas pessoas se mostram contraditórias, podendo trair, mentir ou rejeitar seus parceiros quando a intimidade se torna intensa, devido ao medo de serem

rejeitados e enganados (Coutinho; Caldas, 2022; Peixoto, 2022; Guimarães 2021). Segundo Abreu (2019) e Peixoto (2022), indivíduos evitativos nas interações com o sexo oposto têm baixa intimidade, expressão emocional positiva e interação, além de altas emoções negativas. Isso resulta em interações percebidas como desagradáveis e carentes de intimidade, levando a menos tempo e interação com membros do sexo oposto. Na ausência de um parceiro romântico, eles têm falta de iniciativa em buscar e estabelecer intimidade com outros parceiros.

4.2.2 Pedrão B (Seguro)

Na vida adulta são indivíduos que possuem uma atitude positiva, independência, lembranças de experiências felizes sobre a infância, empatia e autoestima elevada (Peixoto, 2022; Guimarães 2021). No contexto dos relacionamentos amorosos, essas pessoas demonstram conforto com a intimidade e o afeto, conseguindo atender às necessidades de seus parceiros de forma afetuosa, compreensiva e proporcionando segurança emocional (Coutinho; Caldas, 2022; Peixoto, 2022; Moreira; Madalena. 2022). Segundo Cristiano

Abreu (2019), indivíduos seguros na vida adulta, contam com habilidades de relacionamento e baixa incerteza pessoal, tendem a ver os outros como confiáveis e bem-intencionados. Essas expectativas têm um papel importante na previsão do sucesso dos relacionamentos. O "otimismo interpessoal" de pessoas com modelo de apego seguro influencia seu comportamento e interpretação das ações dos parceiros românticos, contribuindo para a longevidade e sucesso dos relacionamentos (Abreu, 2019).

4.2.3 Padrão C (Inseguro Ansioso/Ambivalente)

Na vida adulta são indivíduos que apresentam níveis significativamente alto de proximidade emocional, expressão de sentimentos intensos, preocupação e ciúmes, muitas vezes têm experiências confusas e dependentes durante a infância.

No contexto dos relacionamentos amorosos, eles demonstram uma necessidade constante de aprovação e respostas dos seus parceiros, apresentando características de dependência, explosividade e ansiedade (Coutinho;

Caldas, 2022; Peixoto, 2022; Guimarães 2021). De acordo com Santos (2020), Andrade (2022), Moreira e Madalena (2022), os indivíduos com esse modelo de apego se mostram os mais propícios a desenvolver algum tipo de dependência emocional e permanecem em relacionamentos mesmo que prejudiciais por medo de ficarem sozinhos (Santos, 2020; Andrade, 2022).

Segundo Peixoto (2022), pessoas com modelo de apego ansioso tendem a se apaixonar facilmente, mas têm dificuldade em encontrar um amor verdadeiro devido à crença de que poucas pessoas estão dispostas a se comprometer da mesma forma. Seus relacionamentos amorosos são caracterizados por obsessão, ciúme, impulsos sexuais fortes e oscilações de humor.

4.2.4 Padrão D (Desorganizado/Controlador)

Na vida adulta são indivíduos que apresentam uma gama de emoções ambivalentes em relação à proximidade, experimentando desconforto e desconfiança em relação aos parceiros, além de baixa autoestima e autopercepção negativa.

Esses sentimentos são frequentemente acompanhados por desconfianças excessivas, impulsividade e explosões de raiva. No contexto dos relacionamentos, esses indivíduos demonstram um comportamento extremamente ciumento, agressivo e impulsivo (Coutinho; Caldas, 2022).

Conforme exposto é possível notar então que a Teoria do Apego desenvolvida por John Bowlby e Mary Ainsworth pode ser descrita como um sistema motivacional para as relações humanas, abrangendo não só os relacionamentos amorosos, mas também a relações interpessoais de modo geral (Cerqueira; Rocha, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender qual papel os modelos de apego propostos por John Bowlby e Mary Ainsworth desempenham nos relacionamentos românticos vivenciados na vida adulta, para assim compreender de que maneiras esses modelos afetam os níveis de satisfação, motivações na escolha de parceiros e as dinâmicas de relacionamentos amorosos de modo geral.

Observou-se que a Teoria do Apego desenvolvida por John Bowlby descreve o comportamento de apego como um sistema motivacional que quando aplicada aos relacionamentos amorosos, mostra que o papel do apego na vida humana envolve a confiança de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, promovendo um sentimento de segurança que fortalece o vínculo no caso de um apego seguro. No entanto, um vínculo malformado com a figura principal de apego na infância pode resultar em dificuldades nos relacionamentos na vida adulta, levando o indivíduo com um apego inseguro a buscar no parceiro o amor e o afeto que lhe faltaram.

Indivíduos com um padrão de apego seguro descrevem seus relacionamentos como satisfatórios, baseados em amizade, intimidade e confiança e enfatizam a capacidade de aceitar e apoiar o parceiro, mesmo diante de suas imperfeições. Por outro lado, aqueles com um padrão de apego evitativo descrevem seus relacionamentos como desagradáveis e carentes de intimidade, podem apresentar flutuações emocionais intensas, receio da intimidade e ciúmes. Enquanto isso, pessoas com

um padrão de apego ansioso tendem a relatar experiências marcadas por obsessão, desejo de reciprocidade e união, flutuações emocionais intensas, forte atração sexual, ciúmes e estão entre as mais propensas a desenvolver dependência emocional. Fica claro então que os modelos de apego estabelecidos na infância têm potencial para influenciar as relações amorosas em todos os tipos de relações interpessoais.

Este estudo limitou-se a estudar apenas os modelos de apego propostos pela teoria original de John Bowlby e Mary Ainsworth e sua influência nos relacionamentos românticos. Para futuros estudos, sugere-se abranger modelos de apego criados posteriormente por outros autores estudiosos do apego e analisar a teoria da vinculação de John Bowlby junto à teoria do primeiro ano de vida proposta por René Árpád Spitz.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. N.. Teoria do Apego: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas. Belo Horizonte: Artesão Editora, 2019. 57 p.
- ANDRADE, G. Dependência emocional em relacionamento amoroso. TCC's de Psicologia, p. 16-16, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.camporeal.edu.br/index.php/psico/article/view/639>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

- AINSWORTH, M. D. S.; BLEHAR, M. C.; WATERS, E.; WALL, S. Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation. Classic edition published. 2015.
- BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A. O apego desenvolvido na infância e o relacionamento conjugal e parental: Uma revisão da literatura. *Estud. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 238-260, jan. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 21 de nov. 2023.
- _____. Intergeracionalidade do apego infantil e reflexos na conjugalidade e parentalidade. *Contextos Clínicos*, v. 15, n. 3, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/24600/60749316>>. Acessos em: 30 de nov. 2023.
- BOTELHO, L.L.R; CUNHA, C.C.A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade · belo horizonte · v.5, n. 11, p.121-136 · maio/agosto 2014*. Disponível em: <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistematica-integrativa.pdf>. Acesso em: 01 de nov. 2023.
- BOWLBY, J. Apego e perda: Tristeza e depressão. São Paulo: Martins Fontes, vol. 3. 540 p. (1973/1980), reimpressão 2021.
- _____. Uma Base Segura: Aplicações Clínicas da Teoria do Apego. Artes Médicas, 1989
- _____. Formação e Rompimento dos Laços Afetivos. São Paulo: Martins Fontes. (1990a).
- _____. Apego - volume 1 da Trilogia Apego e Perda. São Paulo: Martins Fontes. (1990b).
- _____. Cuidados Maternos e Saúde Mental. São Paulo: Martins Fontes. (1995).
- CAMPOS, F. S. “Trauma Oculto”: um estudo sobre a dissociação a partir da teoria do apego. 2018. Tese de Doutorado. PUC-Rio. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34569/34569.PDF>>. Acessos em: 21 de nov. 2023.
- CAVALCANTE, Y. P. A vivência do luto complicado e as possíveis relações com o surgimento e desenvolvimento de um quadro depressivo uma abordagem baseada na teoria do apego de John Bowlby. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/26198>>. Acessos em: 30 de nov. 2023.
- CERQUEIRA, I. C.; ROCHA, F. N. Amor e relacionamentos amorosos no olhar da psicologia1. *Revista Mosaico*, v. 9, n. 2, p. 10-17, 2018. Disponível em: <<https://www.academia.edu/download/73874922/pdf.pdf>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.
- COUTINHO, C. A. S. O apego infantil projetado na vida adulta. *Revista Cathedral*, v. 4, n. 2, p. 52-62, 2022. Disponível em <<http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/473>>. Acessos em: 23 de nov. 2023.
- DIAS, A. G. F. Dependência emocional: uma perspectiva cognitivo-comportamental a partir da Teoria do Apego e dos Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDS). 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.unichristus.edu.br/jspui/handle/123456789/1403>>. Acessos em: 30 de nov. 2023.
- GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Edição 4, 2002, 176p.
- GUIMARÃES, J. S. et al. Autocompaixão no relacionamento íntimo de jovens adultos. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharel em Psicologia). Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. João Pessoa, 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.modulo.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2886/1/Jessica%20da%20Silva%20Guimaraes.pdf>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

ISHIKAWA, L. F. Luto do coração partido: compreendendo o processo de luto pelo término de um relacionamento amoroso. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em:

<<https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/26308>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

MOREIRA, M.; MADALENA, T. A dependência emocional na manutenção de relacionamentos amorosos abusivos: uma perspectiva da teoria cognitivo-comportamental. Cadernos de psicologia, v. 4, n. 7, 2022. Disponível em:

<<https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/3266>>.

Acessos em: 04 de jun. 2024.

MURTA, S. G. et al. Intimidade e apego no namoro: implicações de estudos de caso para prevenção à violência. Contextos Clínicos, v. 12, n. 1, p. 204-225, 2019. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822019000100010&script=sci_arttext)

34822019000100010&script=sci_arttext>.

Acessos em: 04 de jun. 2024.

PEIXOTO, A, C, F. Relacionamentos amorosos: a influência dos estilos de apego, das cores do amor e do uso de aplicativo de namoro. 2022. Trabalho de conclusão (Graduação em Psicologia) Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda/RJ Dezembro, 2022. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/28713/Trabalho%20de%20Conclus%c3%a3o%20de%20Curso_Ana%20Carolina%20Figueiredo%20Peixoto.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

SANTOS, G. A relação mãe-bebê e a teoria do apego de John Bowlby em

parceria com Mary Ainsworth frente às implicações na pós-infância e na vida adulta. Caderno De Graduação: Ciências Humanas e Sociais. UNIT - SERGIPE, v. 6, n. 2, 225 p. 2020. Disponível em <<https://periodicos.grupotiradentes.com/cadernohumanas/article/view/7731>>.

Acessos em: 21 de nov. 2023..

SANTOS, J. C.; ALVES, C. B.; DE ABREU, B. L. M. Teoria do Apego na Velhice: Revisão Integrativa de Literatura. Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, v. 10, n. 2, p. 87-98, 2021. Disponível em:

<<https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/372>>. Acessos em: 30 de nov. 2023.

SANTOS, V. M. G. Implicações acerca da teoria do apego nos relacionamentos amorosos. 2023. Monografia (Bacharel em Psicologia). Faculdade de Cuiabá – UNIFASIPE. Cuiabá - MT, 2023, 42 f. Disponível em:

<<http://104.207.146.252:8080/xmlui/handle/123456789/755>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

SOUZA, R.; HINTZ, H. C. Cuidados inconsistentes durante a infância e relações de apego na adolescência: um estudo de caso. Pensando famílias, v. 23, n. 2, p. 3-14, 2019. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200002>. Acessos em: 30 de nov. 2023.

SANTOS, T. C.; REIS, N. M. Dependência emocional nos relacionamentos. 2020. Monografia (Graduação em Psicologia) Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA. Ariquemes, 2020, 49 f. Disponível em:

<<https://repositorio.unifaema.edu.br/jspui/handle/123456789/2748>>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

TROMBETTA, P.; HINTZ, H. C. Presos no catifeiro ou sintonizados na dança?: Reflexões acerca da sexualidade do casal contemporâneo. Pensando famílias, v. 24, n. 2, p. 176-192, 2020. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000200014>. Acessos em: 04 de jun. 2024.

VARELA, D. F. S. Sexting, satisfação nas relações, satisfação sexual e estilos de vinculação: um estudo retrospectivo com adultos portugueses. 2022. Tese (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde).

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2022. Disponível em:

<<https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/18568>>. Acesso em: 30 de nov. 2023.

APONTAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL

Thomas D'Angelo Delabrida Couto²²

RESUMO

O presente texto propõe levantar aspectos históricos relevantes e, por vezes, desafiadores acerca da inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas regulares de Educação Básica, tendo como norte legislações específicas. Para isso foi feita uma pesquisa sobre a educação inclusiva, seus conceitos e origens no Brasil para se ter conhecimento de como se regulamenta tal fato, para, por fim, tentar fazer uma síntese acerca da situação atual da inclusão. A inclusão é direito e não dever.

PALAVRAS-CHAVE: Aspectos históricos. Educação. Inclusão.

ABSTRACT

This text aims to highlight relevant and sometimes challenging historical aspects regarding the inclusion of students with special needs in regular Basic Education schools, guided by specific legislation. To achieve this, a research was conducted on inclusive education, its concepts, and origins in Brazil, in order to understand how this issue is regulated, and ultimately attempt to provide a synthesis of the current situation of inclusion. Inclusion is a right, not an obligation.

KEYWORDS: Historical Aspects. Education. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a inclusão escolar atual exige um estudo sobre suas origens, incluindo quando, onde e por que começou, bem como suas implicações nos dias de hoje. No entanto, é mais importante do que entender o contexto histórico, entender o que realmente significa "inclusão", ou seja, analisar seus conceitos e aplicá-los ao contexto educacional.

2 O Conceito de Inclusão Escolar

²² Autor, Licenciado em Pedagogia. Bacharel em Letras/Libras. Pós-Graduação em Libras e Gestão Escolar. thomasdelabrida@yahoo.com.br.

A inclusão escolar é um tema que tem ganhado destaque nas discussões educacionais, tanto em âmbito nacional quanto local. O debate é frequentemente marcado por divergências, com pessoas defendendo diferentes pontos de vista. Para uma compreensão mais clara do que envolve a inclusão, é necessário primeiramente definir o conceito e conhecer as perspectivas de especialistas sobre o assunto.

De acordo com o Dicionário Aurélio, "inclusão" significa o "ato de incluir" e, especificamente no contexto educacional, refere-se à "inclusão de pessoas com necessidades especiais no processo educacional, profissional e social" (AURÉLIO, 2009). No entanto, alguns autores argumentam que a inclusão vai além de simplesmente inserir uma criança com deficiência em uma sala de aula. Para Forest & Pearpoint (1997), a inclusão envolve a forma como lidamos com a diversidade e as diferenças dentro do ambiente escolar.

Por outro lado, William Stainback e Susan Stainback (1999) veem a inclusão sob a ótica do valor social da igualdade, onde o foco está em garantir que todos os alunos, independentemente de suas

necessidades especiais, tenham acesso à mesma educação e convivam no mesmo ambiente. Assim, a inclusão reflete a prática de tratar todos os alunos de maneira igualitária, com respeito às suas individualidades e necessidades.

Para Mantoan (1997), a inclusão visa não deixar ninguém de fora do sistema escolar, adaptando-se às particularidades de cada aluno. A ideia é que a escola, assim como um caleidoscópio, deve se moldar de acordo com as necessidades de seus alunos, criando um ambiente de aprendizado único para cada indivíduo. No entanto, para que isso aconteça, a escola regular deve estar preparada, tanto em termos de estrutura quanto de capacitação docente, o que ainda representa um grande desafio no Brasil.

A sociedade, incluindo as famílias, tem um papel fundamental na aceitação e na adaptação dos alunos com necessidades especiais. A verdadeira inclusão depende da colaboração entre escolas, pais e comunidade, como destacam Forest & Pearpoint (1997).

Além disso, a inclusão não deve se restringir apenas aos alunos com necessidades especiais. Todos os

alunos enfrentam desafios, como a falta de materiais adequados, recursos suficientes e a sobrecarga nas salas de aula. Rita Vieira de F. Boneti (1997) alerta que a atenção excessiva às necessidades dos alunos especiais pode acabar negligenciando as necessidades dos demais estudantes, o que compromete a qualidade do ensino para todos.

De acordo com Rosita Edler Carvalho (1997), a inclusão deve ser uma escolha pessoal. A escola tem o dever de oferecer um ambiente inclusivo e apoiar o desenvolvimento psicossocial dos alunos, mas a decisão final sobre a inclusão é do próprio estudante e sua família.

2.2 Origens da Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas Escolas Regulares no Brasil

As primeiras iniciativas relacionadas à educação de pessoas com deficiência no Brasil datam do século XIX, durante o Império, quando D. Pedro II fundou o Instituto Imperial dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos. No entanto, a ideia de inclusão como conhecemos hoje ainda não existia. A educação especializada, voltada para atender às necessidades

específicas desses alunos, predominava em instituições filantrópicas e privadas.

Somente na década de 1950, começaram a surgir as primeiras redes de escolas para alunos com deficiência, mas sem a participação efetiva do governo. A maior parte das escolas era privada e inacessível à maioria da população. Foi apenas na década de 1970, com o aumento da preocupação pública com a educação, que o governo passou a investir em classes especiais dentro das escolas públicas, abrindo caminho para a inclusão dos alunos especiais.

Ainda assim, a real inclusão só começou a se consolidar nos anos 1990, quando o conceito de "integração escolar" foi ampliado para incluir a "educação inclusiva". No entanto, o acesso dos alunos com deficiência às escolas regulares continuou restrito, e o número de alunos fora da sala de aula ainda era alto. As falhas no sistema de inclusão se refletem na falta de formação especializada dos professores e na carência de recursos adequados.

Segundo dados de Mendes (2006), entre 1996 e 2003, houve um aumento significativo no número de matrículas de alunos com deficiência

em escolas regulares, mas a maioria ainda estava concentrada em A inclusão real, com acesso pleno às escolas regulares, ainda enfrentava grandes desafios.

A criação da Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação na década de 1970 representou um avanço, mas a implementação de políticas públicas uniformes para todo o país se mostrou um desafio, especialmente ao se Necessário considerar as diferenças regionais e as necessidades específicas de cada comunidade.

3. MARCOS LEGAIS SOBRE A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLAS REGULARES

Diversos marcos legais têm guiado a inclusão de alunos com deficiência no Brasil, destacando-se a Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e outras normativas regionais, como a Resolução 521 da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

3.1 A Inclusão Segundo a Declaração de Salamanca

instituições especializadas ou em classes.

A Declaração de Salamanca, adotada em 1994, foi um marco internacional para a educação inclusiva. Mais de 300 representantes de países participaram da reunião em Salamanca, defendendo a educação para todos, especialmente para as crianças com necessidades educativas especiais. A Declaração afirma que as escolas regulares devem ser preparadas para incluir alunos com deficiência, promovendo a convivência e o respeito à diversidade.

A Declaração também propõe uma série de diretrizes para garantir a inclusão, como a necessidade de adaptar currículos, formar professores especializados e criar um ambiente de aprendizado inclusivo para todos os estudantes. A participação das famílias e das comunidades também é considerada essencial para o sucesso da inclusão.

3.2 A Inclusão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

A LDBEN, sancionada em 1996, estabelece a educação especial como uma modalidade de ensino que deve ser preferencialmente oferecida nas escolas regulares. A Lei destaca que a educação para alunos com necessidades especiais deve começar desde a educação infantil e ser complementada com apoio especializado quando necessário.

A LDBEN reforça a importância de adaptar o currículo e as metodologias de ensino para atender às necessidades dos alunos com deficiência, e defende a formação de professores capacitados para promover a integração desses alunos nas classes comuns. A lei também reconhece a necessidade de garantir uma educação de qualidade, com a participação ativa da comunidade escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo abordar a questão da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular da Educação Básica, no Brasil. Para isso, foi realizada uma análise das principais perspectivas sobre o tema, conforme discutido ao longo deste estudo.

Discutir a inclusão envolve compreender suas origens, diretrizes e fundamentos históricos, além de analisar alguns dos conceitos que a sustentam. De forma geral, o termo "inclusão" não se restringe à simples presença de alunos com necessidades especiais em turmas regulares, mas implica garantir que esses alunos tenham acesso à mesma qualidade de educação que os demais.

Do ponto de vista histórico, a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares teve, no Brasil, no período do Império, consolidando-se na década de 1990. Contudo, desde o começo, o governo proporcionou o acesso à educação regular, mas não ofereceu os recursos e suporte necessários para que esse acesso fosse eficaz.

Em relação à legislação que regula a inclusão, verifica-se que tanto as normas federais quanto estaduais incentivam essa prática, o que pode ser verificado nas legislações analisadas (Declaração de Salamanca e LDBEN) as quais reconhecem a necessidade de adaptação das escolas regulares para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais.

O conceito de inclusão é, portanto, bastante complexo. Incluir

não significa simplesmente "colocar junto" ou "misturar com os outros", mas envolve um processo de compreensão, de adaptação e de ensino. A inclusão será verdadeiramente alcançada quando for abraçada por todos os envolvidos, inclusive aqueles que tradicionalmente foram excluídos do processo educacional. Antes de incluir, é fundamental entender como, quando e onde isso deve ocorrer. A inclusão é um direito, não uma obrigação. Para que seja eficaz, é necessário oferecer a estrutura adequada, metodologias apropriadas, aperfeiçoamento na formação de professores, conhecimento técnico e uma educação especializada.

REFERÊNCIAS

- BONETI, Rita Vieira de Figueiredo. O papel da escola na inclusão social do deficiente mental. *In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p.167-173.*
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei 9.394/96). Minas Gerais: SINPRO. 1996.
- BRASIL. Secretaria de Estado da Educação Nacional. (Resolução nº 521). Seção II, art. 30. Belo Horizonte, 2003.
- CARVALHO, Rosita Elder. Falando de integração da pessoa deficiente: conceituação, posicionamento, aplicabilidade e viabilidade. *In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1994. p.202-209.*
- CASARIM, Sonia. Reflexões sobre a integração social da pessoa deficiente. *In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p.215-219.*
- ESPANHA, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 4º ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2009.
- FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. Inclusão: um panorama maior. *In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p.137-141.*
- GOFFREDO, Vera Lúcia F. Sénéchal. Integração ou segregação? Eis a questão!. *In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997. p.230-235.*
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. v.11, n.33, p.387-559, set/dez de 2006.*
- STAINBACK, William; STAINBACK, Susan (orgs). Inclusão: um guia para educadores. Trad. Por Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1997.

ATRIBUTOS DE UMA IES INOVADORA: ESTUDO DE CASO DA FACULDADE VALE DO GORUTUBA (FAVAG/MG)

Frederico César Mafra Pereira²³

Cleris Cristina Bibbo²⁴

Marcelo Agenor Espíndola²⁵

RESUMO:

Este artigo teve como objetivos analisar como a inovação é praticada pela Faculdade Vale do Gorumtuba localizada no Norte de Minas Gerais, a partir de suas características e práticas consideradas inovadoras, propor modelo de avaliação, validar modelo de avaliação junto a dirigentes e identificar as práticas inovadoras da referida instituição. O trabalho caracteriza-se como estudo de caso e a metodologia utilizada foi abordagem qualitativa e quantitativa. Para obtenção dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, através de link do *Google Forms*. A pesquisa resultou em um Modelo de Avaliação com vinte e dois critérios de inovação em IES. Os resultados obtidos apresentam as melhores práticas avaliadas na opinião dos professores da instituição.

Palavras-chaves: inovação; educação superior; avaliação inovação.

ABSTRACT:

This article aimed to analyze how innovation is practiced by Faculdade Vale do Gorumtuba located in the North of Minas Gerais, based on its characteristics and

practices considered innovative, propose an evaluation model, validate an evaluation model with managers and identify innovative practices of that institution. The work is characterized as a case study and the methodology used was a qualitative and quantitative approach. To obtain the data, semi-structured interviews and questionnaires were carried out, using a Google Forms link. The research resulted in an Assessment Model with twenty-two criteria for innovation in HEIs. The results obtained present the best practices evaluated in the opinion of the institution's teachers.

Keywords: innovation; higher education; innovation assessment.

1. Introdução

A inovação é essencial para a sustentabilidade e competitividade de empresas, além de impulsionar o desenvolvimento econômico e tecnológico de um país (Chibás, Pantaleón, Rocha, 2013). Ela exige respostas rápidas às demandas do mercado e pode otimizar processos, reduzir custos ou maximizar lucros (Davila, Epstein, Shelton, 2007; Bessant, Tidd, 2009). Contudo, implementar inovação é um desafio, exigindo clareza conceitual e métodos adequados (Silva, Di Serio, 2019; Govindarajan, 2016).

No ensino superior, o cenário não é diferente. Apesar das IES serem

²³ (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

²⁴ (Fundação Pedro Leopoldo – FPL)

²⁵ (Faculdade de Nova Serrana – FANS)

ambientes de conhecimento, muitas ainda operam com ensino tradicional. Oliveira (2014) destaca a necessidade de adaptação às mudanças globais, já que profissões e carreiras evoluem rapidamente. Fiates et al. (2012) reforçam que as IES precisam formar indivíduos preparados para lidar com transformações sociais, mas carecem de modelos específicos de inovação.

Como foco deste trabalho, escolheu-se a Faculdade Vale do Gortuba (FAVAG) –, uma IES localizada em Nova Porteirinha, Norte de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em setembro de 2003, com os cursos de Administração, Pedagogia, Matemática e Serviço Social, aos quais se integraram, posteriormente, os cursos de Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Arquitetura, Ciências Contábeis e Teologia, se firmando como uma IES de referência regional. Tem adotado desde 2015 iniciativas consideradas inovadoras, tais como: capacitação para docentes em metodologias ativas de aprendizagem, alterações na estrutura física de salas, laboratórios e espaços de convivência, aluno como protagonista do conhecimento, projetos de integração entre alunos e comunidade, novos métodos de

avaliação e atividades complementares, dentre outras. As iniciativas para inovar partem principalmente do diretor geral da faculdade, que busca novas experiências em IES brasileiras e internacionais.

O objetivo do artigo é analisar como a inovação é praticada na FAVAG, destacando a ausência de modelos específicos para avaliar inovação em IES. Dessa forma, verifica-se claramente uma lacuna a ser preenchida, além de poder contribuir para diversas possibilidades de recortes de pesquisa, não esgotando, entretanto, tal temática, apenas no âmbito científico. No contexto corporativo, o estudo também busca estimular reflexões sobre o tema e contribuir para uma melhor compreensão conjunta de suas dimensões teórica e prática, aplicadas na educação superior, a partir do uso de um modelo de avaliação da inovação focado em IES e, em especial, na instituição foco deste trabalho (cujos resultados poderão servir de apoio à tomada de decisões do corpo diretivo e estruturação de projetos efetivos de inovação).

2. Referencial Teórico

2.1. Inovação: conceitualização e tipologias

Inovação, derivada de *innovatio*, refere-se à criação de algo novo. Damanpour (1993) a associa a produtos ou serviços que atendem às necessidades dos usuários, superando expectativas. Drucker (1998) a define como mudanças focadas no potencial econômico ou social. Messina (2001) considera inovação “algo aberto, com múltiplas formas e significados, associados ao contexto”. Barbieri (2003) a expressa pela equação: “inovação = ideia + ação + resultados”. Davila et al. (2007), Gorni, Dreher e Machado (2009) e Govindarajan (2016) destacam que inovação exige liderança e comprometimento para se tornar prática. Osenieks e Babauska (2014) afirmam que deve gerar valor econômico, estratégico ou outro, e não se limita a mudanças tecnológicas (Davila et al., 2007). Bessant e Tidd (2009) enfatizam a habilidade de criar relações e aproveitar oportunidades, enquanto Capaldo (2014) associa inovação ao resultado comercial de uma invenção. Essa multiplicidade de conceitos é ressaltada por Silva e Di Serio (2019).

O Manual de Oslo (OCDE, 2005) categoriza os tipos de inovação como:

i) produto (bens ou serviços novos ou melhorados); ii) processo (métodos de produção ou distribuição); iii) marketing (mudanças em concepção, posicionamento ou preço); e iv) organizacional (novos métodos de gestão e relações externas). Quanto às dimensões, Davila et al. (2007) identificam: i) incrementais (melhorias moderadas); ii) semirradicais (mudanças substanciais no modelo de negócios ou tecnologia); e iii) radicais (mudanças significativas em ambos). A inovação pode ser fechada, restrita a processos internos (Engeroff, Balestrin, 2008; Thomas, Bignetti, 2009), ou aberta, utilizando fontes externas para maior eficiência (Chesbrough, 2012; Engeroff, Balestrin, 2008; Silva, Silva, 2015; Silva, Dacorso, 2016).

A capacidade de inovar continuamente é essencial para a competitividade empresarial e econômica (Davila et al., 2007; Gorni et al., 2009; Bessant, Tidd, 2009; Santos, Silva, 2016; Vasconcellos et al., 2017; Chibás et al., 2013). Isso exige estratégia, processos, preparo das pessoas e dedicação gerencial (Davila et al., 2007). Uma gestão inovadora otimiza investimentos, reduz riscos (Thomas, Bignetti, 2009), melhora o desempenho e fortalece relações com

a sociedade e clientes (Santos, Silva, 2016), transformando competências em resultados (Vasconcellos et al., 2017).

2.2 A Inovação nas IES Privadas

Segundo Nogueira, Souza, Queiroz e Silva (2007), a inovação em IES no Brasil é influenciada por processos de produção e, nas décadas de 1960 e 1970, seguia princípios da Administração Clássica, como eficiência e produtividade (Benini, Oliveira, 2007). Nos anos 1980, destacou-se a gestão democrática e a autonomia, embora nem sempre atendendo às necessidades educacionais (Nogueira et al., 2007; Messina, 2001). Ferreira, Freitas e Moreira (2018) associam a inovação na educação à "sociedade do conhecimento", visando a maior eficiência e adaptação ao contexto local. Masetto (2004) afirma que novas exigências profissionais impulsionaram mudanças nas IES, obrigando-as a repensar sua missão formativa. Audy e Marosini (2012) veem as IES como vetores de desenvolvimento econômico e social, transformadas pela inovação.

Inovação em IES também busca diferenciação no mercado, promovendo visibilidade administrativa e pedagógica (Nogueira et al., 2007). Oliveira (2014)

ênfatisa a adaptação às tendências de mercado e aos desafios sociais, enquanto Audy e Marosini (2012) alertam que instituições que não inovam correm o risco de serem superadas. Para Pessin (2017), inovação implica romper com práticas tradicionais e repensar o trabalho educativo.

O tema é complexo e carece de clareza conceitual (Messina, 2001; Rodrigues, 2016). Para Masetto (2004), inovação envolve mudanças significativas na estrutura do ensino universitário, enquanto Lamarra e Garcia (2015) argumentam que, embora associada a novidades, ela pode incluir melhorias de métodos e estratégias. Contudo, Lamarra e Garcia (2015) e Pischetola et al. (2019) alertam contra o foco limitado nas TICs, argumentando que inovação precisa ser alinhada a currículos e objetivos institucionais.

Iniciativas inovadoras em IES incluem metodologias ativas, currículos interdisciplinares, ambientes virtuais, tecnologias de informação, novas relações aluno-professor e práticas avaliativas e docentes (Ferreti, 1995; Venturelli, 2000; Masetto, 2004; Cunha, 2004; Audy, Marosini, 2012; Lamarra, Garcia, 2015; Cativelli, Lucas, 2016;

Rodrigues, 2016; Pessin, 2017; Ferreira et al., 2018; Heringer et al., 2019; Espíndola et al., 2019; Gonçalves et al., 2021; Holanda et al., 2021; Riedner, Pischetola, 2021).

3. Procedimentos Metodológicos

Para atender aos objetivos deste artigo, realizou-se um estudo descritivo (Malhotra, 2001), com abordagem qualitativa e quantitativa (Creswell, 2010). O estudo descritivo permitiu a coleta de dados sobre um problema específico, enquanto a abordagem qualitativa examinou as percepções do corpo diretivo da FAVAG sobre os atributos de avaliação da inovação para IES. A abordagem quantitativa classificou os atributos junto ao corpo docente.

Caracterizada como estudo de caso único (Yin, 2015), a unidade de análise foi a FAVAG. No primeiro momento, inquiriu-se o corpo diretivo, incluindo sócio-diretor, reitor, coordenadores pedagógicos e de cursos (nove respondentes), via entrevistas em profundidade (Collis; Hussey, 2005), com roteiro semiestruturado (Marconi; Lakatos, 2011) e análise de conteúdo (Bardin, 2016).

No segundo momento, aplicou-se um questionário estruturado (Cervo; Bervian; Da Silva, 2009) a 79 docentes dos cursos de graduação, composto por 22 atributos avaliados em escala Likert de cinco pontos (Silva; Costa, 2014), de "discordo totalmente" (0) a "concordo totalmente" (4). O questionário, enviado via Google Forms®, teve 48 respostas. Os dados foram analisados com estatística descritiva básica (Babbie, 2003), usando o Microsoft Excel® para tabulação.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Resultados da Pesquisa Qualitativa – Corpo Diretivo da FAVAG

O roteiro semiestruturado abordou a inovação em Instituições de Ensino Superior (IES) por meio de 23 questões, explorando práticas inovadoras nas áreas de gestão, ensino, pesquisa e extensão. Sobre as políticas institucionais internas de gestão, destacou-se que elas são amplamente percebidas como inovadoras. No entanto, foi observado que alguns professores podem sentir-se inseguros em avaliá-las, principalmente devido ao desconhecimento das práticas de gestão da instituição. Por outro lado, as políticas de ensino foram

unanimemente reconhecidas como claras e inovadoras, facilitando sua compreensão e avaliação pelos professores.

No caso das políticas de pesquisa, os gestores consideraram-nas uma prática inovadora, mesmo sendo facultativas para faculdades. Apesar de sua dispensabilidade em algumas instituições, elas são um critério avaliado pelo MEC e contribuem significativamente para a inovação acadêmica. De forma similar, as políticas de extensão foram consideradas inovadoras e claras, mas com obrigatoriedade limitada em faculdades, o que pode restringir sua implementação em alguns contextos.

As estruturas curriculares dos cursos foram reconhecidas como relevantes e inovadoras, embora alguns professores possam encontrar dificuldades em avaliar se elas atendem plenamente às metas educacionais e aos padrões de inovação. Já os projetos pedagógicos, que têm como objetivo formar profissionais aptos ao mercado atual, foram considerados claros e inovadores, alinhando-se às demandas da sociedade contemporânea e às exigências governamentais.

Quanto aos objetivos educacionais, a instituição destacou a cobrança por aspectos cognitivos e habilidades humanas, alinhados às exigências do mercado e da sociedade atual. Essa prática foi ressaltada como inovadora e essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. No que tange aos conteúdos de ensino, sugeriu-se substituir o termo "conteúdo" por "plano", pois este é mais utilizado na IES, garantindo maior clareza e alinhamento à nomenclatura institucional.

As metodologias de ensino surgiram como um dos pontos de maior destaque, com a instituição investindo em capacitações e práticas que estimulam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. Já as práticas de estágio supervisionado foram vistas como claras e inovadoras, representando uma contribuição significativa para a formação prática dos alunos. Por outro lado, as atividades complementares apresentaram algumas limitações de entendimento, tanto por parte dos gestores quanto dos professores, destacando a necessidade de maior clareza e divulgação.

A assistência ao aluno foi amplamente reconhecida como uma

prática inovadora, mas sugere-se a inclusão de exemplos concretos para facilitar sua compreensão e aplicação. No que diz respeito ao uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a prática foi considerada inovadora, embora tenha sido necessário fornecer explicações detalhadas sobre o conceito para assegurar o entendimento de todos os envolvidos. Os materiais didáticos, por sua vez, foram vistos como inovadores, mas a ausência de políticas claras para sua confecção foi identificada como uma lacuna que deve ser preenchida.

A integração entre disciplinas, promovida pelo Projeto Integrador, foi considerada um exemplo claro de inovação. Desde sua implementação em 2017, essa prática tem permitido atividades colaborativas entre cursos, períodos e disciplinas, sendo amplamente reconhecida por professores e gestores como uma iniciativa de sucesso. As práticas de avaliação também foram mencionadas como inovadoras, com a adoção de métodos alternativos voltados para o reforço da aprendizagem, embora tenha havido resistência inicial de alguns professores.

O papel do professor como mediador de conhecimentos foi

identificado como um conceito claro e inovador, reforçando a centralidade do docente no processo de aprendizagem ativa. Da mesma forma, os projetos de ensino desenvolvidos pelos docentes foram destacados como práticas inovadoras e essenciais. A capacitação frequente dos professores foi apontada como indispensável para a promoção da inovação no ambiente educacional. No que diz respeito à infraestrutura, incluindo laboratórios, biblioteca e espaços de convivência, ela foi reconhecida como inovadora, especialmente pela inclusão de exemplos que tornaram sua descrição mais tangível.

Por fim, a integração com a comunidade local foi considerada uma prática clara e inovadora, com projetos que promovem o desenvolvimento social e econômico. Entre as sugestões para aprimorar o modelo, destacou-se a exclusão da questão sobre atividades complementares e a inclusão de práticas como o uso de ferramentas digitais, apoio a *startups* e estímulo ao empreendedorismo. Essas iniciativas refletem o papel das IES como agentes de transformação social e econômica, corroborando a visão de autores como Audy e Marosini (2012) sobre a ampliação da missão das IES para

além do ensino e da pesquisa, atuando como vetores de desenvolvimento sustentável.

4.2. Discussão sobre os resultados da Pesquisa Qualitativa – Corpo Diretivo da FAVAG

De forma geral, os atributos para avaliação da inovação em IES, a partir das 21 assertivas originais, foram bem avaliados pelo corpo diretivo da FAVAG. Entretanto, foram consideradas duas alterações aos atributos inicialmente propostos: 1) alteração na assertiva 8, com a mudança da palavra “conteúdo” para “plano” de ensino, objetivando adequá-lo à nomenclatura utilizada na FAVAG para identificar o documento; 2) inclusão da assertiva “A IES está atenta a novas demandas de mercado (*startups*, negócios digitais e incubação de empresas)”. Também foram inseridos alguns exemplos de práticas, em algumas assertivas, para facilitar a compreensão sobre os respectivos temas. Importante ressaltar também que, durante as entrevistas com os gestores, percebeu-se que estes estavam afoitos em responder à questão ou tentar adivinhar o que os professores responderiam, fazendo relações entre as afirmativas e algumas práticas já adotadas pela FAVAG.

Alguns gestores também observaram similaridade entre os atributos apresentados e o ‘Instrumento de Avaliação de Cursos do MEC’, o qual, de fato, foi utilizado como uma das referências para este trabalho.

4.3 Resultados da Pesquisa Quantitativa – Corpo Docente da FAVAG

A segunda etapa da pesquisa consistiu na aplicação de um questionário estruturado aos docentes da FAVAG, com 22 questões abordando práticas inovadoras na instituição. Esse questionário foi enviado a 79 professores, com 48 respondendo. Desses, 52% eram mulheres, e a faixa etária predominante foi de 35 a 45 anos (40%). A maior parte dos docentes leciona nos cursos de Engenharia Civil e Direito, sendo comum a atuação em mais de um curso e o envolvimento em atividades extracurriculares, como monitoria e orientação de TCC.

As respostas revelaram percepções variadas sobre as práticas inovadoras da FAVAG. Em relação às políticas institucionais de gestão, 41% dos professores “concordaram em parte” com a afirmativa de que são inovadoras, enquanto 31% se mostraram neutros, indicando que

alguns não conhecem profundamente as políticas institucionais. Em contraste, as políticas de ensino obtiveram 51% de concordância parcial, refletindo uma avaliação positiva, provavelmente devido à participação ativa dos docentes no planejamento das atividades acadêmicas.

Sobre as políticas de pesquisa e extensão, as respostas foram predominantemente neutras ou negativas, com poucos professores afirmando que essas práticas são inovadoras. Esse resultado pode ser atribuído ao caráter não obrigatório dessas áreas em faculdades, o que limita a percepção de inovação entre os docentes. Em relação às estruturas curriculares, 44% dos professores concordaram parcialmente que atendem às necessidades educacionais, o que sugere uma avaliação positiva das adaptações feitas pela administração. Da mesma forma, os projetos pedagógicos e objetivos educacionais, os quais, com mais de 50% de aprovação parcial, destacaram-se pela construção participativa e alinhamento às demandas do mercado de trabalho.

O conteúdo de ensino foi amplamente avaliado de forma positiva,

com 67% de concordância total ou parcial, refletindo o impacto das metodologias ativas, que também receberam uma boa avaliação (67% de concordância total ou parcial). Esse resultado pode ser atribuído ao incentivo contínuo e às capacitações oferecidas aos professores para o uso de práticas inovadoras. Em relação ao estágio supervisionado, 52% dos professores se mostraram neutros, provavelmente devido às diferenças entre os cursos na implementação dessa prática.

As atividades complementares foram bem avaliadas, mas a gestão dessas atividades ainda apresenta desafios em termos de compreensão. As práticas de apoio ao aluno e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) receberam avaliações positivas, embora o uso de TICs ainda dependa de melhorias na infraestrutura tecnológica, como a qualidade da Internet, que tem gerado algumas reclamações. Quanto aos materiais didáticos, a maioria dos professores avaliou o critério de forma neutra (42%), sugerindo que a FAVAG deve investir mais na produção de conteúdos didáticos inovadores.

O Projeto Integrador, uma estratégia de integração curricular, foi

bem avaliado, com 50% de concordância parcial e 46% total. As novas práticas de avaliação também receberam ampla aprovação, com 46% de concordância parcial e 37% total, refletindo a substituição de métodos tradicionais por avaliações mais dinâmicas e diversificadas. Quanto ao papel do professor como mediador, 62% dos docentes concordaram em parte, evidenciando que a função de facilitador da aprendizagem ainda está sendo incorporada, embora de forma gradual.

Os projetos inovadores de ensino, no entanto, obtiveram 68% de respostas neutras, sugerindo uma falta de iniciativa individual entre os professores nesse aspecto, apesar de a instituição fomentar esses projetos. As capacitações docentes, por outro lado, receberam uma aprovação expressiva, com 83% dos professores concordando totalmente, o que reflete o esforço contínuo da FAVAG em capacitar seu corpo docente. A infraestrutura moderna também foi bem recebida, com 72% de concordância total, evidenciando que a instituição tem investido adequadamente para proporcionar um ambiente de aprendizagem inovador.

Por fim, a FAVAG foi altamente avaliada em sua integração com a comunidade (58% de concordância total), mostrando seu compromisso com o desenvolvimento local. A atenção às novas demandas do mercado também obteve 83% de concordância total, reforçando a postura inovadora da instituição em preparar seus alunos para as novas realidades do mercado de trabalho, incluindo startups, negócios digitais e incubação de empresas.

4.4. Discussão sobre os resultados da Pesquisa Quantitativa – Corpo Docente da FAVAG

Duas alternativas se destacaram quanto à opinião “Concordo totalmente”: a 1ª: “A minha IES está atenta a novas demandas de mercado (ex: *startups*, negócios digitais e incubação de empresas)”, classificada em 1º lugar; e a 2ª: “Na minha IES, os professores são capacitados frequentemente.” Em último lugar, encontra-se a afirmativa “Na minha IES, as práticas de estágio supervisionado são inovadoras”, onde nenhum professor afirmou “concordar totalmente” com este quesito. Percebe-se que a sugestão dos gestores, na etapa qualitativa, foi assertiva, pois a alternativa inserida no modelo

inicialmente proposto foi a mais bem avaliada pelo corpo docente da instituição, confirmando sua importância para qualquer IES no atual contexto de intensa mudança e inovação decorrentes das novas demandas do mercado. Por outro lado, evidenciou-se que a instituição não prioriza políticas voltadas à pesquisa, extensão e estágios supervisionados, por não serem essas obrigatórias a uma faculdade. Entretanto, devem ser objeto de reflexão por parte dos gestores, já que a partir dessas políticas os esforços em inovação e desenvolvimento local podem ser potencializados. Ou seja, mesmo com objetivo de desenvolver projetos inovadores e voltados ao desenvolvimento econômico e social da região, na prática apresenta um paradoxo por não investir com maior ênfase nas políticas avaliadas negativamente pelos professores.

5. Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as práticas de inovação na IES FAVAG, propondo atributos teórico-analíticos para avaliar a inovação em instituições de ensino superior. Esses atributos foram validados junto à direção da FAVAG, por meio de

entrevistas qualitativas, com ajustes em algumas assertivas e a inclusão de um novo atributo. Além disso, foram identificadas as práticas inovadoras na instituição com base nas percepções dos docentes e as práticas mais e menos presentes foram classificadas, oferecendo um panorama sobre a implementação da inovação na FAVAG.

Com relação aos resultados obtidos, alguns critérios necessitam de atenção por parte da direção da FAVAG, por apresentarem percentual significativo de opiniões discordantes dos professores com relação à sua existência/prática na instituição, como: “uso de TICs”, “inovação em práticas de pesquisa” e “inovação em práticas de extensão”. Por outro lado, vale ressaltar também os critérios citados pelos próprios gestores e avaliados positivamente pelos professores como práticas/iniciativas presentes em projetos lançados pela instituição, como investimentos em infraestrutura, adoção de metodologias ativas de aprendizagem e eventos promotores, integração com a comunidade e entre disciplinas, a partir do “Projeto Integrador”. Os resultados obtidos suprem, portanto, as lacunas identificadas na introdução deste

trabalho, contribuindo para diversas possibilidades de recortes de pesquisa no âmbito científico, principalmente quanto ao uso dos atributos teórico-analíticos para avaliação da inovação no contexto específico de IES. Além disso, o trabalho aborda resultados sobre a inovação em IES considerando a visão de dois públicos fundamentais e complementares (gestores e professores), com foco na realidade de uma IES no seu conjunto, e não apenas relacionado a cursos ou temáticas isoladas. No contexto corporativo, o estudo busca estimular reflexões sobre a inovação em IES e contribuir para uma melhor compreensão conjunta de suas dimensões e atributos teóricos e aplicados, a partir do uso dos atributos apresentados e validados. Em especial, para a IES FAVAG, os resultados apontam as práticas que já estão bem trabalhadas na instituição, na percepção dos professores, e outras que requerem atenção, podendo auxiliar a instituição no aprimoramento daquelas consideradas inovadoras, no seu conjunto, além de auxiliar na tomada de decisões por parte do seu corpo diretivo.

Como sugestões de novos estudos, recomenda-se a proposição de modelo teórico-analítico a partir dos

atributos identificados, novas aplicações do modelo de avaliação da inovação em IES na própria FAVAG, de forma longitudinal, com o objetivo de verificar mudanças nos resultados por critério analisado e o impacto das ações de melhoria implementadas. Ainda na própria instituição, recomenda-se a investigação das razões e motivos, em caráter qualitativo, que possam impactar na melhoria dos aspectos observados, comparando, inclusive, práticas individuais entre os profissionais e entre os cursos ofertados. Recomenda-se também a aplicação dos atributos propostos e validados em outras IES que objetivem avaliar suas práticas de inovação. Por último, recomenda-se que sejam realizados estudos comparativos entre IES, para a verificação dos aspectos mais bem executados e definição de *benchmarks*.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-RAZEK, R.; ALSANAD, D.S. (2014). Auditing and Comparing Innovation Management in Organizations. *Global Journal of Business Research*, v. 8, n. 2, p. 49-56, 2014.
- ALVARENGA NETO, R.D. (2018). *Fazendo a Inovação Acontecer: um guia prático para você liderar o crescimento*

sustentável da sua organização. São Paulo: Planeta.

AUDY, J.L.N.; MAROSINI, M.C. Gestão da interação Universidade-Empresa: o caso PUCRS. *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 79-94, 2012.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BARBIERI, J.C. Organizações inovadoras: estudos e casos brasileiros. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2003.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo. Edições 70, 2016.

BENINI, M.M.G.; Oliveira, V.F. Um olhar crítico ao ensino superior: inovações necessárias aos interesses da sociedade em movimento. *Revista Educação*, v. 32, n. 1, p. 143-164, 2007.

BESERRA, C. M. O.; BORGES, A. V. G.; CIRINO, M. A. G.; DE MORAIS, J. M. P.; DA SILVA, E. M.; BARBOZA, E. N. Avaliação do grau de inovação tecnológica em micro e pequenas empresas de Engenharia do Crajubar. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, e713974603, 2020.

BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo. Porto Alegre. Editora Bookmam, 2009.

CAPALDO, A. Inovação Impulsiona a competitividade. In: Santos, J.C.; Antoldi, F. (orgs.). Por um empreendedorismo Inovador e Sustentável – as experiências de lideranças do Sistema SEBRAE. Brasília, SEBRAE, 2014.

CARAÇA, J.; FERREIRA, J.; MENDONÇA, S. Modelo de interações em cadeia: um modelo de inovação para a economia do conhecimento. Iniciativa COTEC: Desenvolvimento sustentado da inovação empresarial. Portugal: Junho, p. 1-12, 2006.

CATIVELLI, A.S.; LUCAS, E.R.O. Patentes universitárias brasileiras: perfil dos inventores e produção por área do conhecimento. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 21, n. 47, p. 67-81, 2016.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R. Metodologia Científica. 6a. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

CHESBROUGH, H.W. Open Innovation. *Research Technology Management*, v. 55, n. 4, p. 20-27, 2012.

CHIBÁS, F.O.; PANTALEÓN, E.E.M.; ROCHA, T.A. Gestão da Inovação e Criatividade hoje: Apontes e Reflexões. *Revista Holos*, v. 3, n. 29, p. 15-26, 2013.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J.W. Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUNHA, M.I. Inovações pedagógicas e a reconfiguração de saberes no ensinar e no aprender na universidade. In: Anais do VIII Congresso luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. Anais... Coimbra, Portugal, Setembro, 2004.

DAMANPOUR, F. Organizational complexity and innovation: developing and testing multiple contingency models. *Management Science*, v. 42, n. 5, p. 3, 1993.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M.; SHELTON, R. As regras da inovação – como gerenciar, como medir e como lucrar. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DE BES, F.T.; KOTLER, P. A Bíblia da Inovação. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

DRUCKER, P. The discipline of innovation. Boston. Harvard Business Review, 1998,

- ENGEROFF, R.; BALESTRIN, A. Inovação Fechada versus Inovação Aberta: um estudo de caso da indústria de cutelaria. In: Anais do XXV Simpósio de Inovação e Tecnologia, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2008.
- ESPÍNDOLA, M.A.; MAFRA PEREIRA, F.C. Metodologias Ativas de Aprendizagem aplicadas ao ensino técnico: modelo adotado pelo SENAC em Divinópolis-MG. In: Anais do XXII SEMEAD - Seminários em Administração, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, Brasil, 2019.
- FERREIRA, G.M.S.; FREITAS, R.C.; MOREIRA, L.C.P. Inovação, TIC e docência: práticas e concepções de professores em uma IES privada. RIESUP-Revista Internacional de Educação Superior, v. 4, n. 1, p. 25-51, 2018.
- FERRETI, C. J. A inovação na perspectiva pedagógica. In: Garcia, W.E. (Coord.). Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FIATES, G.G.S.; PARENTE, E.G.V.; LEITE, A.L.S.; PFITSCHER, E.D. Os princípios instituídos pela Organização das Nações Unidas para uma educação responsável em gestão: uma proposta inovadora para o ensino de administração. Revista Eletrônica Estratégias de Negócios, v. 5, n. 1, p. 3-27, 2012.
- GONÇAZE, J. F. G. S.; MATOS, M. P.; OLIVEIRA, A. L. Inovação no ensino superior: uma análise da proposta pedagógica do Curso de Licenciatura em Biologia do IFMA Campus Buriticupu-MA. Brazilian Journal of Development, v. 7, n. 2, p. 13650-13661, 2021.
- GORNI, P.M.; DREHER, M.T.; MACHADO, D.D.P.N. Inovação em serviços turísticos: a percepção desse processo em agências de viagens. Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2009.
- GOVINDARAJAN, V. A estratégia das três caixas: um modelo para fazer a inovação acontecer. São Paulo. HSM Editora, 2016.
- HERINGER, M.R.; GUIMARÃES, E.H.R.; MAFRA PEREIRA, F.C.; NEVES, J.T.R.; FAGUNDES, A.I.J. Inovattion in Brazilian Private Higher Education: a Proposal for the Application of Active Methodologies Based on the Flipped Classroom. International Journal of Innovation, v. 7, n. 2, p. 321-340, 2019.
- HOLANDA, J. C. S.; SANTOS, F. S.; ALBUQUERQUE, L. F.; SOUSA NETO, P. B.; MENEZES, E. R. Inovação nos cursos de Administração: um estudo nas instituições de ensino superior público do Nordeste. In 11th International Symposium on Technological Innovation. v. 11, n. 1, p. 1329-1338, 2021.
- INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação. SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Outubro, 2017.
- JONASH, R.S.; SOMMERLATTE, T. O valor da inovação: como as empresas mais avançadas atingem alto desempenho e lucratividade. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- KEEKEY, L.; PIKKEL, R.; QUINN, B.; WALTERS, H. Dez tipos de Inovação: a disciplina de criação de avanços de ruptura. São Paulo: DVS Editora, 2015.
- LAMARRA, N.F.; GARCIA, P. El desafio de innovar em la universidad latinoamericana. RIESUP- Revista Internacional de Educación Superior, v. 1, n. 1, p. 50-65, 2015.
- MAFRA PEREIRA, F.C.; JORDÃO, R.V.D.; MATOS, N.R.; ALMEIDA, A.V. Modelo de Maturidade e Auditoria da

- Gestão da Inovação em Micro, Pequenas e Médias Empresas (SMEs) brasileiras. Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE, v. 18, n. 3, p. 460-481, 2019.
- MALHOTRA, N.K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 6a ed. São Paulo. Atlas, 2011.
- MASETTO, M. Inovação na Educação Superior. Interface - Comunicação Saúde Educação, v. 8, n. 14, p. 197-202, 2004.
- MESSINA, G. Mudança e Inovação educacional: notas para reflexão. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 225-233, 2001.
- NOGUEIRA, D.X.P.; SOUZA, J.V.; QUEIROZ, K.C.A.L.; SILVA, V.G. Gestão e Inovação nas instituições de educação superior do Distrito Federal: o olhar dos dirigentes. Cadernos AMPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, n. 4, 2007.
- OCDE, Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Manual de Oslo - Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. Traduzido por FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos, 2005.
- OLIVEIRA, A.R.M. Inovação no ensino superior: Desafios e Perspectivas nos espaços acadêmicos. In: Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, Brasil, 2014.
- OSENIEKS, J.; BABAUSKA, S. The relevance of innovation management as prerequisite for durable existence of small and medium enterprises. Procedia Social and Behavioral Sciences. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.12.850>, 2014.
- PESSIN, D.P. O imperativo da inovação e a constituição da docência inovadora. Revista Brasileira de Ensino Superior, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2017.
- PISCHETOLA, M.; ALBUQUERQUE, P.; HEINSFELD, B. D.; SANTOS, E. R. B.; CORRÊA, J. G.; SILVA, M. P. R. N.; OLIVEIRA, N. N. S. Tecnologias, pensamento sistêmico e os fundamentos da inovação pedagógica. Editora CRV, Curitiba, Paraná, 2019.
- REIS, F.J.C.; COVAC, R.; COVAC, J.R. Novos instrumentos de avaliação favorecem a inovação nas IES. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Novos-instrumentosde-avalia%C3%A7%C3%A3o-favorecem-inova%C3%A7%C3%A3o-nas-IES-1.pdf>, 2018.
- RIEDNER, D. D. T.; PISCHETOLA, M. A inovação das práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais no ensino superior: um estudo no âmbito da formação inicial de professores. ETD-Educação Temática Digital, v. 23, n. 1, p. 64-81, 2021.
- RODRIGUES, G.M. Educação Superior: inovação, tecnologia e criatividade. Brasília-DF. Editora ABMES, 2016.
- SANTOS, A.C.J.; SILVA, G. Organizações Inovadoras sustentáveis: insights em prol de maior competitividade. Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2016.
- SAWHNEY, M.; WOLCOTT, R.C.; ARRONIZ, I. (2006). The 12 Different Ways for Companies to Innovate. MIT Sloan Management Review, v. 47, n. 3, p. 74-81, 2006.
- SCHERER, F.O.; CARLOMAGNO, M.S. Gestão da Inovação da Prática: Como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. 1a ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SILVA, G.; DI SERIO, L.C. As falhas das políticas de inovação. GVExecutivo –

Fundação Getúlio Vargas, v. 18, n. 4, p. 42-44, 2019.

SILVA NETO, A.T.; MEIRA R.T. Inovação de Micro e Pequenas Empresas: Mensuração do Grau de Inovação de Empresas Participantes do Projeto Agentes Locais de Inovação. BBR - Brazilian Business Review, v. 11, n. 4, p. 1-29, 2014.

SILVA, G.; DACORSO, A.L.R. O Papel das Fontes de Conhecimento Externo no Processo de Inovação da Micro e Pequena Empresa. Revista Desenvolvimento em Questão, v. 14, n. 37, p. 231-261, 2016.

SILVA, G.; SILVA, D.E.P. Inovação aberta em serviços e o papel do cliente no ambiente de negócios: uma análise com estudantes universitários. Navus, v. 5, n. 3, p. 74-87, 2015.

SILVA, S.D.; COSTA, F.J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. PMKT - Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, v. 15, n. 61, p. 1-16, 2014.

SMITH, M.; BUSI, M.; BALL, P.; VAN DER MEER, R. Factors influencing an organization's ability to manage innovation: a structured literature review and conceptual model. International Journal of Innovation Management, v. 12, n. 4, p. 655-676, 2008.

TERRA, J.C. 10 dimensões da inovação: uma abordagem para a transformação organizacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

THOMAS, E.; BIGNETTI, L.P. Entre a Inovação Aberta e a Inovação Fechada: Estudo de Casos na Indústria Química do Vale do Rio dos Sinos. In: Anais do XXIII EnANPAD – Encontro da ANPAD, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, Brasil, 2009.

TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão da Inovação. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VASCONCELLOS, M.A.; DI SERIO, L.C.; PEREIRA, S.M.S.; BARALDI, A. Competências da organização inovadora em empresas da Fundação Nacional da Qualidade. Revista Brasileira de Gestão e Inovação – Brazilian Journal of Management & Innovation, v. 5, n. 1, p. 74-100, 2017.

VENTURELLI J. Educación médica. Nuevos enfoques, metas y métodos. Washington: OPAS/OMS. Serie PALTEX. Salud y Sociedad, 2000.

VILLELA, C. Inovação Organizacional: uma proposta de método para a inovação sistemática. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2013.

YIN, R.K. Estudo de casos: planejamento e métodos. 5a. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANÁLISE DOS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

Laura Amaral Oliveira²⁶
Naony Sousa Costa Martins²⁷

RESUMO

A discussão acerca do tema “violência política de gênero” tem se tornado cada vez mais constante e tem ganhado forças desde a publicação da Lei 14.192/2021. As primeiras eleições municipais após a publicação da referida lei ocorreram em outubro de 2024. Nesse sentido, a pesquisa objetiva analisar quais foram os impactos da violência política de gênero no contexto das eleições municipais de 2024. Para tanto, foi feito um levantamento de dados que foram coletados por organizações de combate a esta forma de violência, bem como a sua análise por meio de pesquisas feitas sobre os casos notificados. Dessa forma, será utilizado como referencial de comparação a eleição presidencial de 2022, primeira eleição que ocorreu após a publicação da Lei 14.192/2021. Sendo assim, objetiva-se demonstrar a necessidade de um estudo sobre a efetividade da lei, devidamente acompanhada da proposição de ferramentas que tenham efeitos práticos de modo a evitar que a lei sobre “violência política de gênero” não se torne mais uma legislação simbólica.

Palavras-Chave: Violência política de gênero; Proteção da Mulher; Impactos; Eleições municipais; Participação feminina.

ABSTRACT

The discussion on the topic of political gender-based violence has become increasingly constant and has gained momentum since the publication of Law 14.192/2021. The first municipal elections after the publication of the aforementioned law took place in October 2024. In this sense, the research aims to analyze the impacts of political gender-based violence in the context of the 2024 municipal elections. To this end, a survey of data collected by organizations combating this form of violence was carried out, as well as its analysis through research carried out on the reported cases. Thus, the 2022 presidential elections, the first election that took place after the publication of Law 14.192/2021, will be used as a reference for comparison. Therefore, the objective is to demonstrate the need for a study on the effectiveness of the law, duly accompanied by the proposal of tools that have practical effects in order to prevent the law on political gender-based violence from becoming yet another symbolic legislation.

Keywords: Political gender violence; Women's protection; Impacts; Municipal elections; Female participation.

²⁶ Graduanda em Direito pela Universidade Prof. Edson Antônio Velano/Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas (UNIFENAS/FETA).

²⁷ Doutora e Mestre em Direito pela Fundação Universidade de Itáuna (UIT). Especialista em Direito Previdenciário e em Direito Processual.

Professora no curso de Direito da Faculdade de Nova Serrana (FANS), da Faculdade Anhanguera Divinópolis e da Universidade Prof. Edson Antônio Velano/Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas (UNIFENAS/FETA).

1. Introdução

A violência política de gênero no Brasil é resultado do patriarcado que se perpetua até os dias atuais. A política brasileira é historicamente conservadora e machista, impedindo que as mulheres ocupem lugares de gestão e poder (SILVA, 2022). A luta das mulheres pelo espaço na política é antiga. Exemplo disso é a questão do direito de voto exercido pelas mulheres. As mulheres brasileiras conquistaram o seu direito de voto somente em 1932, com o movimento sufragista e as conquistas por novos direitos não pararam neste ponto: “a mulher dos últimos 150 anos, aproximadamente, tem travado diversas batalhas rumo ao reconhecimento de seu valor igual ao do homem nas mais diversas esferas da vida privada e pública.” (NAVAS; COSTA, 2017).

Além da dificuldade das mulheres em acessar os cargos de poder, há também a dificuldade de permanência nos referidos cargos. Nesse sentido, as mulheres têm sido alvos de violência psicológica, física e sexual, recebendo ameaças de morte, estupro, espancamento e sequestro. Dessa forma, a violência política de

gênero ainda é algo preocupante para todo o gênero feminino e impede a participação igualitária da mulher no espaço político.

Em 2021, foi publicada a Lei nº 14.192 (apesar de tardia, comparada a outros países) que passou a criminalizar a violência política de gênero (BRASIL, 2021). Nesse sentido, em seu artigo 1º, a Lei 14.192/2021 estabelece “normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, nos espaços e atividades relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais e dispõe sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral” (BRASIL, 2021). Até 2021, o Brasil ainda permanecia no ranking de países que não possuíam nenhuma norma acerca da violência política de gênero, mesmo ocupando a 135ª posição no ranking, de um total de 183 países, em relação à representatividade feminina no parlamento (IPU, 2024).

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar os impactos sofridos pelas mulheres em

decorrência da violência política de gênero nas eleições municipais de 2024. Ademais, demonstrar como se deu a aplicação da Lei 14.192/21, na tentativa de diminuir e eliminar os casos de violência política de gênero, na primeira eleição municipal que ocorreu durante sua vigência. Por fim, demonstrar a efetividade da lei e a necessidade de criação de mais mecanismos e metodologias para acabar com essa modalidade de violência contra a mulher.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela importância e relevância do tema, bem como pela urgência de se oportunizar as mulheres a possibilidade de ocupar lugares de poder no contexto político brasileiro, assegurando a elas oportunidades e condições de uma igualitária, ampla e irrestrita participação no processo eleitoral. Além disso, assegurar a existência de uma democracia igualitária e legítima, que tenha representatividade feminina e, assim, tenha mais propostas que abranjam a todos.

A metodologia para a construção da pesquisa foi a teórica–conceitual analisando pesquisas realizadas sobre os casos de violência

política de gênero tanto nas eleições de 2022, quanto nas eleições de 2024. Dessa forma, será feita uma análise comparativa entre as duas eleições que aconteceram na vigência da Lei 14.192/21, por meio do levantamento de dados. Dessa forma, será possível promover uma análise da efetividade da referida lei e dos impactos que a violência política de gênero causa não só na nossa democracia, mas também na vida pessoal das vítimas.

2- Breves considerações sobre a violência política de gênero e a Lei 14.192/2021

A Lei 14.192/21 foi um marco importante para as mulheres, pois pela primeira vez no ordenamento jurídico brasileiro atribuiu-se um nome às violências sofridas pelas mulheres quando ocupam cargos políticos ou participam do processo eleitoral. Em seu artigo 3º, *caput*, conceitua a violência política de gênero como “toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher” (BRASIL, 2021). A mulher referida na lei não está relacionada ao sexo biológico da pessoa, mas sim a sua identidade de gênero como mulher, desta forma, inclui-se neste conceito

peessoas transgênero
(OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA
POLÍTICA CONTRA MULHER, 2021).

A legislação brasileira sobre violência política de gênero é relativamente recente, tendo sido aplicada a apenas duas eleições em sua vigência: a primeira delas em 2022 nas eleições presidenciais e, recentemente, nas eleições municipais de 2024. Verifica-se uma urgente necessidade da efetivação da lei no Brasil, a fim de que não se torne apenas mais uma legislação simbólica existente no país, ou seja, criada apenas como uma ferramenta ideológica do sistema político, sem efeitos práticos (MENEGETTI; MARTINS; VEIGA, 2023). Destaca-se que, dentre os países que possuem legislação específica sobre violência política, somente o Brasil não fez menção a nenhuma coordenação institucional voltada ao combate da violência contra a mulher. O Brasil não menciona nenhuma espécie, em relação aos mecanismos de proteção ofertados pelas legislações (ARNAUD, 2023).

A violência política de gênero pode se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, nas

hipóteses em que as mulheres são silenciadas ou impedidas de falar nos palanques e em espaços públicos. Agressões físicas, psicológicas e morais, assédio sexual e ameaças de estupro também são maneiras que a violência política de gênero tem se manifestado. Vale destacar que a violência política de gênero é consequência de uma sociedade culturalmente patriarcal e conservadora, que vê a figura de poder, bem como apta a assumir cargos de gestão apenas figuras masculinas. Nesse sentido, Salete Maria da Silva pontua que ainda há uma “cosmovisão política das lideranças e dos sujeitos liderados, cotejando-os com a persistente dominação masculina nestes espaços de poder e as justificativas, inclusive elaboradas por mulheres, que dão sustentação a este *status quo*” (2022, p.68).

Vale ressaltar, também, que todo este cenário contribui para o acesso das mulheres ao espaço político de forma ampla, irrestrita e igualitária. Ademais, tudo isto acaba por contribuir de forma direta para limitar a participação feminina na política, especialmente de mulheres que pertencem a “grupos sociais historicamente excluídos e

discriminados – como negras, pobres, trans, deficientes, indígenas, dentre outras [...]” (SILVA, 2022, p. 69). Somado a isso, acaba por restringir os direitos políticos das mulheres, bem como culmina por fortalecer “as assimetrias de gênero, raça e classe, responsáveis pela manutenção da sub-representação feminina e pela baixa qualidade da nossa democracia” (SILVA, 2022, p. 69).

Portanto, é necessário que sejam adotadas ações que colaborem com a implementação da Lei 14.192/21 no combate à violência política de gênero. É preciso que os mecanismos de denúncia e de monitoramento da violência política e eleitoral sejam aprimorados, bem como os episódios envolvendo esta modalidade de violência sejam tratados com transparência e celeridade. Com o aumento das *fakes news* e dos discursos de ódio pelas redes sociais, é importante que se desenvolvam também mecanismos para monitoramento em ambiente digital. Para que a violência política de gênero seja combatida é essencial que as ações sejam adotadas por diferentes campos de atuação, órgãos públicos, organismos de proteção à mulher e à toda a sociedade. Essas são algumas

de muitas recomendações apresentadas no relatório confeccionado pela Justiça Global de Terra de Direitos (VIOÊNCIA POLÍTICA E ELEITORAL NO BRASIL, 2023). Realizadas essas primeiras considerações, passa-se a seguir a análise da violência política de gênero nas eleições presidenciais de 2022.

3- Apontamentos sobre a violência política de gênero nas eleições de 2022

As eleições nacionais de 2022 foram as primeiras eleições que ocorreram com o início da vigência da Lei nº 14.192/2021. Trata-se de um marco para a efetivação da proteção da mulher no processo eleitoral e uma garantia da sua paridade de participação. Ana Claudia Santano, integrante do Observatório de Violência Política Contra a Mulher, em meio à campanha eleitoral de 2022 destacou o fato de a lei ser uma oportunidade de conscientização para as pessoas acerca da gravidade da violência política de gênero (ALMEIDA, 2022).

Em 2022, houve um aumento no percentual de mulheres ocupando

cargos políticos no Brasil, sendo o maior número das últimas três eleições gerais. Nas eleições gerais de 2022, havia um percentual de 53% de mulheres eleitoras, 34% de candidatas, 18% de mulheres eleitas e 14% de mulheres reeleitas, conforme estatísticas da página TSE Mulheres, criada em 2019 pela Comissão Gestora de Política de Gênero do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2024a).

Na Câmara dos Deputados Federais, por exemplo, a bancada feminina que possuía 77 integrantes passou a ser composta por 91 mulheres eleitas, após as eleições gerais de 2022 (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). As mulheres na Câmara dos Deputados passaram a representar 17,7% das cadeiras da referida casa legislativa (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Deve-se destacar, também, que pela primeira vez foram eleitas duas deputadas *trans*: Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert (PDT-MG) (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2022). Já no Senado Federal, por sua vez, houve um decréscimo de participação feminina. De 11 senadores, a bancada feminina passou a ser composta por apenas 10 senadoras a partir de 2023 (BRASIL,

SENADO, 2022). Desse número total, somente 4 candidatas foram eleitas nas eleições de 2022, ou seja, a partir de 2023 as mulheres passariam representar 12,3% dos parlamentares do Senado Federal (BRASIL, SENADO, 2022).

Apesar do aumento do número de mulheres eleitas, representando um avanço para a luta feminina na participação do processo eleitoral, as mulheres ainda ocupam a minoria dos cargos políticos. Além disso, as mulheres continuam sendo vítimas de violência política de gênero tanto no período eleitoral quanto após serem eleitas. A violência política de gênero foi um dos principais fatores que prejudicaram as eleições femininas em 2022, conforme aponta o relatório “Violência política e eleitoral no Brasil”, 2ª Edição, confeccionado pela Terra de Direitos e Justiça Global (JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS, 2023).

Conforme indica o referido relatório, o número de casos de violência registrados, no período de 02 de agosto e 3 de outubro de 2022, foi de 140 casos de contra candidatos, pessoas eleitas ou secretários da administração (JUSTIÇA GLOBAL;

TERRA DE DIREITOS, 2023). Durante o período eleitoral, as ameaças, atentados e ofensas foram as principais formas de ataques registrados, representando 69% dos casos de violência política (JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS, 2023). Por sua vez, mulheres cisgêneras, travestis e transexuais representaram 38% dos registros de ataque, cuja motivação era política nas eleições de 2022 (JUSTIÇA GLOBAL; TERRA DE DIREITOS, 2023).

Portanto, conforme os dados estatísticos acima apresentados, em que pese a vigência da Lei 14.192/2021, durante as eleições gerais de 2022, o processo eleitoral ainda foi demarcado pela presença da violência política de gênero, manifesta das mais diversas formas. Referidos dados demonstram, mais uma vez, a necessidade de medidas para eliminação/redução desta forma de violência no processo eleitoral brasileiro. Feitas essas considerações, passa-se à análise da violência política de gênero nas eleições municipais de 2024.

4- Análise quantitativa e qualitativa da violência política de gênero nas eleições municipais de 2024

Neste tópico da investigação, serão apresentadas considerações acerca da violência política de gênero no âmbito das eleições municipais de 2024. Trata-se da primeira eleição municipal sob a vigência da Lei 14.192/2021. Inicialmente, é importante mencionar que segundo estudo realizado pela Justiça Global e Terra de Direitos em 2024, houve um aumento de 130% em relação às últimas eleições municipais, dos casos de violência política de gênero (JUSTIÇA GLOBAL, TERRA DE DIREITOS, 2024). Antes mesmo do período eleitoral já se registrava um número significativo de ocorrências contra pré-candidatos e políticos em exercício (JUSTIÇA GLOBAL, TERRA DE DIREITOS, 2024). No período de 01 de janeiro a 15 de agosto de 2024, havia registros de 130 casos, sendo um número maior do que em todo o ano de 2023 (JUSTIÇA GLOBAL, TERRA DE DIREITOS, 2024).

Conforme apontado por pesquisas realizadas pelas organizações sociais Terra de Direitos e Justiça Global (JUSTIÇA GLOBAL, 2024), no primeiro turno das eleições municipais (no período de 16 de agosto a 06 de outubro de 2024), foram registradas 373 ocorrências de

violência política de gênero contra candidatos ou políticos em exercício (JUSTIÇA GLOBAL, 2024). No período de 01 a 06 de outubro de 2024, 99 casos de violência política no país, correspondendo a 16 ocorrências por dia (JUSTIÇA GLOBAL, 2024). As formas de violência mais frequentes são ameaças e atentados, além de homicídios, ofensas e agressões (JUSTIÇA GLOBAL, 2024).

Com relação ao número de mulheres eleitas nas eleições municipais de 2024, houve um aumento de 7% no número de mulheres eleitas para o cargo de prefeita, 15% de aumento para o número de vice-prefeitas eleitas e um crescimento de 12% do número de vereadoras eleitas, se comparado com as eleições municipais de 2020 (TSE, 2024c). Embora o aumento do número de mulheres eleitas nas eleições municipais, este número foi acompanhado pelo aumento do número de casos de ocorrência de violência política de gênero conforme acima mencionado.

O cenário atual, portanto, ainda é de um número crescente de casos de ocorrência de violência política de gênero, ou seja, os mecanismos que

foram implementados até o momento para o combate a esta forma de violência ainda se mostram ineficientes. Em que pese a contribuição da Lei 14.192/21, de forma isolada, a legislação não é eficiente e apta a combater a violência política de gênero no Brasil. O aumento do número de ocorrências nas eleições de 2024, demonstra a urgência na ampliação de mecanismos eficazes, já que a violência política de gênero representa uma ameaça direta à nossa democracia, limitando a representatividade, o pluralismo e paridade de participação no cenário político entre homens e mulheres.

5- Impactos da violência política de gênero no processo eleitoral

Neste último tópico da pesquisa, será apresentada uma análise dos impactos da violência política de gênero no processo eleitoral. Após a trajetória percorrida na presente investigação, é possível evidenciar que os debates acerca da violência política de gênero ainda precisam ser ampliados, de modo a fortalecer a participação da mulher no processo

eleitoral, bem como o próprio modelo de democracia participativa do Brasil. A política brasileira ainda é marcada pela baixa participação de mulheres em cargos de poder. Somado a isso, verifica-se que, ainda hoje, as mulheres são desencorajadas e impedidas de acessar os espaços eleitorais de forma ampla, irrestrita e igualitária.

A participação das mulheres na política é de extrema importância para garantir um estado efetivamente democrático. Segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), as mulheres representam 52,47% do eleitorado brasileiro, além de serem maioria populacional (TSE, 2024b). Desse modo, a representatividade feminina é uma questão que deve ser urgentemente resolvida, de modo a garantir as mulheres uma efetiva participação no processo eleitoral brasileiro.

Com o objetivo de corrigir o histórico de sub-representação feminina no Brasil, a emenda Constitucional nº 117, de 2022, promoveu alterações no artigo 17 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), de modo a estabelecer uma igualdade de financiamento de campanhas para mulheres que participam do processo

eleitoral. Assim, foi incluído ao artigo 17, da CF/88, o parágrafo 8º, que passou a estabelecer que “o montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas [...]” (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Em que pese a nova disposição constitucional, ainda existe uma má distribuição dos referidos recursos no âmbito dos partidos. De acordo com a pesquisa feita pela CNM (Confederação Nacional de Municípios), em parceria com o MMM (Movimento Mulheres Municipalistas), 41,9% das atuais gestoras afirmaram que seu partido não forneceu orientação sobre a utilização do fundo eleitoral, bem como sobre os percentuais destinados a quota de gênero (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, MMM, 2024).

Assim, verifica-se que ainda são numerosas as tentativas de burlar

a legislação, constituindo a ausência de uma estrutura de apoio pelo partido uma maneira de dificultar a participação das mulheres na política. Segundo relatório confeccionado pelo Instituto Alziras, intitulado “Censo das prefeitas brasileiras (Mandato 2021-2024), os principais obstáculos enfrentados pelas mulheres na política são: a) falta de recursos para campanha (47%); b) desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas (34%); c) assédio e violência no espaço político (26%); d) falta de espaço na mídia, em comparação com os políticos homens (13%); e) falta de apoio do partido e/ou base aliada; f) sobrecarga de trabalho doméstico, dificultando a participação na política (12%); g) falta de apoio da família (2%); h) outro (5%); e i) nenhuma das anteriores (17%) (INSTITUTO ALZIRAS, 2024).

Assim, conforme célebre frase de Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile, “Uma mulher na política muda a [própria] mulher. Muitas mulheres na política mudam a política”. Nesse sentido, com mais mulheres ocupando lugares dentre os cargos políticos, haverá uma abrangência maior para atender as necessidades de toda população, promovendo também mais conscientização sobre a igualdade de

gênero. As mulheres poderão defender os interesses e direitos de outras mulheres e pessoas vulneráveis, tratando questões que impactam diretamente esses grupos, já que possuem um “lugar de fala” e uma melhor experiência sobre referidos assuntos. Portanto, a participação feminina é essencial na política, e a política brasileira necessita de vozes, pensamentos e perspectivas plurais.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa objetivou discutir os impactos da violência política de gênero nas eleições municipais de 2024. Nesse sentido, demonstrar maneiras para reduzir/eliminar os casos de violência política de gênero. Tal espécie de violência objetiva retirar e impedir a mulher de adentrar na política. Na investigação se mostrou evidente a sub-representação feminina no Brasil no ambiente político e a desigualdade de gênero que ainda ocorre na nossa sociedade.

Mesmo com a criação da Lei 14.192/2021, o Brasil é um dos únicos países da América Latina que não estabeleceu mecanismos eficazes para combater esta forma de violência, bem como ferramentas para denunciar e

apoiar as vítimas de violência política. Com isso, os registros seguem crescendo a cada nova eleição. Assim, mostra-se urgente produzir dados, experiências e iniciativas que possam construir para o combate à violência política de gênero.

Portanto, conforme demonstrado nesta investigação, por meio da análise de dados, pós-eleições gerais de 2022 e pós-eleições municipais de 2024, todas ocorridas após a promulgação da Lei 14.192/21, a violência política de gênero no Brasil ainda é uma forma de violência que impede um processo eleitoral paritário entre homens e mulheres para os cargos da administração e do legislativo. Assim, a criação de ferramentas que servirão de apoio para a lei, mostra-se urgente, de modo que a nova legislação, como afirmado na pesquisa, não se torne uma lei simbólica e ineficiente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pauline. Eleição de 2022 é a primeira com lei de combate à violência política contra mulheres. CNN. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eleicao-2022-sera-a-1a-com-lei-de-combate-a-violencia-politica-contra-mulheres/?hidemenu=true>>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

ARAÚJO, Gabriela; GAMA, Marina. Breve balanço das eleições de 2022 para as mulheres: a violência política de gênero venceu! Reconexão Periferias, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/reconexaoperiferias/revista/breve-balanco-das-eleicoes-de-2022-para-as-mulheres-a-violencia-politica-de-genero-venceu/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ARNAUD, Rafaela Rocha. Análise comparativa da violência política de gênero na legislação dos países sul-americanos. Revista Agenda Política.v.11, n.1, p. 201-235, jan-abr, 2023. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/852/469>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 de nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm. Acesso em: 16 de nov. 2024.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans. Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

BRASIL, SENADO FEDERAL. Apesar de maior presença de mulheres na disputa ao Senado, bancada feminina diminui. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/apesar-de-maior-presenca-na-disputa-ao-senado-bancada-feminina-reduz-tamanho>>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. MMM. Estudo técnico. Estudo Violência Política de Gênero e Fundo Especial de Financiamento de Campanha - MMM. 2024. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/2024/Estudos_tecnicos/202410_ET_Violencia_Politica_de_Genero_e_Fundo_Especial_.pdf. Acesso em 20 de nov. de 2024.

DA CUNHA, Gabriela. Mulheres foram alvo em quase metade dos casos de violência política entre as eleições de 2022 e as de 2024. Valor Econômico, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2024/noticia/2024/10/03/mulheres-foram-alvo-de-quase-metade-das-ocorrencias-de-violencia-politica-entre-as-eleicoes-de-2022-e-as-de-2024.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DE OLHO NAS URNAS. Cartilha Mulheres na Política: construindo igualdade de gênero nas eleições de 2024. 2024. Disponível em: <https://evc.camara.leg.br/site/wp-content/uploads/2024/11/cartilha_mulheres_na_politica.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2024.

FREITAS, Juliana; ABADE, Denise. O combate à violência política de gênero e as eleições municipais de 2024. Consultor Jurídico, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jan-22/o-combate-a-violencia-politica-de-genero-e-as-eleicoes-municipais-de-2024/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Diagnóstico e Propostas para o Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres no Brasil: Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/agosto/gti-enfrentamento-violencia-politica-relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. O que é violência política contra mulher? Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022. Disponível em: [https://mpmt.mp.br/site/storage/webdisco/arquivos/violencia_politica_mulher%20\(2\).pdf](https://mpmt.mp.br/site/storage/webdisco/arquivos/violencia_politica_mulher%20(2).pdf). Acesso em 20 de nov. de 2024.

INSTITUTO ALZIRAS. Censo das prefeitas brasileiras (Mandato 2021-2024). 2024. Disponível em: <https://prefeitas.institutoalziras.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

IPU PARLINE. Global data on nation parliaments. Classificação mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. 2024. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_year=2024&date_month=10. Acesso em 20 nov. 2024.

JUSTIÇA GLOBAL. Brasil registra sete casos de violência política por dia no 1º turno. 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/casos-de-violencia-politica-no-1o-turno/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

JUSTIÇA GLOBAL, TERRA DE DIREITOS. Violência Política e Eleitoral no Brasil: Panorama das violações de direitos humanos entre 2 de setembro de 2020 e 31 de outubro de 2022. 2023. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

JUSTIÇA GLOBAL. Violência política pré-eleições em 2024 é 130% maior do que nas últimas eleições municipais: Até o dia 15 de agosto, ano registrou um episódio de violência a cada 1,5 dia. 2024. Disponível em:

<https://www.global.org.br/blog/violencia-politica-pre-eleicoes-em-2024-e-130-maior-do-que-nas-ultimas-eleicoes-municipais/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

LEGIS-ATIVO, Coletivo; FERNANDEZ, Michelle. A violência política de gênero nas eleições de 2024. UOL, 2024.

Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/a-violencia-politica-de-genero-nas-eleicoes-de-2024/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MENEGHETTI, Rayssa Rodrigues; MARTINS, Naony Sousa Costa; COSTA, Fabrício Veiga. Violência Política de Gênero: Análise da Lei nº 14.192/2021 à luz da Teoria da Legislação Simbólica. In: VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 6., 2023, Florianópolis. Anais eletrônicos do VI Encontro Virtual do CONPEDI -Gênero, sexualidades e direito. Santa Catarina: Florianópolis, 2023. p. 77-97. Disponível em:

<<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgq8v/67e9p9j6/AWx3d491D7463eos.pdf>>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Violência Política de Gênero é crime: saiba como reconhecer e denunciar essa prática. 2022. Disponível em:

[https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/cartilhas-guias-e-roteiros/](https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/cartilhas-guias-e-roteiros/Eleitoral_Campanha_Mulheres_na_Politica_Cartilha.pdf)

[Eleitoral_Campanha_Mulheres_na_Politica_Cartilha.pdf](https://www.mpf.mp.br/pge/institucional/gt-violencia-de-genero/publicacoes/cartilhas-guias-e-roteiros/Eleitoral_Campanha_Mulheres_na_Politica_Cartilha.pdf). Acesso em: 17 nov. 2024.

NAVAS, Ana; COSTA, Ilton. Da Casa ao Congresso - A Inserção das Mulheres na Política Partidária: ações afirmativas para inclusão feminina nos parlamentos. V.10.n.04. Rio de Janeiro, 2017, p. 2904-

2925. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/27854/21930>. Acesso em: 20 nov. 2024.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHER. Cartilha sobre violência política de gênero. 2021.

Disponível em

<https://aplicacao.mpmg.mp.br/ouvidoria/CARTILHA_VIOLENCIA_GENERO.pdf> Acesso em: 16 de nov. 2024.

ONU NEWS. Participação de mulheres na política é marcada por assédio e tem ritmo reduzido. 2024. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2024/03/1828712>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ROSA, Ana Silva; MONTEIRO, Giovanna. Cartilha Mulheres na Política. FGV Direito Rio, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/e055b9eca178-4c8f-8c9d-1b51251ce979>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SECRETARIA DA MULHER. Seminário aborda indicadores, participação e violência política contra mulheres nas eleições de 2022: Evento integra campanha dos "21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres". Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/seminario-aborda-os-indicadores-a-participacao-e-a-violencia-politica-contra-as-mulheres-nas-eleicoes-gerais-de-2022>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SILVA, Bianca; PEREIRA, Nathália; BRANQUINHO, Raquel. A Competência da Justiça Eleitoral nos crimes de Violência Política de Gênero: Pretender retirar ações do âmbito da JE abre espaço para a impunidade. JOTA. Disponível em: <file:///C:/Users/angel/Downloads/A%20competencia%20da%20Justica%20Eleitoral%20nos%20crimes%20de%20violencia%20politica%20de%20genero.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SILVA, Salete Maria da. Supremacia masculina nos partidos políticos: Violência política simbólica contra as mulheres? Revista IusGênero América Latina, v.1, n.1, p. 65-79, 2022.

<https://doi.org/10.58238/igal.v1i1.10>.

TEIXEIRA, M. B. M.; MOTA SANTOS, C. M. Mulheres na Política: Desafios e Perspectivas. Revista de Administração IMED, v. 10, n. 2, p. 178, 2020.

Disponível em:

<https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/3817>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE MULHERES. 2024a. Disponível em <<https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas>> Acesso em: 18 de nov. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Seis em cada dez municípios têm a maioria do eleitorado feminina. 2024b. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Julho/seis-em-cada-dez-municipios-tem-a-maioria-do-eleitorado-feminina>>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Diversidade e rejuvenescimento marcam Eleições Municipais de 2024. 2024c.

Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Novembro/diversidade-e-rejuvenescimento-marcam-eleicoes-municipais-de-2024>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

VANALI, Ana Christina; KOMINEK, Andrea Maila Voss Kominek; BOBER, Vanessa Vargas. A luta contra o patriarcado: uma revisão histórica dos movimentos feminista. Revista Ártemis. vol.XXXIII, nº1; jan-jun, 2022, p. 342-359. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/61039/35632>. Acesso em 20 de nov. de 2024.

**DECISÕES JUDICIAIS E SUA
PREVISIBILIDADE: UMA ANÁLISE
DO VOTO DO RELATOR DO
RECURSO EXTRAORDINÁRIO (RE)
635.659 SOB A ÓTICA DO
REALISMO JURÍDICO**

Ellen Caroline Alves Angelino²⁸
Harley Christian do Valle Silva²⁹
Laila Clotilde Faria³⁰

RESUMO

Este artigo analisa a previsibilidade das decisões judiciais no âmbito do sistema jurídico brasileiro, com foco no voto do relator do Recurso Extraordinário (RE) 635.659. Sob a perspectiva do realismo jurídico, investiga-se a influência de fatores sociais, políticos e institucionais sobre as decisões judiciais. O estudo examina os fundamentos e a argumentação utilizados pelo ministro Gilmar Mendes para compreender como eles refletem princípios do realismo jurídico e contribuem para a previsibilidade jurídica. Além disso, aborda a importância de uma interpretação que transcenda a literalidade normativa, incorporando contextos sociais e institucionais.

PALAVRAS-CHAVE

Previsibilidade judicial; Realismo jurídico; Recurso Extraordinário.

ABSTRACT

²⁸ Aluna de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana.

²⁹ Delegado de Polícia, Professor e Coordenador do Curso de Direito da FANS.

This article analyzes the predictability of judicial decisions within the Brazilian legal system, focusing on the opinion of the rapporteur in Extraordinary Appeal (RE) 635.659. From the perspective of legal realism, it investigates the influence of social, political, and institutional factors on judicial decisions. The study examines the arguments and reasoning employed by Minister Gilmar Mendes to understand how they reflect the principles of legal realism and contribute to legal predictability. Furthermore, it addresses the importance of an interpretation that goes beyond normative literalness, incorporating social and institutional contexts.

KEYWORDS

Judicial predictability; Legal realism; Extraordinary Appeal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca examinar a previsibilidade das decisões judiciais no contexto do sistema jurídico brasileiro, tomando como exemplo o voto do relator do Recurso Extraordinário (RE) 635.659. Para tanto, a análise se desenvolve sob a perspectiva do realismo jurídico, corrente que preconiza a investigação do direito a partir de sua aplicação prática, compreendendo os fatores

³⁰ Advogada, pós-graduada em Direito Civil, Processo Civil, Direito Público, Constitucional, Penal, Processo Penal, Empresarial, Tributário e Ambiental, e Professora do Curso de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

sociais, políticos e institucionais que influenciam a atuação jurisdicional.

O voto do relator, enquanto manifestação inicial que orienta o julgamento em plenário desempenha um papel fundamental na construção do entendimento do tribunal. Este trabalho, portanto, propõe-se a investigar os critérios, fundamentos e a argumentação jurídica empregados nesse voto, buscando compreender em que medida refletem os preceitos do realismo jurídico e contribuem para a previsibilidade do Direito levando em conta a trajetória pessoal do Ministro.

Dessa forma, o estudo pretende evidenciar a inter-relação entre a teoria jurídica e a prática jurisdicional, ressaltando a importância de uma abordagem analítica que transcenda a literalidade da norma e abarque os contextos sociais e institucionais que permeiam as decisões judiciais no Brasil.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 635.659: UMA ANÁLISE DO VOTO DO RELATOR

O Ministro Gilmar Mendes, aos 19.08.2015, votou dando provimento ao recurso extraordinário. De início, o Ministro Gilmar Mendes abordou a questão de controle de

constitucionalidade das normas penais, ressaltando que as leis penais devem ser necessárias, adequadas e equilibradas para atingir os fins de proteção de bens jurídicos, não devendo ser excessivamente restritivas.

Mendes afirma que os direitos fundamentais impõem a proibição de uma proteção insuficiente, e que o Estado tem uma obrigação de adotar medidas proporcionais para proteger os direitos fundamentais, sem violá-los. Segundo Mendes, “utilizando-se da formulação de CANARIS, pode-se dizer que os direitos fundamentais contemplam não apenas uma proibição de excesso (*Übermassverbote*), como, também, uma proibição de proteção insuficiente (*Untermassverbote*).” (MENDES, 2015, 17min18s).

Mendes menciona que existem três níveis de controle de constitucionalidade aplicáveis às normas penais, quais sejam: o controle de evidência (medidas claramente ineficazes), de justificabilidade (se o legislador levou em consideração todos os dados relevantes para elaboração da norma), e material de intensidade (quando afetam fortemente os direitos fundamentais, sendo necessário um

controle mais rigoroso para garantir que a restrição é justificada por algo maior).

Destaca que é necessário realizar o controle de evidência, haja vista que a Lei 11.343/06 visa a proteção da saúde pública, bem como promover a reinserção dos usuários de drogas, sendo o objetivo da referida lei contraditória a criminalização do porte para uso pessoal. Alega ainda que a distinção entre usuário e traficante de drogas é falha, sendo o sistema (à época do julgamento) dependente de uma interpretação subjetiva dos policiais.

Através de pesquisas trazidas em seu voto, Mendes demonstra que a maior parte das condenações por tráfico são resultado de apreensão de pequenas quantidades, sendo observado, na prática, que a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal não atingiu o objetivo de combater o tráfico de maneira eficaz, mas apenas sobrecarregou o sistema prisional e aumentou a rotulação de jovens, em especial, os mais vulneráveis.

Quanto à justiciabilidade, Mendes diz que não há dados que comprovem que a repressão ao consumo seja o meio mais adequado e

eficaz para combater o tráfico de drogas, e que, com base em diversos estudos internacionais, não houve registro de um aumento significativo no consumo de drogas nos países em que houve a adoção da descriminalização ou despenalização.

Crítica ainda o fato de que o legislador não fundamentou a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, com estudos que comprovem a eficácia na proteção dos bens jurídicos pretendidos, quais sejam: segurança e saúde pública. Segundo Gilmar Mendes:

“A legislação brasileira sobre drogas constitui-se, portanto, em documento elaborado há mais de vinte e cinco anos, em uma realidade diversa dos momentos atuais, nos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais do País, em especial no que se refere à garantia de direitos dos cidadãos brasileiros.” (MENDES, 2015, 1h 07min).

Nesse sentido, conclui que, atualmente, criminalizar o porte de drogas para uso pessoal é desproporcional, tanto por falhar em atingir seus objetivos, quanto por gerar

impactos sociais negativos ao marginalizar os usuários de drogas, contrariando assim os princípios constitucionais da proteção à saúde e à reinserção social.

Abordou a questão dos crimes de perigo abstrato, ressaltando que, com base em dados empíricos, há uma presunção de que certas condutas representam um risco potencial, não sendo necessária, portanto, a prova de um dano imediato ao praticar tal conduta para que ela seja criminalizada. Entende-se que os crimes de perigo abstrato não são inconstitucionais, haja vista que são comumente usados para proteção de bens coletivos ou difusos, como, por exemplo, a Saúde Pública e o Meio Ambiente. Nesses casos, essa prevenção é essencial, desde que respeite rigorosamente o princípio da proporcionalidade.

Nesse sentido, Mendes discorre acerca do controle material de intensidade no que tange à criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, examinando se a intervenção penal é necessária para a proteção de bens jurídicos como a saúde pública e segurança. Ressalta que o porte de drogas para consumo

pessoal coloca em conflito o interesse da sociedade na proteção da saúde pública/segurança, com o direito à autodeterminação (no que tange à intimidade e à vida privada).

Questiona ainda se a afirmação de que o porte de drogas para consumo pessoal, fomenta o tráfico de drogas em razão da demanda gerada pelo consumo, é afirmação suficiente por si só para justificar a criminalização, haja vista o impacto negativo nos princípios fundamentais da privacidade e liberdade individual. Ademais, alerta que não deve ser feito o uso excessivo do Direito Penal como solução para questões sociais, devendo ser usado apenas como a *ultima ratio*, não devendo ser utilizado de maneira simbólica sem resolver de forma eficaz o problema.

Neste ponto, conclui que a criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, atinge de forma desnecessária e desproporcional, violando o direito à construção da personalidade, e, ainda, desrespeitando a decisão da pessoa de colocar em risco sua própria saúde (autodeterminação).

Analisa diferentes abordagens regulatórias quanto a criminalização do

porte de drogas para uso pessoal, buscando a distinção e conceitos importantes para o entendimento dessas práticas regulatórias, tais como: a despenalização (a retirada das penas de prisão para determinadas condutas); a descriminalização (exclusão de todas as sanções de caráter criminal, não devendo ser confundido com legalização); redução de danos (políticas que visam minimizar os efeitos sociais negativos do consumo de drogas, saindo da esfera penal e partindo para o campo da saúde pública) entre outros conceitos.

Nesse ponto, Gilmar frisou a importância de que haja uma análise mais equilibrada entre restrição e a legalização, onde as políticas de saúde pública convivam com a descriminalização, sem necessariamente haver a liberação total do uso de drogas.

Portanto, Mendes afirma que a criminalização do porte de drogas para uso pessoal é inconstitucional, por ser desproporcional e prejudicial aos direitos individuais, e por não ser necessário para proteção dos bens jurídicos tutelados, sendo sugerido alternativas não penais, menos

gravosas e mais eficazes para lidar com o consumo de drogas.

Finaliza frisando que a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal não deve ser interpretada como uma legalização irrestrita. Sustenta que deve ser afastada do âmbito penal, mas que sejam aplicadas as mesmas medidas do artigo 28 da Lei 11.343/06 como medidas administrativas, para fins de garantir maior eficácia ao tratamento dos usuários.

Em seu voto, na parte dispositiva, fixou-se:

Pelo exposto, dou provimento ao recurso extraordinário para:

1. Declarar a inconstitucionalidade, sem redução de texto, do art. 28 da Lei 11.343/2006, de forma a afastar do referido dispositivo todo e qualquer efeito de natureza penal. Todavia, restam mantidas, no que couber, até o advento de legislação específica, as medidas ali previstas, com natureza administrativa;
2. Conferir, por dependência lógica, interpretação

conforme a Constituição ao art. 48, §§1º e 2º, da Lei 11.343/2006, no sentido de que, tratando-se de conduta prevista no art. 28 da referida Lei, o autor do fato será apenas notificado a comparecer em juízo;

3. Conferir, por dependência lógica, interpretação conforme à Constituição ao art. 50, caput, da Lei 11.343/06, no sentido de que, na prisão em flagrante por tráfico de droga, o preso deve, como condição de validade da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, ser imediatamente apresentado ao juiz;

4. Absolver o acusado, por atipicidade da conduta; e

5. Determinar ao Conselho Nacional de Justiça as seguintes providências:

a) Diligenciar, no prazo de seis meses, a contar desta decisão, por meio de articulação com Tribunais de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Justiça e Ministério da

Saúde, sem prejuízo de outros órgãos, os encaminhamentos necessários à aplicação, no que couber, das medidas previstas no art. 28 da Lei 11.343/2006, em procedimento cível, com ênfase em atuação de caráter multidisciplinar;

b) Articulação, no prazo de seis meses, a contar desta decisão, entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e da rede de atenção a usuários e dependentes, por meio de projetos pedagógicos e campanhas institucionais, entre outras medidas, com estratégias preventivas e de recuperação adequadas às especificidades socioculturais dos diversos grupos de usuários e das diferentes drogas utilizadas.

c) Regulamentar, no prazo de seis meses, a audiência de apresentação do preso ao juiz determinada nesta decisão, com o respectivo monitoramento;

d) Apresentar a esta Corte, a cada seis meses, relatório das providências determinadas nesta decisão e resultados obtidos, até ulterior deliberação. É como voto. **(Brasil.**

Supremo Tribunal Federal. RE 635659, Relator: Min. Gilmar Mendes, Tribunal de Justiça de São Paulo – 1º Colégio Recursal, São Paulo. Tema 506, número único 0018946-13.2009.8.26.0161).

0018946-13.2009.8.26.0161).

O REALISMO JURÍDICO COMO FORMA DE INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

Aos 24 de agosto 2023, houve o reajuste do voto do ministro Gilmar Mendes, para:

I. restringir a declaração de inconstitucionalidade a apreensões relativas à substância entorpecente tratada nos autos do presente recurso (*cannabis sativa*);

II. incorporar os parâmetros objetivos sugeridos pelo Ministro Alexandre de Moraes, presumindo como usuário o indivíduo que estiver em posse de até 60 gramas de maconha ou de seis plantas fêmeas, sem prejuízo da relativização dessa presunção por decisão fundamentada do Delegado de Polícia, fundada em elementos objetivos que sinalizem o intuito de mercancia. **(Brasil. Supremo Tribunal Federal.** RE 635659, Relator: Min. Gilmar Mendes, Tribunal de Justiça de São Paulo – 1º Colégio Recursal, São Paulo. Tema 506, número único

O realismo jurídico é uma corrente de pensamento que se baseia na forma de como o direito é efetivamente aplicado na sociedade, sem se limitar à formulação teórica ou normativa. Nessa corrente de pensamento, entende-se que o direito não é apenas um conjunto de normas abstratas, mas algo que interage com a realidade cotidiana.

A essência do realismo jurídico está na crítica à ideia de que o direito pode ser totalmente compreendido a partir de textos legais ou de doutrinas jurídicas formais. O foco principal para os realistas está nas decisões judiciais e no comportamento dos juízes.

Hervada (2006. p.47 e 48) diz que a função do jurista, sob a perspectiva do realismo jurídico, é descobrir o que é justo para cada um, em cada caso concreto. Segundo o autor, esse trabalho envolve a aplicação prática do direito, devendo o

jurista determinar o que pertence a cada pessoa, para que assim seja garantido que cada um receba o que lhe é devido. Nesse sentido, para ele, o direito está ligado a fazer justiça nas relações sociais.

Para Hervada Xavier (2006. p.47 e 48), o normativismo transforma o direito em um conjunto de normas desconectadas da justiça, enquanto o subjetivismo reduz o direito a uma faculdade moral. O autor critica ambas as correntes, dizendo que elas afastam o direito de sua essência objetiva, que é garantir a justiça concreta. Para ele, o normativismo desumaniza o direito ao ignorar sua função essencial de garantir o justo, transformando-o em um sistema formal, sem se preocupar com a realidade concreta das pessoas.

Portanto, entende-se que o direito não pode ser apenas uma norma imposta, mas deve estar sempre relacionado à justiça concreta, dando a cada um o que é seu por direito.

Maria Helena Diniz (2023) traz em seu livro duas vertentes do realismo jurídico: o realismo americano e o escandinavo. O realismo jurídico americano foca na análise da subjetividade e das decisões judiciais, sempre dependendo de um contexto. O

realismo jurídico escandinavo se baseia em uma visão mais objetiva e científica, considerando o direito como um produto da realidade social, acessível pela observação prática.

REALISMO JURÍDICO NORTE-AMERICANO

Segundo Maria Helena, os representantes centrais do realismo jurídico norte-americano são John Chipmann Gray, Karl N. Llewellyn e Jerome Frank.

Na obra de Maria, John Chipmann diferenciou o “direito eficaz” e as “fontes de direito”, acreditando que o direito real consiste nas normas aplicadas pelos tribunais, e que as fontes jurídicas (leis, doutrinas e precedentes) são inspirações que o juiz utiliza. Destacou ainda que o direito só existe efetivamente quando produzido pela decisão judicial, e, em última instância, é constituído pelas normas aplicadas pela Corte Suprema, definindo assim o judiciário como fonte criadora do direito. (CHIPMANN apud DINIZ, 2023, p.76)

Karl N. Llewellyn diferenciou “normas no papel” (legais formais) e “normas efetivas” (normas aplicadas na prática), sugerindo que as normas que

o juiz realmente leva em conta podem ser diferentes das normas formais. Ou seja, os juízes, ao tomarem suas decisões, estão na verdade sendo guiados por uma norma não escrita, ou até mesmo por uma interpretação que não se limita ao texto da lei. Enfatiza ainda a subjetividade no processo judicial, onde o juiz reconstrói os fatos, buscando uma norma para justificar uma conclusão que já era previamente estabelecida. (LLEWELLYN apud DINIZ, 2023, p.77)

Jerome Frank acredita que o direito é fundamentalmente incerto, e que depende do “direito circunstancial”, ou seja, do contexto e das convicções pessoais do juiz. Alega que as decisões judiciais são imprecisas e dependem da subjetividade. Destaca que o papel do juiz adiciona incerteza ao Direito, haja vista que as decisões podem ser influenciadas por fatores emocionais, culturais ou sociais. Afirmar ainda que essa subjetividade é decisiva e necessária para a evolução jurídica, criticando, ainda, a noção de uma justiça objetiva. (FRANK apud DINIZ, 2023, p.78-81)

Maria Helena Diniz entende que os realistas jurídicos norte-americanos focam na importância das práticas

judiciais, considerando o direito uma expressão da realidade judicial, e uma resposta à influência subjetiva e social.

REALISMO JURÍDICO ESCANDINAVO

Segundo Maria Helena, os representantes centrais do realismo jurídico escandinavo são Axel Hägerström, Lundstedt, Karl Olivecrona e Alf Ross.

Na obra de Maria, Axel rejeita a ideia de direitos subjetivos e deveres jurídicos como fatos. Para ele, os conceitos jurídicos devem refletir realidades sociais concretas, não devendo ser decorrentes de princípios abstratos. Ou seja, é só fazer sentido no contexto das práticas e relações sociais. (HÄGERSTRÖM apud DINIZ, 2023, p.83)

Lundstedt propõe um “ceticismo epistemológico” e afirma que o direito subjetivo é uma posição social favorável, haja vista que o direito deve buscar sempre o bem-estar social. Ele afirma que prefere critérios de utilidade social para analisar o direito, sendo o conceito de justiça inútil. (LUNDSEDT apud DINIZ, 2023, p.83)

Karl considera as normas jurídicas como comandos de indivíduos influentes, e não de um Estado. Interpreta o direito como uma linguagem prevista, que busca impacto direto no comportamento social, sendo utilizado como um controle social. (OLIVERCRONA apud DINIZ, 2023, p.83)

Alf Ross propõe uma teoria jurídica empírica, rejeitando qualquer validade apriorística do direito, ou seja, que independe de experiência, focando-se apenas em experiências sociais como base para normas jurídicas. Acredita que a validade do direito depende de sua eficácia prática e acessível pelos tribunais e pela sociedade.

Propõe ainda que a validade de uma norma é determinada pela “crença dos juízes” e pela correspondência entre normas e comportamento humano. Defende que a ciência jurídica deve estudar o direito vigente a partir da experiência social, pois as normas são aplicadas pelos juízes com base em um sentimento de obrigação. (ROSS apud DINIZ, 2023, p.84-87)

Maria Helena Diniz entende que a escola escandinava propõe um direito empírico, fundamentado em

observações da conduta humana e na efetividade social, sendo oposta ao jusnaturalismo, se alinhando com práticas sociais observáveis.

Carmen Lúcia tem uma trajetória marcada por ter uma postura discreta e rigorosa, sendo destaque por julgar com celeridade e eficiência vários processos judiciais.

A ministra tem posicionamentos que frequentemente ressaltam a importância da liberdade individual. Ela é conhecida pelo estrito cumprimento dos princípios constitucionais, tendo uma vasta formação em Direito Constitucional.

Demonstra comprometimento quanto ao combate à impunidade, defendendo valores de justiça e responsabilização.

O voto da ministra poderia ser previsível, diante das reiteradas vezes em que afirma que a liberdade individual é um pilar essencial do estado de direito.

LEADING CASE

O termo *Leading Case* se refere à decisão que se destaca por fornecer uma interpretação de uma questão

jurídica e que serve de guia para os outros casos semelhantes.

Ao julgar temas de repercussão geral em recursos extraordinários, é estabelecido um precedente vinculante, para orientação aos demais tribunais que estão discutindo questões semelhantes.

O Leading Case a ser abordado no presente trabalho é o RE 635.569:

Recurso extraordinário, em que se discute, à luz do art. 5º, X, da Constituição Federal, a compatibilidade, ou não, do art. 28 da Lei 11.343/2006, que tipifica o porte de drogas para consumo pessoal, com os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada.

O processo de origem referente ao recurso extraordinário 635659 é o processo nº 161.01.2009.018946-6, da 2ª Vara Criminal de Diadema/SP, no qual o recorrente Francisco Benedito de Souza foi condenado a uma pena de 02 meses de prestação de serviços à comunidade pela prática do disposto no caput do artigo 28 da Lei 11.343/06. Inconformado com a condenação, através da defensoria pública, apresentou apelação requerendo

absolvição por atipicidade da conduta ou por insuficiência de provas, tendo sido o recurso desprovido pelo Colégio Recursal do Juizado Especial Cível de Diadema/SP.

Após, a defensoria pública interpôs recurso extraordinário alegando a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/06, fundamentando que criminalizar a prática da conduta tipificada no referido artigo viola os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada, princípios esses que protegem as escolhas dos indivíduos no âmbito privado, desde que não lesione terceiros. Sustentou ainda que a prática de usar drogas é prejudicial apenas para a saúde do usuário, então não haveria violação do bem jurídico tutelado no referido artigo, qual seja: a Saúde Pública. Nesse sentido, a conduta trazida no artigo 28 da Lei 11.343/06 não seria crime, por não ser conduta apta a lesionar bens jurídicos alheios, apenas a do próprio indivíduo.

O Exmo. Procurador Geral da República opinou pelo desprovimento do recurso, fundamentando que o bem jurídico tutelado no artigo 28 da Lei 11.343/06 é a saúde pública, e que a conduta de trazer consigo drogas de

uso próprio contribui para a propagação do vício no meio social. Sustentou que a tese de inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343/06 já subsistia quando ainda estava em vigor a Lei 6.368/76, que previa em seu artigo 16 a mesma redação a do atual artigo 28 da Lei 11.343/06.

Quanto à alegação da defensoria pública acerca da natureza não jurídica de crime previsto no artigo em questão, em razão de não constar entre as sanções previstas para as referidas condutas a pena privativa de liberdade, reforçou que já houve o julgamento da questão pelo plenário da Suprema Corte no Recurso Extraordinário 430.105, Relatoria do Excelentíssimo Ministro Sepúlveda Pertence:

EMENTA: I. Posse de droga para consumo pessoal: (art. 28 da L. 11.343/06 - nova lei de drogas): natureza jurídica de crime. 1. O art. 1º da LICP - que se limita a estabelecer um critério que permite distinguir quando se está diante de um crime ou de uma contravenção - não obsta a que lei ordinária superveniente adote outros critérios gerais de distinção, ou estabeleça para determinado crime - como o fez o art. 28

da L. 11.343/06 - pena diversa da privação ou restrição da liberdade, a qual constitui somente uma das opções constitucionais passíveis de adoção pela lei incriminadora (CF/88, art. 5º, XLVI e XLVII). 2. Não se pode, na interpretação da L. 11.343/06, partir de um pressuposto desapareço do legislador pelo "rigor técnico", que o teria levado inadvertidamente a incluir as infrações relativas ao usuário de drogas em um capítulo denominado "Dos Crimes e das Penas", só a ele referentes. (L. 11.343/06, Título III, Capítulo III, arts. 27/30). 3. Ao uso da expressão "reincidência", também não se pode emprestar um sentido "popular", especialmente porque, em linha de princípio, somente disposição expressa em contrário na L. 11.343/06 afastaria a regra geral do C. Penal (C.Penal, art. 12). 4. Soma-se a tudo a previsão, como regra geral, ao processo de infrações atribuídas ao usuário de drogas, do rito estabelecido para os crimes de menor potencial ofensivo, possibilitando até mesmo a proposta de aplicação imediata da pena de que trata o art. 76 da L. 9.099/95 (art. 48, §§ 1º e 5º),

bem como a disciplina da prescrição segundo as regras do art. 107 e seguintes do C. Penal (L. 11.343, art. 30). 6. Ocorrência, pois, de "despenalização", entendida como exclusão, para o tipo, das penas privativas de liberdade. 7. Questão de ordem resolvida no sentido de que a L. 11.343/06 não implicou abolitio criminis (C. Penal, art. 107). II. Prescrição: consumação, à vista do art. 30 da L. 11.343/06, pelo decurso de mais de 2 anos dos fatos, sem qualquer causa interruptiva. III. Recurso extraordinário julgado prejudicado.

A discussão iniciou-se em 2015, tendo o Min. Gilmar Mendes esclarecido que o artigo 28 é questionado por ser incompatível com os direitos constitucionais à intimidade e à vida privada, principalmente na proibição constitucional de criminalizar condutas que lesionem apenas a esfera pessoal do indivíduo acusado.

ANÁLISE DA BIOGRAFIA DO MINISTRO RELATOR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVISIBILIDADE JUDICIAL

Gilmar Ferreira Mendes nasceu aos 30 de dezembro de 1955, na cidade de Diamantino/MT. Formou-se em Direito na Universidade de Brasília (UnB) em 1978, tendo concluído seu mestrado em Direito e Estado na mesma Universidade em 1987. Mendes também completou sua formação com mestrado e doutorado na Universidade de Munster, na Alemanha, em 1990.

Em sua vida acadêmica, Gilmar foi professor da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (1979 e 1983), do Centro de Estudos Unificados de Brasília (1978 e 1979), e do Instituto Brasiliense de Direito Público (1998), lecionando em cursos de graduação e pós-graduação, e disciplinas como por exemplo de Instituições de Direito Público e Direito Constitucional.

Conquistou mais de 70 menções honrosas, em especial pelos serviços prestados à cultura jurídica, como defensor das garantias do Estado Democrático de Direito.

Em sua carreira jurídica, Mendes ingressou no Ministério Público Federal como Procurador da República em 1985, bem como foi aprovado em vários concursos públicos, tendo ocupado diversos cargos de destaque no governo federal, como por exemplo

de Assessor Técnico no Ministério da Justiça em 1995 e 1996, e Advogado Geral da União em 2000 até 2002, cargo este último que foi nomeado por Fernando Henrique Cardoso.

Em 2002, Gilmar Mendes foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso para assumir a cadeira do Ministro Néri Silveira.

Portanto, Mendes tem uma formação profunda em Direito Constitucional, o que sugere uma tendência em avaliar temas de grande relevância social e constitucional com base na proporcionalidade e na proteção dos direitos fundamentais.

No RE 635.659, o Ministro reconheceu a necessidade de um controle judicial que deve ir além do estrito legalismo, sendo necessário observar os valores e os princípios constitucionais, indicando, assim, a evidência do realismo jurídico.

Trouxe em seu voto referências internacionais ao discutir a aplicação do princípio da proporcionalidade das leis penais, conduta essa que reflete em seu perfil acadêmico.

Portanto, conforme seu entendimento sobre o direito penal, sua experiência e sua postura em relação aos direitos constitucionais contribuem para uma previsibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A previsibilidade das decisões judiciais é um tema de extrema relevância para a consolidação de um sistema jurídico justo e eficiente. Este artigo demonstrou como o voto do relator no RE 635.659, ao ser analisado sob a ótica do realismo jurídico, contribui para uma compreensão mais ampla do direito, que ultrapassa o simples positivismo legal. O uso de princípios como a proporcionalidade e a interpretação conforme a Constituição evidencia a complexidade e a dinâmica do processo de tomada de decisões no Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, é fundamental reconhecer os limites da previsibilidade em função da subjetividade inerente à atuação judicial e às peculiaridades dos casos concretos. A análise também destacou a influência do contexto sociopolítico na formulação das decisões, reafirmando a importância de um estudo interdisciplinar do direito que integre os aspectos teóricos e práticos.

Conclui-se que o realismo jurídico oferece ferramentas valiosas para interpretar as decisões judiciais no Brasil, especialmente em casos de grande repercussão. Essa abordagem promove uma visão mais realista e pragmática do sistema jurídico, contribuindo para um debate mais qualificado sobre os desafios e as possibilidades de avanço na previsibilidade judicial e na segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ DE CASTRO, Guilherme. Recurso Especial e Extraordinário: Diferenças entre o prequestionamento exigido pelo STF e pelo STFJ, e o artigo 1025 do CPC. Jusbrasil, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/recurs-o-especial-e-extraordinario-diferencas-entre-o-prequestionamento-exigido-pelo-stf-e-pelo-stj-e-o-artigo-1025-do-cpc/1151910964>. – Acesso em 01/09/2024.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (1. Turma). Recurso Extraordinário 430.105. Posse de Droga para consumo pessoal (artigo 28 da L. 11.343/06 – nova lei de drogas): natureza jurídica de crime. Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 13 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&pesquisa_inteiro_teor=false&sinonimo=true&plural=true&radicais=false&buscaExata=true&page=1&pageSize=10&sort=score&sortBy=desc&isAdvanced=true&classeNumeroIncidente=%22RE%20430105%22 – Acesso em 20/10/2024.
- CÁRMEN Lúcia. Wikipédia: uma enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A1rmen_L%C3%BAcia – Acesso em 27/10/2024.
- DIDIER Jr., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro. Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal. 13. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.
- DINIZ, Maria H. Compêndio de introdução à ciência do direito: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica, à norma jurídica e aplicação do direito. 28ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553627369. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627369/> - Acesso em: 31/10/2024.
- FREITAS, Fernando. Diferença entre Negar Segmento e Inadmissão. Jusbrasil, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-diferenca-entre-negar-seguimento-e-inadmissao/782350847> - Acesso em 01/09/2024.
- HERVADA, Javier. O que é direito? A resposta moderna do realismo jurídico. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. 1.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.
- MENDES, Gilmar. Voto do ministro Gilmar Mendes sobre a descriminalização de drogas para consumo pessoal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/re-posse-drogas-para-consumo-voto-gilmar-1.pdf> - Acesso em 23/10/2024.
- NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES SOBRE A AMÉRICA LATINA

(NEAMP). José Antônio Dias Toffoli. Disponível em: <https://neamp.pucsp.br/liderancas/jose-antonio-dias-toffoli> - Acesso em 27/10/2024.

PODER360. Retomada do julgamento sobre descriminalização do porte de drogas - 06 de março de 2024. YouTube, 6 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=txTeFjd97y4>. - Acesso em 31/10/2024.

SOARES, Ricardo Maurício F. Teoria geral do direito. 6ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. pág.233. ISBN 9788553623464. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623464/> - Acesso em 22/10/2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A análise de admissibilidade do recurso extraordinário no STJ. Secretaria de Comunicação Social. 2023. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/19112023-95--dos-recursos-extraordinarios-contradecisoes-do-STJ-tem-seguimento-negado-ou-sao-inadmitidos.aspx> - Acesso em 28/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ministro Gilmar Ferreira Mendes. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ministro/presidente.asp?periodo=stf&id=36> - Acesso em 21/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno - Bloco 2 - Retomada do julgamento sobre descriminalização do porte de drogas - 24/8/23. Youtube, 25 de agosto de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YLjXyBM_h8I&list=WL&index=21. Acesso em 26/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Sessão plenária do STF: julgamentos e

decisões. Sessão 02/08/2023. YouTube, 3 de ago. de 2023. Disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=6-oolnryT78> . Acesso em 31/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Sessão Plenária 06/03/2024 - Porte de maconha para uso pessoal - 3/3/2024. Youtube, 8 de março de 2024. Disponível em: <https://youtu.be/O9F9lc-S3V8?si=K1siEz3nTY5Izf05> - Acesso em 27/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF em pauta: novas decisões e julgamentos recentes – 19/08/2015. YouTube, 21 de ago. de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9AaWI6JyEo> . Acesso em: 31/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Sustentação oral e julgamento de processos no STF – sessão 10/09/2015. YouTube, 15 de set. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d6z2l4TCIQg> . Acesso em 31/10/2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF forma maioria para descriminalizar porte de maconha para uso pessoal. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511645&ori=1> – Acesso em 24/10/2024.

CONSULTORIA CONTÁBIL PARA PROCESSOS DE E-COMMERCE

Camila Souza Ramos³¹
Ciro Antônio Pereira Lemos³²
Yuri Gomes dos Santos³³

RESUMO

Este estudo teve como principal objetivo aprofundar a análise das inter-relações entre as empresas dedicadas ao comércio eletrônico situadas em Nova Serrana e o potencial impacto das consultorias contábeis nesse contexto. A discussão em torno da consultoria contábil para os processos do *e-commerce* visa esclarecer as múltiplas funções desempenhadas pelos profissionais contábeis no suporte ao crescimento e aprimoramento das entidades comerciais. O trabalho foi iniciado por meio de uma pesquisa bibliográfica, abordando informações associadas ao escopo do estudo, incluindo conceitos contábeis fundamentais, a natureza da consultoria contábil, os processos de vendas e o panorama do *e-commerce* no contexto nacional. Posteriormente, o estudo incluiu uma pesquisa de campo, envolvendo entrevistas com um grupo composto por dez empresas do setor de *e-commerce* e outros dez consultores contábeis. O propósito dessa etapa foi aprofundar a compreensão das dificuldades enfrentadas por essas empresas no âmbito

organizacional, buscando identificar de que maneira os consultores contábeis poderiam fornecer suporte para superá-las. A análise comparativa das respostas coletadas permitiu a identificação das áreas específicas em que as empresas mais carecem do suporte dos consultores contábeis. Essa abordagem tornou possível determinar em quais fases do ciclo empresarial a presença de um contador se torna especialmente necessária, fornecendo um panorama valioso para a compreensão das demandas empresariais em relação à consultoria contábil.

Palavras chaves: Consultoria contábil, *E-commerce*, Gestão organizacional, Planejamento tributário.

ABSTRACT

The main objective of this study was to deepen the analysis of the interrelationships between *e-commerce* companies located in Nova Serrana – MG and the potential impact of accounting consultancy in this context. The discussion surrounding accounting consultancy for *e-commerce* processes aims to clarify the multiple roles played by accounting professionals in supporting the growth and enhancement of commercial entities. The work commenced with an literature review, addressing information associated with the scope of the study, including fundamental accounting concepts, the nature of accounting consultancy, sales processes, and the *e-commerce* landscape in the national context. Subsequently, the study included research, involving interviews with a group consisting of ten *e-commerce*

³¹ Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana - FANS

³² Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de

Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Nova Serrana - FANS.

³³ Graduated in Ciências Contábeis pela Faculdade de Nova Serrana – FANS

sector companies and another ten accounting consultants. The purpose of this phase was to deepen the understanding of the challenges faced by these companies in the organizational context, seeking to identify how accounting consultants could provide support to overcome them. The comparative analysis of the collected responses allowed the identification of specific areas where companies are in greatest need of support from accounting consultants. This approach made it possible to determine at which stages of the business cycle the presence of an accountant becomes particularly necessary, providing a valuable overview for understanding the business demands related to accounting consultancy.

Keywords: Accounting consultancy, E-commerce, Organizational management, Tax planning.

1 INTRODUÇÃO

Os *e-commerce* conhecidos como comércios digitais, um tipo de mercado que vem se desenvolvendo em todo o Brasil, são novas empresas que se instalam com facilidades de acesso e entrada no mundo do empreendedorismo, por vários motivos, mas principalmente pela possibilidade de desembolsar pouco capital de investimento. Com diversos modelos de trabalhos e operações, uma variedade de produtos e visibilidade nunca antes vista, esse modelo de entidade contribui para o

desenvolvimento econômico do país alavancando a criação de novos empreendimentos.

O setor também é suportado por empresas conhecidas em todo o mundo tendo exclusividade em atender no ambiente virtual com transações de produtos e *infoprodutos* (produtos digitais). Como exemplo, cita-se o Mercado Livre que é o maior *e-commerce* da América Latina. (ECOMMERCEBRASIL, 2023).

Considerando a criação desses novos tipos de empresas e a complexidade das leis de cada país, observa-se a necessidade, cada vez maior, da atuação de contadores para prestarem o acompanhamento a estas entidades que devem respeitar conceitos e normas nos territórios em que elas atuam. Para que o empresário aja de forma legal e opere sua empresa respeitando as normas vigentes no país, o serviço de contadores se torna indispensável, pois eles são responsáveis por analisar, pesquisar e apresentar formas de melhor utilização dos benefícios fiscais, trabalhistas, financeiros e gerenciais, dando suporte às empresas.

Este trabalho se justifica perante o mercado, por se constituir em uma análise do processo de cada

empreendedor que criou uma empresa no ambiente do *e-commerce* e apresenta métodos em que a consultoria contábil estaria auxiliando-o para que seu empreendimento cresça e se desenvolva com suportes legais, benefícios fiscais, financeiros e operacionais.

Observando o mercado de comércio digital, identifica-se que as pessoas que entraram para esse mercado têm dificuldades em entender as normas tributárias brasileiras, precificação e otimização de processos, podendo-se gerar receio de encerramento sua empresa por não saber operá-la de forma adequada. Alguns empresários têm tido problemas com a receita federal, por não saberem como funcionam as regras e obrigações contábeis.

Assim, surge o objeto ou a questão orientadora que norteou esta pesquisa, e que vai tratar de identificar e analisar as principais dificuldades apresentadas pelas empresas de *e-commerce* que operam no mercado de Nova Serrana-MG, e ainda propor possíveis soluções que podem ser oferecidas por empresas de consultoria contábil.

No início dos trabalhos foram levantadas algumas hipóteses

que estavam relacionadas com o pequeno conhecimento, por parte dos empresários locais, do processo fiscal e dos possíveis benefícios, também da área fiscal, para esta área de atuação, além da baixa utilização das orientações e serviços direcionados e específicos de uma consultoria contábil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta pesquisa busca trazer informações e aplicações que podem ser utilizados nas empresas do ramo *e-commerce* mediante orientações de um consultor contábil. Para tanto, citam-se publicações de diversos autores com base nos estudos que desenvolveram e que podem ser de grande valor para os empresários desse ramo de negócio.

A relevância da Contabilidade

A contabilidade, como sistema, método ou ciência, tem como ferramenta de estudo o patrimônio, a forma de registro, de controle, de análise e a maneira como são apresentadas as informações para os usuários, além de assessorar em planejamentos internos e externos da entidade. Portanto o objetivo da

contabilidade é alcançado através do registro, das demonstrações, das análises e interpretações de fatos sucedidos, que possam afetar o patrimônio, apontando sua composição e suas variações em determinados períodos (ARAÚJO, 2009).

De acordo com Ribeiro (2010), todos que desfrutam da contabilidade são instituições econômico-administrativas que a manuseiam de forma clara e objetiva para fixar e analisar o fluxo de seu patrimônio, abrangendo os proprietários, os cotistas, os gestores, os provedores, os consumidores, os bancos e as entidades públicas.

A base fundamental da contabilidade é a ciência social, porque pesquisa a natureza das movimentações financeiras que fazem parte do patrimônio, como os atos das sociedades. A ciência contábil mesmo aplicando métodos quantitativos não se trata de uma ciência exata. (MARION, 2012).

Na concepção dos autores Barbosa e David (2019), a

contabilidade é indispensável para todos, principalmente para entidades que podem visar ou não ao lucro, a contabilidade é necessária por ser uma ciência capaz de fornecer aos seus interessados relatórios sobre as situações da empresa atuante.

A ciência da contabilidade tem um amplo ambiente para atuação, aplicações e interpretações dentro da sociedade, pois é utilizada como ferramenta de criação de relatórios e gestão por todas as organizações que visam do lucro ou não, como demonstra o QUADRO 1 abaixo (CREPALDI, 2010).

QUADRO 1 - Áreas de atuação para os profissionais contábeis

Contabilidade Fiscal	Atua no processo de criação de informações para o fisco, também responsável por estratégias tributárias na organização.
Contabilidade Pública	Participa do ambiente, manuseio e gerenciamento das contas públicas.
Contabilidade de Custo	Uma das áreas mais prestigiadas no Brasil e no mundo, sua importância se dá no seu trabalho de diminuição na taxa de inflação e acessibilidade as mercadorias estrangeiras. Ela entrega um número grande de informações de custo aos gestores da empresa.
Contabilidade Gerencial	Trabalha em torno da mais eficiente utilização dos recursos financeiros da entidade, através do controle sistêmico das suas matérias-primas, e criando sistema de controle gerencial.
Auditoria	Através de empresas de auditoria ou áreas internas da entidade, verifica fidelidade dos relatórios contábeis e a legitimidade das ações praticadas pelos gestores.
Perícia Contábil	Trabalha na criação de laudos em processos judiciais ou extrajudiciais.
Contabilidade Financeira	Encarregado de criar e consolidar os relatórios contábeis para interesses externos
Análise Econômico-financeira	Nome atual para o analista de balanços, trabalha na elaboração de verificação da condição patrimonial de uma entidade, com origem em seus relatórios contábeis.
Avaliação de projetos	Criação e estudo de viabilidade de projetos para períodos mais longos, baseando-se no seu fluxo de caixa e cálculos de sua influência para entidade.

Fonte: Elaborado pelos autores, citando Crepaldi (2010).

O QUADRO 1 mostra que a contabilidade tem várias áreas para se trabalhar, com destaque para o campo financeiro e social das empresas e mesmo de governos. Em todos os casos os contadores são responsáveis por gerar relatórios para distribuir informações tempestivas aos seus usuários.

Consultoria Contábil

Um consultor contábil tem a função de suporte para o gestor da empresa, implementando estratégias para o melhor desempenho empresarial. Utiliza as informações fornecidas pela empresa contratante e as interpreta, para da melhor forma, conseguir informações tempestivas.

Com utilização de ferramentas contábeis de relatórios, as análises podem trazer diversos benefícios à entidade e antecipar problemas futuros. (MARION, 2012).

De acordo com Caldas *et. al* (2019), com a multinacionalização, as características do cientista contábil evoluíram a ponto de ele deixar de ser apenas um “guarda-livros”. Com isso, houve uma demanda contínua de inovação tentando minimizar “a bagunça” das leis tributárias brasileiras: leis, decretos e normas, que precisam de acompanhamento em diários oficiais. Assim, o contador deve se manter atento às informações disponibilizadas, pois que cada vez mais as entidades procuram consultoria da área contábil.

Os consultores se envolvem na distribuição de determinadas atividades através de investigações e atividades, com o objetivo de analisar as preocupações do consumidor disponibilizando melhorias e direcionamentos de execuções. Com as informações em mãos o profissional implementa e prontifica a proposta de acordo com a necessidade da entidade. (ALVARENGA; CARVALHO; LEANDRO, 2010).

Para Crocco e Guttmann (2017), nos tempos atuais, as dificuldades no ambiente empresarial estão crescendo e desenvolvendo em diversas direções: falta de gestão operacional, tensão para abatimentos de custos, aumento das margens dos produtos, alta competitividade, mudanças constantes na legislação, são alguns exemplos que vêm acontecendo nas empresas, forçando-as a se atualizarem para não perderem competitividade no mercado com produtos “obsoletos, incompletos ou inadequados”. Para a solução desse problema, as entidades contratam profissionais ou organizações que atuam na área de consultoria para realizarem ações de melhoria no seu negócio.

Processos de Vendas e comportamento do consumidor

As entidades, em um contexto geral, dependem de vendas para terem continuidade, lucratividade e evolução. No entanto, para que as vendas aconteçam a contento, é necessário que a empresa esteja inserida e conhecida no mercado. Por esse motivo não existem vendas sem *marketing* e *marketing* sem vendas. O

esforço da organização sobre as vendas é essencial para que o negócio seja competitivo, uma vez que vários competidores querem os mesmos clientes (COBRA; TEJON, 2007).

Em uma época na qual se detém um círculo de armadilhas, habilidades e competitividades, a todo o momento surgem novos acontecimentos e empecilhos para a criação de estratégias que forneçam soluções para as tendências. Mostra-se indispensável o raciocínio tático aos que impõem o real significado a atuação de vendas nos tempos de hoje (MEINBERG, 2011).

Alguns dos meios utilizados no anseio do fechamento de uma venda é a argumentação. Sendo bem elaborada e aplicada de maneira persuasiva, o cliente se atentará ao ato de efetivar sua compra. É perceptível que a base da alegação é algo a ser compreendido e sendo que bem colocados são aptos a influenciar o público-alvo (GREGOLIN; PATZLAFF, 2009).

O cliente é todo sujeito a quem são destinados bens ou serviços concedidos a utilização particular ou mercante. O consumidor é a entidade popular em que estratégias para atender vontades, cultura, anseios,

religião, prioridades esportivas e políticas, são criadas para quem consumirá o produto. Todas essas características moldam os bens a serem ofertados. (FERREIRA; REIS; SERRA, 2010).

De acordo com Bernardino *et. al* (2011), produtores e fabricantes não detêm conhecimento nem sistema de sucessão e objetivo para repartir suas mercadorias aos consumidores finais. Essa situação, na sua maioria, mostra-se desafiadora e ineficaz, porque os canais de *marketing* se envolvem como agenciadores no atacado e varejo, sendo operadores especializados nessa área.

Segundo Gangana *et. al* (2007), cada pessoa analisa o seu interesse ou não de adquirir produtos de determinadas organizações. Geralmente, o público consumidor tem desejos por mercadorias ou serviços com a melhor ligação em custo e benefício. Há o público de intermediários que tem maior preocupação com a confiança no tempo de entrega. E o grupo de cotistas tem interesse pelo resultado da sua aplicação no negócio investido.

E-commerce no Brasil

Ainda de acordo com Bernardino *et. al* (2011), a Internet vem se estruturando como um canal indispensável de vendas. O desenvolvimento tecnológico das lojas virtuais dá oportunidades de ultrapassar limites de espaço e tempo. Para os clientes, torna-se mais prático efetivar uma compra no horário que lhe convém e no conforto da sua casa do que ter que se deslocar até uma loja física e em horário determinado. No Brasil, um dos motivos maiores para o crescimento do mercado eletrônico foi o acréscimo de computadores e celulares disponíveis para a população no geral, que, se comparado a outros países desenvolvidos, ainda é bem inferior o número de pessoas que possuem esses bens tecnológicos.

Um comércio virtual bem desenvolvido e estruturado diferencia-se muito de outras empresas pensando na continuidade e transações. O *e-commerce* proporciona a visão de mercadorias e serviços à disposição dos consumidores em vários lugares do mundo, fazendo com que esses produtos se tornem mais conhecidos, valorizando suas marcas, criando novos públicos e aumentando o faturamento de suas organizações. No entanto, esse tipo de operação

encontra algumas dificuldades como: transações financeiras on-line, logística, entrega e necessidade de melhorias constantes em sites. (CLARO, 2013).

De acordo com Mendonça (2016), o *e-commerce* cresceu muito com as compras em aparelhos eletrônicos mobiles, redes sociais etc., e alguns tipos de operações *on-line* conhecidas atualmente.

- *Business to Business* (B2B): É a negociação entre duas organizações, a transação ocorre que em sites na rede da internet.
- *Business to Consumer* (B2C): É a transação ocorrida entre fábricas e distribuidores até o consumidor final, como Americanas, Netshoes, Submarino, Extra etc.
- *Business to Employee* (B2E): Nesse modelo, as empresas desenvolvem plataformas como na *Intranet* para oferta mercadorias aos seus colaboradores com preço menor, como a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI) criada pelo Banco do Brasil por uma rede de parcerias propõem serviços e produtos de preço baixo.
- *Business to Government* (B2G): Quando a entidade disponibiliza produtos e serviços para o governo.

Nos tempos atuais, existem diferentes tipos de produtos e serviços que comparecem em uma velocidade incrível ao seu cliente, em todo lugar. Não existem incertezas em dizer que a internet possibilitou isso juntamente ao mercado tradicional, que fez uso da dela para se evoluir. (ANDRADE; SILVA, 2017).

METODOLOGIA

Para desenvolver este projeto de pesquisa utilizou-se, de forma predominante, a abordagem qualitativa. Segundo Borges e Taquette (2020), a pesquisa qualitativa participa de diversos campos das ciências humanas e sociais, as abordagens deste método de estudo vão além do “achismo”, relacionadas por um grupo de expressões e significados, com uma oportunidade de criar fundamentos a partir das deduções do pesquisador/investigador.

A pesquisa teve finalidade descritiva, pois foi aplicada análise das respostas dos entrevistados e suas visões sobre o tema. Os estudiosos Beuren e Raupp (2006), afirmam que muitos estudos fazem uso da pesquisa descritiva para análise e descrição de

problemas no campo da contabilidade, podendo ser através de questionamentos relacionados às funções da própria profissão contábil em ferramentas de gestão nas empresas.

Quanto aos meios, o estudo caracterizou-se como pesquisa de campo. Assim, foram ouvidos os representantes de quinze empresas do *e-commerce* e dez profissionais contábeis que prestam consultoria a essas empresas. As entrevistas foram conduzidas com base em roteiros diferenciados, mas com perguntas equivalentes aos dois públicos mencionados.

A análise das informações se deu por meio do método conhecido como análise de conteúdo, em que os autores retiram dados e informações das respostas oferecidas pelos entrevistados, categorizá-los, compará-los entre si e com a teoria pesquisada. De acordo com Guerra (2006), o trabalho de análise de conteúdo torna-se muito redutor, restringe-se a “falar o que foi falado”, tendo em vista que as afirmações dos entrevistados são transparentes e que essas descrições esclarecem acontecimentos típicos na área.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Devido ao grande fluxo das atividades dos entrevistados, houve alguma dificuldade na obtenção de respostas mais consubstanciadas. Na primeira categoria, entrevistaram-se empresas relativamente novas, de pequeno porte, a maioria com menos de 5 anos de existência, já estabelecidas em nichos específicos de mercado. No setor contábil, constatou-se vasta experiência, tanto como consultores quanto em escritórios contábeis, especialmente na cidade de Nova Serrana - MG, onde a maioria dos clientes atua na indústria calçadista, inclusive os do *e-commerce*, majoritariamente dedicados ao varejo de calçados.

Observou-se que empresas de diversos portes buscam consultoria contábil, desde aquelas migrando do MEI para o Simples Nacional até aquelas de maior porte operando no lucro presumido. Padoveze (2012), afirma que a contabilidade gerencial é essencial para qualquer entidade, pois seu alvo são os membros internos da organização de qualquer nível de administração, que carecem das informações contábeis, para seus

processos de tomadas de decisão, planejamento e controle da operação.

Constatou-se na categoria de consultoria contábil que os empresários entrevistados não têm consultores contábeis em suas empresas para lhe dar suporte. Por outro lado, os consultores contábeis disseram que está havendo uma demanda de clientes de empresas da área do *e-commerce*, mostrando que este tipo de mercado está se desenvolvendo e crescendo. Barreto (2008), descreve que a entidade não é uma aventura com objetivo de encerrar a qualquer momento, pelo contrário é uma organização com pretensões ter continuidade, assim as delegações gerenciais têm que ser feitas para que a empresa alcance o seu objetivo de continuidade por vários anos. Para isso tenta impedir falhas, objetivando seu não encerramento.

Na estrutura empresarial, há organizações não setorializadas e outras divididas para uma melhor gestão. Entre entrevistados, constatou-se que mesmo com divisões, o setor tributário é frequentemente omitido ou negligenciado, apesar de sua importância. Consultores contábeis revelam habilidades multifacetadas, principalmente em finanças e tributos,

enfatizando a necessidade de cautela na gestão financeira. Um planejamento adequado impulsiona o crescimento saudável das empresas.

No entanto, percebe-se que muitas empresas têm pouco conhecimento sobre suas obrigações fiscais e os consultores contábeis alegam ser umas das primeiras etapas em que eles atuam, principalmente em troca de regime tributário. Segundo Andrade Filho (2015), o planejamento tributário é uma atividade utilizada para diminuição da carga tributária suportada pelas empresas, sempre respeitando as leis em vigor no país, através de alternativas e circunstâncias de montagem de fatos para se submeter a um esquema jurídico menos oneroso em vários regimes jurídicos.

Por último, percebem-se os desafios a serem enfrentados e os conhecimentos a serem adquiridos pelas organizações, em especial quanto a benefícios fiscais. As empresas têm dificuldades com a reposição de estoque e não possuem conhecimento de nenhum benefício fiscal para sua entidade. Observando a resposta dos contadores, pode-se deduzir que a falta de conhecimento

mais profundo do sistema pode ocasionar dificuldades e perdas financeiras, inclusive na etapa de compras, pois, através deles, pode-se ter o controle de estoque e os possíveis benefícios fiscais que as empresas estão deixando de utilizar. Diante dos serviços que os consultores contábeis podem oferecer, é possível economizar nos pagamentos de tributos, como o RET liberado para empresas que adotam o lucro presumido, ou a exclusão de ICMS na base cálculo do PIS e COFINS, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou a relação entre empresas do ramo do *e-commerce* e a atividade da consultoria contábil, onde se mostram pontos de fraqueza que podem ser melhorados por meio de uma consultoria especializada, visando sempre o bem estar e desenvolvimento da organização.

Com relação às hipóteses levantadas no início ficou confirmado que os empresários que operam com o *e-commerce* em Nova Serrana conhecem pouco o processo fiscal das empresas, também pouco conhecem sobre possíveis benefícios fiscais e

somente algumas organizações responderam ter um setor responsável pelas finanças, porém junto ao administrativo. Entretanto, é preciso considerar que os consultores contábeis disseram em suas entrevistas que o financeiro é uma das áreas mais trabalhadas por eles (consultores), alguns a tendo como especialidade.

Ainda com relação às hipóteses, registra-se que a maioria dos empresários não usufrui o suficiente das orientações de seus próprios contadores contratados no que se refere à gestão fiscal e não utiliza os serviços de consultoria contábil especializada, esta última confirmada por todos os entrevistados.

Com base nos objetivos mais específicos estabelecidos para a pesquisa, foi possível analisar o funcionamento de algumas fases das empresas de comércio eletrônico e da consultoria contábil. Isso incluiu a exploração dos métodos de gestão e controle fiscal, o aprimoramento de softwares de gestão e análise adotados por entidades e profissionais contábeis em suas consultorias, voltados para a criação de relatórios e estudos. Foram apresentados os benefícios fiscais para os quais os consultores contábeis

dedicam atenção especial, no sentido de auxiliar as empresas na redução da carga tributária com que arcam.

Em relação ao problema, objeto desta pesquisa, restou identificado que as empresas entrevistadas apresentam dificuldades com alguns processos vitais para seu desenvolvimento e saúde financeira, mas que podem reduzir seus impactos desfavoráveis utilizando a orientação dos consultores contábeis.

Por fim, sugerem-se pesquisas mais aprofundadas versando sobre o RET e gestão financeira em diferentes empresas, de variados portes e áreas de atuação, objetivando melhor entendimento dessas questões e, desta forma, melhorar e valorizar a atuação dos consultores contábeis, para impulsionar o desenvolvimento das organizações, em especial as do setor calçadista de Nova Serrana (MG).

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, M. C. Curso básico de contabilidade. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ALVARENGA, R. A. S.; CARVALHO, V. O; LEANDRO, L.H.S. Consultoria empresarial como ferramenta de análise para solução de problemas organizacionais. Revista UniÍtalo em Pesquisa. 2020. Disponível em:<<http://pesquisa.italo.com.br/index.php>

?journal=uniitalo&page=article&op=view
&path%5B%5D=381&path%5B%5D=324
>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ANDRADE, M. C. F.; SILVA, N. G. Perspectivas em gestão & conhecimento. Dianet, João Pessoa, 2017. Disponível em:<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6049990>>. Acesso em: 15 maio 2023.

ANDRADE FILHO, E. O. Planejamento tributário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=RjxnDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=planejamento+tribut%C3%A1rio&ots=YssOp4JS6o&sig=EZ0YVLtT7K4XOtYLCy-UaMs6VE#v=onepage&q=planejamento%20tribut%C3%A1rio&f=false>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

ARAÚJO, I. P. S. Introdução à contabilidade. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=4SlrDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT7&dq=conceito+de+contabilidade&ots=upY_T1V2N8&sig=1hF8bpDI2rZ8pnoqZ5EJa4cjUtI#v=onepage&q=conceito%20de%20contabilidade&f=false>. Acesso em: 23 maio 2023.

BARBOSA, E. A.; DAVID, F. C. A História da contabilidade: origem e evolução. Repositório. aee. 2019. 5 p. Disponível em:<<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/10731/1/ARTIGO.%20FERNANDA.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BARRETO, G. A. Manual do contador: 2º semestre de 2013. Belo Horizonte: Promove Artes Gráficas, 2013.

BARRETO, M. G. P. Controladoria na Gestão: a relevância dos custos da

qualidade. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=WR1nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 26 de out. 2023.

BERNARDINO, E. C. *et al.* Marketing de varejo. 4. ed. – Rio de Janeiro: FGV, 2011. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=kR6HCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BEUREN, I, M.; RAUPP, F. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. 2006. Disponível em:<<https://l1nq.com/zBjKv>>. Acesso em: 23 maio 2023.

BORGES, L.; TAQUETTE, S. R. Pesquisa qualitativa para todos. Rio de Janeiro: Vozes, 2020. Disponível em:<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0EwnEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=pesquisa+qualitativa&ots=bDeMsPqDN_&sig=KOP_31b2JnElvpKFvjxqMXU8Glg#v=onepage&q=pesquisa%20qualitativa&f=false>. Acesso em: 12 maio 2023.

CALDAS, M. A. L. *et al.* O papel do contador como consultor das micro e pequenas empresas. Sindconst. 2019. Disponível em:<<https://www.sindcontsp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/13-O-papel-do-Contador.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CHAVES, F. C.; MUNIZ, E. G. Contabilidade tributária na prática. São Paulo: Atlas, 2010.

CLARO, A. Comércio eletrônico. São Paulo: KnowHow, 2013. Disponível em:<<https://www.researchgate.net/profile/Jose-Alberto>>

Claro/publication/262047293_Livro_Come rcio_Eletronico_1_Edicao_2013_Sao_Paul oSP/links/004635367c040672aa000000/Li vro-Comercio-Eletronico-1-Edicao-2013- Sao-Paulo-SP.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

COBRA, M.; TEJON, J. L. Gestão de vendas: os 21 segredos do sucesso. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=KR1nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 23 maio 2023.

CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade: resumo da teoria atendendo às novas demandas da gestão empresarial exercícios e questões com resposta. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. Planejamento tributário: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=GHCwDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CROCCO, L.; GUTTMANN, E. Consultoria empresarial. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=G2qwDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT20&dq=consultoria+empresarial+em+comercios&ots=pnEHjP77RJ&sig=n435mRj05n8-v4ekOBHyTLCc7jI#v=onepage&q=consultoria%20empresarial%20em%20comercios&f=false>>. Acesso em: 25 abr. 2023.

E-COMMERCEBRASIL. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/mercado-livre-e-o-maior-e-commerce-da-america-latina?view=v2>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FARIA, A. C.; IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Introdução à teoria da contabilidade. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FERREIRA, M. P.; REIS, N.; SERRA, R. S. *Marketing* para empreendedores e pequenas empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

GANGANA, M. *et. al. Gestão de marketing*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books?id=KyGHCgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 27 abr. 2023.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREGOLIN, P. M.; PATZLAFF, A. C. A comunicação comercial contemporânea: uma perspectiva Aristotélica. Revista TECAP, n. 3, ano 3, v. 3, 2009.

GUERRA, I. S. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Portugal: Princípia. 2006. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=vQqGwxG2YPQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 23 maio 2023.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. Curso de contabilidade para não contadores. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAS CASAS, A.L. Técnicas de vendas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARION, J. C. Contabilidade empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEINBERG, J. L. Gestão de vendas. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

MENDONÇA, H. G. *E-commerce*. Revista inovação, projetos e tecnologias: IPTEC,

2016. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/ipotec/article/view/9361/4128>>. Acesso em: 15 maio 2023.

OLIVEIRA, L. M. et. al. Controladoria estratégica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=phJkhgva1_4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 25 de out. 2023.

PADOVEZE, C. L. Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. Contabilidade básica. 3. ed. - São Paulo: Saraiva; Google livros. 2017.

DEPOIMENTO ESPECIAL E SEUS REFLEXOS NAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Ana Carolina Pereira de Sousa³⁴
Ozéas da Silva Lopes Júnior³⁵

Resumo

O presente artigo aborda o tema do Depoimento Especial e seus reflexos nas vítimas de violência sexual. O objetivo principal é apresentar uma revisão sobre o Depoimento Especial e suas características diante das vítimas que sofreram violência sexual, considerando seus aspectos emocionais e psicológicos. Além disso, objetiva-se apresentar o fenômeno da violência sexual, conceituar o Depoimento Especial e discutir a utilização da entrevista cognitiva e suas técnicas como uma abordagem que busca minimizar o impacto emocional nos depoentes. Este estudo se baseia em uma revisão bibliográfica abrangente, a fim de fornecer uma compreensão aprofundada do tema e de seus desdobramentos. Considerando a complexidade do fenômeno violência sexual, surge a problematização se o depoimento especial protege ou revitimiza. Há indícios de ser um método seguro para não revitimização. Foi realizada uma pesquisa de revisão de literatura narrativa, a partir de artigos científicos. Os resultados encontrados indicam que o depoimento especial é muito importante para diminuir os impactos negativos gerados nas crianças e adolescentes em decorrência do abuso sofrido e da oitiva tradicional. Os reflexos do depoimento especial na vítima são positivos. Concluiu-se que o depoimento

³⁴ Professora da FANS – (Faculdade de Nova Serrana), Especialista em Psicoterapia de Família e Casal e Psicologia Jurídica com Ênfase em Perícia Psicológica.

³⁵ Professor e Coordenador do Curso de Psicologia da FANS – (Faculdade de Nova Serrana).

especial objetiva um tratamento humanizado as vítimas e testemunhas de violências.

Palavras-chave: Depoimento Especial. Violência Sexual. Proteção.

Abstract

This article addresses the topic of Special Testimony and its impact on victims of sexual violence. The main objective is to present a review of Special Testimony and its characteristics for victims who have suffered sexual violence, considering their emotional and psychological aspects. In addition, it aims to present the phenomenon of sexual violence, conceptualize Special Testimony, and discuss the use of cognitive interviews and their techniques as an approach that seeks to minimize the emotional impact on deponents. This study is based on a comprehensive literature review in order to provide an in-depth understanding of the topic and its consequences. Considering the complexity of the sexual violence phenomenon, the question arises as to whether Special Testimony protects or revictimizes. There are indications that it is a safe method for avoiding revictimization. A narrative literature review was conducted, based on scientific articles. The results indicate that Special Testimony is very important to reduce the negative impacts generated in children and adolescents as a result of the abuse suffered and the traditional hearing. The impacts of Special Testimony on the victim are positive. It was concluded that the special testimony aims to provide humane treatment to victims and witnesses of violence.

Keywords: Special Testimony. Sexual Violence. Protection.

1. Introdução

A violência sexual é um problema alarmante que afeta inúmeras pessoas em todo o mundo. A exposição a tal violência pode resultar em consequências devastadoras para as vítimas, especialmente em relação ao processo de depoimento e investigação (Smith, 2020). Afeta indivíduos de todas as idades, gêneros e classes sociais. As vítimas de violência sexual frequentemente enfrentam uma série de desafios emocionais, psicológicos e sociais, muitas vezes relacionados ao processo de depoimento e investigação. A natureza oculta desse crime muitas vezes dificulta sua identificação e punição, agravando ainda mais suas consequências.

Nesse contexto, o Depoimento Especial tem sido adotado em diversos países como uma medida destinada a minimizar os impactos adversos sobre as vítimas de violência sexual durante o procedimento de coleta de evidências. O Depoimento Especial é uma estratégia legal destinada a proteger as vítimas de violência sexual durante o processo de testemunho. Ele visa criar um ambiente menos hostil e intimidante para a vítima, permitindo-lhe relatar suas experiências traumáticas de

maneira mais confortável (Green, 2016).

A violência sexual é um fenômeno complexo e destrutivo que afeta milhares de crianças e adolescentes em todo o mundo. Caracteriza-se pela exploração sexual forçada, coerção ou manipulação, resultando em traumas profundos e de longa duração. Trata-se de um flagelo que atinge crianças e adolescentes, deixando cicatrizes físicas e psicológicas profundas. O processo legal para buscar justiça nessas situações pode ser especialmente angustiante para essas vítimas vulneráveis. Nesse contexto, o Depoimento Especial surge como uma abordagem destinada a minimizar os reflexos adversos desse processo nas crianças e adolescentes envolvidos. Esta análise examinará os reflexos do Depoimento Especial nas vítimas jovens de violência sexual, considerando a importância de compreender a dimensão emocional e psicológica desses depoimentos (Brown et al., 2018).

Este trabalho tem como objetivo analisar os reflexos que o depoimento especial causa nas vítimas de violência sexual. Para tanto, será necessário

apresentar o fenômeno da violência sexual e conceituar o depoimento especial. Seguindo a linha de análise, será apresentada a entrevista cognitiva - método utilizado no depoimento especial para facilitar a comunicação com a vítima - e os seus respectivos reflexos ou consequências.

A pergunta norteadora deste estudo questiona qual o papel da psicologia jurídica no Depoimento Especial de crianças vítimas de violência sexual: proteção ou revitimização? Conforme pontua Borges (2013), a Psicologia Jurídica tem um papel fundamental na condução do depoimento especial, pois é responsável por garantir que a vítima possa relatar sua experiência sem ser submetida novamente ao trauma. Contudo, alguns estudos apontam que mesmo com todas as precauções tomadas durante o depoimento especial, ainda pode haver riscos de revitimização (SANTOS; GONÇALVES; FERREIRA, 2015).

Portanto, este estudo pretende contribuir para essa discussão ao buscar compreender melhor como esse processo ocorre e quais são os seus impactos na vida das crianças e adolescentes vítimas de violência

sexual. É importante ressaltar que este trabalho não se propõe a ser uma solução definitiva para essa problemática tão complexa e multifacetada. Mas, sim, constitui-se como um esforço acadêmico em direção à compreensão mais profunda do tema buscando contribuir para debates futuros sobre políticas públicas voltadas à proteção das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

2. Desenvolvimento

Método adotado

A metodologia adotada para abordar o tema do Depoimento Especial e seus reflexos nas vítimas de violência sexual se dará entre pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, envolvendo revisões de literatura científica, legislações pertinentes, relatórios institucionais e demais fontes secundárias que possam fornecer um panorama geral da problemática.

Em seguida, será feita uma revisão conceitual sobre o Depoimento Especial, abordando sua definição oficial, seu propósito e seus procedimentos. Serão consultadas fontes primárias como leis e

regulamentos oficiais que regem a prática do Depoimento Especial no Brasil.

O terceiro passo envolverá a apresentação da entrevista cognitiva como ferramenta utilizada no Depoimento Especial. A entrevista cognitiva é uma técnica de entrevista baseada na psicologia cognitiva que visa melhorar a qualidade das informações obtidas em um depoimento (Memon et al., 2010). Diversas pesquisas mostram que esta técnica é eficaz na obtenção de informações precisas sem causar danos adicionais à vítima.

Para indicar os reflexos/consequências do Depoimento Especial nas vítimas de violência sexual, será realizada uma revisão de estudos de caso com dados coletados de um ou mais depoimentos reais. A escolha dos casos se dará por meio de artigos científicos já publicados, não probabilística intencional, selecionando casos que sejam representativos dos diferentes cenários em que o depoimento especial é aplicado.

Os dados coletados serão analisados qualitativamente através da análise temática para identificar os principais impactos do depoimento

especial na vida das vítimas. Ao finalizar este trabalho esperamos contribuir para uma melhor compreensão sobre os impactos do Depoimento Especial nas vítimas de violência sexual e fornecer *insights* para futuras pesquisas ou políticas públicas relacionadas a este importante tema.

Violência Sexual em Crianças e Adolescentes: abordagem literária das áreas jurídicas e psicológicas.

Miller-Perrin & Perrin (2013) destacam que nos casos de violência sexual em crianças e adolescentes há uma diferença significativa entre a quantidade de casos de abuso sexual que de fato ocorrem e aqueles que chegam ao conhecimento das autoridades judiciárias. Isso sugere que uma proporção considerável de casos permanece oculta, muitas vezes retida pelos "muros de silêncio" que cercam ambientes abusivos, como lares. Esse fenômeno é conhecido como um crime subnotificado, indicando que a incidência do abuso sexual é provavelmente maior do que as estatísticas formais refletem. Os casos subnotificados ocorrem quando as

vítimas não relatam o abuso, seja devido ao medo, vergonha, coerção ou outras barreiras que impedem a revelação do ocorrido. Portanto, a real magnitude do problema pode ser ainda mais alarmante do que aquilo que é oficialmente registrado.

Além disso, mesmo nos casos em que o abuso sexual é relatado e chega às autoridades, a jornada até a punição do agressor é muitas vezes longa e complexa. Começando com a corajosa revelação da vítima, o processo legal pode ser emocionalmente desafiador, envolvendo depoimentos, investigações e julgamentos que podem *retraumatizar* as vítimas. E, mesmo quando o agressor é levado a julgamento, nem sempre ocorre a punição esperada (Dobke, Santos, & Dell'Aglio, 2010).

A violência sexual é uma realidade alarmante que afeta de forma devastadora crianças e adolescentes em todo o mundo. No contexto brasileiro, essa triste realidade não é diferente, exigindo uma análise abrangente e cuidadosa para entender o alcance e as implicações desse grave problema. Este texto busca fornecer um panorama geral da violência sexual

direcionada a crianças e adolescentes no Brasil, considerando fontes bibliográficas relevantes.

O documento de Estocolmo (1996) e seu Plano de Ação representam um marco importante na promoção dos direitos das crianças e adolescentes em todo o mundo. Esses documentos destacam a necessidade de adotar medidas específicas para proteger e resguardar os direitos desses grupos em processos judiciais, especialmente em casos relacionados à exploração sexual.

O III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 2008, reafirmou essa preocupação e compromisso com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes no âmbito jurídico. O documento final desse congresso ressaltou a importância de garantir que os processos judiciais envolvendo casos de exploração sexual sejam conduzidos de maneira sensível e adequados às necessidades desses grupos vulneráveis (SANTOS et.al. 2013).

No Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um

problema sério que transcende barreiras socioeconômicas e culturais. A literatura revela que essa violência pode ocorrer em diferentes contextos, incluindo familiar, escolar e comunitário (Cunha, 2018). As vítimas frequentemente enfrentam silêncio e estigma, dificultando a denúncia e a busca por ajuda.

Através dos dados epidemiológicos, é evidente que a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é um problema urgente e preocupante. Estudo realizado por Fegadolli e Junqueira (2020) destacou a violência sexual como uma das principais formas de violência enfrentadas por esse grupo vulnerável. O fato de que a maioria dos casos ocorre dentro do ambiente domiciliar é alarmante, pois deveria ser um espaço de segurança para os jovens, apontando para uma triste realidade em que as vítimas mais frequentes são do sexo feminino, aprofundando a desigualdade de gênero e expondo as desigualdades estruturais presentes na sociedade.

De fato, a violência sexual tem um impacto devastador e de longo prazo nas vítimas, afetando não apenas sua saúde física, mas também

emocional e psicológica. Scherer et al. (2021) ressalta a gravidade das consequências desse tipo de violência e enfatiza a necessidade de abordagens multidisciplinares para apoiar as vítimas em sua jornada de recuperação. As vítimas podem desenvolver uma série de reações emocionais, como ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, baixa autoestima, distúrbios alimentares e problemas de sono. Além disso, a violência sexual pode levar a dificuldades nos relacionamentos interpessoais, isolamento social e até mesmo pensamentos suicidas.

No contexto jurídico brasileiro, a proteção dessas vítimas vulneráveis e a busca por justiça são questões fundamentais que requerem uma análise jurídica aprofundada. Esta análise jurídica da violência sexual contra crianças e adolescente no Brasil revela desafios e complexidades significativas.

O artigo 227, §4º, da Constituição Federal de 1988 representa um marco significativo na evolução do direito e na garantia da proteção das crianças e adolescentes. Este dispositivo constitucional estabelece que o crime de abuso

sexual, violência sexual e exploração sexual deve ser punido de maneira severa, reafirmando assim o compromisso do Estado em assegurar a segurança e a integridade desses grupos vulneráveis. Essa disposição assume uma importância fundamental, uma vez que não apenas reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direito, mas também estabelece sua prioridade máxima na busca por proteção e no acesso aos direitos fundamentais que lhes são inerentes. Ao incluir essas garantias no texto constitucional, o artigo 227, §4º, reflete o reconhecimento da necessidade de se criar um ambiente seguro e acolhedor para as crianças e adolescentes, onde a violência, o abuso e a exploração sejam rechaçados e punidos de forma rigorosa (DE MELO et. al 2023). Digiácomo e Santos (2009) destacam a relevância desse inciso constitucional ao afirmar que ele não apenas reforça a importância da proteção das vítimas de abuso sexual, violência sexual e exploração sexual, mas também consolida a criança e o adolescente como sujeitos de direitos humanos fundamentais, reafirmando seu *status* como cidadãos com dignidade e respeito merecidos.

Ao longo da história jurídica, o direito das crianças e adolescentes passou por uma evolução significativa. Anteriormente, esses grupos eram muitas vezes negligenciados ou tratados de maneira inadequada nas esferas legais. O artigo 227, §4º surge como uma resposta a esse cenário, marcando a mudança de paradigma ao colocar a proteção e os direitos dos menores como uma prioridade inequívoca.

No contexto jurídico, o abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma questão grave que demanda atenção e resposta adequada. As normas de conduta e o amparo jurídico são essenciais para proteger os direitos das vítimas, garantir a punição dos agressores e fornecer o suporte necessário para a recuperação das vítimas. A legislação, como a Lei 13.431/2017, que foca na escuta protegida e na abordagem interdisciplinar, reconhece a importância de lidar com essa questão de maneira abrangente, levando em consideração as diversas dimensões que envolvem o abuso sexual. A implementação da Lei nº 13.431 busca criar um ambiente onde a criança ou adolescente possa relatar sua experiência de maneira protegida,

adotando uma abordagem interdisciplinar que envolve profissionais especializados em psicologia, assistência social, saúde e outros campos relevantes. Além disso, a lei enfatiza a importância de preservar a privacidade da vítima, evitando a revitimização e garantindo que o processo seja conduzido de maneira respeitosa e sensível.

A busca por procedimentos que garantam o acolhimento adequado de crianças e adolescentes vítimas de violência tem sido objeto de discussão por um longo período. Um dos procedimentos pioneiros nesse sentido foi o "Depoimento Sem Dano", um projeto de lei proposto em 2003 pelo juiz José Antônio Daltoé Cezar, que atuava na 2ª Vara de Infância e Juventude de Porto Alegre, RS.(DE MELO 2023).

De acordo com De melo (2023) o "Depoimento Sem Dano" foi uma iniciativa inovadora que buscou proporcionar um ambiente mais seguro e confortável para que as vítimas de violência, especialmente as crianças e adolescentes, pudessem compartilhar suas experiências. Esse procedimento consiste em realizar uma entrevista com a vítima em um ambiente

apropriado e acolhedor, conduzida por um profissional capacitado, preferencialmente um psicólogo ou assistente social. Durante a entrevista, que é gravada em tempo real, o objetivo é permitir que a vítima relate sua experiência de maneira livre e detalhada, evitando o constrangimento e a exposição repetida que poderiam ocorrer em um tribunal ou audiência tradicional processo legal, eliminando a necessidade de a vítima ser repetidamente questionada sobre os detalhes traumáticos do evento.

Houve uma mudança terminológica significativa que reflete uma abordagem mais abrangente e sensível em relação ao procedimento anteriormente conhecido como "Depoimento Sem Dano". A transição para o termo "Depoimento Especial" destaca a compreensão de que esse tipo de procedimento não tem a capacidade de eliminar completamente os danos causados pela violência sofrida pelas vítimas, mas sim busca protegê-las e minimizar os impactos adicionais do processo legal (Zotto & Mehl, 2017, citados por Gomes & Pereira, 2018). Essa mudança terminológica enfatiza que o objetivo principal do procedimento é proporcionar um ambiente de escuta e

testemunho que minimize a revitimização e a exposição repetida da vítima, bem como reduza o possível trauma causado pelo processo legal. O termo "Depoimento Especial" ressalta que a abordagem adotada visa criar um ambiente especializado e acolhedor, em que a vítima possa relatar sua experiência de maneira mais segura e protegida.

Em consonância com essa evolução de abordagem, a Lei nº 13.431, promulgada em abril de 2017, desempenha um papel fundamental na garantia da escuta especializada e do depoimento especial para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Essa lei estabelece um sistema de garantia de direitos específico para esse grupo, reconhecendo sua vulnerabilidade e a necessidade de medidas diferenciadas para proteção e assistência.

Diante de tantos direitos reservados a quem sofre violência sexual, existe um entrave de extrema relevância no enfrentamento da violência sexual: o acesso à justiça para as vítimas. Enfrentar os desafios relacionados à violência sexual é um processo complexo, e muitas vezes as vítimas se deparam com obstáculos

significativos ao buscar justiça e proteção após terem sofrido esse tipo de violência. Esses obstáculos podem assumir diversas formas, contribuindo para dificultar o caminho das vítimas em direção à obtenção de justiça. O estigma social associado à violência sexual pode resultar em uma relutância por parte das vítimas em denunciar os casos, devido ao medo de julgamento e discriminação. Além disso, o processo de buscar ajuda e denunciar o abuso pode *revitimizar* as vítimas, expondo-as a questionamentos dolorosos e invasivos (ALVES E PEDROSO, 2020).

A falta de apoio adequado também é um desafio enfrentado pelas vítimas de violência sexual. Muitas vezes, essas pessoas não recebem o suporte necessário por parte de suas redes sociais, instituições de apoio ou sistemas de justiça. Isso pode aumentar o sentimento de isolamento e desamparo, tornando ainda mais difícil para as vítimas persistirem na busca por justiça. Além disso, as complexidades do sistema legal podem ser avassaladoras para as vítimas de violência sexual. O processo de denúncia, investigação e julgamento pode ser demorado, confuso e traumático, o que pode desencorajar as vítimas a seguir adiante com o

processo. A linguagem e a abordagem utilizadas no sistema legal também podem impactar negativamente as vítimas, fazendo com que se sintam desconfortáveis ou desrespeitadas.

Diante de tantos fatos temos ainda a punição do agressor que a sociedade espera por essa efetividade do sistema judiciário. A punição dos agressores é fundamental não apenas para garantir que a justiça seja feita, mas também para desencorajar futuros casos de abuso sexual e para enviar uma mensagem clara de que esse tipo de violência não será tolerado na sociedade. No entanto, o processo de responsabilização pode ser complexo e envolver diversos obstáculos como falta de provas, demora no processo, depoimentos de testemunhas e até mesmo a impunidade (OLIVEIRA E QUEIROZ, 2018).

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um problema complexo e multifacetado que transcende as fronteiras de diferentes campos, sendo caracterizado como uma questão de saúde pública. Essa violência atinge não somente o corpo físico das vítimas, mas também tem repercussões profundas nos aspectos psicológicos, médicos, sociais e

jurídicos de suas vidas (Skorupa, 2013).

A esfera psicológica é especialmente afetada, uma vez que o abuso sexual pode levar a alterações comportamentais, cognitivas e emocionais nas vítimas. Crianças e adolescentes que passaram por tal experiência muitas vezes apresentam sintomas como ansiedade, depressão, isolamento social, pesadelos, medos excessivos e até transtornos de estresse pós-traumático. A confiança em si mesma e nos outros também pode ser comprometida, afetando seus relacionamentos interpessoais e seu desenvolvimento emocional onde dimensão social também é impactada, pois o abuso sexual pode levar ao isolamento, à dificuldade de confiar em outras pessoas e à estigmatização das vítimas. As relações familiares e amizades podem ser afetadas negativamente, causando desequilíbrios nos laços sociais que são essenciais para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes.

A análise da psicologia jurídica no contexto da violência sexual contra crianças e adolescentes desempenha um papel fundamental na compreensão dos efeitos psicológicos profundos

desse tipo de abuso e na identificação de estratégias de intervenção adequadas para apoiar as vítimas durante os processos legais. Para Almeida e Silva (2019) é importante a compreensão destes efeitos porque explora tanto os impactos psicológicos da violência sexual quanto as intervenções específicas da psicologia jurídica para ajudar as vítimas nesse cenário complexo. A violência sexual pode ter efeitos devastadores na saúde mental e emocional das vítimas, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, baixa autoestima, dificuldades em confiar em outras pessoas e problemas de relacionamento. Esses impactos podem perdurar por muitos anos após o abuso ter ocorrido, afetando diversos aspectos da vida das vítimas.

A psicologia jurídica desempenha um papel crucial ao fornecer suporte especializado para as vítimas durante os processos legais, algumas intervenções específicas podem incluir uma avaliação do estado emocional e psicológico das vítimas pode ajudar a identificar suas necessidades e a oferecer apoio adequado ao longo do processo legal, preparação para testemunho

preparando a vítima emocionalmente e oferecendo estratégias para lidar com o estresse do testemunho, pode ajudar a moldar a forma como as vítimas são interrogadas, evitando a revitimização e promovendo um ambiente de apoio durante o depoimento. Bem como, se necessário, encaminhamento para tratamentos para que sejam minimizados os impactos do abuso e assessoria a profissional do sistema de justiça onde Psicólogos jurídicos podem fornecer *insights* aos profissionais do sistema de justiça sobre as necessidades das vítimas, ajudando a garantir que o processo seja conduzido de maneira sensível e eficaz (ALMEIDA E SILVA, 2019).

A violência sexual pode ter efeitos devastadores na saúde mental e emocional das vítimas, incluindo sintomas de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático, baixa autoestima, dificuldades em confiar em outras pessoas e problemas de relacionamento. Esses impactos podem perdurar por muitos anos após o abuso ter ocorrido, afetando diversos aspectos da vida das vítimas.

Principais Conceitos do Depoimento Especial e as reflexões de uma abordagem Sensível para Proteger

Crianças e Adolescentes em Processos Judiciais

O Depoimento Especial é uma abordagem inovadora e sensível que busca proteger crianças e adolescentes vítimas de abuso, exploração ou violência sexual durante o processo judicial. Essa prática reconhece a necessidade de adaptar os procedimentos legais tradicionais para atender às necessidades únicas e à vulnerabilidade desses grupos, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor para que possam relatar suas experiências traumáticas. O Depoimento Especial visa minimizar a *retraumatização* das vítimas, permitindo-lhes compartilhar suas histórias de maneira mais confiante e precisa.

O depoimento especial se apresenta como uma alternativa aos procedimentos tradicionais, em que as vítimas são frequentemente confrontadas com um ambiente hostil, desgastante e revitimizante durante a coleta de evidências. Nesse contexto, a autora Cátula Pelisoli (2014) examina as implicações desse método inovador, buscando compreender como ele pode contribuir para um tratamento mais adequado e eficaz das vítimas de

violência sexual no sistema de justiça. Ainda segundo a autora é essencial abordar temas como a preparação das vítimas para o depoimento especial, a importância de profissionais treinados em lidar com vítimas jovens e vulneráveis, a criação de um ambiente não intimidante e a compreensão das implicações psicológicas desse tipo de testemunho.

Segundo Pelisoli (2014), as reflexões sobre a experiência das vítimas de violência sexual no contexto do depoimento especial exploram questões emocionais, psicológicas e legais. O foco principal está na importância de proporcionar um ambiente onde as vítimas se sintam ouvidas, respeitadas e compreendidas, permitindo que elas compartilhem suas histórias de maneira mais confortável. Isso não apenas favorece a obtenção de informações precisas, mas também contribui para a recuperação e o bem-estar das vítimas. A violação da dignidade de crianças e adolescentes, especialmente no caso de abuso sexual, demanda a intervenção de diversos atores com o propósito de atender e proteger a vítima, bem como punir o agressor. Nesse contexto, a intervenção judicial se torna essencial para assegurar justiça e salvaguardar

os direitos dos envolvidos. A intervenção judicial ocorre por meio da propositura de ações, que podem ser de natureza cível ou penal, dependendo dos objetivos pretendidos (Código de Processo Civil, 1973; Código de Processo Penal, 1941). Para situações em que se busca a suspensão do poder familiar, por exemplo, a ação é de caráter cível. Essa ação pode ser iniciada pelo Promotor de Justiça ou por um representante legal da vítima.

É essencial que os reflexos da implementação do depoimento especial sejam abordados de maneira abrangente e multidisciplinar, considerando a interseção entre a psicologia, o direito e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Através dessas reflexões, espera-se que seja possível aprimorar os procedimentos legais, garantindo que as vítimas de violência sexual sejam tratadas com a dignidade e o cuidado que merecem, promovendo assim um sistema de justiça mais humano e sensível (PELISOLI, 2014).

O Depoimento Especial oferece uma oportunidade crucial de escuta protegida para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Essa

abordagem se destaca por sua sensibilidade às necessidades específicas desses grupos vulneráveis, reconhecendo que a experiência traumática do abuso sexual pode ser agravada quando são submetidos a procedimentos judiciais tradicionais, muitas vezes intimidantes e desgastantes. Ao adotar o Depoimento Especial, as instituições judiciárias visam criar um ambiente seguro e acolhedor no qual as vítimas possam relatar suas experiências de maneira confiável e sem revitimização. A escuta protegida envolve a presença de profissionais treinados, como psicólogos especializados em lidar com vítimas jovens, que compreendem a importância de utilizar técnicas e abordagens específicas para estabelecer uma comunicação eficaz.

Em síntese, os conceitos do Depoimento Especial na psicologia jurídica estão intrinsecamente ligados à proteção emocional das vítimas de crimes sexuais. Ao adotar uma abordagem que combina sensibilidade, compreensão e técnicas psicológicas adequadas, busca-se tanto a coleta de informações precisas quanto a garantia de um ambiente que promova o bem-estar das pessoas envolvidas no processo.

Entrevista cognitiva como ferramenta utilizada no Depoimento Especial

Antes de começar a entrevista cognitiva é necessário preparar o depoente nesta fase, sendo fundamental adotar uma abordagem sensível e preparatória, levando em consideração suas necessidades emocionais, psicológicas e de segurança. Ao se preparar para o Depoimento Especial, é essencial compreender que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual frequentemente enfrentam uma série de desafios emocionais e psicológicos. Trauma, ansiedade, medo e vergonha podem estar presentes de maneira intensa, impactando a capacidade da vítima de se expressar claramente. Portanto, a preparação deve ser cuidadosa e adaptada à idade e ao nível de desenvolvimento da criança ou adolescente (PELISOLI 2019).

Uma abordagem preparatória eficaz envolve uma comunicação empática e aberta, estabelecendo um ambiente de confiança e a empatia é fundamental. Os profissionais envolvidos como psicólogos, assistentes sociais e advogados devem

demonstrar compreensão, respeito e acolhimento durante todas as interações como preparação gradual. Introduzir a ideia do depoimento, permitindo que a criança ou adolescente tenha tempo para se acostumar com a ideia e aí então fazer as perguntas planejadas. Isso ajuda a reduzir a ansiedade associada ao evento. Criando um Ambiente Confortável e assegurando que o local onde o depoimento ocorrerá seja seguro, tranquilo e acolhedor. Isso pode incluir a decoração do ambiente, a escolha de cores suaves e a presença de brinquedos ou itens que ajudem a criança a se sentir mais à vontade proporcionando um apoio emocional durante e após o depoimento.

Preparar crianças e adolescentes para o Depoimento Especial é uma tarefa delicada que exige sensibilidade, conhecimento e abordagens personalizadas. Ao adotar uma abordagem centrada nas necessidades das vítimas, é possível criar um ambiente mais seguro e propício para que elas possam relatar suas experiências traumáticas de maneira protegida e receber o suporte necessário para sua recuperação.

Segundo Memon et. al (2010), a entrevista cognitiva é uma ferramenta valiosa utilizada no contexto do Depoimento Especial, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. A técnica da entrevista cognitiva, conforme discutida por Memon et al. (2010), é uma abordagem que visa otimizar a coleta de informações precisas e detalhadas de testemunhas, ao mesmo tempo em que minimiza a possibilidade de contaminação da memória e a sugestibilidade.

Ainda segundo Memon et al. (2010), destaca-se a importância da entrevista cognitiva como uma alternativa eficaz à abordagem tradicional de questionamento, que pode ser confrontadora e inadequada para vítimas jovens e vulneráveis. A entrevista cognitiva se baseia em princípios psicológicos sólidos para melhorar a recuperação de informações, permitindo que a testemunha relate o que se lembra de maneira mais precisa e completa, sem induções ou sugestões inadequadas. A abordagem da entrevista cognitiva envolve técnicas como a contextualização, a reconstrução livre e a recuperação da ordem dos eventos.

Ela busca criar um ambiente confortável para a testemunha, promovendo a recordação detalhada das informações e minimizando o impacto de possíveis influências externas.

No contexto do Depoimento Especial, a entrevista cognitiva é uma ferramenta fundamental para garantir que as vítimas de violência sexual possam compartilhar suas experiências de maneira precisa e segura. Ela se alinha com o objetivo central do Depoimento Especial de oferecer um ambiente de escuta protegida, onde a testemunha (especialmente crianças e adolescentes) possa relatar o ocorrido sem ser *revitimizada* ou induzida a fornecer informações distorcidas.

A utilização da entrevista cognitiva no Depoimento Especial reforça o compromisso em obter informações confiáveis e minimizar os impactos negativos do processo legal sobre as vítimas jovens. A abordagem visa não apenas à busca pela verdade processual, mas também a promoção do bem-estar e da dignidade das vítimas, contribuindo assim para um sistema de justiça mais sensível e eficaz.

Ambrósio (2015) divide a entrevista em três etapas, em que a primeira etapa exige planejamento e preparação, sendo crucial a elaboração de perguntas que permitem conforto ao depoente, porque é nesta fase que irão surgir as maiores questões para se definir o caso em questão.

Elaborar perguntas antecipadamente, no entanto, não significa estabelecer hipóteses antecipadas sobre a ocorrência dos fatos. Por isso, o entrevistador deve estar atento para examinar o caso com imparcialidade e não formular perguntas como forma de confirmar suas suposições sobre os acontecimentos (AMBROSIO 2015, p. 37).

O ambiente onde o depoimento será prestado deve ser cuidadosamente planejado para promover um ambiente de escuta eficaz. Fisher e Geiselman (1992) ressaltam a importância de criar um espaço simples e sóbrio, livre de estímulos distrativos que possam desviar a atenção da testemunha. Isso é particularmente relevante no contexto do sistema judicial, onde a presença de

peessoas e a publicidade dos atos podem criar um ambiente tumultuado.

A segunda etapa da entrevista segundo Ambrósio (2015) envolve o engajamento e a explanação demonstrando empatia e uma postura tranquila perante o entrevistado, demonstrando preocupação com seu bem-estar, permitindo que ele expresse eventuais situações que estejam causando desconforto emocional.

Essa abertura de espaço para a fala da testemunha possibilita a descarga emocional, fazendo com que ela se sinta aliviada por compartilhar com outra pessoa aquilo que lhe causa aflição. Uma vez exteriorizadas as preocupações e as angústias, a testemunha terá condições de investir suas energias mentais para recordar e expor os fatos presenciados. (AMBROSIO, 2015 p. 38)

Fisher e Geiselman (1992) ressaltam a importância de explicar à testemunha o propósito da entrevista cognitiva. Esse esclarecimento pode incluir detalhes sobre por que a entrevista está sendo conduzida, como

a abordagem visa maximizar a recordação precisa dos eventos e como a colaboração da testemunha é fundamental para alcançar esse objetivo. Ao fazer isso, a ansiedade da testemunha em relação ao processo é reduzida, uma vez que ela compreende a finalidade e a importância de sua participação.

Para a terceira etapa Ambrósio (2015) traz o relato propriamente dito da testemunha recriação do contexto, a qual é baseada na Teoria da Especificidade da Codificação e na Teoria dos Múltiplos Traços. A recriação do contexto, conforme proposta por Westphalen (2011, p. 38), é uma estratégia fundamental na abordagem da entrevista cognitiva. Essa técnica tem suas bases fundamentadas na Teoria da Especificidade da Codificação e na Teoria dos Múltiplos Traços, ambas contribuindo para maximizar a recordação, precisa de eventos e informações durante o processo de depoimento.

Segundo Westphalen (2011), a Teoria da Especificidade da Codificação sugere que a recordação de eventos é mais eficaz quando o contexto atual da recordação é

semelhante ao contexto original em que a informação foi codificada. Em outras palavras, se a testemunha puder ser guiada a recriar o ambiente mental e emocional no qual o evento ocorreu, a probabilidade de recordar detalhes específicos e precisos aumenta. Isso ocorre porque o contexto original atua como um gatilho que ajuda a reativar as memórias associadas a esse contexto. Por sua vez, a Teoria dos Múltiplos Traços sugere que as memórias de um evento são armazenadas em múltiplos traços ou componentes, como sensoriais, emocionais e cognitivos. A recriação do contexto se alinha a essa teoria, pois enfatiza a importância de reativar múltiplos traços ou elementos associados ao evento. Ao fazer isso, a testemunha é incentivada a recordar não apenas os fatos centrais, mas também os detalhes periféricos que podem ser cruciais para a compreensão completa dos acontecimentos.

A recriação do contexto, ancorada nas Teorias da Especificidade da Codificação e dos Múltiplos Traços, é uma ferramenta valiosa na entrevista cognitiva. Ela visa maximizar a coleta de informações detalhadas e precisas, ao encorajar a testemunha a reativar o contexto

original do evento, proporcionando uma base sólida para a busca da verdade nos casos de violência sexual e outros eventos traumáticos.

Depoimento Especial: Entre a Proteção e a Revitimização - Reflexos e Consequências

A coleta de depoimentos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tem sido um desafio constante nos sistemas judiciais ao redor do mundo. A busca por equilibrar a necessidade de obter informações precisas e detalhadas com a proteção das vítimas levou ao desenvolvimento do Depoimento Especial, uma abordagem que visa minimizar a revitimização e criar um ambiente mais sensível e seguro para as vítimas. No entanto, as implicações e consequências desse procedimento geram discussões sobre se ele realmente oferece proteção ou se pode inadvertidamente causar *revitimização*. Autores e pesquisadores têm abordado essas questões sob diferentes perspectivas, lançando luz sobre os reflexos e consequências do Depoimento Especial.

O debate sobre se o Depoimento Especial oferece proteção ou *revitimização* é complexo e

multifacetado. Alves e Pedroso (2020) destacam que a implementação do Depoimento Especial reflete a preocupação das autoridades em minimizar a exposição repetida das vítimas a eventos traumáticos, proporcionando um ambiente mais acolhedor e sensível durante o depoimento. Essa abordagem, segundo os autores, visa à proteção emocional e psicológica das vítimas, reduzindo a possibilidade de revitimização durante o processo legal.

Neste sentido Finkelhor (2010) argumenta que, apesar das intenções positivas, o processo do Depoimento Especial pode, em alguns casos, causar *revitimização*. Isso ocorre quando a natureza repetitiva dos questionamentos e o ambiente formal da sala de depoimento acabam *retraumatizando* as vítimas, lembrando-as dos eventos traumáticos e tornando-as mais vulneráveis a emoções negativas. Portanto, o processo que deveria proteger pode inadvertidamente desencadear o sofrimento da vítima novamente.

As consequências do Depoimento Especial também podem se refletir no sistema de justiça como um todo. Dobke, Santos e Dell'Aglio

(2010) destacam que, quando implementado de maneira inadequada, o Depoimento Especial pode afetar a credibilidade do testemunho da vítima, pois os ajustes necessários para proteção podem ser interpretados como influências externas no processo. Isso levanta preocupações sobre a justiça para todas as partes envolvidas.

Por um lado, defensores do Depoimento Especial argumentam que sua implementação cuidadosa e sensível pode proporcionar uma maior proteção às vítimas de violência sexual, especialmente crianças e adolescentes. Essa abordagem busca minimizar a exposição repetida a eventos traumáticos, oferecendo um ambiente mais acolhedor e seguro durante o depoimento. Quando conduzido por profissionais treinados, o Depoimento Especial pode permitir que as vítimas compartilhem suas experiências de maneira mais confortável e controlada, evitando a *revitimização*. No entanto, críticos apontam que, mesmo com as melhores intenções, o processo do Depoimento Especial pode, em alguns casos, inadvertidamente causar *revitimização*. A natureza repetitiva dos questionamentos, a formalidade da sala de depoimento e até mesmo a

presença de estranhos podem ser fatores que *retraumatizam* as vítimas, lembrando-as dos eventos traumáticos e desencadeando emoções negativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

. Em conclusão, a abordagem do Depoimento Especial apresenta um cenário complexo e multifacetado no contexto de violência sexual contra crianças e adolescentes. A busca por equilibrar a obtenção de informações precisas com a proteção das vítimas tem levado à implementação desse procedimento, com características específicas que visam criar um ambiente mais seguro e sensível para as vítimas compartilharem suas experiências traumáticas. A entrevista cognitiva é uma ferramenta-chave nesse processo, buscando maximizar a recordação precisa dos eventos enquanto minimiza o risco de *revitimização*.

As características fundamentais do Depoimento Especial, como a recriação do contexto, a explanação prévia dos objetivos da entrevista e a utilização de técnicas sensíveis de questionamento, visam criar um ambiente propício para a coleta de informações detalhadas e confiáveis. Autores como Memon et al. (2010)

ressaltam que a entrevista cognitiva desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo que as vítimas compartilhem suas experiências traumáticas de maneira mais confortável e controlada.

No entanto, a preocupação com a *revitimização* continua a ser uma questão crítica. A possibilidade de que a exposição repetida aos detalhes traumáticos durante o Depoimento Especial possa retraumatizar as vítimas é uma preocupação válida. Autores como Finkelhor (2010) alertam para a importância de considerar a experiência completa das vítimas ao projetar e conduzir essas entrevistas, enfatizando a necessidade de um ambiente cuidadoso e sensível.

O desafio reside em encontrar um equilíbrio delicado entre a busca pela verdade e a proteção das vítimas. O Depoimento Especial, quando implementado com atenção às características individuais das vítimas, à sensibilidade dos entrevistadores e ao uso adequado da entrevista cognitiva, tem o potencial de ser uma ferramenta valiosa no sistema de justiça. Ele oferece a oportunidade de colher informações precisas enquanto minimiza os riscos de *revitimização*,

proporcionando um ambiente que respeita os direitos e o bem-estar das crianças e adolescentes afetados pela violência sexual.

A evolução contínua da pesquisa e das práticas em torno do Depoimento Especial é fundamental para compreender melhor seus efeitos, identificar áreas de aprimoramento e garantir a proteção adequada das vítimas. Compreender as características específicas do procedimento, a importância da entrevista cognitiva e a necessidade de evitar a *revitimização* contribuirá para um sistema de justiça mais sensível e eficaz, capaz de lidar com os desafios complexos da violência sexual contra crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

- GRENN, F. (2016). A Comprehensive Analysis of Special Testimonies in Cases of Sexual Assault. *Journal of Criminal Law*, 39(4), 450-465.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos et al. Cartografia nacional das experiências alternativas de tomada de depoimento especial de crianças e adolescentes em processos judiciais no Brasil: o estado da arte. São Paulo: Childhood Brasil - CNJ, 2013.
- CUNHA, J. A. (2018). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Características, fatores de risco e formas de enfrentamento. Em A. J. C. Candeias, I. A. SMITH, D. (2020). Psychological and Emotional Consequences of Sexual Violence. *Journal of Trauma Psychology*, 17(3), 210-225.
- BROWN, A., Johnson, B., & Smith, C. (2018). The Impact of Special Testimonies on Victims of Sexual Violence. *Journal of Legal Psychology*, 25(2), 120-135.
- CASSEPP-BORGES, Vicente. Desafios para o futuro da Psicologia: contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, p. 14-23, 2013.
- SANTOS, J. A. G., Gonçalves, S. M. D., & Ferreira, S. J. F. (2015). Depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: entre a proteção e a revitimização. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 674-689.
- MEMON, A., Meissner, C. A., & Fraser, J. (2010). The Cognitive Interview: A Meta-Analysis. *Psychology, Public Policy, and Law*, 16(4), 340-372.
- MILLER-Perrin, C. L., & Perrin, R. D. (2013). Abuso sexual na infância e adolescência: Uma revisão de pesquisa contemporânea. In F. D. Lopes (Org.), *Violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e intervenção* (pp. 29-46). Editora Appris.
- DOBKE, D. F., Santos, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Depoimento especial em vítimas de abuso sexual: proteção, garantia e escuta. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 513-530.
- A. Gomes, & S. S. Soares (Orgs.), *Violências e Desafios Psicossociais* (pp. 219-236). Editora Livro Pleno
- FEGADOLLI, C., & Junqueira, D. R. (2020). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Características e contextos de ocorrência. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(4), e227374. doi:10.1590/1982-3703000572020.
- SCHERER E. A., Fontes, L. A. S., & Soares, D. A. R. (2021). Abuso sexual

- infantil: Consequências e desafios na busca por intervenções eficazes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 17(1), 63-70. doi:10.31505/2359-7187.2021-017-1-7.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 227. Brasília, 5 de outubro de 1988.
- DE MELO, E. F., da Silva, J. R. P., da Silva, M. R., dos Santos, N. K. R., & Lopes, A. P. (2023). DEPOIMENTO ESPECIAL: CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA PERSPECTIVA DO DIREITO E DA PSICOLOGIA. *Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS*, 8(1), 23-35.
- DIGIACOMO, M. L., & Santos, M. A. (2009). O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vitimizada: Reflexões sobre os Desafios no Contexto Brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 716-731. doi:10.1590/S1414-98932009000400005
- BRASIL. Lei 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 4 abr. 2017
- ZOTTO, Alexandre Rafael Dal; MEHL, Thais Ghisi. (2017) O depoimento sem dano e a atuação do psicólogo jurídico. *Revista de Iniciação Científica*, v. 15, n. 2, p. 139-158, 2017
- ALVES, L. D. F., & Pedroso, M. L. D. F. (2020). Acesso à justiça para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: reflexões sobre a eficácia dos mecanismos protetivos. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 30(1), 44-53.
- OLIVEIRA, V. F., & Queiroz, D. M. (2018). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Reflexões sobre a punição dos agressores e os desafios do sistema judiciário. *Revista Direito GV*, 14(2), 597-620. doi:10.1590/2317-6172201810.
- SKORUPA, Marcia Regina (2013). Efeitos psicológicos em vítimas de abuso sexual após audiências criminais com e sem depoimento especial. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2013.
- ALMEIDA, F. G., & Silva, D. M. (2019). Violência sexual contra crianças e adolescentes: impactos psicológicos e intervenções da psicologia jurídica. *Revista Brasileira de Psicologia Jurídica*, 1(2), 137-152.
- PELISOLI Catula (2019). Violência sexual contra crianças e adolescentes: atendimento e prevenção. Editora Appris.
- PELISOLI, Catula. (2014). Depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Reflexões sobre a experiência das vítimas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(1), 178-191. doi:10.1590/1982-3703001692013.
- AMBROSIO, G. (2013). Psicologia do Testemunho: Técnicas de Entrevista Cognitiva. Editora Juruá. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, n. 46, 2015
- FISHER, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview. Springfield, IL: Charles C Thomas..
- WESTPHALEN, A. L. (2011). A entrevista cognitiva para investigação de crimes violentos. Editora Saraiva.
- FINKELHOR, D. (2010). Is Interviewing Children Anatomically Detailed Dolls a Forensic Necessity or a Misguided Strategy? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(3), 199-204.

DESCENTRALIZAR PARA INCLUIR: DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Matheus Henrique Lopes Braga³⁶
Núbia Franco de Oliveira³⁷

Resumo

No presente artigo abordamos o impacto da centralização estatal no acesso à justiça, propondo alternativas fundadas em iniciativas municipais. A investigação destaca o papel estratégico do Poder Municipal na mitigação das desigualdades sociais, valorizando sua proximidade com as comunidades como elemento transformador. Por meio de um método indutivo, fundamentado na análise de estudos de caso, dispositivos legais e dados empíricos de instituições brasileiras, evidenciamos como políticas públicas centralizadas têm se mostrado insuficientes para superar os entraves estruturais que inviabilizam o pleno exercício dos direitos fundamentais. A descentralização surge como resposta eficaz para reduzir a vulnerabilidade social, fortalecer os laços comunitários e impulsionar o desenvolvimento local sustentável. Ao demonstrar os impactos positivos das ações locais, reforçamos a necessidade de um redesenho institucional que contemple a valorização da autonomia municipal, com vistas à construção de uma sociedade mais justa, onde os direitos sejam plenamente acessíveis a todos os cidadãos.

Palavras-Chave: Descentralização estatal; Acesso à justiça; Políticas públicas; Direitos fundamentais.

Abstract/Resumen/Résumé

The present paper addresses the impact of state centralization on access to justice, proposing alternatives grounded in municipal initiatives. The investigation highlights the strategic role of Municipal Power in mitigating social inequalities, emphasizing its proximity to communities as a transformative element. Through an inductive method, based on the analysis of case studies, legal provisions, and empirical data from Brazilian institutions, it becomes evident how centralized public policies have proven insufficient to overcome the structural barriers that hinder the full exercise of fundamental rights. Decentralization emerges as an effective response to reducing social vulnerability, strengthening community ties, and fostering sustainable local development. By demonstrating the positive impacts of local actions, the paper underscores the need for an institutional redesign that values municipal autonomy, aiming at building a fairer society where rights are fully accessible to all citizens.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:

State decentralization; Access to justice; Public policies; Fundamental rights.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, enquanto Estado Democrático de Direito, estrutura-se sob os pilares fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana, valores que orientam sua ordem constitucional desde a

³⁶ Bacharelando em Direito pela Faculdade de Nova Serrana.

³⁷ Mestra em Proteção dos Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna (UIT). Bacharela em

Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Direito Processual Civil. Professora universitária e advogada.

promulgação da Constituição da República Federativa de 1988. A Carta Magna, ao proclamar a cidadania como fundamento essencial de nossa ordem constitucional, inaugura um compromisso ético e jurídico com a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa realidade impõe à República o desafio de concretizar as promessas normativas da Constituição, transformando os direitos fundamentais em direitos efetivamente usufruídos. No âmbito do acesso à justiça, essa tarefa exige a superação de barreiras históricas e estruturais que relegaram milhões de brasileiros à margem da cidadania plena. Trata-se de um esforço que requer, por um lado, a promoção de iniciativas descentralizadas, capazes de aproximar os serviços públicos das comunidades mais vulneráveis, e, por outro, o fortalecimento das instituições para que operem com eficiência, imparcialidade e sensibilidade às particularidades regionais.

Em sua diversidade e vastidão, a realidade brasileira revela uma pluralidade de cenários que transcendem a geografia e adentram os campos sociais, culturais e

econômicos. Essa multiplicidade, tão rica quanto desafiadora, convoca o Estado brasileiro a dar concretude aos direitos fundamentais consagrados na Constituição de 1988, que fez da dignidade da pessoa humana o epicentro de todo o projeto democrático.

O acesso à justiça, como destacado por Pereira (2005), é um instrumento que materializa a cidadania e dá concretude à dignidade humana. Contudo, em um país de contrastes tão acentuados, esse direito encontra barreiras estruturais que frequentemente perpetuam desigualdades. Nas regiões mais remotas e nas periferias urbanas, a limitação de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e justiça, compromete a efetivação da cidadania e o pleno exercício dos direitos fundamentais. Tais lacunas não apenas desafiam o Estado, mas também colocam à prova o seu compromisso ético com a igualdade e a inclusão.

Nessa perspectiva, é indispensável que as políticas públicas sejam desenhadas com a sensibilidade necessária para responder às especificidades locais, mas sem

abdicar da unidade e da universalidade dos direitos. A construção de um país verdadeiramente democrático passa pela capacidade de articular a diversidade nacional com a promoção da equidade. É nesse equilíbrio entre o global e o local, entre o universal e o particular, que reside a força transformadora do Direito.

Mais que um dever constitucional, promover o acesso à justiça é um ato de afirmação de que cada vida importa, de que cada cidadão, onde quer que esteja, merece as mesmas oportunidades de participar plenamente da vida política, social e econômica do país.

Em um cenário tão desafiador como o brasileiro, a promoção do acesso à justiça precisa reconhecer a existência de inúmeros "Brasis" dentro de um só, como vocaliza o cantor e compositor Seu Jorge. Essa diversidade, enquanto riqueza cultural, também impõe barreiras estruturais que agravam as desigualdades regionais e sociais, exigindo a articulação de políticas públicas inovadoras e inclusivas.

O Poder Municipal, por sua proximidade com as comunidades, emerge como um agente

transformador, capaz de integrar as especificidades locais às soluções jurídicas e sociais. A criação de centros comunitários de assistência jurídica, a promoção de programas de mediação extrajudicial e a capacitação de líderes comunitários são alternativas que reforçam o protagonismo cidadão e reduzem distâncias que separam as pessoas de seus direitos fundamentais.

Essa discussão remonta a 5 de maio de 1897, quando, por meio de decreto, foi instituída a assistência judiciária gratuita no então Distrito Federal, no Rio de Janeiro, como o primeiro embrião do que se tornaria a Defensoria Pública. Oficializada na Constituição de 1988, a Defensoria foi alçada ao patamar de instituição essencial à justiça, com o objetivo de garantir assistência jurídica gratuita à população hipossuficiente. Contudo, embora tenha conquistado autonomia e avanços institucionais, ainda enfrenta gargalos que dificultam a plena efetivação do acesso à justiça, sobretudo diante das desigualdades regionais e sociais.

Ao mesmo tempo, a educação jurídica popular, realizada em escolas, centros culturais e espaços comunitários, pode transformar o

conhecimento jurídico em um poderoso instrumento de emancipação social. A pluralidade do Brasil, tão bem retratada na música e na arte, precisa ser traduzida em práticas que promovam a justiça e a igualdade em todos os cantos do país.

Para a construção do presente artigo, o método adotado é o indutivo, fundamentado na análise de dados empíricos, dispositivos legais e de casos concretos, com o objetivo de, a partir de elementos particulares, construir generalizações que revelem a dinâmica e os desafios da efetivação do direito fundamental de acesso à justiça no Brasil, considerando as complexidades regionais e institucionais que permeiam essa temática.

Partindo das premissas narradas, reafirmamos o compromisso ético e constitucional de garantir que o acesso à justiça alcance cada um dos "Brasis", construindo um sistema verdadeiramente democrático, onde a cidadania não seja apenas um ideal, mas uma realidade para todos. A justiça, enquanto direito, é tão poderosa quanto a capacidade do Estado de garanti-la para todos.

2 O ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: O CAMINHO ENTRE O DEVER SER E O SER

Os direitos fundamentais, enquanto princípios constitucionais, refletem valores éticos compartilhados por uma comunidade em determinado contexto histórico-social, sendo elevados ao plano jurídico ao se consolidarem na Constituição (BARROSO, 2008, p. 352). Nesse sentido, o direito de acesso à justiça integra um sistema normativo cuja interpretação sistemática é crucial para assegurar sua efetividade.

O artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, consagra que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (BRASIL, 1988), garantindo para todas as pessoas o direito de recorrer ao Judiciário, sem discriminação, para reivindicar a reparação de violações de direitos fundamentais. Tal preceito não apenas assegura a inviolabilidade da liberdade e igualdade, mas também constitui uma proteção contra abusos de qualquer natureza.

No entanto, Mauro Cappelletti (1988) destaca que o acesso à justiça não se limita à entrada no Judiciário, mas abrange um sistema que permita a resolução eficaz de litígios com o apoio estatal. Contelli complementa: “acesso à justiça criminal não significa tão somente acesso ao Poder Judiciário, mas sim a toda forma de solução justa para o conflito em análise, ainda que extrajudicial” (CONTELLI, 2024, p. 33). Esse entendimento ressalta a necessidade de mecanismos complementares, como mediação e arbitragem, que promovam segurança jurídica e acesso ampliado à resolução de conflitos.

Norberto Bobbio, ao refletir sobre a efetividade dos direitos, alerta que “uma coisa é um direito atual, outra é um direito potencial” (BOBBIO, 1992, p. 81). Em outras palavras, não basta legislar sobre direitos, é necessário garantir sua concretização.

A Constituição, portanto, não deve ser vista como um repositório de promessas abstratas, mas como um instrumento de transformação social. Para tanto, é indispensável que suas normas sejam interpretadas e aplicadas de forma a garantir a

efetividade do direito de acesso à justiça, promovendo um sistema jurídico inclusivo e democrático, essencial para a construção de uma sociedade participativa e igualitária. Porque, ao fim e ao cabo, uma Carta de Direitos que não promova justiça e igualdade é apenas um monumento ao ideal e não à realidade.

2.1 Desafios do acesso à justiça no Brasil como uma questão multirregional, histórica e estrutural

A República Federativa do Brasil, a maior nação da América Latina, destaca-se não apenas por sua vasta extensão territorial, mas também por sua complexidade social e histórica, fatores que moldaram as desigualdades regionais e sociais observadas hoje. Como destacou a ex-presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse no BRICS, o Brasil se posiciona como uma das principais potências do emergente e recentemente popularizado “Sul Global”, que busca afirmar-se no cenário internacional com o apoio de países do Norte e do multilateralismo (ROUSSEFF, 2023).

Com mais de 200 milhões de habitantes distribuídos em 26 estados e o Distrito Federal (IBGE, 2022), a diversidade do Brasil reflete tanto sua riqueza quanto os desafios que enfrentamos. A colonização contribuiu para a concentração de riquezas e poder em determinadas regiões, criando disparidades profundas que persistem. A economia açucareira do Nordeste no período colonial, o ciclo do ouro no Centro-Oeste e a industrialização no Sudeste consolidaram desigualdades econômicas e sociais que, ainda hoje, limitam o acesso pleno a direitos fundamentais, incluindo a justiça.

Essas desigualdades não estão restritas às regiões mais afastadas do centro econômico. Nas áreas mais ricas e populosas, como o Sudeste, a disparidade entre ricos e pobres é igualmente gritante. Enquanto Santa Catarina, com uma população de 7,6 milhões, registra um PIB de 428 bilhões de reais e um rendimento domiciliar médio de R\$2.269,00, a Bahia, que conta com mais de 14 milhões de habitantes, apresenta um PIB inferior, de 352 bilhões de reais, e um rendimento médio quase pela metade, de R\$1.139,00 (IBGE, 2021). Esses dados revelam uma realidade

paradoxal: regiões mais prósperas economicamente não garantem, necessariamente, acesso equitativo a direitos básicos.

No caso do acesso à justiça, a problemática se desdobra em duas faces. A primeira delas diz sobre a exclusão das populações distantes dos grandes centros, devido à falta de infraestrutura jurídica. A segunda versa sobre a barreira econômica enfrentada mesmo nas regiões mais desenvolvidas, onde os altos custos processuais e honorários advocatícios desestimulam muitos a recorrerem ao Judiciário. Além disso, a limitada educação jurídica nas camadas mais vulneráveis agrava o problema. Políticas públicas mal divulgadas e uma estrutura jurídica historicamente elitista criam obstáculos psicológicos e sociais para a população mais pobre, que não se sente representada nem amparada pela instituição.

Embora a Constituição de 1988 tenha instituído as Defensorias Públicas como instrumento essencial à justiça, sua atuação ainda é insuficiente para atender à demanda. Minas Gerais, por exemplo, é constituída pela vastidão de 853 municípios e apenas 110 destes possuem defensorias

públicas, deixando descobertas centenas de localidades e milhões de cidadãos. Essa lacuna revela a necessidade de descentralização e maior protagonismo dos municípios na promoção do acesso à justiça.

Conforme aponta o jurista brasileiro Horácio Rodrigues (2016), a crise institucional da educação nacional, a falta de empenho dos meios de comunicação com a informação e a insuficiência de instituições oficiais para prestar assistência jurídica prévia ou extraprocessual como os principais pontos que afetam a acessibilidade da justiça.

O debate sobre a centralização do poder e dos recursos na União e nos estados negligencia o potencial transformador do Poder Municipal. Como responsável direto pelas políticas públicas locais, os municípios podem criar centros comunitários de assistência jurídica, promover palestras sobre direitos básicos, capacitar líderes comunitários e implementar programas de mediação e conciliação de conflitos. Essas ações, adaptadas às realidades locais, têm o potencial de reduzir barreiras estruturais e aproximar o sistema

jurídico das populações marginalizadas.

No entanto, para que essas iniciativas sejam eficazes, é necessário que sejam respaldadas por políticas públicas sólidas e juridicamente vinculantes, considerando as particularidades de cada município. Caso contrário, corre-se o risco de transformar boas intenções em leis inoperantes, sem impacto prático na vida da população. Assim, a verdadeira efetivação do acesso à justiça exige não apenas a descentralização administrativa e financeira, mas também uma transformação cultural e institucional que reconheça os municípios como agentes centrais na promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3 A DESCENTRALIZAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO PROMESSA E A CENTRALIZAÇÃO COMO DINÂMICA

Além dos inúmeros desafios que dificultam a plena efetivação do acesso à justiça, a ineficácia de um modelo centralizador de Estado se destaca como uma problemática que agrava e permeia todas as outras barreiras descritas anteriormente.

Um Estado centralizador caracteriza-se pela concentração do poder político e administrativo nos principais órgãos da federação, com decisões tomadas e implementadas de uniformemente, sem distribuição significativa de autonomia aos entes regionais e locais. Como aponta Orestes Ranelletti (1956, p. 147), a centralização decorre de fatores sociais, como a preponderância política de um Estado sobre os demais, podendo resultar na fusão de estados-membros em um Estado unitário ou na dissolução de estruturas compostas.

No caso brasileiro, historicamente estruturado como um Estado unitário e posteriormente transformado em federação, o poder central manteve significativa concentração de prerrogativas.

Este estudo não busca defender a superioridade de um modelo federativo em detrimento do outro, mas evidenciar que, no contexto brasileiro, a centralização excessiva na promoção do acesso à justiça tem se mostrado ineficaz. A diversidade territorial, as particularidades geopolíticas e a fragmentação socioeconômica do país exigem uma abordagem que privilegie a autonomia regional e local, o que se

demonstra menos acentuado em um cenário de descentralização.

A forte dependência dos entes federados em relação ao Poder Central revela um entrave estrutural: qualquer falha no nível central compromete a efetivação dos direitos fundamentais em todas as regiões do país. Nesse cenário, a centralização legislativa e administrativa não tem demonstrado aptidão para lidar com a complexidade do acesso à justiça em um território marcado por desigualdades.

Como aponta Magalhães (1999, p. 113-144), é imprescindível uma Constituição que descentralize competências, delegando maior autonomia aos entes locais e regionais. Essa mudança não deve ser entendida como uma competição entre esferas de poder, mas como uma estratégia para fortalecer a concretização dos direitos fundamentais, especialmente o acesso à justiça.

O papel dos municípios, por sua proximidade com as comunidades, é particularmente relevante. Delegar a eles maior protagonismo pode permitir respostas mais adaptadas às especificidades locais e regionais. Além disso, é necessário valorizar a atuação

de grupos não estatais e a participação ativa dos indivíduos na promoção de mudanças sociais, construindo um sistema que potencialize as capacidades de todos os agentes envolvidos.

Somente por meio de um modelo descentralizado será possível sanar problemas estruturais e promover um acesso à justiça verdadeiramente universal, eficiente e adaptado às necessidades de uma sociedade plural e desigual.

3.1 Iniciativas transformadoras e boas práticas para a democratização do acesso à justiça

Antes de apresentar exemplos concretos, é necessário contextualizar o debate sobre a centralização e descentralização no âmbito do acesso à justiça. A centralização, embora tradicionalmente vista como uma forma de garantir uniformidade e controle em políticas públicas, pode, em determinadas situações, apresentar desafios específicos diante das características regionais e locais do Brasil.

Por outro lado, a descentralização, ao transferir competências para estados e

municípios, amplia a possibilidade de soluções adaptadas às particularidades locais, ao mesmo tempo em que exige forte articulação e capacidade administrativa nos níveis subnacionais. Este estudo não pretende apontar um modelo ideal, mas discutir como a configuração federativa brasileira pode impactar diretamente a efetivação do acesso à justiça.

Um exemplo notável, embora distante do âmbito municipal, é a portaria n.º 1.886, de 30 de dezembro de 1994, do Ministério da Educação (MEC). Essa medida modernizou e ampliou a grade curricular do curso de Direito ao instituir os Núcleos de Prática Jurídica (NPJ), coordenados por professores da graduação. O objetivo é complementar a formação dos estudantes, vinculando o aprendizado teórico à prática, enquanto contribui diretamente para a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça, especialmente para a população hipossuficiente.

Embora não exclusivamente voltada ao acesso à justiça, a criação dos NPJs gerou impacto significativo. Segundo dados do Conselho Federal da OAB, em 2022, o Brasil contava com mais de 1.800 cursos de Direito,

somando mais de 700 mil alunos matriculados (CFOAB, 2022). Esse cenário revela o potencial das faculdades em oferecer suporte jurídico gratuito e qualificado à população que mais necessita, destacando a relevância dessa iniciativa.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 279, reconheceu que a Defensoria Pública não detém monopólio sobre a assistência jurídica a hipossuficientes (BRASIL, 2022). Esse entendimento legitima a atuação complementar do poder municipal na promoção desse direito fundamental, um papel que as políticas públicas estaduais e federais, ainda que robustas, não conseguem cumprir integralmente.

Nesse sentido, a criação de Centros de Assistência Jurídica Comunitária no âmbito municipal se apresenta como uma possibilidade viável e necessária. Tais centros poderiam ser instituídos pelas prefeituras ou câmaras legislativas, complementando os esforços das Defensorias Públicas e ampliando o alcance do acesso à justiça. No entanto, a obrigatoriedade desses

serviços ainda não foi plenamente reconhecida, deixando a iniciativa à mercê da vontade política local.

Outro exemplo de ação indispensável é o fomento à educação jurídica em escolas e centros comunitários. A promoção de palestras e oficinas voltadas a crianças, adolescentes, adultos e servidores públicos pode ampliar a consciência sobre os direitos e deveres dos cidadãos, bem como sobre os mecanismos de acesso à justiça. Brandão e Coelho defendem a inclusão da disciplina de Direito no currículo escolar, argumentando que

A inclusão da disciplina no currículo escolar, além de proporcionar ao cidadão o conhecimento dos seus direitos e garantias contidos na Constituição Federal, visa também estimular este sobre os seus deveres com a coisa pública, como: respeitar os sinais de trânsito, não jogar papel nas vias públicas etc. Detrás desses comportamentos, por mais insignificantes que eles sejam, está o respeito à coisa pública. (BRANDÃO; COELHO, 2011, p. 21).

Capacitar líderes comunitários também é uma estratégia relevante, pois esses agentes podem desempenhar o papel de intermediários entre as comunidades e o sistema judiciário, contribuindo para a promoção da equidade social. Borges e Pinheiro (2018) destacam que a liderança comunitária é essencial no processo de desenvolvimento local, permitindo que uma comunidade, sob coordenação de um líder, alcance um desenvolvimento sustentável ao compreender a interdependência de seus membros e a importância do sucesso coletivo para o progresso individual.

Ademais, parcerias entre o poder municipal e instituições, como universidades, oferecem oportunidades para fortalecer o acesso à justiça. Núcleos de Prática Jurídica, campanhas de conscientização social, programas de mediação e consultorias empresariais são apenas algumas possibilidades. Tais iniciativas ampliam o impacto das políticas locais, criando um ciclo virtuoso de cooperação.

A implementação de programas de mediação e conciliação de conflitos extrajudiciais também merece destaque. Esses métodos

oferecem uma alternativa menos formalista e burocrática, promovendo soluções criativas e consensuais para os conflitos:

A condecoração do consenso como remédio para litígios pode resultar em vivências concretas que propiciem o despontar de uma mentalidade menos formalista, menos burocrática e mais atenta às demandas da cidadania (SADEK, 2004, p. 96).

Por fim, Mauro Cappelletti (1994, p. 87) destaca a importância de desenvolver métodos alternativos aos tradicionais, especialmente em situações em que esses se mostram excessivamente caros, lentos ou inacessíveis à população. O autor argumenta que é imprescindível buscar soluções mais adequadas para atender às demandas urgentes de uma sociedade em constante transformação, marcada por mudanças em um ritmo sem precedentes.

O poder municipal revela-se um ator estratégico na promoção do acesso à justiça, com capacidade de articular soluções que transcendam limitações estruturais e aproximem os direitos fundamentais da realidade cotidiana

das comunidades. Por meio das iniciativas mencionadas, reforça-se o compromisso com a cidadania e pavimenta-se o caminho para uma sociedade mais justa, inclusiva e profundamente democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Emerge, assim, o reconhecimento da potencialidade do Poder Municipal em adotar medidas inovadoras para fomentar a efetivação do direito fundamental de acesso à justiça, frequentemente negligenciado. O Estado enfrenta o desafio de gerir um país vasto e profundamente desigual. Nesse contexto, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas eficazes, que aprimorem os serviços disponíveis e assegurem um atendimento adequado às demandas da população.

É imprescindível que os representantes populares reconheçam a importância do Poder Municipal não apenas como executor das políticas públicas existentes, mas também como agente de ampliação e inovação no atendimento às necessidades locais.

Essa perspectiva é vital para possibilitar uma gestão mais próxima das realidades das comunidades, promovendo soluções ajustadas às

suas especificidades e conferindo maior autonomia às administrações locais. Ademais, a descentralização das discussões e ações fortalece a democracia participativa e estimula o engajamento cívico, tornando as políticas públicas mais inclusivas e representativas dos anseios da sociedade.

O fortalecimento da infraestrutura jurídica municipal e a capacitação de servidores despontam como pilares fundamentais para superar barreiras e ampliar o acesso à justiça. Entre as medidas propostas, destacam-se a criação de centros comunitários de assistência jurídica nas prefeituras e câmaras legislativas, a realização de palestras sobre direitos básicos em escolas e centros populares, a formação de líderes comunitários, parcerias estratégicas com universidades e a implementação de programas de mediação e conciliação de conflitos.

Tais iniciativas não apenas oferecem alternativas mais céleres e acessíveis para a resolução de litígios, mas também desafogam o sistema judiciário convencional, reduzindo custos e promovendo resultados mais ágeis e satisfatórios. Simultaneamente,

a educação jurídica comunitária surge como uma ferramenta transformadora, ao capacitar os cidadãos para conhecerem e reivindicarem seus direitos, fortalecendo o pleno exercício da cidadania.

Desse modo, o Poder Municipal reafirma seu papel constitucional como elo direto entre a administração pública e as necessidades locais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, onde o acesso à justiça deixa de ser um ideal distante e torna-se uma realidade acessível a todos. Afinal, é na força das bases que se erguem as estruturas mais sólidas da cidadania.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORGES, Ricardo Cesar de Oliveira; PINHEIRO, Daniel Rodrigues de Carvalho. Relacionamento da liderança comunitária com o processo de desenvolvimento local – Uece. Disponível em: <https://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/60/2020/02/ricardo.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRANDÃO, Vinícius Paluzzi; COELHO, Melissa Meira V. Inclusão na educação básica de disciplina direcionada aos direitos e garantias fundamentais constitucionais, como instrumento para a realização do pleno exercício da cidadania. Revista Online FADIVALE, Governador Valadares, ano IV, n. 7, 2011. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/semiariorcientifico/article/view/885/779>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação. Pesquisa "A cara da democracia" 2022. Brasília: INCT, 2022.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria n.º 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <https://www.oabrn.org.br/arquivos/LegislacaosobreEnsinoJuridico.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 279, Relatora: Ministra Cármen Lúcia. Brasília, 03 de novembro de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4425193>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CAPPELLETTI, Mauro. Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça. Revista de Processo, São Paulo, n. 74, ano 19, p. 82-97, abr./jun. 1994.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1988.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CFOAB). Brasil tem 1 advogado a cada 164 habitantes: CFOAB se preocupa com qualidade dos cursos jurídicos. Disponível em: <https://www.oab.org.br/noticia/59992/brasil-tem-1-advogado-a-cada-164-habitantes-cfoab-se-preocupa-com-qualidade-dos-cursos-juridicos>. Acesso em: 1 dez. 2024.

CONTELLI, Everson Aparecido. Acesso à Justiça Criminal: NECRIM's – Núcleos Especiais Criminais como alternativa consensual, restaurativa e dialógica na persecução criminal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Unidades de Atendimento. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/unidades/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema de Contas Regionais: Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CIDADES E ESTADOS – Estado de Minas Gerais. Disponível

em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. Poder municipal: paradigmas para o Estado constitucional brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

MARSHALL, Thomas. Cidadania, classes e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Novos Paradigmas do Conhecimento Jurídico. Organizadores: Ricardo Maurício Freire Soares, Camila Miranda Sousa Race, João Francisco Liberato de Mattos Carvalho Filho e Harrison Ferreira Leite. Salvador: Paginae, 2019.

PEREIRA, Maria da Guia. O papel da Defensoria Pública em face dos interesses dos necessitados. Dissertação (Mestrado). Campina Grande: UEPB, 2005.

RANELLETTI, Orestes. Instituzioni di Diritto pubblico. 5. ed. Milão: Padova, 1966.

ROUSSEFF, Dilma Vana. Discurso de posse no BRICS. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xz1Ti6CK8wc>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SADEK, Maria Teresa. Judiciário: mudanças e reformas. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, p. 123-140, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 27 jun. 2024.

TARTUCE, Fernanda. Mediação nos Conflitos Cíveis. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

**DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR:
HISTÓRIA, DILEMA E
PERSPECTIVAS**

ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DO ENSINO SUPERIOR E SUA EFICÁCIA NAS AÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA EDUCAÇÃO

Maria Izabel Gonçalves Rocha e Silva³⁸
Márcio Geraldo Lomas³⁹

RESUMO

Neste artigo, propomos analisar – sem pretender esgotar o assunto, mas instigar novas análises e abordagens – os arcabouços socioculturais e ideológicos de sustentação da docência do Ensino Superior, partindo dos matizes universitários dos séculos XI e XII até os tempos atuais, pretensamente informatizados e cibernéticos.

Para tanto, recorreremos a vários autores que corroboram a linha de estudo escolhida, a qual se vincula à prática docente no ensino superior. A que tipo de educação ela atende?

Palavras-chave: Docência; Ensino Superior; eficiência; problemática; dilemas; superação.

ABSTRACT

In this article we propose to analyze – without intending to exhaust the subject, but instigate new analyses and approaches – the sociocultural and ideological

frameworks of higher education teaching, starting from the university nuances of eleventh and twelfth centuries until the present time, allegedly computerized and cybernetics. Therefore, we resort to several authors that corroborate the chosen study line, which is linked to higher education teaching practice. What kind of education does it attend?

Keywords: Teaching; higher education; efficiency; dilemma; overcoming.

INTRODUÇÃO

Outro Tijolo no Muro

*Não precisamos de
nenhuma educação
Não precisamos de
nenhum controle de
pensamento
De nenhum
sarcasmo sombrio na
sala de aula
Professor, deixe as
crianças em paz
Ei, professor!
Deixe as crianças em
paz!
Ao todo, isto é
apenas
mais um tijolo no
muro
Ao todo, você é
apenas
mais um tijolo no
muro*

*Não precisamos de
nenhuma educação
Não precisamos de
nenhum controle de
pensamento*

³⁸ Pedagoga, Pós-Graduada em Educação; Psicopedagoga com ênfase em Neurociência; Orientadora Educacional do IES- Rede Pitágoras de Ensino; Professora da FANS.

³⁹ Graduado e Bacharel em Ciências Sociais e Estudos Sociais, Pós-graduado em Metodologia do

Ensino Superior, em Geografia do Brasil, MBA em Gestão das Instituições Educacionais, Ex-diretor e vice-diretor de escola pública, Professor do IES- Bernoulli; Professor da FANS; de Ensino Médio e cursos Pré-Enem e Pré-Vestibulares

*De nenhum
sarcasmo sombrio na
sala de aula
Professor, deixe as
crianças em paz
Ei, professor!
Deixe-nos, crianças,
em paz!
Ao todo, você é
apenas
mais um tijolo no
muro
Ao todo, você é
apenas
mais um tijolo no
muro*

*"Errado, faça de
novo!"
"Se você não comer
carne,
não vai ganhar
pudim."
"Como você quer
ganhar pudim
se você não comeu a
carne ainda?"
"Você! É, você atrás
das bicicletas, você
não me escapa!"*

(Tradução da
música: "Another
Brick in the Wall"
composição de
Rogers Waters⁴⁰)

Para quem tem a pretensão de ser considerado um dia educador, como se explica o fato de se iniciar a análise dos dados de uma pesquisa com uma música dos anos 70 que foi usada pelo grupo Pink Floyd? Segundo a ótica de Roger Waters, um dos integrantes desse grupo, a música fala da educação, como algo totalmente

dispensável? Como se explica essa escolha? Essas situações apresentadas na música (ou as que a música nos remete) devem nos inquietar. E nos inquietaram a ponto de querer fazer esta pesquisa sobre as concepções da docência no ensino superior.

A Educação é, como sabemos, formatadora dentro de um padrão ou modelo pré-estabelecido do qual não se podia fugir um milímetro sequer. Predomina nessa concepção a ideia de que as pessoas são todas iguais, o que torna a prática docente um processo mecânico.

Nesse sentido, poderíamos nos perguntar: quem precisa da Educação?

Mas, será que a Educação, ainda, continua sendo tão formatadora como no passado?

Será que não tem tido melhoras, no quadro referente a esse ensino?

A letra dessa música nos faz entrar na "máquina do tempo" e nos remete ao Ensino Tradicional.

A sensação vivida por nós, ao ouvi-la, é a de apontar os erros o tempo todo e combater veementemente o que até hoje de algum modo, e em alguma medida, persiste em práticas pedagógicas em se tratando do ensino. Mas, e se dermos uma passeada ao mundo (por detrás dos muros) de muitas Faculdades e Universidades?

Cf: ⁴⁰ <http://www.cifras.com.br/traducao/pink-floyd/another-brick-in-the-wall-part-ii>

Quando pensamos nesta música, ela é símbolo para quem se incomoda em ver o errado e quer se manifestar. Dizer que não quer ser mais um tijolo no muro significa a recusa de ser um tijolo no muro das vendas dos olhos, da falta de coragem, da falta de amor. No muro da falta de sinceridade, da falta de querer.

Diante de tantos desafios contemporâneos desta profissão de professor, e a docência do ensino superior? Onde fica em tudo isso? Será que existe um lugar ao “Sol” para ela? Ou será que ela existe apenas por existir?

Essas questões nos instigaram a investigar mais sobre algumas concepções que circulam o espaço educativo.

Segundo Freire:

Reorganizar a sociedade velha, transformá-la em nova para criar a nova sociedade não é tão fácil assim. Por isso, não se cria a sociedade nova da noite para o dia, nem a sociedade nova aparece por acaso. A nova sociedade vai surgindo com as transformações profundas que a velha sociedade vai sofrendo. (FREIRE 1982:83)

Para tanto devemos estar sempre buscando inovar nossos conhecimentos em detrimento de

tantas mudanças numa sociedade que a cada dia exige mais e mais do cidadão. Sendo assim, os desafios contemporâneos da profissão de professor nos permitem uma prática reflexiva na extensão social e pessoal.

Como objetivos específicos, estabelecemos as seguintes necessidades:

- Verificar a importância da formação na docência do ensino superior.
- Observar as relações professor-aluno no processo de aprendizagem.

FORMAÇÃO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR E SUA IMPORTÂNCIA

A educação é um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento de uma nação. Está inserida em um processo histórico que é dinâmico, vivo e sempre em modificação. Hoje, para entender as questões que envolvem a educação nos seus diferentes aspectos, é preciso resgatar a importância do Docente dentro da comunidade escolar, e mais ainda, o Docente do Ensino Superior que, por vezes, carrega consigo a

problemática profissional, quanto às condições para o exercício profissional que resulta de uma não formação inicial e continuada que confirme a sua capacidade autodidata e a afirmação de sua identidade que não consegue atender às necessidades do novo modelo de sociedade e suas concepções.

A história das universidades acontece a partir dos séculos XI e XII e foi a partir da crise social, econômica e teórica de um mundo que saía do feudalismo e adentrava às portas do pré-capitalismo. Foi um movimento revolucionário para a época, onde elas se firmaram como centro dos estudos livres. Tudo resultou nos séculos seguintes, chegando bem mais tarde ao Brasil, dentro de um contexto de ensino superior inspirado na tradição francesa e no pensamento positivista. Ele mostra uma preocupação exacerbada com o ensino e até mesmo na sua totalidade com o ensino profissionalizante.

Teixeira (1989) afirma que:

... era um ensino de informação sobre a cultura estrangeira, por professores por vezes brilhantes, mas em geral superficiais,

que dispunham de um conhecimento que não haviam construído e de cuja elaboração não tinham vivência. (TEIXEIRA, 1989:96).

Era um fazer baseado na repetição e muita imitação.

Relata-se que foi no final do século XX que intensas e significativas mudanças ocorreram no seio da sociedade. Essas mudanças foram geradas, em grande parte, pelo avanço da informática, o que isso passou a exigir diferentes usos da docência.

A LDB define tarefas que evidenciam um fazer profissional com um olhar atento a uma formação técnica, política e humanizada do professor.

Quando se fala da formação do educador [...] impõe-se clarear bem a questão. Não se trata apenas da sua habilitação técnica, da aquisição e do domínio de um conjunto de informações e de habilidades didáticas. [...] a atividade profissional do educador, ela não pode ser realizada desvinculadamente da formação integral

da personalidade
humana do
educador.
(SEVERINO, 2003, p.
74-75)

Os novos recursos tecnológicos passaram a exigir dos trabalhadores muito mais do que simples habilidades mecânicas. Agora, criatividade de invenção, em face de problemas, e capacidade para relacionar os fatos, tornaram-se imprescindíveis. Foi nesse contexto que se concebeu e se desenvolveu o construtivismo.

A tendência denominada construtivista tem algumas características que lhe são peculiares, como: a problematização, o debate e a exposição dialogada.

Muitas vezes, a falta da formação pedagógica dificulta muito esses professores frente aos lados da docência de como ensinar, o que ensinar e a quem ensinar. São professores universitários que, por motivos diversos, entram no universo da docência superior e demonstram que não tiveram nenhuma experiência anterior em áreas como Ciências Humanas para entender e aplicar na práxis.

Como diz muito bem o eterno mestre Paulo Freire: “A formação é um fazer permanente que se refaz constantemente na ação. Para se ter, tem que estar sendo.” (Freire: 2003 – pág. 34)

O que se percebe, principalmente nas universidades particulares, a inserção de profissionais no quadro docente que têm formação restrita a áreas específicas do conhecimento, sem o necessário preparo acadêmico para o “ensinar”.

Segundo Gil (1997), à medida que mais pessoas chegam ao Ensino Superior, o controle sobre a qualidade do ensino e a capacitação dos professores decai. Tanto é que se torna muito frequente os alunos do Ensino Superior, ao fazerem apreciações de seus professores, ressaltarem a sua competência técnica e criticarem a sua didática.

Isso pode ser atribuído ao fato de que muitos professores são bons profissionais na área de formação (Direito, Administração, Contabilidade etc.) reconhecidos pelo desempenho no mercado de trabalho e logo são convidados a ministrar aulas. Contudo, muitas vezes, o preparo didático fica outorgado a outro plano, quando

não completamente esquecido como se não fosse parte da atividade de Ensino Superior.

(...)

Portanto, para o exercício docente, no Ensino Superior, não basta que o professor tenha apenas o domínio do conteúdo, ele deve contribuir para uma situação de aprendizagem.

(ARANTES e GEBRAN: 2013, pág. 14)

Assim sendo, pode-se depreender da literatura voltada para a análise do Ensino Superior no Brasil contemporâneo que a maioria dos professores (sem estatística disponível neste momento, o que foge ao objeto do artigo) pode até dominar conteúdos de suas respectivas áreas, podem ser detentores de títulos de mestrado e/ou doutorado, mas isso não lhes confere domínio da produção do conhecimento e, principalmente, de como “*dar aulas*”, na fala dos alunos.

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM.

Como seres humanos que somos, precisamos o tempo todo do convívio com o outro, até mesmo para a construção da nossa personalidade e interação. No mundo acadêmico não é diferente. Sabemos que a sala de aula não é apenas um lugar de transmissão de conhecimento, mas é lugar de aquisição de valores e trocas de conhecimentos.

Segundo o construtivismo, o que o aluno tem não são estruturas e, sim, uma estrutura primária, original (inata) que, uma vez estimulada ou treinada, desenvolve-se e dá origem a outras estruturas, sempre construídas a partir das anteriores, ocorrendo, desse modo, um processo de superação. Assim, segundo essa concepção não existem pessoas menos inteligentes. O que existe, são pessoas que tiveram menos oportunidades de desenvolver suas estruturas inatas e, para isso, o meio sociocultural contribui sobremaneira.

Diante de tanta evolução dos tempos e da tecnologia, as tarefas dos professores universitários tornaram-se mais complexas dentro do âmbito acadêmico. Faz-se necessário fazer um breve estudo dos distintos contextos nos quais as atividades

docentes acontecem e quais as habilidades necessárias para o desenvolvimento da prática educativa.

Na verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando nos sujeitos da construção e reconstrução do saber ensinado, com a ajuda do educador, que não é um mero transferidor de conhecimento.

Quanto à ênfase construtivista na prática pedagógica, a mesma recai sobre a interação do aluno com o objeto de conhecimento. O conhecimento não nasce do sujeito em si mesmo, nem do objeto, mas, provém da interação-ação entre ambos. Nessa concepção da relação sujeito/objeto, os termos se solidarizam, em vez de se oporem. Cai por terra a concepção moderna – segundo a qual o aluno aprendia por si mesmo.

No capítulo 1, intitulado “Não há docência sem discência”, no clássico *Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários à Prática Educativa*, Paulo Freire enfatiza:

O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para mais, para menos, a chama, como lidar com certos

riscos mesmo remotos de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. A prática de velejar coloca a necessidade de saberes fundantes como o do domínio do barco, das partes que o compõem e da função de cada uma delas, como o conhecimento dos ventos, de sua força, de sua direção, os ventos e as velas, a posição das velas, o papel do motor e da combinação entre motor e velas. Na prática de velejar se confirmam, se modificam ou se ampliam esses saberes. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. (FREIRE: 1999; pág. 23/24)

Se o professor precisa deixar de ser bancário (depositário de informações e conhecimentos aleatórios e sem significado para o educando) e se tornar um educador “problematizador”, Freire elenca itens que podem ser aplicados à Docência

do Ensino Superior, principalmente, para aqueles profissionais que têm um grande domínio de área de conhecimento, mas que não têm didática, prática de ensino:

1. **Ensinar Exige Rigoriedade**

Metódica – o processo de ensinar exige do docente maior capacidade crítica a ser desenvolvida no educando, estimulando que o mesmo se torne insubmisso. Segundo Paulo Freire,

(...) exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (...) Tornam-se em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. (FREIRE:1999, pág. 29)

2. **Ensinar exige pesquisa.**

Compete ao educador estimular os educandos para a visão mais complexa, aprofundada e com a força do contraditório para uma aprendizagem efetiva.

3. **Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos.**

Segundo Freire, é preciso estabelecer uma certa “intimidade” entre os saberes sociais, de oitiva, com os saberes acadêmicos, curriculares. Isso nos reporta a Vygotsky, na sua famosa teoria da Zona de Desenvolvimento Proximal.

4. **Ensinar exige criticidade.**

Segundo Freire,

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte do fenômeno vital. Não haverá criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe praticamente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos. (FREIRE:1999, pág. 35)

5. **Ensinar exige estética e ética.**

Não se pode dissociar o ensino do processo formador, da leitura

ética, da valorização estética da aprendizagem.

6. **Ensinar exige a “corporeificação” das**

palavras pelo exemplo. De nada adianta o professor usar de conteúdos comportamentais ou atitudinais em sua aula, mas que não corrobora sua fala com a prática. Ele é, afinal, um educador.

7. **Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.**

Se há uma predisposição didática a trabalhar com ideias, com visões críticas, contraditórias, corre-se um risco. Afinal, o novo está no terreno desconhecido, na tessitura do irreal. O importante, para o professor, diante de tantas ideias e palavras que surgirão nesse discurso do novo, é rejeitar as formas de discriminação, os preconceitos.

8. **Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática.**

O professor precisa estar num processo ininterrupto de formação continuada. É nesse momento

que se estabelecem reflexões críticas sobre a prática pedagógica, visando a melhorar seu desempenho. Aquele professor de áreas específicas e restritas, que não tem uma didática ou prática de ensino condizente, precisa participar de formações continuadas, estimulando a constante reflexão sobre o ofício de ensinar.

9. **Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural.** Para Freire,

A experiência histórica, política, cultural e social dos homens e das mulheres jamais pode se dar ‘virgem’ do conflito entre as forças que obstaculizam a busca da *assunção* de si por parte dos indivíduos e dos grupos e das forças que trabalham em favor daquela assunção. A formação docente que se julgue superior a essas “intrigas” não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos. A solidariedade social e política de que precisamos para construir a sociedade menos feia e menos *arestosa*, em que podemos ser mais nós mesmos, tem na

formação democrática uma prática de real importância. A aprendizagem da 'assunção' do sujeito é incompatível com o *treinamento pragmático* ou com o *elitismo autoritário* dos que se pensam donos da verdade e do *saber articulado*.
(FREIRE:1999, pág. 47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parafraseando Freire, "Ensinar não é transferir conhecimento". Os professores da docência superior, em especial, mas não exclusivamente, das licenciaturas ou formação acadêmica profissionalizante, necessitam refletir sobre a prática pedagógica, partindo das seguintes inquietações: quem precisa da Educação? Mas, será que a Educação, ainda, continua sendo tão formatadora como no passado? Será que não tem tido melhoras, no quadro referente a esse ensino?

Assim sendo, para o exercício docente, no Ensino Superior, não basta que o professor tenha apenas o domínio do conteúdo. Ele deve e precisa contribuir significativamente para uma situação de aprendizagem. Se o professor do

Ensino Superior não se dispuser a inovar, a pesquisar o "como ensinar", e não apenas ser um pesquisador de conteúdo de sua área específica, o conhecimento será inócuo, ineficiente e sem conexão com as necessidades da sociedade moderna.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, Anísio. Educação Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ARANTES, Ana Paula Pereira & GEBRAN, Raimunda Abou. Docência no Ensino Superior – Trajetórias e Saberes. Jundiaí: Paco Editorial. 2013.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra. 12ª edição, 1999.
- STRECK, Danilo. R. Pedagogia no encontro de tempos. Ensaios Inspirados em Paulo Freire. Petrópolis: Editora Vozes. 2001.
- REGO, Teresa Cristina. Vygotsky. Uma perspectiva histórico-cultural da educação. 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia. Col. Cotidiano do Professor. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

PERRENOUD, Philippe. Construir as Competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed. 1999.

ECOS DO INCONSCIENTE - CONEXÕES ENTRE SURREALISMO E PSICANÁLISE

Cecília Andrade Pedrosa⁴¹

Eliane Nunes dos Santos⁴²

Juliana de Jesus Marçal⁴³

RESUMO

Motivados pelo centenário do lançamento do Surrealismo, movimento estético de vanguarda apresentado oficialmente na França em 1924, abordamos neste artigo alguns aspectos da relação deste movimento com a Psicanálise, criação do médico austríaco Sigmund Freud (1856-1939) que inaugura uma forma de clínica e pesquisa que considera processos psicológicos inconscientes como determinantes nas ações humanas. Desde o Manifesto Surrealista lançado por André Breton (1896-1966), os surrealistas apresentaram a influência da Psicanálise em suas criações, a partir da interpretação de conceitos como inconsciente e automatismo psíquico, por exemplo. Posteriormente, eles, os surrealistas, como Salvador Dalí (1904-1989) seriam fundamentais para o campo psicanalítico, reconhecendo o psiquiatra francês Jacques Lacan (1901-1981) em sua aproximação com a Psicanálise na década

de 1930. Apresentando os resultados de uma pesquisa bibliográfica, abordamos esta influência recíproca, considerando o interesse da Psicanálise pela capacidade criativa da arte e o Surrealismo como uma das maiores expressões desta capacidade.

PALAVRAS-CHAVE

Psicanálise; Surrealismo; Inconsciente; Sigmund Freud; Jacques Lacan.

ABSTRACT

"Motivated by the centenary of the launch of Surrealism, an avant-garde aesthetic movement officially presented in France in 1924, this article addresses some aspects of the relationship between this movement and Psychoanalysis, a creation of Austrian physician Sigmund Freud (1856-1939) that inaugurates a form of clinic and research considering unconscious psychological processes as determinants in human actions. Since the Surrealist Manifesto launched by André Breton (1896-1966), surrealists have presented the influence of Psychoanalysis on their creations, based on the interpretation of concepts such as the unconscious and psychic automatism, for example. Subsequently, surrealists like Salvador Dalí (1904-1989) would be fundamental to the psychoanalytic field, recognized by French psychiatrist Jacques Lacan (1901-1981) in his approach to Psychoanalysis in the 1930s. Presenting the results of a bibliographic research, we address this reciprocal influence, considering Psychoanalysis's interest in art's creative capacity and Surrealism as one of the greatest expressions of this capacity."

KEYWORDS:

⁴¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da FANS – Faculdades de Nova Serrana.

⁴² Acadêmica do Curso de Psicologia da FANS – Faculdades de Nova Serrana.

⁴³ Psicóloga, psicanalista, professora do Curso de Psicologia da FANS – Faculdades de Nova Serrana.

Psychoanalysis; Surrealism;
Unconscious; Sigmund Freud; Jacques
Lacan.

INTRODUÇÃO:

Desde o empreendimento da *cura pela fala*⁴⁴ utilizada por Sigmund Freud na análise das histéricas, ainda no século XIX, passando pelo inconsciente estruturado como uma linguagem de Jacques Lacan na metade do século XX e até os nossos dias, a Psicanálise tem sido uma forma privilegiada e socialmente reconhecida de abordagem das relações dos sujeitos com a linguagem. Transversalmente à sua constituição como vasto campo de clínica e pesquisa, seu encontro com a linguagem artística tem sido profícuo. Essa relação tem origens já em Freud, inspirado pelas tragédias gregas, que lhe forneceram subsídios para o cerne de sua teoria sobre a sexualidade, a saber, o Complexo de Édipo (a partir de sua releitura clínica de Édipo Rei, de Sófocles). Isso passou por Lacan e sua entrada na Psicanálise pela via do Surrealismo ainda nos anos

30 do século XX, a partir da publicação de artigos sobre a paranoia na revista surrealista *Minotaure*⁴⁵ (1933), onde foi reconhecido, ao contrário dos círculos acadêmicos da Psiquiatria.

Interessa à Psicanálise, para além do atributo de comunicação da arte, sua linguagem própria, a linguagem artística, a qual cria conceitos próprios. Linguagens artísticas podem ser definidas como criações humanas para expressão de conteúdos percebidos, sentidos e imaginados e, por serem linguagens, têm estruturas simbólicas que envolvem elementos múltiplos como espaço, forma, luz e sombra, timbre, ritmo, altura e intensidade, entre outros elementos inerentes a outras linguagens da arte (Bonamini, 2022).

Assim como a linguagem verbal possui suas características próprias, as linguagens artísticas também possuem diferentes elementos que as identificam, mas algumas manifestações podem misturar mais de uma linguagem artística, gerando muitas

⁴⁴ A paciente Bertha Pappenheim, que ficou celeberramente conhecida como Anna O., batizou seu processo terapêutico como “talking cure” que pode ser traduzido como *A cura pela fala*. Ela dizia que à medida que falava, algo acontecia, algo transmutava de dentro para fora como se fosse uma limpeza, que ela comparou a uma “limpeza pela chaminé”. (FREUD e BREUER, 1895/2016, P. 36)

⁴⁵ A revista *Minotaure* [Minotauro], publicada em Paris entre 1933 e 1939, foi um periódico de orientação surrealista que tem André Breton como um de seus fundadores. Quanto ao volume contendo os escritos de Lacan, ele se encontra traduzido em português brasileiro, disponível em: <https://escritosavulsos.com/textos/decada/dec1930/>.

outras” (Bacaro, 2013, p. 13).

Outrossim, a Psicanálise é apontada como uma das influências para a autenticidade da linguagem artística surrealista desde o *Manifeste de Surréalisme* de Breton, de 1924. Segundo Risolet Hellmann (2012, p. 20):

Na sua primeira fase, fortemente influenciado pela psicanálise freudiana, [o Surrealismo] oferece a utopia do sonho e propõe a restauração dos sentimentos humanos e do instinto como ponto de partida para uma nova linguagem artística. A livre associação, a análise dos sonhos e a escrita automática tornam-se procedimentos básicos dos surrealistas.

A partir dessas convergências, buscaremos, neste artigo, conhecer características das aproximações entre Psicanálise e Surrealismo, a partir da interpretação surrealista da descoberta freudiana - expressão espontânea do pensamento, de impulsos, do inconsciente, prevalecendo o sonho, o instinto, o desejo (Ribeiro, s/d) até sua tomada por Jacques Lacan no contexto da intelectualidade francesa da metade do século XIX. Para tanto,

percorreremos um caminho que terá início com uma abordagem do Surrealismo, sua constituição e expressão na Europa das primeiras décadas do século XX. Buscaremos também conhecer como este movimento interpretou a descoberta freudiana do inconsciente e, por fim, abordaremos como o Surrealismo foi fundamental para a transição de Jacques Lacan da Psiquiatria para a Psicanálise.

Origens e desenvolvimento do Surrealismo

Para compreensão da criação e desenvolvimento do Surrealismo buscaremos inicialmente localizá-lo em um contexto mais amplo ocorrido na Europa nas duas primeiras décadas do século XX em que vários movimentos artísticos se destacaram pela ruptura com os padrões artísticos desenvolvidos até então. Esses novos movimentos são denominados Vanguardas Artísticas. Segundo Simone Goldenberg (2017, p.3):

Todos pautavam-se no mesmo objetivo, que era o questionamento, a quebra dos padrões, o protesto contra a arte conservadora, a criação de novos padrões estéticos, que fossem mais coerentes com a realidade histórica e

social do século que surgia. Essas manifestações se destacaram por sua radicalidade que acabaram proporcionando uma influência dessa nova forma de arte em todo o mundo.

Vários movimentos artísticos podem ser incluídos no âmbito da Vanguarda Artística Europeia, dentre eles o Cubismo, o Dadaísmo, o Expressionismo, o Surrealismo, o Construtivismo e o Não-objetivismo, esses dois últimos também denominados Vanguardas Russas (Goldenberg, 2017).

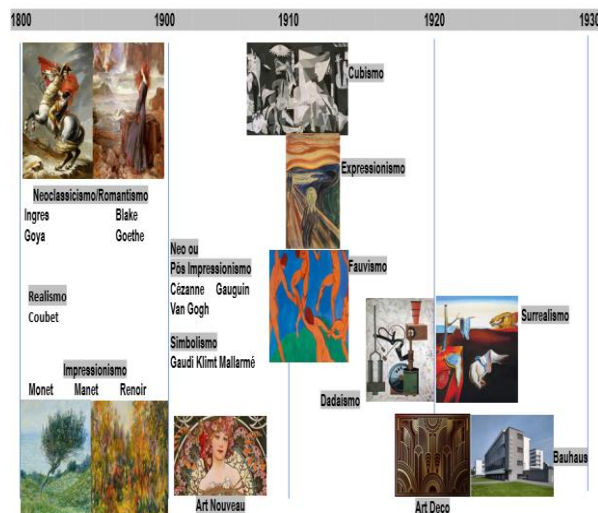


Figura 1: Linha do tempo dos movimentos artísticos europeus no início do século XX.
Fonte: Adaptado de Goldenberg (2017)

Em 1924, André Breton escreveu o manifesto que marcou historicamente o lançamento do Surrealismo. Breton argumenta que a modernidade provocou a limitação da imaginação em função de aspectos práticos que

guiavam as produções culturais no início do século, sustentadas pelo utilitarismo e à lógica formal.

Para Hellmann (2012), as transformações do início do século XX – científicas, sociais, políticas, etc. – criaram necessidade de abordar o homem em outros parâmetros. O período entre as duas guerras mundiais exacerbou a angústia e fomentou reações contra tradições. Novos países são delimitados na Europa, reconfigurada após a derrota do Império Austro-Húngaro na 1ª Grande Guerra. O grande número de mortes neste evento causou devastação em diversos níveis da sociedade europeia e a necessidade de questionamento e reconstrução de ideais. Nesse contexto, segundo Marta Dantas (2011), o surrealismo expressava a revolta política, sem se submeter a nenhum movimento, partido ou a qualquer doutrina política (o que lhe rendeu críticas de vários movimentos revolucionários).

O manifesto lança alternativas a esse estado de coisas, como aponta Francisco Machado (2020, p. 40-41): “a revalorização da imaginação ou da fantasia, não só a poética, mas também a que opera no delírio, no sonho, na

embriaguez, no jogo infantil, na paixão amorosa, no maravilhamento.” Tal e qual uma alvorada, Breton (1924, p. 1) anuncia no início do Manifesto que para os surrealistas interessavam os efeitos destas transformações sobre o homem de sua época:

O homem, esse sonhador definitivo, cada dia mais desgostoso com seu destino, a custo repara nos objetos de seu uso habitual, e que lhe vieram por sua displicência, ou quase sempre por seu esforço, pois ele aceitou trabalhar, (...). Bem modesto é agora o seu quinhão: sabe as mulheres que possuiu, as ridículas aventuras em que se meteu; sua riqueza ou sua pobreza para ele não valem nada, quanto a isso, continua recém-nascido, e quanto à aprovação de sua consciência moral, admito que lhe era indiferente.

Mas de que forma a Psicanálise contribuiu para essa empreitada? Para compreender esse ponto vamos expor alguns conceitos da teoria psicanalítica que, neste momento, são incorporados pelo Surrealismo. Para o interesse desse trabalho, delimitamos as noções freudianas de inconsciente e associação livre.

A interpretação da Psicanálise pelo Surrealismo

Ao considerar que há uma relação entre Psicanálise e Surrealismo, ponderemos inicialmente que esta relação pode ser analisada não somente em sua proximidade – o que pretendemos fazer ao longo desse artigo – mas também em seus distanciamentos, como propõe Fernanda Coutinho Machado (2002, p. 41). Segundo a autora, “o Surrealismo procurou nas obras de Freud os fundamentos para sua utopia. A apropriação dos conceitos psicanalíticos, no entanto, deu-se de maneira distorcida”. Além disso, consideramos a conhecida carta de Freud a Breton, datada de 1932, em que o pai da Psicanálise aponta seu distanciamento em relação ao surrealismo:

Agora uma confissão, que você deve acolher com tolerância! Embora receba tantos testemunhos de interesse que você e seus amigos têm pelas minhas pesquisas, eu mesmo não sou capaz de entender claramente o que é e o que quer o surrealismo. Talvez eu não seja de todo feito para compreendê-lo, eu que estou tão distante da arte. Seu cordialmente dedicado, Freud.” (Freud, 1932, citado por Viralobos, 2024, p. 2)

Contudo, optamos por apontar neste trabalho a *aproximação* entre Surrealismo e Psicanálise considerando, como dissemos anteriormente, *a interpretação que os surrealistas fizeram dos conceitos freudianos*, a fim de realçar o atravessamento que a Psicanálise provocou na cultura a ponto de ser utilizada como referência por artistas que fundaram uma nova perspectiva estética que influencia a cultura nos últimos 100 anos. Por fim, consideramos o que nos aponta Elizabeth Roudinesco (2003, p. 25), sobre a importância do “paganismo” da psicanálise interpretada pelos surrealistas para a continuidade do discurso psicanalítico após Freud: “Sem o escândalo surrealista, a segunda geração psicanalítica teria perdido sua energia antes de ouvir o eco da nova batalha.”

Criada pelo médico austríaco Sigmund Freud, a Psicanálise inaugura uma forma de clínica e pesquisa aplicadas inicialmente no tratamento da histeria, condição clínica paradigmática na época que interrogava os campos da psiquiatria e da neurologia.⁴⁶ As

abordagens da época variavam do tratamento moral ao niilismo do isolamento em asilos, locais em que o caráter cênico dessa condição gerava impacto:

Nessa época, as mulheres com histeria viviam nos mesmos asilos que os epiléticos e os doentes mentais. Tanto nos asilos quanto em público, diante de uma plateia de médicos que se encantavam com o espetáculo, mulheres geralmente jovens e bonitas jogavam-se ao chão, se retorciam e rasgavam as roupas até exaustas, perderem os sentidos. (Fioravanti, 2005, p.44)

A hipótese freudiana foi de que a causa da histeria seria psíquica e não orgânica. Juntamente com outro médico, Joseph Breuer, Freud elabora que o sintoma histérico seria efeito de um trauma psíquico inicialmente inacessível à consciência, mas que causava impacto emocional intenso, além de sintomas no corpo. Freud elabora essa ideia a partir de estudos junto ao médico francês Jean-Martin Charcot, que abordava a histeria através da hipnose. Freud observava

⁴⁶ Na época de Freud os sintomas histéricos se manifestavam sobretudo no corpo, como as cegueiras e paralisias, cujas causas não podiam ser

encontradas no organismo. Em nossos dias, a histeria pode se traduzir através de depressão, fobias, anorexia, dentre outros quadros. (Maurano, 2010)

que Charcot eliminava os sintomas apresentados por pacientes ao acessar, sob o transe hipnótico e a sugestão, uma dimensão psíquica não acessada quando estes estavam em estado de vigília. Estamos aqui diante da emergência do ponto central da teoria psicanalítica, o conceito de *inconsciente*.

A premissa fundamental do conceito de inconsciente freudiano é a de que o psiquismo não se reduz ao consciente e certos conteúdos só são acessados após certas resistências serem superadas. Freud localiza o inconsciente não como um lugar anatômico⁴⁷, mas um lugar psíquico com conteúdo, mecanismos e uma energia específica. Freud (1916-1917, p. 22-23) apresenta esse conceito em vários momentos de sua obra. Segue um deles:

A consciência é tida por nós como nada menos que o caráter definidor do psíquico, e a psicologia, como a doutrina dos conteúdos da consciência. De fato, essa equiparação nos parece tão óbvia que cremos perceber

qualquer contradição a ela como um verdadeiro contrassenso; ainda assim, a psicanálise não tem como não a contradizer, porque não pode aceitar a identificação do consciente com o psíquico. A definição do psíquico, para a psicanálise, é de que ele se compõe de processos tais como sentir, pensar e querer, e ela tem de postular a existência de um pensar inconsciente e de um desejar não apreendido.

O inconsciente freudiano seria uma composição de fragmentos de antigas percepções dos sentidos, dispostas como uma sucessão de inscrições, um arquivo sensorial, ou um conjunto de elementos despidos de palavras, produtos de uma época em que não o ser humano não dispunha de palavras (na primeira infância). Além da hipnose, Freud utilizou a interpretação dos sonhos como ferramenta para acessar tais conteúdos, de forma que ele mesmo apontava que o sonho seria a via régia para conhecer o funcionamento inconsciente (Freud, 1900).

⁴⁷ A ideia de tópica indica um modelo de lugares psíquicos que Freud atribuiu ao aparelho psíquico. Na primeira tópica, elaborada sobretudo na primeira década do século XX, Freud apresenta topologicamente os sistemas pré-consciente,

consciente e inconsciente e, a partir de elaborações da década seguinte, desenvolveu a 2ª tópica baseada com uma configuração dinâmica, em que o aparelho psíquico consiste na interação entre Isso, Eu e Supereu.

Esse acesso foi captado por Breton no Manifesto (1924, p. 4), onde o escritor realça o banimento da imaginação do *zeitgeist* do início do século XX. Tal banimento seria de responsabilidade do processo civilizatório e sua recuperação teria sido feita por Freud:

A pretexto de civilização e de progresso conseguiu-se banir do espírito tudo que se pode tachar, com ou sem razão, de superstição, quimera; a proscrever todo modo de busca da verdade, não conforme ao uso comum. Ao que parece, foi um puro acaso que recentemente trouxe à luz uma parte do mundo intelectual, a meu ver, a mais importante, e da qual se afetava não querer saber. Agradeça-se a isso as descobertas de Freud.

Referenciando a Psicanálise, o surrealismo enfatiza o papel do inconsciente na atividade criativa. O movimento surrealista fez a apologia da arte como mecanismo de projeção do inconsciente, recorrendo aos mais diversos meios para expressar a criatividade do artista. O surrealismo foi, por excelência, a corrente artística moderna da representação do irracional e do inconsciente promovendo na arte uma aproximação com o fantástico, no ponto em que a

razão humana sai do controle. Um de seus representantes mais expressivos foi o pintor catalão Salvador Dali, cujo trabalho chama a atenção pela incrível combinação de imagens bizarras e de referências oníricas.



Figura 2: O enigma do desejo, Salvador Dali (1929)

Outro objeto de interpretação pelo Surrealismo é a noção de automatismo, inspirada no funcionamento psíquico do inconsciente como foi proposto por Freud (Santos, 2002). O automatismo foi localizado na escrita automática realizada por Breton e Phillippe Soupault em seus textos publicados na revista *Littérature*, em 1919, e depois no livro *Os Campos Magnéticos* de 1920. Breton (1924, p. 11) apresenta o valor dessa noção no Manifesto, estabelecendo-a no rol de definições do Surrealismo:

SURREALISMO, s.m.
Automatismo psíquico

puro pelo qual se propõe exprimir, seja verbalmente, seja por escrito, seja de qualquer outra maneira, o funcionamento real do pensamento. Ditado do pensamento, na ausência de todo controle exercido pela razão, fora de toda preocupação estética ou moral.

A peculiaridade da escrita automática reside no fato de que ela demanda uma abstração da realidade e de si mesma, acreditando que, a partir disso, seria possível escrever o que o inconsciente traria, livrando-se da censura consciente. (Coutinho Machado, 2019). Isso se encontra na base da técnica freudiana de associação livre, regra fundamental da psicanálise, apresentada por Freud de forma bem didática em seus Artigos sobre Técnica (1913/2006, p.149-150), em um trecho dirigido a um paciente hipotético:

Uma coisa a mais, antes que você comece. O que vai me dizer deve diferir, sob determinado aspecto, de uma conversa comum. Em geral, você procura, corretamente, manter um fio de ligação ao longo de suas observações e exclui quaisquer ideias intrusivas que lhe possam ocorrer, bem como quaisquer temas laterais, de maneira a não divagar longe demais do assunto.

Neste caso, porém, deve proceder de modo diferente. Observará que, à medida que conta coisas, irão lhe ocorrer diversos pensamentos que gostaria de pôr de lado, por causa de certas críticas ou objeções. Ficarão tentado a dizer a si mesmo que isto ou aquilo é irrelevante aqui, ou inteiramente sem importância, ou absurdo, de maneira que não há necessidades de dizê-lo. Você nunca deve ceder a estas críticas, mas dizê-lo apesar delas [...]. Assim diga tudo o que lhe passa pela mente.

O conceito de inconsciente e a noção de automatismo exemplificam o atravessamento que a Psicanálise provocou na cultura, em um momento crucial das teorizações freudianas, a saber, a passagem da 1ª para a 2ª tópica. E se, como dissemos, o surrealismo parecia pouco compreensível para Freud, já para Jacques Lacan, um dos principais expoentes da psicanálise pós-freudiana, o Surrealismo representou uma oportunidade para desenvolver seu ensino na Psicanálise, como veremos a seguir.

A abertura surrealista para Jacques Lacan

O médico Jacques Lacan concluiu seu doutorado em Psiquiatria em 1932, período no qual já se interessava pelas elaborações freudianas. Juntamente com seu mestre Gaëtan de Clérambault⁴⁸, atuou na enfermaria especial da Polícia de Paris, atuação que, segundo Cecília Nascimento e Ângela Vorcaro (2020, p. 12), “não tinha qualquer preocupação terapêutica (...) consistia apenas em decidir, a partir de uma avaliação psicopatológica, se um paciente seria encaminhado à cadeia ou ao hospital”. Essa enfermaria, inclusive, era um espaço constantemente questionado por surrealistas, que o consideravam um aparelho opressor e de controle social.

Lacan foi o grande responsável pela incorporação sistematizada das psicoses⁴⁹ no campo psicanalítico deslocando essa condição, através do seu ensino, da negatividade atrelada ao seu entendimento como demência pelo discurso psiquiátrico tradicional. Lacan considera características dos

paranoicos presentes no cotidiano dos ditos “normais”, situando-as âmbito de “um modo reacional da personalidade” (Lacan, 1932, p. 394). A personalidade, para Lacan, possui uma característica reacional às contingências, para além do paradigma organicista da medicina de sua época.

O interesse de Lacan pela psicanálise se deu por causa dos limites que ele encontrou no campo psiquiátrico na abordagem da paranoia, tema de sua tese. Atribui a conflitos ligados a “relações parentais ou fraternas do sujeito” (Lacan, 1932, p. 273) as origens de um trauma afetivo inconsciente que implicaria na etiologia da psicose. Para investigar tais conflitos, Lacan retoma o método psicanalítico no que este propõe uma investigação do sujeito em sua historicidade.

Segundo Juliana Portilho (2019), a tese de Lacan não obteve grande reconhecimento por parte dos meios acadêmico e psiquiátrico. No entanto, a

⁴⁸ O psiquiatra francês Gaëtan Gatian de Clérambault (1872-1934) se dedicou à prática médico-legal na Enfermaria Especial da Prefeitura de Polícia de Paris por quase trinta anos. Possuía orientação organicista e mecanicista. O interesse pela sua produção foi resgatado após sua morte através das reverências de seu ex-aluno Jacques Lacan. Assim, alcançou prestígio no meio psicanalítico

lacaniano sobretudo com seus trabalhos sobre o Automatismo Mental e a Erotomania. (Gasparetto, 2019)

⁴⁹ Lacan estabelece a estruturação psíquica considerando três estruturas – neurose, psicose, perversão - definidas a partir da posição que cada sujeito assume a partir do Complexo de Édipo. A paranoia pertence às psicoses (QUINET, 1990).

abordagem do caso clínico que seria posteriormente conhecido como *Caso Aimée*⁵⁰ em sua tese apresenta seu olhar ampliado sobre a psicose - reconstituição da história de vida de Aimée antes e depois das internações, análise de seus escritos como agente organizador de sua condição psicótica - evidenciando a proximidade compartilhada entre Lacan e os surrealistas com os campos da antropologia, etnografia, poesia. Esse compartilhamento será evidenciado na *Revue Minotaure* que, segundo Portilho (2019, p. 117), “é anunciada como uma revista de artes plásticas, poesias, música, arquitetura, espetáculos, etnografia, mitologia, estudos e observações psicanalíticas.”



⁵⁰ Lacan nomeia como Aimée a paciente que acompanhou durante seu estágio no Hospital Saint-Anne, utilizando seu caso clínico em sua tese. Aimée

Figura 3 – Capa da Revista Minotaure de 1933 elaborada por Pablo Picasso (1881-1973)

Lacan publicou vários artigos na *Minotaure*, em intensa aproximação, principalmente, com as elaborações de Dalí, que já utilizava as referências psicanalíticas desde a criação de seu método denominado paranoia-crítica em 1929 (podemos aqui inferir que o método de Dalí possa ter sido uma das influências de Lacan em sua tese). Com seu método, Dalí propõe “utilizar a realidade do mundo exterior como ilustração e prova a serviço da realidade do espírito, uma forma de explorar o inconsciente” (Portilho, 2019, p. 85). A loucura seria um exemplo para lidar com a realidade e explorar o que a ultrapassa.

Posteriormente, em “Interpretação paranoico-crítica da imagem obsessiva de L’Ângelus de Millet”⁵¹ (1933), Dalí menciona a tese de Lacan e essa contribuição recíproca será profícua durante o percurso teórico-artístico posterior deles (Portilho, 2019). Sobre isso, Márcio Mariguella (2022, p.1) aporta a declaração de Dalí sobre a importância da tese de Lacan, que

contou suas histórias nas entrevistas confiando a Lacan sua história, suas cartas e escritos.

⁵¹ Interpretação de Dalí sobre o quadro L’Ângelus de Jean-François Millet.

“serviu como ponto de sustentação das posições assumidas por Dalí: a defesa da irracionalidade concreta que emerge da atividade imaginativa, característica fundante do fenômeno paranoico”. Reverências semelhantes encontramos ao longo de vários momentos do ensino de Lacan, como em 1966 na ocasião da publicação de “Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*⁵²”. “Que bela carreira de ensaísta poderíamos ter feito com esse tema favorável a todas as modulações da estética! Recordemos apenas o que dele soube desenrolar nosso amigo Dali.” (Lacan, 1966/2003, p.221)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Paulina Cymrot (2017) aborda o processo criativo sob a ótica da psicanálise. A autora explora diversas facetas desse fenômeno, destacando pontos cruciais que permeiam o processo criativo. Sobre as origens psicológicas da criatividade, ressalta a relação entre o inconsciente e a capacidade criativa e discute como experiências passadas, desejos

reprimidos e conflitos internos, os quais influenciam o surgimento de ideias inovadoras.

Vimos que, através da interpretação surrealista da perspectiva psicanalítica, a arte pode ser vista como forma de expressão dos desejos inconscientes. A pintura, a escultura, a música e a literatura, por exemplo, podem servir como meios de dar forma aos conflitos internos, às angústias e às experiências traumáticas de um sujeito. A Psicanálise oferece uma lente interessante para os surrealistas expressarem a natureza da criatividade, arte e escrita, destacando a influência dos processos psicológicos inconscientes na produção e apreciação das obras criativas.

Esperamos ter demonstrado neste artigo como a interseção entre psicanálise e arte - campo fascinante de estudo e pesquisa que permite explorar as complexas interações entre processos psicológicos e criatividade - foi profundamente influenciada pela criação do movimento surrealista nas duas primeiras décadas do século XX. Se Sigmund Freud criou os conceitos psicanalíticos fundamentais para que o

⁵² Neste texto Lacan faz a apresentação da primeira tradução francesa do livro do presidente Daniel Paul Schreber (1842-1911), obra analisada por Freud que,

a partir desta análise, fundou sua teoria sobre as psicoses. Na França as *Memórias* foram publicadas em *Cahiers pour L'Analyse*, nº 5, 1966, p. 69-72.

movimento Surrealista interpretasse e expressasse as angústias do homem europeu do período entre guerras, Jacques Lacan foi o interlocutor que o movimento acolheu e nunca renunciou das contribuições que daí extraiu.

Notas:

- I. Demais acadêmicas do Curso de Psicologia das Faculdades de Nova Serrana (FANS) que participam deste trabalho na condição de coautoras: Fernanda da Silva Sousa, Júlia Aparecida Rodrigues Mesquita, Shirley de Souza Oliveira.

REFERÊNCIAS

BACARO, A. Performance como experiência de linguagens artísticas no ambiente escolar. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor. Cadernos PDE. Versão On-line, Vol. 1. Londrina, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_arte_pdp_arnaldo_bacaro.pdf Acessado em: 10/08/2024.

BONAMINI, C. A linguagem artística como base educacional. In: Revista Educação Continuada (Eletrônica), São Paulo - SP, Vol.4, nº 6, p. 32-39, jun. 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/nPMZS>. Acesso em: 01/10/2024.

BRETON, A. (1924) Manifesto Surrealista. Transcrição de Alexandre Linares. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/breton/1924/mes/surrealista.htm#topp>. Acessado em: 28/07/2024.

COUTINHO MACHADO, F. A Utopia dos Sonhos- Considerações sobre a Ética da Psicanálise e o Surrealismo. In: Psicanálise & Barroco em Revista, v. 1, n. 2, p. 106–149, 2019. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8923>. Acesso em: 13/10/2024.

CYMROT, P. O processo criativo: transformações e ruptura. In: Revista Brasileira de Psicanálise, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 224-226, jun. 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000200018. Acesso em: 30/04/2024.

DANTAS, M. Surrealismo e Revolução. Universidade Estadual de Londrina, 2011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/eSszs>. Acesso em: 08/10/2024.

FREUD, S. Obras completas, volume 2: Estudos sobre a histeria (em coautoria com Josef Breuer); trad. Laura Barreto; 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Publicado originalmente em 1893-1895)

FREUD, S. Conferências Introdutórias à Psicanálise. In: Sigmund Freud - Obras completas, volume 13; tradução Sergio Tellaroli; 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Publicado originalmente em 1916-1917).

FREUD, S. Sobre o início do tratamento. In J. Strachey (ed.), Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 20, pp. 137-158). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Publicado originalmente em 1913)

GASPARETO, M.A. O pensamento psiquiátrico de G.G. de Clérambault: das psicoses tóxicas ao automatismo mental. 2019.179 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Ciências Humanas.

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2019

GOLDENBERG, S. Análise de obras de Arte Visual no ensino de História: Vanguardas Artísticas Históricas - Dadaísmo, Construtivismo e Bauhaus. Sequência Didática I. São Paulo, USP, 2017. Disponível em: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5435>. Acesso em: 02/10/2024.

HELLMANN, R. M. A trajetória da arte surrealista. Revista NUPEM, Campo Mourão – PR, vol. 4, nº 6, p. 119-131, jan-jun. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5892/589277816009.pdf>. Acesso em: 01/10/2024.

LACAN, J. Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade. Trad. Marco Antônio Coutinho Jorge, Aluísio Menezes, Potiguara Mendes da Silveira Jr. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987. (Publicado originalmente em 1932).

LACAN, J. Apresentação das *Memórias de um doente dos nervos*. In: Outros Escritos. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Publicado originalmente em 1966)

MACHADO, F. Imagens disruptivas: elementos surrealistas na concepção de história de Walter Benjamin. In: Revista Trans/Form/Ação [online]. 2020, v. 43, n. 2, pp. 39-70. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2020.v43n2.03.p39>. Acesso em 10/10/2024.

MARIGUELA, M. Os amigos: Dali e Lacan. Jornal Cidade, Rio Claro - SP, 27/05/2022. Projeto Conhecimento para Todos, s/p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9ELfH>. Acesso em: 16/10/2024.

MAURANO, D. Histeria: o princípio de tudo. 5ª edição. São Paulo, Civilização Brasileira: 2010.

NASCIMENTO, C. L.; VORCARO, A. Desmontagem do diagnóstico e orientação para o singular: apresentações de pacientes de Jacques Lacan. In: Psicologia USP, v. 31, p. 1-11, 2020.

QUINET, A. Clínica da Psicose. 2. ed. Salvador: Fator, 1990.

RIBEIRO, D. Surrealismo. In: DICIO-Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, s/d. Disponível em: <https://encurtador.com.br/LcQxy>. Acesso em: 27/07/2024.

ROUDINESCO, E. História da psicanálise na França - A batalha dos cem anos. Vol. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SANTOS, L. G. dos. A experiência surrealista da linguagem: Breton e a psicanálise. In: Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica [online]. 2002, v. 5, n. 2, pp. 229-247. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000200003>. Acesso em 13/10/2004.

VIRALOBOS, S. Surrealismo. Hoje PR, Curitiba, s/ano, 22/08/2024. Coluna Frente Fria, pp. 1-7. Disponível em: <https://encurtador.com.br/oRLwD>. Acesso em: 13/10/2024.

**ENTRE O CURRÍCULO E A PRÁTICA:
RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INICIAL DE ESTÁGIO DO CURSO DE PSICOLOGIA EM UM GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS**

O artigo consiste na construção coletiva de discentes do Curso de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana (FANS) sobre a realização do Estágio Supervisionado em Psicologia em um grupo de convivência de idosos. O objetivo inicial do estágio consistia em buscar conhecimento de instituições e demandas das organizações do Terceiro Setor, a fim de construir um projeto de intervenção a ser realizado no estágio seguinte (FANS, 2022). Entretanto, durante as primeiras participações no grupo, os estagiários se depararam com uma demanda de intervenção imediata direcionada pela psicóloga responsável pelo grupo, supervisora do campo de estágio. O acolhimento e manejo dessa demanda resultou no encontro das acadêmicas com situações concretas e desafiadoras da prática profissional no 3º setor, o que favoreceu seu enriquecimento pessoal e profissional, o laço com profissionais e usuários do grupo de convivência e contribuiu para realização da disciplina e construção do seu futuro profissional.

Abstract

The article consists of the collective construction of academics from the Psychology Course at the Faculdade de Nova Serrana (FANS) on carrying out the Supervised Internship in Psychology in a community group for the elderly. The initial objective of the internship was to seek knowledge of institutions and demands of organizations in the 3rd sector, in order to build an intervention project to be carried out in the next internship (FANS, 2022). However, during their first participation in

the group, the interns were faced with a demand for immediate intervention directed by the psychologist responsible for the group. The acceptance and management of this demand resulted in the academics encountering concrete and challenging situations of professional practice in the 3rd sector and favored their personal and professional enrichment, the bond with professionals and users of the coexistence group and contributed to the achievement of discipline and building your professional future.

Palavras-chave: Grupos de Convivência; Idosos; Psicologia; Estágio Supervisionado.

Keywords: Coexistence Groups; Elderly; Psychology; Supervised Internship.

Introdução

Segundo dados atuais da Organização das Nações Unidas (ONU, 2024), a quantidade de pessoas idosas tem se expandido significativamente ao redor do mundo. O número de pessoas com 65 anos ou mais ultrapassará o número de crianças com menos de 18 anos no final da década de 2070 e prevê-se que a população mundial com 65 anos ou mais atinja mais de 2 bilhões. Ainda de acordo com a ONU, o número de

⁵³ Psicóloga, psicanalista, professora do Curso de Psicologia da FANS – Faculdade de Nova Serrana.

⁵⁴ Acadêmica do 4º período de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana (FANS).

⁵⁵ Acadêmica do 4º período de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana (FANS).

peessoas com mais de 65 anos deve dobrar até 2050, atingindo 1,6 bilhão de pessoas (*idem*, 2023).

O envelhecimento está se consolidando como uma propensão global que marca o tempo atual. Conforme a Lei 14.423/2022, que dispõe as novas alterações do Estatuto da Pessoa Idosa, a pessoa é considerada idosa no Brasil a partir dos 60 anos (SILVA, 2024). Às pessoas idosas que não possuam meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal⁵⁶ de 1 (um) salário mínimo nos termos da Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993). Em entrevista ao Jornal da USP (2023, p. 3), a gerontóloga Rosa Chubaci comenta que:

Entre os motivos para o envelhecimento da população brasileira, é possível destacar o avanço da medicina, já que as pessoas podem realizar a prevenção médica com maior cuidado. Além disso, a redução da taxa de fecundidade colaborou

para esse cenário, ou seja, os indivíduos não possuem tantos filhos como antigamente e, por isso, houve uma redução do número de jovens no País.

Apesar de promissor, o fenômeno do envelhecimento populacional implica desafios para sociedade, ao se defrontar com a necessidade de formulação de estratégias voltadas a esta população. Ainda segundo Chubaci, os centros de convivência para idosos são dispositivos interessantes para adicionar qualidade de vida aos anos que as pessoas estão vivendo: “O Brasil está no caminho certo, porém nós precisamos de um maior número de serviços para idosos” (*idem*).

O espaço, onde foram realizadas as atividades de estágio tratadas neste artigo, foi criado para atender a essa necessidade. O grupo de convivência de idosos Raio de Luz faz parte do Projeto AMAR - Amigos Associados do Renascer - associação do Terceiro Setor⁵⁷ fundada em 2010 na cidade de

⁵⁶ O benefício à pessoa idosa consiste em um Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante o pagamento de um salário mínimo por mês à pessoa idosa (65 anos ou mais) que comprove ter baixa renda (renda familiar de até ¼ do salário mínimo por pessoa, comprovado no Cadastro Único). Para ter direito, não é necessário ter

contribuído para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social (BRASIL, 2024)

⁵⁷ Por definição, o terceiro setor inclui diversos tipos de organizações sem fins lucrativos que prestam serviços de interesse público e desenvolvimento social. Diferencia-se do primeiro, que representa o Poder Público em todas as suas esferas (federal,

Nova Serrana - Minas Gerais. De acordo com seu fundador, Reginaldo Silva⁵⁸, a associação tinha o propósito de trabalhar ações com a juventude, grupos de jovens, projetos sociais para a juventude, formação de lideranças, projetos culturais e de saúde (SILVA, 2017, p. 2). As atividades foram se diversificando ao longo dos anos: grupo de teatro, banda marcial, oferta de cursos profissionalizantes, grupo de escoteiros, contando para isso com convênios com empresas privadas e captação de recursos junto ao governo estadual. Nessa diversificação criou-se o grupo Raio de Luz.

Encontraram-se divergências quanto ao início das atividades do grupo de convivência Raio de Luz, o que motivou as acadêmicas a investigar mais profundamente sua trajetória. Inicialmente, a psicóloga-supervisora⁵⁹ mencionou que o grupo estaria completando cinco anos, outrossim criado em 2019. Contudo, no decorrer dos encontros, surgiram relatos que

apontaram diferentes versões. Alguns participantes afirmaram que participam do grupo há mais de oito anos, sugerindo que ele teria sido fundado em meados de 2014 ou 2015. Além disso, um dos fundadores da instituição relatou que o grupo foi oficialmente formado em 2017.

Durante uma pesquisa documental, foram encontrados registros que ampliam significativamente essa linha do tempo. Foram localizados documentos datados de 2010 que já faziam referência ao grupo Raio de Luz, incluindo lista de presença que confirmam a realização de atividades regulares desde então. Também localizamos registros contínuos entre os anos de 2016 até 2019 e de 2022 a 2024. Contudo, constatamos a ausência de documentos referentes aos períodos entre 2011 e 2015 e entre 2020 e 2021, o que gera lacunas importantes na reconstrução da história do grupo.

estadual e municipal), e do segundo setor, as empresas privadas que têm como objetivo a lucratividade. Apesar de não ser vinculado aos outros setores, o terceiro setor atua junto a eles de acordo com as demandas sociais. (Observatório do Terceiro Setor, 2021)

⁵⁸ A história do Grupo Raio de Luz e do Projeto AMAR foi iniciada e continuada principalmente em

função do trabalho do professor Reginaldo Silva (in memoriam), a quem dedicamos este artigo.

⁵⁹ De acordo com a Lei nº 11.788/2008 (Cap. III, arti. 9º), conhecida como Lei do Estágio, está entre as obrigações da parte concedente do estágio indicar funcionário do quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até dez estagiários simultaneamente.

Essas evidências sugerem que o grupo Raio de Luz tem uma trajetória mais longa e consolidada do que inicialmente se acreditava. Embora sua estrutura e atividades possam ter passado por adaptações ao longo do tempo, é evidente que sua existência remonta a pelo menos 2010, reforçando sua relevância como espaço de convivência e apoio comunitário ao longo dos anos.

Composto majoritariamente por participantes acima de 65 anos, o Grupo Raio de Luz conta com encontros semanais para promover atividades de socialização e estimulação cognitiva, com o intuito de proporcionar um ambiente acolhedor e enriquecedor para os participantes. Conforme apontam Vinícius Almeida e Lucimary Serapião (2021, p. 1), “o convívio social é fundamental para a qualidade de vida dos idosos, pois promove interação, apoio emocional e desenvolvimento de habilidades que contribuem para o bem-estar psicológico e físico”.

As atividades previstas para as discentes do 4º período, a partir de experiências de turmas anteriores e a proposta tradicional do estágio, previam participação em oficinas de arteterapia, jogos lúdicos, rodas de conversa psicoeducativas e momentos de socialização com lanche e sorteios, atividades realizadas sob supervisão de uma psicóloga que realiza suas atividades na instituição de forma voluntária. Esta se mostrou muito interessada e disponível ao contato com as discentes, do início ao fim do estágio, mostrando-se inclusive aberta às propostas de atividades levadas por elas e facilitando o acesso à estrutura da organização para realização das atividades e a documentos para elaboração de relatórios e diários de campo⁶⁰. A partir desta participação na dinâmica do grupo, o estágio objetivaria o conhecimento acerca das instituições e demandas das organizações do Terceiro Setor, a fim de construir um projeto de intervenção e acompanhamento a ser realizado no estágio seguinte (FANS, 2022). Entretanto, durante as primeiras

⁶⁰ A utilização de diários de campo compreende a descrição dos procedimentos do estudo, do desenvolvimento das atividades realizadas e também de possíveis alterações realizadas ao longo do percurso da pesquisa, além de servir como uma narrativa textual das impressões do(a)

pesquisador(a). No diário se trazem para o debate os conhecimentos e saberes dos(as) pesquisadores(as), propostas e ações, suas angústias, desejos, avanços e dificuldades. (Kroeffer, Gavillon e Ramm, 2020, p. 466)

participações no grupo, os estagiários se depararam com uma demanda de intervenção imediata direcionada pela psicóloga-supervisora que representou um desafio tendo em vista o ineditismo da experiência do estágio por parte das discentes e o contato incipiente, até aquele momento, com o campo de estágio.

Assim, buscar-se-á neste artigo apresentar os efeitos da prática deste estágio no grupo Raio de Luz, que resultou no encontro das discentes com situações concretas e desafiadoras da prática profissional no Terceiro Setor e favoreceu seu enriquecimento pessoal e profissional, o laço com profissionais e usuários do grupo de convivência e contribuiu para realização da disciplina e construção do seu futuro profissional. Tratar-se-á adiante do desenvolvimento e dos efeitos dessa prática.

A estrutura curricular do estágio e o campo de atuação

O curso de Psicologia da Faculdade de Nova Serrana busca responder às demandas de natureza econômica e social da sociedade neosserranense e

da região, buscando formar profissionais de psicologia para atuar principalmente nos contextos organizacionais e de desenvolvimento psicossocial (FANS, 2022). Parte dessa formação se dá através do Estágio Básico, que permite ao estudante ter o contato inicial com a prática profissional. A Lei nº 11.788/2008 conhecida como Lei do Estágio, o define como “o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante” (BRASIL, 2008, art. 1). Deve fazer parte do projeto pedagógico do curso e visar ao “aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.” (*idem*, § 2).

O estágio tratado neste artigo foi realizado de setembro a dezembro de 2024 no escopo da formação curricular das discentes do 4º período do mencionado curso. Esse tempo possibilitou o desenvolvimento do método de observação-participante⁶¹,

⁶¹ A observação-participante é uma observação contínua e detalhada das dinâmicas do grupo, uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve a

imersão ativa do pesquisador em um ambiente social específico, a fim de observar, interagir e participar das atividades e interações dos participantes. Esse

um método que permitiu a observação contínua e detalhada das dinâmicas do grupo e suas mudanças ao longo das semanas. As atividades realizadas incluíram arteterapia, jogos lúdicos, rodas de conversa psicoeducativas e momentos de socialização com lanche e sorteios.

A arteterapia, prática que usa a atividade artística como instrumento de intervenção profissional para a promoção da saúde e a qualidade de vida (Reis, 2014), é realizada no grupo através da pintura de mandalas e panos de prato e permite aos idosos expressar emoções e explorar a criatividade. Através da expressão artística, é possível manejar, de forma lúdica, afetos e sentimentos que possam ser difíceis de serem exteriorizados pelas pessoas idosas diretamente pela fala.

Os jogos lúdicos podem ser utilizados em vários contextos por serem recursos que podem promover a interação social e a estimulação da memória e da linguagem, ao mesmo tempo em que incentivam a participação ativa e a cooperação entre

os participantes. A partir de estudo sobre o papel das atividades lúdicas para os idosos, Elenice Foltran e Rita Oliveira (2020, p. 36) apontam que:

O lazer possibilita aos idosos uma vida mais saudável do ponto de vista físico, psicológico e social e existem várias formas de lazer (...) O brincar situa-se como uma possibilidade de ver e viver o envelhecimento de forma ativa, participativa e integrada ao meio social no qual o idoso está inserido.

Já no âmbito da psicoeducação, técnica muito utilizada por profissionais de Psicologia em abordagens dos grupos, Carina Lemes e Jorge Neto (2017, p. 20) indicam que ela pode ser usada em “diferentes locais e problemáticas, sendo seu uso de significativa importância, pois tem como objetivo realizar prevenção, promoção e educação em saúde”. Além dessas atividades, programadas previamente e propostas pela psicóloga-supervisora e/ou pelos (as) discentes, ocorria a confraternização com lanche e conversa.

método é amplamente utilizado em campos como antropologia, sociologia, psicologia e educação, e é especialmente útil para obter uma compreensão aprofundada da cultura, comportamento e dinâmica

social de grupos específicos. (Instituto Datanorte, 2024)

Demanda do grupo e intervenção realizada

A atuação no grupo previa inicialmente a observação-participante através das atividades descritas que poderiam possibilitar o encontro com possibilidades de intervenção que levariam à elaboração de um projeto de intervenção a ser realizado no semestre seguinte, no mesmo grupo. Essa proposta se ampara no modelo de pesquisa-intervenção, através do qual se colocam em análise os “efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas” (Rocha, 2003, p. 71).

Não obstante, do grupo surgiu uma demanda: a psicóloga-supervisora relata o sentimento de “sobrecarga”, pois sua permanência no grupo, que inicialmente seria de um ano, já se estendia por dois. A instituição havia perdido recentemente seu fundador e coordenador, o que causou atraso nos processos administrativos. A profissional abriu espaço para que os (as) estagiários (as) assumissem um papel de maior protagonismo no grupo,

desde propor e conduzir atividades quanto de traçar estratégias para despertar maior interesse dos idosos frequentes ao grupo e daqueles que não frequentavam mais.

Nas orientações de estágio que se sucederam os (as) estagiários (as) puderam discutir essa demanda com a orientadora. Apresentavam um misto de interesse - e receio - reforçado pelo fato de estarem vivenciando sua primeira experiência de estágio - demonstrando haverem estabelecido um vínculo com o grupo. A respeito do conceito de vínculo⁶² Maély Soares e Taís Cervi (2020, p. 1), apresentam que:

O vínculo acontece quando o grupo se torna significativo para os sujeitos e os sujeitos se tornam significativos uns aos outros, incluindo um objeto de investimento, iniciando assim o processo de sentido de linguagem e de aprendizagem.

Do grupo de estagiários (as) emerge a proposta de intervenção, através de um objeto de investimento - a realização de um bingo entre os idosos que frequentavam o grupo. Também foi

⁶² As autoras se baseiam nos estudos e práticas sobre e com grupos realizados pelo psiquiatra e psicanalista franco-suíço Enrique

Pichón-Rivière (1907-1977), para quem um grupo acontece a partir do vínculo, seja ele normal ou patológico (Soares e Cervi, 2020).

levantada a possibilidade de convidar outras pessoas, egressos do grupo e também outros que não o conheciam, promovendo assim a divulgação do grupo na comunidade. O próximo passo seria a apresentação da proposta ao grupo e à psicóloga-supervisora. Diante da recepção positiva por parte deles, a organização do bingo começou.

Enquanto o evento era preparado, outros encontros continuavam a ocorrer semanalmente, dentro da proposta do estágio. A organização do bingo envolveu a todos: os (as) estagiários (as) conseguiram parceiros para conseguir os brindes e o lanche do evento, os usuários do grupo convidaram outras pessoas para participar, a psicóloga-supervisora convidou os participantes egressos e disponibilizou a estrutura do espaço para organização. Semanas depois, o bingo foi realizado com sucesso. Compareceram três vezes mais participantes do que o número habitual de frequentadores e alguns retornaram nos encontros subsequentes. Após o evento, todos agradeceram, elogiando a iniciativa e manifestando o desejo de que aconteçam novas edições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Pichon-Rivière (2005), um grupo é construído como uma proposta de desenvolver a comunicação entre os integrantes, de tal forma que com isso todos possam compartilhar experiências, ideias, sentimentos, tarefas, podendo obter um objetivo comum. Este, no caso do grupo de estagiários e idosos, foi a realização do bingo, uma atividade inédita que demandaria novas habilidades e competências por parte de todos (as) os (as) envolvidos (as). Segundo relatos dos estagiários, os principais efeitos da intervenção realizada se relacionam à importância da utilização de ferramentas lúdicas em atividades com idosos e o compartilhamento de experiências de vida.

Elenise Foltran e Rita de Cássia Oliveira (2020) apontam que a relação entre o idoso e o lúdico se articulam às condições sócio-históricas que condicionam as existências em cada época. No atual processo de globalização da economia, intenso avanço tecnológico e de industrialização, o brinquedo, o jogo e quaisquer atividades lúdicas passam a ser vistos como objetos-mercadorias relegados ao universo infantil,

despertando precocemente na criança o desejo de ter e consumir. As brincadeiras conhecidas e praticadas por adultos e transmitidas entre gerações são substituídas por brinquedos eletrônicos, acompanhados da ausência do tempo e de condições financeiras para o brincar e o lazer. Disso advém que os idosos, em muitos casos, foram ignorados, e a cultura do brincar da sua infância, esquecida.

Sobre o compartilhamento de experiências, Ronald Santana (2021) apresenta uma pesquisa em que relatam intervenções psicossociais online com pessoas idosas no contexto da pandemia. O projeto teve o intuito de promover reflexão e acolhimento através de atividades realizadas via videochamadas em grupo. Os facilitadores tiveram a oportunidade de acessar as rotinas diárias e também ouvir as pessoas idosas compartilharem momentos de alegria e tristeza, bem como suas esperanças e ansiedades. Buscaram promover interação e a abordagem de temas emergentes no contexto da pandemia. Os demais participantes demonstravam empatia, muitas vezes se identificando com as histórias compartilhadas.

Atualmente, pós-pandemia, os grupos que ocorrem presencialmente permitem o compartilhar de experiências pela interação entre os pares, obtendo suporte emocional diante de seus impasses cotidianos. No caso de idosos, estes impasses muitas vezes se relacionam a sentimentos de solidão pela saída dos filhos de casa, pela perda de cônjuges e amigos, por dificuldades envolvidas à perda de funcionalidades físicas, situações muito comuns no relato dos idosos do grupo em questão.

Entendemos que a realização do Estágio no grupo Raio de Luz trouxe efeitos positivos para todos os envolvidos. No que se refere ao próprio grupo, as intervenções não se restringiram à participação dos estagiários nas oficinas, mas representou um impulso ao levantamento e valorização da história da permanência do próprio grupo. A falta de documentação completa, percebida durante a pesquisa documental, compromete uma reconstrução detalhada de sua história. Isto nos aponta para a importância de realizar novas pesquisas que tenham como instrumentos, por exemplo, entrevistas com participantes antigos e a busca por arquivos adicionais, para

preencher as lacunas existentes. Esse resgate histórico não apenas valoriza a memória do grupo, mas também fortalece sua identidade e destaca sua significativa contribuição social e comunitária.

Notas:

- I. Demais acadêmicos do 4º período de Psicologia das Faculdades de Nova Serrana (FANS) que também realizaram o Estágio Básico I que deu origem a este trabalho, do qual participam na condição de coautores: Alanda Diniz Aleixo, Daniela Iracema de Oliveira, Hillary Dandara Aparecida Rocha, João Pedro Silva Ramos, Laura Martins Ferreira de Melo, Lívia Maria Ferreira Martins, Samantha Alves Oliveira, Shirley de Souza Oliveira, Yasmin da Silva Santiago, Ana Clara Melo Dias, Beatriz Otília do Amaral, Jheniffer Gonçalves Martins Duarte, Sabrina Alves Viana.
- II. Agradecemos aos responsáveis pelo Projeto AMAR, especialmente a psicóloga e supervisora Leninha e a todos os seus participantes pela

receptividade durante a realização do estágio, bem como à coordenação e direção do Curso de Psicologia da FANS pelo apoio institucional que se fez necessário ao longo do percurso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Vinicius Ribeiro de; SERAPIÃO, Lucimary Bezerra F. A. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos nos grupos de convivência. *Revista Psico Atualidades*, Belém do São Francisco-PE, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2021. Disponível em: <https://periodicosfacesf.com.br/index.php/Psicoatualidades/article/view/256>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- BRASIL. Governo Federal. Solicitar Benefício Assistencial ao Idoso (BPC/LOAS). Brasília: Serviços e informações do Brasil, 15 out. 2024 (última atualização). Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-beneficio-assistencial-ao-idoso>. Acesso em: 19 out. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.741. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF, outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEI

[S/2003/L10.741.htm](#). Acesso em: 18 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.742. *Lei Orgânica de Assistência Social* (LOAS). Brasília: DF, dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 18 out. 2024.

CORCETE SOARES, Maély. CERVI, Taís. A essência do vínculo para o grupo operativo. *Salão do Conhecimento*, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/18040>.

Acesso em: 26 nov. 2024.

FACULDADES DE NOVA SERRANA. Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia. Nova Serrana, 2022.

FOLTRAN, Elenice. OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A presença do lúdico na vida do idoso. *Faculdade Sant'Ana em Revista*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. p. 30–52, 2020. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/1736>. Acesso em: 20 nov. 2024.

INSTITUTO DATANORTE. Métodos: Observação Participante. 2024. Disponível em: <https://www.institutodatanorte.com.br/metodos/observacao-participante/12>. Acesso em 26 nov. 2024.

JORNAL DA USP. Dados do IBGE revelam que o Brasil está envelhecendo. Publicado em 11 jul. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=658224>. Acesso em 19 out. 2024.

KROEF, Renata. GAVILLON, Póti; RAMM, Laís. Diário de Campo e a Relação do (a) Pesquisador (a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 464-480, ago. 2020. Disponível em

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005. Acesso em 26 nov. 2024.

LEMES, Carina B. NETO, Jorge O. Aplicações da psicoeducação no contexto da saúde. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 17-28, mar. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000100002&lng=pt&nrm=iso.

Acesso em 21 nov. 2024

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. Terceiro Setor: o que é e como atua na sociedade brasileira. 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/jF2eS>. Acesso em 26 nov. 2024.

ONU - Organização das Nações Unidas. ONU quer mais apoio para população em envelhecimento. *ONU News*. 12 jan. 2023.

Disponível em:
<https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807992>. Acesso em: 18 out. 2024.

PICHÓN-RIVIÉRE, E. O Processo Grupal. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REIS, Alice Casanova dos. Arteterapia: a arte como instrumento no trabalho do Psicólogo. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2014, v. 34, n. 1, pp. 142-157.

Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1414-98932014000100011>. Acesso 20 Nov 2024.

ROCHA, Marta.; AGUIAR, Kátia. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 23, n. 4, p. 64–73, dez. 2003.

Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/?lang=pt#>. Acesso em: 26 nov. 2024.

SANTOS DE SANTANA, R. *et al.* Intervenção Psicossocial online com idosos no contexto da pandemia da COVID-19: um relato de experiência. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 6, n. 16, p. 69–83, 2021. Disponível em:
<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/273>. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, T. H. da *et al.* Relato de intervenção psicossocial em Instituição de Longa Permanência para Idosos. *Revista Kairós-Gerontologia*, v. 22, n. 3, p. 515–

537, 2019. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/49975>. Acesso em: 18 out. 2024.

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (UNDESA). *World Population Prospects 2024: Summary of Results*. UN - United Nations, Jul, 2024. Disponível em:
<https://encurtador.com.br/skuF3>. Acesso em: 18 out. 2024.

**FONTES DE PRAZER E
SOFRIMENTO: uma análise do
trabalho de professores do Ensino
Fundamental I da rede pública de
Nova Serrana-MG que trabalham
com a inclusão de alunos com
necessidades educacionais
especiais**

Alline Raphaella Batista da Silva⁶³

Aline Souza Ferrão⁶⁴

Thiago Casemiro Mendes⁶⁵

Resumo: A seguinte pesquisa buscou analisar quais as fontes de prazer e sofrimento vivenciadas pelos professores do Ensino Fundamental I da rede pública de Nova Serrana, MG, que trabalham com a inclusão de alunos com NEE - Necessidades Educacionais Especiais, investigando, identificando e descrevendo os principais desafios encontrados ao longo do processo de aprendizagem desses alunos. O método utilizado para o levantamento de dados foi a entrevista semiestruturada, e para a análise dos resultados adotou-se a Análise de Conteúdo como referência. Mediante os resultados obtidos, percebeu-se que a ausência de autonomia no trabalho, o excesso de cobrança por parte da instituição de ensino, e ainda a falta de auxílio, incentivo e apoio psicológico fazem parte do contexto de sofrimento no trabalho vivenciado por esses profissionais, assim como também a ausência de especialização para o trabalho com os alunos NEE. Acredita-se que a partir deste estudo, novas dinâmicas e reflexões sobre

a inclusão poderão ser adotadas, contribuindo também para novas discussões em relação à Psicologia e ao campo do trabalho.

Palavras-chave: Sofrimento e Prazer no Trabalho. Professores. Inclusão. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Abstract: The following research sought to analyze the sources of pleasure and suffering experienced by teachers from Public Elementary School in Nova Serrana, M.G., who work with the inclusion of students with SEN - Special Educational Needs, investigating, identifying and describing the main challenges found throughout the learning process of these students. The method used for data collection was the semi-structured interview, and for the analysis of the results, Content Analysis was adopted as a reference. From the results obtained, it was clear that the lack of autonomy at work, excessive demands from the educational institution and the lack of assistance, encouragement and psychological support are part of the context of suffering at work experienced by these professionals, as well as the lack of specialization for working with students with SEN. It is believed that from this study, new dynamics and reflections on inclusion can be adopted, also contributing to new discussions in relation to Psychology and its work depts.

Keywords: Suffering and Pleasure at Work. Teachers. Inclusion. Students with Special Educational Needs.

1. Introdução

⁶³ Psicóloga pela Faculdade de Nova Serrana, Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental Aplicada e Especialista em Análise Comportamental Aplicada ao Autismo (ABA).

⁶⁴ Psicóloga pela Faculdade de Nova Serrana, Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia e Especialista em Educação Especial e Inclusiva.

⁶⁵ Professor da Faculdade de Nova Serrana, Doutorando e Mestre em Psicologia, Especialista em Gestão de Pessoas e Bacharel em Administração.

O processo de educação inicia-se ainda na infância na vida dos indivíduos. Na alfabetização, é necessária a intermediação de um professor, o qual é fundamental para transmitir seus conhecimentos aos alunos, de acordo com as necessidades de cada um. Contudo, é também responsabilidade do docente promover o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, do espírito de pesquisa, da cooperação e da solidariedade (Tozetto; Gomes, 2009, p. 184).

Logo, com todas as atividades atribuídas ao professor, quando o aluno não atinge o nível de aprendizado esperado, por vezes, a responsabilidade é erroneamente atribuída a esses profissionais, que "passam a ser responsabilizados pelos resultados do processo educativo, sem, no entanto, experimentar melhorias efetivas em sua valorização, que envolve desde a formação, as condições de trabalho, a remuneração e a carreira" (Sousa, *et al.*, 2020, p. 30).

A partir desse cenário, surge a questão norteadora deste estudo: quais as fontes de prazer e sofrimento, vivenciadas pelos professores do Ensino Fundamental I da rede pública de Nova Serrana, MG que trabalham com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais? Na busca de possíveis respostas, este artigo possui como objetivo geral analisar as fontes de prazer e sofrimento vivenciadas por esses professores que trabalham com a inclusão de alunos portadores de NEE⁶⁶.

Discorrem como objetivos específicos investigar as principais fontes de prazer, sofrimento e realização profissional dos professores; identificar e descrever os principais desafios enfrentados pelos professores no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e analisar as estratégias adotadas pelos professores na promoção da inclusão.

Partindo do pressuposto de que

⁶⁶ Conforme definido no art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - DNEEB, NEE refere-se a "educandos que apresentam, durante o processo educacional, dificuldades acentuadas de

aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares [...]" (Brasil, 2001, p. 70).

essa discussão pode contribuir para reflexões aprofundadas em relação a possíveis melhorias das condições de trabalho desses profissionais, foi utilizada como base teórica a Psicodinâmica do Trabalho, pois é nesse campo de estudo que a proposta de Christopher Dejours busca “compreender os aspectos psíquicos e subjetivos que são mobilizados a partir das relações e da organização do trabalho” (Heloani; Lancaman, 2004, p.80).

Conforme afirmado por Rocha (2017), o professor desempenha a importante responsabilidade de criar as condições que permitam aos alunos com necessidades educacionais especiais transcender o senso comum, progredindo em seu potencial humano, afetivo, social e intelectual. Assim, superam quaisquer obstáculos que possam impedir seu pleno desenvolvimento. Sendo assim, estudos acerca do prazer e do sofrimento no ambiente de trabalho têm ganhado relevância nas produções acadêmicas. Isso ocorre devido ao contexto atual, cada vez mais caracterizado por pressões, hostilidade e precarização das condições laborais. Torna-se, portanto, fundamental examinar e

analisar em quais condições o trabalho pode ser entendido como fonte de prazer para o indivíduo, ou, inversamente, pode levá-lo ao sofrimento (Moraes, 2014).

2. Trabalho e seus sentidos

A revolução Industrial foi um marco inicial de grandes transformações no mundo da economia e principalmente nas relações de trabalho. “A palavra trabalho, do latim *tripalium*, é datada historicamente, e surgiu no final da Idade Média na Europa [...]”. Trata-se de um “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (Albornoz, 1994, p.10). Assim, o trabalho seria, então, uma atividade de caráter “forjador de cultura, constituindo uma condição inexorável da condição humana” (Ferreira, 2014, p. 205).

De acordo com Ronchi (2010), o trabalho anteriormente era percebido como algo inferior, associado ao sofrimento, pois era executado por escravos, os quais eram subjugados como indivíduos proibidos de evoluir. Entretanto, após

o Renascimento, passou a ser entendido como fonte de identidade e autorrealização humana, pois adquiriu um significado intrínseco: “as razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele ou em qualquer de suas consequências” (Albornoz, 1994, p.59). A partir dessa época, o trabalho então foi concebido como algo para além do servir e da escravidão, mas que poderia trazer desenvolvimento, preenchimento da vida e transformação de liberdade (Ribeiro; Léda, 2004). Em consonância, Rohm e Lopes (2015) afirmam que o trabalho não deveria ser visto como uma forma de tortura, mas sim como uma maneira de transformar, desenvolver e valorizar o ser humano, uma vez que é por meio desse trabalho que o homem modifica o mundo ao seu redor.

Já numa visão clínica, Dejours (2004) apresenta o trabalho como um processo de sentir, pensar e inventar. Assim, o trabalho não se limita apenas à atividade laboral, mas está intrinsecamente relacionado às vivências nos âmbitos social e cultural, na interação entre o indivíduo e o seu meio. Em relação a essas vivências, Lhuillier (2013) as descreve como uma representação individual e coletiva

que ocorre em um conjunto de atividades coordenadas, onde a cooperação está intrinsecamente relacionada ao engajamento subjetivo e à dinâmica intersubjetiva da ação, ou seja, exercendo uma função social, uma troca com o outro. Essa representação transcende o espaço físico e se manifesta nas experiências de prazer e sofrimento (Mendes; Araújo, 2012).

As noções de prazer e o sentimento de realização, de acordo com Morin (2001), encontrados durante a realização de tarefas, é que dão sentido ao trabalho. Pois essa execução permite ao sujeito revelar suas competências, aprender novas aptidões, ter independência, bem como sentir-se realizado. Além disso, o trabalho contribui para dar sentido, favorece um sentimento de realização e coopera também para a construção de identidade do próprio sujeito.

Não é simplesmente produzir, entregar resultados, mas também é estar junto ao outro na convivência diária, contribuindo para a autoconfiança profissional, ou seja, na construção de uma identidade no meio social, trazendo sentido (Martins, 2014). É aprender e reproduzir algo que transforma a si e ao meio em que

está inserido. O trabalho contribui para que o sujeito possa enfrentar os desafios da vida, possibilitando que o indivíduo transforme o sofrimento em prazer, alcance o equilíbrio e mantenha ocupada sua mente (Costa; Nascimento, 2019).

3 Prazer e sofrimento no trabalho

Sendo o sofrimento uma característica comum na vida humana, no contexto do trabalho, o sofrimento não seria absolutamente considerado como algo patogênico, mas sim uma possibilidade de mudança, podendo levar o sujeito à busca de soluções para problemas (Moraes; Vasconcelos; Fonseca, 2013). Entretanto, na tentativa excessiva de converter o sofrimento, onde essas vivências se repetem com frequência, é possível que o trabalhador desenvolva uma crise de identidade, a qual pode favorecer para o adoecimento psíquico ou somático (Moraes; Vasconcelos; Fonseca, 2013). Esse trabalho, que por vezes é repetitivo e padronizado, traz consequências que vão além da insatisfação individual, abrindo caminho para doenças mentais ou somáticas, como resultado da

sistematização das organizações (Dejours, 2015).

As formas de gestão podem determinar a incapacidade de o sujeito trabalhar, bem como direcioná-lo para o sofrimento patogênico, ao invés do sofrimento criativo e prazeroso (Mendes; Araújo, 2012). Esse sofrimento patogênico manifesta-se na frustração, através da doutrinação que obscurece a condição de liberdade, resultando em um ambiente de trabalho permeado por pressões, as quais desenvolvem sentimento de insuficiência. Nesse contexto, a "Psicodinâmica do Trabalho" busca compreender as motivações desse sofrimento, bem como as condições em que o trabalho pode se tornar fonte de prazer. Sua investigação não se resume apenas à relação do sujeito com o trabalho, mas também como o sentido desse trabalho influencia sua vida humana e psíquica (Dejours, 2017).

São as relações entre o ser humano e o contexto de trabalho, de acordo com Galindo (2020), as responsáveis, de certa forma, pelo prazer e pelo sofrimento que ele encontra em seu exercício. No entanto, o objetivo da Psicodinâmica do Trabalho não é eliminar o

sofrimento, pois acredita-se que é por meio dele que o sujeito encontra possibilidades de solução e superação de problemas. A intenção é pensar na modificação do formato estático da organização do trabalho, possibilitando ao trabalhador transformar o sofrimento em prazer (Rossi, 2014).

A incapacidade de trabalhar imposta ao sujeito, segundo Dejours (2015), faz com que o sofrimento inicie no momento em que sua relação com a organização sofre um entrave. Nesse contexto, o trabalhador utiliza excessivamente seu intelecto, suas emoções e suas capacidades de aprendizagem e adaptação. Em consonância, Mendes e Marrone (2014) afirmam que comportamentos de indiferença, divergência nas comunicações e falta de reconhecimento são traços organizacionais desfavoráveis para a saúde do trabalhador.

A vivência de prazer e sofrimento dá-se com a relação individual do sujeito com seu trabalho, pois ela ocorre para além do trabalhar, estando vinculada na modificação do homem em relação a si mesmo. Entretanto, o que determinará se o sofrimento será criativo ou patogênico

é a maneira em que o sujeito lidará com os entraves provocados entre o trabalho prescrito e o real (Dejours, 2007; Dejours, 2012). Esse trabalho prescrito é aquele definido e determinado pela organização que busca através das prescrições, orientar e fiscalizar a tarefa proposta. Enquanto o real é a atividade em suas condições reais, concretas (Mendes; Facas, 2014).

Na psicodinâmica do trabalho, o sofrimento criativo ocorre a partir do momento em que o trabalhador consegue resistir ao sofrimento, superar frustrações determinadas pela realidade do trabalho (Dejours, 2012). Isso significa que, além do sofrimento criativo ocorrer na construção da inteligência e capacidade, o mesmo pode transformar o sofrimento em prazer, através da inteligência prática. Essa inteligência se sobrepõe às normas, ocupando-se do “saber-fazer” e, para que seja enfatizada, é importante que a organização do trabalho dê liberdade e abra espaço para a criatividade.

A transição do sofrimento para o prazer designa-se como sublimação, que, de acordo com a Psicodinâmica, envolve estratégias defensivas para lidar com o sofrimento e obter prazer e

reconhecimento no trabalho (Macedo, 2013). Essas estratégias de defesa podem ser desenvolvidas de forma individual ou em conjunto. No entanto, os desejos de prazer e sofrimento são experiências subjetivas, decorrentes da história e vivência únicas do sujeito.

Perante o exposto, é importante destacar que o exercício da docência, de acordo com Gatti, *et al.* (2019), é um trabalho complexo, que envolve propósito, comprometimento e planejamento. Permeado por vínculos entre o professor e os sujeitos, cuja formação também é complexa. Em consonância, Flores, Cardoso e Nunes (2020), afirmam que o papel do professor já não é mais o de mediação no processo de aprendizagem do aluno, sua função tornou-se modo de conexão entre a escola e a sociedade. Essa conexão, quando compreendida como uma tarefa transferida exclusivamente para o professor, pode gerar a expectativa de que esse profissional é o único agente fundamental para um bom resultado na aprendizagem do aluno, o que pode ser desafiador e limitativo no desenvolvimento do seu trabalho (Castro; Junior, 2020). Ou seja, as tarefas de alfabetização, não são as únicas realizadas por ele no mundo

atual. Funções que anteriormente eram desempenhadas pela família ou pelo Estado são, direta ou indiretamente, atribuídas a ele (Souza; Negreiros, 2021).

4 A inclusão no contexto escolar

De acordo com Kelman e Sousa (2015), os grupos apresentam diferenças dentre seus componentes e cada um carrega consigo características biológicas, crenças, hábitos ou atitudes que descrevem boa parte do que internalizaram das suas experiências de vida, sejam elas individuais ou coletivas. Entretanto, inclusão só passa a existir, de fato, quando os indivíduos mantêm uma convivência respeitosa entre si, sem que o outro faça dele um mero objeto (Mazzota, 2008).

No contexto escolar, segundo Mantoan (2003), a inclusão seria a transferência do atual paradigma educacional (que comumente padroniza grades curriculares de forma burocrática, sem incluir a subjetividade e considerar as particularidades do indivíduo), para um novo formato de educação escolar que vem sendo construído, no qual a escola pode trabalhar de forma mais ampla e abrangente, considerando as

multiplicidades de raça, cultura, religião, etnia, gênero, e outras diferenças.

A Educação Inclusiva, no Brasil, de acordo com Bezerra e Antero (2020), foi por muito tempo, entendida como impossível. De início, era considerada apenas como uma assistência (de modelo clínico) voltada para alunos com deficiência, que naquele momento não tinham seus direitos garantidos ou considerados. Foi em 1977, por meio do Ministério da Educação, que surgiram as políticas de Educação Especial, com as classes e escolas especiais. A intensificação dos olhares para a área da doença mental na Educação Especial surgiu a partir dos anos 80, com a criação de instituições de assistência, e a adoção das APAE's - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Ainda, segundo as autoras, a Constituição Federal de 1988 também foi responsável por significativas modificações em relação à educação para pessoas com necessidades educativas especiais. Como descrito no Art. 206 do Capítulo III da Educação, Sessão I, a CF assegura que o ensino deverá seguir os princípios de "igualdade de condições para o acesso e permanência na

escola, liberdade no aprender, garantia de padrão de qualidade" entre outros. Já no art. 208, sessão III é sinalizado que é dever do Estado com a Educação, proporcionar "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". Ainda de acordo com a Resolução CNE - Conselho Nacional de Educação /CEB - Câmara de Educação Básica n. 2/2001 que institui no art. 2º que todos os alunos devem ser matriculados, sendo a escola responsável pela organização da promoção de educação, de maneira eficaz para todos os alunos com necessidades educacionais especiais, considerando as condições necessárias para tal (Bezerra; Antero, 2020).

Em consonância, o Cap. IV da Lei (n.º 13.146 de 6 de julho de 2015) Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, no art. 28 traz que: "o poder público deve assegurar de todas as formas o sistema educacional inclusivo, níveis e modalidades, condições e serviços de acessibilidade, proporcionando a inclusão, sem nenhum tipo de impedimento" (Brasil, 2015).

Ainda que essas diversas leis

ou resoluções foram criadas para garantir o direito de pessoas com deficiência, são os movimentos sociais (passeatas, manifestações, ONG'S – Organizações Não Governamentais, entre outros) os principais responsáveis pela melhoria de políticas públicas (Baú, 2014). Pois, essas aconteceram diante da pressão social realizada, exigindo do Estado uma educação abrangente e inclusiva que garanta os direitos da pessoa com necessidades educacionais especiais.

Além dessas leis e movimentos sociais, Mantoan (2003), enfatiza que a escola também precisa se atentar ao que acontece em seu entorno, considerando as origens, valores e sentimentos dos sujeitos, sem se prender aos padrões. Portanto, compreende-se que esse processo de inclusão escolar não ocorre sem a intervenção de um professor, e mesmo que o esse seja a ponte entre o sujeito e a aprendizagem, entende-se que a inclusão não ocorre somente com o seu trabalho, mas com a participação de todos que estão no espaço circundante do aluno.

5 Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de

campo qualitativa, do tipo exploratória, que de acordo com Raupp e Beuren (2010), envolve uma busca mais aprofundada sobre um determinado assunto, especialmente quando há poucas informações disponíveis sobre o tema.

A população escolhida para a investigação foi composta por seis professores da rede pública do município de Nova Serrana, especificamente do Ensino Fundamental I, que trabalham com crianças com necessidades educacionais especiais em sala de aula. Os participantes, em sua maioria, são do sexo feminino e estão na faixa etária entre 29 e 45 anos. Quatro desses entrevistados possuem entre 2 e 4 anos na atuação como docentes e dois deles possuem 6 anos na carreira como professor.

Como instrumento para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, considerando que esta possibilita um entrosamento entre os participantes, conhecendo assim suas realidades, valorizando o entrevistado, dando liberdade para respostas criativas e espontâneas e contribuindo para o enriquecimento da pesquisa (Colauto; Beuren, 2010).

As narrativas produzidas pelos

entrevistados foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Com o intuito de garantir uma maior veracidade dos dados, optou-se por transcrever as entrevistas da forma mais próxima à realidade das falas dos entrevistados, inclusive com vícios de linguagem, pausas e desvios da língua padrão. Para a análise dos dados, foi adotada a Análise de Conteúdo conforme Bardin (2016).

6 Apresentação e análise dos dados

Considerando o objetivo desta pesquisa e para uma melhor compreensão dos dados foram criadas categorias específicas que auxiliaram na elaboração da presente análise, foram elas, fontes de sofrimento e prazer no trabalho; desafios do trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais; estratégias na promoção de Inclusão.

6.1 Fontes de sofrimento e prazer no trabalho

O sofrimento, segundo Moraes e Vasconcelos (2013), pode levar a diversos caminhos de acordo com os processos psicodinâmicos impactados pelas situações de trabalho. Já Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) afirmam que este pode ser coletivo ou

individual, partindo dos seguintes sentimentos: medo, angústia e insegurança. Sentimentos esses, que apesar de não relatados de forma explícita, se fizeram presentes nas narrativas dos entrevistados desta pesquisa, em especial quando foram abordadas as dificuldades enfrentadas durante a execução de suas tarefas, ficando evidente nos discursos as situações de desgaste e sofrimento no trabalho:

É muita coisa que vem pro professor. Mas, só cobrança. Não tem um apoio psicológico pra gente, porque essa demanda dessa cobrança, de você ter que dar um resultado, e ter um aluno especial, isso te cobra muito. Isso te abala emocionalmente, fisicamente, de todas as formas (Professor 02).

Dessa forma, Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994), acrescentam que o sofrimento também pode advir do esgotamento físico e mental, da impossibilidade de liberdade na transformação do trabalho e de uma gestão inflexível na organização deste. Assim, de acordo com as narrativas dos professores, foi possível perceber que a ausência de autonomia no trabalho é

um elemento que resulta na insatisfação e, conseqüentemente, nas vivências de sofrimento. O profissional, mesmo enfrentando a necessidade de realizar mudanças, se vê impedido e desamparado pela falta de apoio psicológico e incentivo por parte da instituição de ensino. Essas situações corriqueiras são notáveis e por vezes transformam o local de trabalho em um ambiente provedor de sofrimento que se situa em vivências simultâneas de desgaste e insegurança.

Notou-se, durante as entrevistas, que os professores demonstraram angústia ao relatar os desafios do trabalho inclusivo. Além disso, foram perceptíveis comportamentos que indicavam medo e preocupação, como, por exemplo, o tom de voz abafado e a apreensão quando pessoas transitavam nas proximidades do local das entrevistas. É importante mencionar que algumas dessas entrevistas foram realizadas no próprio ambiente de trabalho dos participantes. Por outro lado, também se observou que os docentes experimentaram um certo alívio e satisfação devido à oportunidade de serem ouvidos, uma vez que nas instituições em que trabalham, muitas vezes, não têm espaço para expressar

seus sentimentos, como destacado pelo Professor 02: *"Senti vontade até de falar a respeito. Ainda bem que vocês deram essa oportunidade, sendo estudantes de psicologia"*.

Foi possível perceber ainda que a ausência do lugar de fala não é o único fator causador de sofrimento na rotina exaustiva do professor. Os entrevistados discorrem que se sentem frustrados diante do fato de não poderem fazer escolhas em relação a organização do trabalho, o que conseqüentemente resulta no sentimento de insatisfação. Dessa forma, Mendes e Araújo (2012) enfatizam que as vivências de sofrimento surgem quando o sujeito se encontra sob a impossibilidade de executar no trabalho aquilo que poderia e gostaria de realizar, ou seja, se depara com a falta de opção para escolher as tarefas e a maneira de executá-las.

Além disso, observa-se a existência de um sofrimento que por vezes é menosprezado pela direção e coordenação escolar. De acordo com as narrativas, os docentes se sentem desamparados, o que resulta em desconforto e uma espécie de sentimento de abandono. Portanto, pode-se afirmar que a falta de espaço

para uma escuta ativa dos trabalhadores e a ausência de suporte no trabalho inclusivo, por vezes, resulta em sofrimento no ambiente de trabalho. Também foi possível constatar que as adversidades se fazem presentes e se traduzem na falta de materiais de apoio e na ausência de recursos para o trabalho com as crianças com NEE, gerando frustração, uma vez que se sentem incapazes de promover uma alfabetização eficiente, em decorrência de todos esses desafios.

Cabe ressaltar aqui que, apesar dos diversos desafios, esses profissionais utilizam a criatividade, aptidões próprias e até mesmo o improviso para promover a inclusão e, dessa forma, atender às necessidades escolares dessas crianças. Essas soluções ,criadas pelos próprios professores para lidar com as especificidades de seus alunos são o que possibilita alcançar os objetivos necessários para o aprendizado dessas crianças, o que também se reflete em sua satisfação pessoal.

Ainda que os obstáculos para uma boa alfabetização não sejam decorrentes da falta de empenho e compromisso do professor, mas sim da ausência de suporte da instituição de ensino e do governo, por vezes, eles se

sentem culpados e impotentes. Por outro lado, quando notam o avanço de um aluno com NEE, esses profissionais se deparam com conquistas adquiridas por meio de sua inovação e, assim, experimentam vivências decorrentes da transformação do sofrimento em prazer.

A satisfação relatada pelos professores pode ser entendida também como a transformação do sofrimento em criatividade, pois, através dos discursos, fica evidente que os resultados obtidos partem do esforço e trabalho do professor, mesmo com tantas limitações e entraves enfrentados no ambiente de trabalho. Essa transformação é nomeada por Brasileiro e Macedo (2014, p. 419) como “sofrimento criador”, este que contribui e beneficia a identidade, bem como a resistência em relação a fragilização psíquica e somática do sujeito. Desta forma, o trabalho se torna uma ponte para saúde, pois as vivências de prazer podem ocorrer através da liberdade na realização do trabalho (Brasileiro; Macedo, 2014). Quando percebem que, por meio de seu empenho, podem proporcionar aos seus alunos meios que favorecem a aquisição de aprendizagem, os

professores vivenciam uma experiência satisfatória e positiva.

Por outro lado, percebe-se nos relatos que as instituições de ensino e órgãos competentes não promovem espaços de fala e não estimulam o cooperativismo. Por vezes, se ausentam e não permitem que os docentes se unam para exigir materiais de trabalho e formações necessárias para lidar com necessidades educacionais especiais.

Assim sendo, observa-se que o sofrimento pode agir como um motivador para mudanças, pois quando o trabalhador se depara com um problema, ali experimenta a frustração e busca resolução, tentando, desta forma, cessar o sofrimento. Esse investimento subjetivo, conduzido pela inteligência prática pode dirigir a transformação do sofrimento em prazer (Moraes; Vansconcelos, 2013), tornando-se benéfico para a saúde mental dos professores, visto que, durante as entrevistas, esses relatam ganhos e sentido para a construção de sua identidade, além de testemunharem a felicidade de seus alunos e receberem em troca o sentimento de satisfação e dever cumprido. Nota-se que o que permeia o prazer no trabalho desses educadores

são as possibilidades de aprender, reinventar, promover novas formas de realizar as tarefas e ainda interagir e transformar o local de trabalho.

6.2 - Desafios do trabalho do professor na promoção da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais

As barreiras, entendidas pelos professores como “desafios” e “dificuldades” são intensamente verbalizadas em seus relatos, enfatizam a ausência de especializações, as limitações de material adequado e o excesso de crianças com necessidades educacionais especiais em uma mesma turma, que são inseridas sem informação prévia, ainda que seus professores não possuam recursos para recebê-las.

Conforme as narrativas dos entrevistados, a escola é um espaço onde o serviço oferecido não está aberto à autonomia do professor. Observa-se que os docentes não têm liberdade para formular atividades de acordo com as especificidades de seus alunos e, por vezes, sentem-se insuficientes por não poderem colaborar da forma desejada. O planejamento de aulas é disponibilizado pela coordenação

escolar de forma padronizada, ou seja, sem levar em consideração a subjetividade dos alunos. Entretanto, é possível notar nas entrevistas que esse formato estático do ensino das instituições escolares é motivador das dificuldades presentes na execução do trabalho docente inclusivo, pois cria a impossibilidade de os docentes oferecerem um ensino voltado para as especificidades de cada aluno.

Portanto, Silva e Arruda (2014) trazem que, por mais que o professor tente praticar a inclusão, não é possível que essa prática seja efetivada apenas através de seu esforço, pois necessita de um apoio por parte do corpo da instituição escolar, bem como dos centros de apoio, visto que a participação de todos é imprescindível para a construção de uma sociedade inclusiva. Por outro lado, os professores relatam que esse apoio é inexistente e, na realidade, recebem apenas cobranças excessivas de um trabalho que, por vezes, não é de responsabilidade deles e sim de outros profissionais, como coordenadores e supervisores.

Vale lembrar que a inclusão é um desafio para todos, em especial para os profissionais da educação. Na prática, isso acontece na maioria das

vezes apenas por parte do professor. Sendo a escola o único espaço que muitas crianças possuem para aprender algo, essa é responsável por oferecer o desenvolvimento do aluno e torná-lo um cidadão com identidade sociocultural. Nota-se que o professor tem lutado sozinho e, por vezes, enfrenta o desamparo e o descuido das instituições de ensino ao tentar promover a educação inclusiva.

6.3 - Estratégias na promoção de inclusão

A Educação inclusiva requer um ensino adaptativo e aberto às diferenças e necessidades individuais. Diante das narrativas dos entrevistados, constata-se que o trabalho docente realizado em sala de aula se baseia em tentativas de erros e acertos, visto que os professores, por vezes, se sentem impossibilitados de desenvolver as atividades propostas na grade curricular, tendo em vista que não receberam formação específica para a prática docente inclusiva. Por outro lado, fica evidente que, mesmo sem obter a formação necessária, para que o processo de aprendizagem de seus alunos ocorra de maneira satisfatória, esses profissionais fazem adaptações dentro do possível e

utilizam quase sempre recursos próprios para a execução do seu trabalho. Dessa forma, pôde-se notar no discurso dos professores o empenho, a dedicação desses, bem como a busca em prol das modificações necessárias para o efetivo aprendizado e inclusão desses alunos, ou seja, novas estratégias de trabalho.

Eu tento fazer trabalhos em grupo mesmo que a criança tenha uma certa dificuldade, mas colocando, às vezes, um colega que tenha mais desenvoltura próximo daquele colega e tentando incluir naquele meio. Uma atividade, talvez simples para os outros colegas, mas que aquela criança consiga participar, nem que seja o mínimo possível (Professor 03).

Em relação à necessidade de modificar o formato de ensino, ficou evidente que os professores se deparam com limitações e dificuldades, algumas decorrentes da falta de formação específica que traz certa insegurança ao tentarem atender às especificidades dos alunos, outras devido à ausência de infraestrutura e materiais adequados para a execução das atividades de trabalho. Contudo, o

desejo de propiciar o desenvolvimento de seus alunos é explícito no discurso dos professores que, em todo o momento, citam diversas formas de tentar promover uma alfabetização de qualidade, dentro de seus próprios esforços.

Sabe-se que a inclusão deveria se aplicar a todos, e que o professor tem um papel indispensável nesse processo. No entanto, como evidenciado nas entrevistas, seu maior desafio é colocar em prática uma pedagogia capaz de incluir e desenvolver práticas que atendam alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, uma pedagogia capaz de ultrapassar as barreiras das grades engessadas do ensino tradicional. Enquanto respondiam às perguntas das entrevistas, os professores manifestavam-se afirmando essas dificuldades e o costume das instituições de ensino em manter as crianças com NEE fora de sala de aula, prática que tentam modificar e evitar, já que as manter no mesmo grupo realizando atividades dentro de suas possibilidades é o que as faz ter um desenvolvimento satisfatório.

Os professores também reconhecem que um dificultador é a

ausência de formação continuada, ou seja, especialização para trabalhar com crianças com NEE. Acreditam que esses cursos de especialização deveriam ser disponibilizados pelo governo responsável, tendo em vista que existem leis que asseguram o aprendizado eficiente dos alunos. Contudo, na realidade, essa prática é contraditória. Os docentes relatam que não são disponibilizados pelo governo cursos e outras formações adequadas e que a instituição de ensino em que atuam disponibiliza apenas materiais padronizados e estáticos para a execução do trabalho, mesmo que, na prática, matriculem em uma única sala alunos com deficiências e NEE diversas.

Por fim, os professores relatam que é comum receberem, sem preparação prévia, alunos com necessidades educacionais especiais, o que demanda mais recursos e conhecimentos específicos por parte dos docentes. Entretanto, eles se reinventam buscando promover um ensino flexível e se engajam para contribuir expressivamente para que a transformação nas instituições de ensino ocorra de fato, construindo uma sociedade que promova o respeito e a dignidade humana.

7 Considerações finais

O trabalho faz parte da condição humana desde os primórdios, possui centralidade na constituição do sujeito e na construção de sua identidade e subjetividade. Entretanto, como visto até aqui, o trabalho pode ser fonte de prazer e reconhecimento ou fonte de sofrimento advindo de insatisfações e de um esvaziamento de sentido. Os estudos sobre a temática têm avançado nas últimas décadas e compreender as fontes de prazer e de sofrimento no trabalho pode contribuir para identificar as necessidades do trabalhador e favorecer melhorias no contexto de trabalho.

Portanto, esta pesquisa buscou analisar as fontes de prazer e sofrimento no trabalho dos professores de alunos com necessidades educacionais especiais, descrevendo os principais desafios, identificando e analisando as principais estratégias utilizadas por esses trabalhadores na promoção da inclusão.

Mediante a análise das entrevistas coletadas, foi possível perceber que há pontos comuns relatados pelos professores no quesito sofrimento e prazer no trabalho docente. As principais questões

levantadas foram a ausência de autonomia no trabalho, o excesso de cobrança por parte da instituição de ensino, assim como a ausência de oferta de cursos, por parte da instituição que os preparem para trabalhar com alunos com NEE, além da falta de auxílio, incentivo e apoio psicológico. Não obstante, esses profissionais se mostram desafiados a superar suas próprias limitações, buscando ofertar um ensino condizente com as necessidades de cada aluno, através da criatividade e da adaptação de materiais. Essas ações, por vezes, propiciam sentimento de satisfação e a sensação de dever cumprido, mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas no cotidiano do seu trabalho.

Algumas limitações foram observadas durante a pesquisa, uma delas está nos atravessamentos institucionais, uma vez que a realização de algumas entrevistas ocorreram no próprio ambiente de trabalho dos professores. Outro fator dificultador se deu diante das negativas advindas de alguns professores que foram convidados a participar da pesquisa, porém desistiram diante do fato de residirem em outra cidade e trabalharem em dois turnos.

Portanto, ao analisar e investigar as fontes de sofrimento e prazer no trabalho de professores que trabalham com crianças com necessidades educacionais especiais, verificou-se que sofrimento e prazer ocorrem de forma transversal nesse ofício. Cabe também ressaltar que novas dinâmicas e reflexões poderão ser adotadas por parte da instituição de ensino, de forma a melhorar o trabalho dos professores, aprofundando discussões sobre o tema, levando em consideração a saúde mental desses profissionais.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. O que é trabalho? São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAÚ, M. A. Formação de professores e a educação inclusiva. Rev. Eletrônica Científica inovação e Tecnologia. Paraná, v. 2, nº 10, 2014, p. 49-57.

BEZERRA, L. N. V.; ANTERO, K. F. Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. CONEDU VII Congresso Nacional de Educação, Maceió, out. 2020.

BRASIL. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, [2001]. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/no>

[mativa/view/CNE_CEB0_1.pdf?query=E
DUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIA
L](#). Acesso em: 18 de mar. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2015-2018/2015/Lei/L13146.html. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASILEIRO, J. E.; MACEDO, K. B. A vida no circo e a Psicodinâmica do Trabalho, *In*: MENDES, A. M. *et al*. Psicodinâmica e Clínica do Trabalho. Curitiba, Juruá Psicologia, 2014, p. 415 a 432.

CASTRO, L. B.; JÚNIOR, A.S. C. Trabalho e desenvolvimento docente e o contexto da Educação Profissional. *In*: NUNES, C.P.; CARDOSO, B.L.C.; SOUSA, E.C. Condições de trabalho e saúde do professor. Edições UESB, Bahia, 2020, p.111-130.

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, Análise e Interpretação de dados. *In*: BEUREN, I.M.; *et al*. (Org.) Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2010. p.117-144.

COSTA, N; NASCIMENTO, C. Um olhar vivido para o sentido do trabalho. RBEO, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 181 a 209, abr. 2019.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, Paris, v. 14, n. 3, p. 27-34, set. 2004.

DEJOURS C. Prefácio. *In*: MENDES AM. (Org.). Psicodinâmica do trabalho: teoria,

método e pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 19 a 22.

DEJOURS C. Trabalho vivo: trabalho e emancipação (Tomo II). Brasília: Paralelo 15, 2012.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho. Ed. 6, v. 2, Cortez, 2015.

DEJOURS, C. Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos. Dublinense, 2017.

DEJOURS, J. C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo, Atlas, 1994.

FERREIRA, M. C. F., Interfaces entre a Psicodinâmica do Trabalho, a Sociologia Clínica e a Ergonomia da Atividade. *In*: MENDES, A. M. *et al*. Psicodinâmica e Clínica do Trabalho. Curitiba, Juruá Psicologia, 2014, p. 193 a 216.

FLORES, F. F.; CARDOSO, B. L. C.; NUNES, C. D. O trabalho e a saúde do professor na educação básica *In*: NUNES, C. P.; CARDOSO, B. L. C.; SOUSA E. C. Condições de trabalho e saúde do professor. Bahia: UESB. 2020, p.35-54.

GALINDO, M. C. T. *et al*. Prazer e sofrimento no trabalho docente em uma instituição de ensino superior. Gerais, Interinst. Psicol., Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p. 1-16. dez. 2020.

GATTI, B. A.; *et al*., Professores do Brasil: novos cenários de formação, Brasília, UNESCO, 2019.

HELOANI, R. LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Produção*, v. 14, n. 3, p. 77-86, set./dez. 2004.

KELMAN, C. A.; SOUSA, M. A. Teorias de desenvolvimento humano e métodos de estudo: contextualizando a inclusão *In*: MACIEL, D. A.; BARBATO, S.

Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília: UNB, 2015, p. 15 a 28.

LHUILIER, D. Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, Paris, v. 25, n.3, 2013, p. 483-492.

MACÊDO KB. Sublimação. *In: VIEIRA FO, MENDES AM, MERLO AC. (Org.). Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 439-443.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: O que é, Por quê, Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, S. R. Intervenções em grupo na Clínica do trabalho. *In: MENDES, A.M. et al. Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba, Juruá Psicologia, 2014, p. 347-363.

MAZZOTA, M. J. S. Reflexões sobre inclusão com responsabilidade. *Ambiente Educação: São Paulo*, v. 1, nº 2, 2008, p. 165-168.

MEC; CENESP, 1977. Resolução n. 02/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

MENDES, A. M.; ARAÚJO. L. K. R. Clínica Psicodinâmica do Trabalho: o sujeito em ação. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, A. M.; FACAS, E. P. Transgressão do trabalho prescrito como estratégia para transformar o sofrimento: estudo da inteligência prática. *In: MENDES, et al. Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba: Juruá, 2014, p. 77 a 92

MENDES, A. M.; MORRONE, C. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. *In: MENDES, A. M. Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos*

brasileiros. Curitiba, Juruá Psicologia, 2014, p. 29-52.

MORAES, R. D. Sofrimento no trabalho com automação: estudo no polo industrial de Manaus *In: MENDES. A. M. et.al., Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba, Juruá, 2014, p. 315-333.

MORAES, R. D., VASCONCELOS, A. C. L. A subversão do sofrimento em prazer no trabalho. *In: SCHLINDWEIN, V. L. D. C., Saúde Mental e trabalho na Amazônia: múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho*. Porto Velho, EDUFRO, 2013, p. 51-59.

MORAES, R. D.; VASCONCELOS, A. C. L.; FONSECA. P. J. S. Sofrimento, sobrecarga e adoecimento no trabalho: pesquisas realizadas no polo industrial de Manaus. *In: MERLO, Á. R. C.; MENDES. A. M.; MORAES. R. D. O Sujeito no Trabalho* Curitiba, 2013, p. 201- 214.

MORIN, M. E. Os Sentidos do Trabalho, RAE- Rev. de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, jul/set, 2001.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.; Metodologia da Pesquisa Aplicável As Ciências. *In: BEUREN, I. M.; et al. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2010, p.76-97.

RIBEIRO, C. V. S.; LEDA, D. B. O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva: Estudo e pesquisas em psicologia. UERJ, ano 4, n.2, 2004, p. 76-83.

ROCHA, A. B. de O. O papel do professor na educação inclusiva. *Ensaios pedagógicos*, v.7, n.2, p. 1-11, jul/dez, 2017.

ROHM, R. H. D.; LOPES, N. F. O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. Rio de

Janeiro, Cad. EBAPE.BR, v. 13, n. 2, 2015, p. 332-345.

RONCHI, C. C. Sentido do trabalho: saúde e qualidade de vida. Curitiba: Juruá, 2010.

ROSSI, E. Z. Método de pesquisa em psicodinâmica do trabalho. In: MENDES, A. M. *et.al.* Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. Curitiba: Juruá Psicologia, 2014, p. 113-124.

SILVA, A. P. M.; ARRUDA, A. L. M. M. O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar, Saberes da Educação, São Roque, v. 5, nº1, n.p., 2014.

SOUSA, E. C, *et al.* A precarização do trabalho docente no contexto neoliberal. In: NUNES, C. P.; CARDOSO, B. L. C.; SOUSA, E. C. Condições de Trabalho e Saúde do Professor. Vitória da Conquista - BA, ed. UESB, 2020, p. 15-34.

SOUZA, E. S.; NEGREIROS, A. M. O trabalho docente: concepções, trajetória, condições de trabalho e a formação de professores. VII CONEDU - Escola em tempos de conexões, vol. 3, 2021, p. 656 a 679.

TOZZETO, S. S.; Gomes, T. de S. A prática pedagógica na formação docente. Rev. Reflexão e ação, Santa Cruz do Sul, v.17, nº 2, dez. 2009, p. 181 a 192.

FONTES DE FINANCIAMENTO PARA GRANDES CORPORAÇÕES: Uma análise dos benefícios e riscos do endividamento nas empresas de grande porte

Hilton Wayner Junior⁶⁷
Ciro Antônio Pereira Lemos⁶⁸

RESUMO

O objetivo deste artigo foi apresentar as fontes de financiamento disponíveis no mercado para as empresas de grande porte, visando destacar os benefícios e riscos relacionados às operações de crédito. Os estudos realizados sobre o tema demonstraram que são várias as fontes de financiamento e que as operações estarão diretamente relacionadas com a estrutura de capital das empresas e com isso, cada gestor deve avaliar com cautela sobre a sua realização. Em relação aos benefícios, pode-se destacar que uma operação de financiamento pode alavancar o negócio e gerar mais rentabilidade, porém, caso a organização priorize a utilização de capital de terceiros para financiar as suas atividades corre o risco de ter mais dificuldades em momentos de instabilidade econômica. Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos disponíveis na internet, com predominância de textos publicados na Plataforma Scielo Brasil e a busca foi limitada a textos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados encontrados demonstram que as corporações de grande porte possuem várias fontes de financiamento e que os gestores devem avaliar os benefícios e riscos de cada uma delas, visando os atingir objetivos da

⁶⁷Graduado em Administração e Ciências Contábeis. Pós-graduado em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria. Mestrando em Administração pela Must University. E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

⁶⁸ Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de

Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

empresa e não prejudicar o seu valor de mercado.

Palavras-chave: Financiamento. Benefícios. Riscos.

ABSTRACT

The objective of this article was to present the available sources of financing in the market for large companies, aiming to highlight the benefits and risks related to credit operations. The studies conducted on the topic showed that there are several sources of financing and that these operations are directly related to the companies' capital structure. Therefore, each manager must carefully evaluate its implementation. Regarding the benefits, it can be highlighted that a financing operation can leverage the business and generate more profitability. However, if the organization prioritizes the use of third-party capital to finance its activities, it risks facing greater difficulties during periods of economic instability. For the purpose of this study, a bibliographic review was conducted using articles available on the internet, with a predominance of texts published on the Scielo Brazil platform, and the search was limited to texts published in the last five years. The results found demonstrate that large corporations have various sources of financing and that managers must evaluate the benefits and risks of each one to achieve the company's objectives without compromising its market value.

Keywords: Financing. Benefits. Risks.

1 Introdução

O financiamento é parte integrante da gestão financeira empresarial e com o passar dos anos tem-se tornado uma ferramenta de grande importância para o desenvolvimento e crescimento da empresa. Nas grandes corporações os

financiamentos podem permitir que a organização alcance novos horizontes, seja melhorando a sua estrutura física ou investindo em operações que visam a prospecção de novos clientes e mercados.

Atualmente as empresas possuem várias fontes de financiamento no mercado, porém cabe ao gestor financeiro a decisão sobre qual fonte de recurso será mais viável para a organização. A escolha deve visar o alcance dos objetivos empresariais, de forma que não seja afetado negativamente o valor da empresa e nem crie dívidas com perfil de encargos e prazos, que podem comprometer a saúde financeira da organização.

Este trabalho se justifica pela necessidade de apresentar uma análise sobre as fontes de financiamento para as grandes corporações, visto que este é um tema relevante e que irá contribuir para agregar conteúdo à bibliografia já existente sobre o tema. O objetivo será apresentar as fontes de financiamento, bem como os benefícios e riscos envolvidos nas operações.

Para a realização deste estudo foi realizada uma pesquisa com base nos artigos disponíveis de forma *on-line* na Plataforma Scielo Brasil e a busca foi por trabalhos que possuíam a expressão "Fontes de Financiamento". Foram selecionados apenas artigos publicados nos últimos 5 (cinco) anos, visando assim a apresentação do conteúdo mais atual relacionado com o tema de pesquisa. De forma complementar, também foram utilizados outros artigos publicados e disponíveis na internet.

No decorrer deste artigo serão apresentadas as fontes de financiamento disponíveis para as grandes corporações, com destaque para os benefícios e riscos que essas operações podem trazer para as empresas.

2 Financiamento para grandes corporações

2.1 Fontes de Recursos

As grandes corporações contam com várias formas de financiamento no mercado, a se destacar, por exemplo, a emissão de novas ações, emissão de debêntures e financiamentos vinculados ao governo e aos bancos.

A escolha da fonte de financiamento deve partir inicialmente da preferência da empresa, uma vez que a organização pode optar por manter uma hierarquia na busca por recursos e priorizar recursos internos em detrimento de recursos externos, sendo esta preferência conhecida como *Pecking Order Theory (POT)* ou teoria da hierarquia (ROCHA & CAMARGOS, 2024).

As organizações também podem avaliar as fontes de financiamento com base no benefício fiscal que a dívida

pode gerar e também no custo de falência, sendo que esta preferência de financiamento é conhecida como *Trade Off Theory (TOT)* e visa uma combinação entre dívidas e investimentos (MAMEDE, 2022).

Pode-se dizer que o perfil da empresa na busca por crédito é importante na escolha do gestor, pois certas organizações podem priorizar as fontes internas e outras podem optar por fontes externas, mas, independentemente do perfil, as operações de financiamento demandam uma análise completa em relação os benefícios e riscos.

Dentre as formas de financiamento para as grandes corporações pode-se citar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que possui taxas reduzidas e prazos mais longos para pagamento (FRANZOTTI et. al., 2021).

Outra forma de financiamento é através da emissão de debêntures. No Brasil ocorreu um aumento expressivo na captação de capital via emissão de debêntures a partir do ano de 2017, e estudos sugerem que este crescimento foi devido à redução das taxas de juros no país e também pela demanda por

este tipo de título de dívida (APARECIDA et. al, 2022).

No entanto, grandes corporações, que visam crescimento no mercado, possuem uma predominância em optar pela captação de recursos no mercado através da emissão de ações, uma vez que, com essa captação, a empresa pode receber um grande aporte financeiro (FRANZOTTI et. al., 2021).

Com isso, destaca-se que nas grandes corporações é bem provável que uma única fonte de financiamento não atenda aos seus objetivos, pois pode esgotar o limite de crédito disponível para aquela modalidade. Com isso, é necessário e até mais seguro, mesclar as fontes de financiamento das operações.

2.2 Benefícios

Uma operação de financiamento pode trazer vários benefícios para as organizações, como, por exemplo, um aumento na rentabilidade através da alavancagem das operações e também a redução do custo de falência (FRANZOTTI et. al., 2021).

Pode-se destacar que a alavancagem é algo muito importante para as organizações que pretendem

ganhar novos mercados e expandir os seus negócios. Porém, grandes operações devem ser avaliadas com cautela, para que a corporação não transforme a operação de investimento em uma dívida de difícil pagamento.

A obtenção de capital para pagamento no longo prazo é outro benefício relativo à operação de financiamento, visto que grandes projetos demandam um grande aporte de capital e, caso a empresa tenha essa intenção, faz-se necessário a realização de uma operação de financiamento para subsidiar as atividades (APARECIDA et. al, 2022).

Para evitar que a operação de financiamento se torne algo prejudicial para a empresa é mais seguro que a opção seja por fontes que forneçam mais prazo para pagamento, porém os gestores devem avaliar se o prazo maior não irá gerar um alto custo relacionado aos juros da operação.

Além disso, a realização de operações para a manutenção de capital na organização pode ser considerada como um benefício das operações de financiamento, visto que se a organização mantém uma folga financeira, ela terá mais facilidade de aproveitar as oportunidades do

mercado (ROCHA & CAMARGOS, 2023).

Destaca-se que a manutenção de capital para criar uma folga financeira é interessante para as organizações de grande porte, pois com capital em caixa pode aproveitar as oportunidades que surgirem, além de ter menos dificuldades em momentos de instabilidade financeira do mercado.

Outro ponto vantajoso sobre as operações com financiamento é sobre o custo-benefício, uma vez que a captação de recursos no mercado pode gerar um crescimento da empresa e melhorar os seus processos, gerando assim resultados positivos que podem ser superiores ao custo da dívida (MAMEDE, 2022).

Com isso, a verificação do custo-benefício é primordial na análise de qualquer operação de financiamento. Os gestores devem avaliar os impactos que tais operações irão gerar na empresa, analisando os benefícios que podem ser gerados e os riscos que também podem ocorrer.

2.3 Riscos

Apesar os benefícios, as operações de financiamento também

possuem riscos envolvidos. Se uma organização faz constantemente operações de financiamento, pode ter certas dificuldades em momentos de instabilidade econômica, visto que os bancos tendem a reduzir os prazos de pagamento para as novas operações (FRANZOTTI et. al., 2021).

É comum que as empresas que optam por grandes operações de financiamento tenham mais dificuldades em momentos de crise, pois, caso ocorra o atraso das parcelas do financiamento, incorrerão em juros e outros encargos que não foram colocados no custo da operação. Com isso, haverá uma redução na lucratividade.

O financiamento das atividades por meio da emissão de novas ações é uma das opções que trazem mais riscos para a organização, pois ao longo do tempo essa opção se torna mais cara e os investidores podem avaliar essa operação da empresa de forma negativa (MAMEDE, 2022).

Além disso, ao optar por operações de financiamento de longo prazo, o gestor deve avaliar se os juros cobrados no decorrer do tempo não ultrapassam a média do mercado e também o que a empresa está disposta a pagar, pois com o decorrer dos anos

certas fontes de financiamento podem deixar de serem atrativas e a organização pode obter crédito com uma taxa de juros menor (APARECIDA et. al, 2022).

Outro ponto importante é que as organizações que pretendem realizar operações de financiamento devem avaliar se tais situações não irão interferir no valor da empresa, uma vez que certos autores defendem que a estrutura de capital gera impacto no valor da organização e outros já defendem que essas operações são irrelevantes (ROCHA & CAMARGOS, 2024).

A avaliação do valor da empresa é essencial para que o gestor tome as decisões corretas no momento da contratação de financiamento, uma vez que, se alguma operação irá impactar negativamente o valor da organização, pode não ser uma boa opção para suprir a necessidade de capital na empresa.

Assim, para realizar operações de financiamento com risco reduzido é importante avaliar o limite de financiamento que a empresa pode obter, sendo que para isso devem ser feitas várias análises e a organização deve priorizar dívidas seguras, com boa avaliação de risco, e que irão contribuir

para a manutenção da solvência da empresa em um nível satisfatório (ROCHA & CAMARGOS, 2023).

A avaliação da solvência da empresa com as operações de financiamento é essencial, uma vez que os financiamentos devem ser vistos como algo que irá potencializar as operações e não como algo que poderá levar a empresa à falência. Diante disso, é necessário ter cautela para fazer as escolhas corretas.

3 Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi discorrer sobre as fontes de financiamento disponíveis para as grandes corporações, destacando os benefícios e riscos que estas operações podem gerar no valor da empresa. Para atingi-lo, utilizou-se como meio a pesquisa bibliográfica, que foi realizada com base em materiais selecionados na internet, privilegiando conteúdos mais relevantes e atuais relacionados ao tema.

De acordo com a pesquisa realizada foi identificado que são várias as fontes de financiamento para as grandes empresas, como, por exemplo, o BNDES e a própria emissão de

ações, sendo que cada opção tem as suas particularidades. Os resultados obtidos demonstram que cabe ao gestor a realização de análises constantes sobre o impacto que as operações de financiamento irão gerar sobre o valor da empresa e sobre as suas atividades, principalmente as operações de crédito de longo prazo.

4 Referências

APARECIDA, L. B. da., LAZZARINI, S. G., & BORTOLUZZO, A. B..(2022). **Long-term Financing: Exploring the Recent Advances in the Brazilian Bond Market.** Revista De Administração Contemporânea, 26(2), e 210076. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac202210076.en>

FRANZOTTI, T. D. A., MAGNANI, V. M., AMBROZINI, M. A., & VALLE, M. R..(2021). **Financing of Brazilian Companies During Financial Crises: Comparative Between the Crises of 2002, 2008 and 2015.** RAM. Revista De Administração Mackenzie, 22(1), eRAMF210154. <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMF210154>.

MAMEDE, G. (2022). **Determinantes do endividamento das companhias brasileiras de energia elétrica negociadas na B3.** Bdm.unb.br. <https://bdm.unb.br/handle/10483/32074>.

0231914.en.

ROCHA, C. A. C., & CAMARGOS, M. A. de..(2023). **Preferences, sources, and conditionals: a new approach to testing financing decisions.** Revista Contabilidade & Finanças, 34(91), e1624. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20221624.en>.

ROCHA, C. A. C., & CAMARGOS, M. A. de ..(2024). **Financing Decisions and Abnormal Returns: An Analysis of Brazilian Companies.** BBR. Brazilian Business Review, 21(3), e20221271. <https://doi.org/10.15728/bbr.2022.1271.e>

HEURÍSTICA SOBRE HOLDING FAMILIAR.

Prof. Ms. Geraldo Fernandes Fonte Boa⁶⁹

Resumo:

O que acontece quando profissionais de uma determinada área recorre às pesquisas acadêmicas atrás de informações, conhecimento e publicações sobre os assuntos de seus interesses? Neste artigo, relata-se uma dessas experiências. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa de revisão literária, utilizando-se de uma pesquisa quantitativa, visando estabelecer um procedimento para se obterem dados pelos meios digitais. Revela-se a necessidade de buscar mais de uma plataforma de pesquisa para que se chegue a resultados confiáveis. O uso das múltiplas plataformas garante ao

⁶⁹ Graduado em Filosofia, Mestre em Educação e Professor da Faculdade de Nova Serrana - FANS

pesquisador verificar o quanto se tem produzido sobre um determinado tema.

Palavras-chave: Revisão literária, Holding familiar, Sucessão patrimonial, Sucessão rural, equipe multiprofissional.

Abstract:

What happens when professionals from a specific area turn to academic research for information, knowledge, and publications on their topics of interest? This article reports on one such experience. In this sense, it is literature review research, using a quantitative approach, aiming to establish a procedure for obtaining data through digital means. It reveals the need to search more than one research platform to achieve reliable results. The use of multiple platforms allows the researcher to verify how much has been produced on a given topic.

Keywords: Literature review, Family holding, Estate succession, Rural succession, Multidisciplinary team.

1. Introdução

No ano de 2023, um telefonema de um experiente advogado, propondo fazer uma parceria visando criar uma equipe multiprofissional com objetivo de ofertar a implantação de *Holding* familiar na cidade, marca o início de uma nova jornada, sem saber ao certo do que se tratava. Apresentou-se sumariamente o assunto, vantagens e desafios que certamente deveriam ser enfrentados, mas que a formação de uma equipe multiprofissional seria a garantia do sucesso do

empreendimento. Aceito o desafio, realizou-se a primeira reunião para planejar os estudos sobre o Sistema *Holding*. Discutiu-se como este sistema aplicado sobre a realidade patrimonial de uma determinada família garantiria tanto a proteção do patrimônio, quanto geraria benefícios fiscais a médio e longo prazos.

Mas os estudos eram ainda preliminares. Abriu-se um gama de pontos que necessitavam ser compreendidos de modo a garantir a apreensão do funcionamento de uma *Holding* voltada para a proteção do patrimônio familiar. Isso porque, segundo MAMEDE (2018), a *holding familiar* não é uma espécie propriamente dita de *holding*, mas sim uma contextualização específica dela, ou seja, uma adequação do sistema de *Holding* (pura ou mista) à realidade de uma determinada família, isto porque, para este autor, a *Holding* familiar nada mais é do que a submissão de membros de uma determinada família ao ambiente societário com

“regras mínimas à convivência familiar, no que se refere aos seus aspectos patrimoniais e negociais: ao menos em relação aos bens e negócios, os parentes terão que atuar como sócios,

respeitando as
balizas erigidas não
apenas pela lei, mas
igualmente pelo
contrato social”
(MAMEDE;
MAMEDE, 2018,
p.87)

Ao seguir estas “regras mínimas” reguladas pelas leis do país⁷⁰ e pelo contrato social desta *Holding* o patrimônio fica protegido, de modo a garantir sua permanência e sua gestão. Isso porque, ao se constituir uma Pessoa Jurídica (uma empresa ou organização – *Holding*) todo o patrimônio seria integralizado, isto é, transferido, unificando assim este patrimônio, que seria então transformado em quotas/ações para cada membro da família/herdeiros legítimos. Assim, as partilhas posteriores, em decorrência de *post mortem*, se dariam a partilha dessas cotas/ações e não a partilha de cada bem individualmente. Desta forma se facilita a transmissão do patrimônio, preserva a família e a harmoniza a manutenção do patrimônio, o que acaba por gerar uma economia fiscal, pois não mais existe a transferência de bens, nem realização de testamento e inventário.

A partir dessas informações, sentiu-se a necessidade de se buscar mais informações sobre o sistema *Holding* e seus impactos na sucessão patrimonial, tanto do patrimônio urbano, como do patrimônio rural. Como se trata de uma prática já conhecida no meio empresarial, mas ainda muito incipiente no que se refere ao patrimônio familiar, seria preciso verificar na academia a existência de pesquisa ou estudos sobre a adequação do sistema *Holding* no setor do patrimônio familiar urbano e rural. Para isso seria necessário verificar a existência desses estudos. Nos limitaremos à pesquisa quantitativa.

Para tanto, seguindo a orientação de SEVERINO (2017), optou-se pela *heurística*, visto ser “a ciência, técnica e arte de localização, e levantamento de documentos” (SEVERINO, 2017, p. 150). Mas não se trata de qualquer levantamento, trata-se de um levantamento realizado a partir de “uma série de procedimentos para a busca metódica e sistemática dos documentos que possam interessar ao tema que se pesquisar” (SEVERINO, 2017, p.150). Seguindo a

⁷⁰ Sobre as leis que regem a criação de Holding no Brasil ver SILVA, F. P. da; MELO, C.; ROSSI, A. **Holding familiar: aspectos jurídicos e**

contábeis do planejamento patrimonial. [3. ed.]. - Barueri [SP]: Atlas, 2023, pp.24-26

heurística e com o alerta de SEVERINO (2017), quando se vai para as redes virtuais (internet) tem-se que adotar alguns cuidados, devido ao volume de dados disponíveis e, por isso, “a busca metódica e sistemática dos documentos” torna-se um desafio à parte, ou seja, na rede virtual, aponta SEVERINO que é “preciso saber garimpar, sobretudo, dirigindo-se a endereços certos” (SEVERINO, 2017, p.155). E, para tanto, este levantamento terá um caráter exploratório, até certa forma descritiva, como diz SILVA & MENZES (2005), visto que busca a descrição de particularidades de certos fatos e suas correlações entre determinadas variáveis e, ao mesmo tempo, insere-se dentro de uma “abordagem quantitativa” (SEVERINO, 2017, p.131) por se caracterizar em determinar quantidades de artigos, dissertações e teses realizadas sobre o tema Holding e sobre a sucessão patrimonial. Nesse sentido, a investigação aqui adotada pretende obter a coleta de dados de um conjunto de procedimentos (GIL, 2002), visto que a finalidade é mapear a produção acadêmica existente, artigos

científicos, dissertações e teses sobre o assunto.

Definiram-se cinco (cinco) expressões que serviriam de parâmetros dentro das plataformas⁷¹ de pesquisa. As expressões, uma vez definidas, seriam utilizadas sem a adição de nenhum tipo de filtro, visto que o objetivo era acessar o universo total desta produção científica. A partir dos estudos preliminares, as expressões demonstram claramente o campo ou a modalidade do Sistema de *Holding* voltada para o objetivo que é a compreensão da *Holding* familiar, e por isso se chegou às seguintes expressões: “*Holding* familiar”, “*Holding* patrimonial”, “*Holding* Rural”, “Sucessão patrimonial” e “Sucessão rural”. Caberia então, a partir daí, submeter estas cinco expressões nas plataformas de pesquisa e coletar os resultados.

A escolha da Plataforma Sucupira, através do Banco de Teses e Dissertações da Capes, deu-se por ser a Plataforma oficial do Ministério da Educação que tem como objetivo reunir a Produção de Dissertações e Teses sobre os diversos assuntos estudados nas Instituições de Ensino Superior no

⁷¹ A plataforma Sucupira, através do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e a plataforma

SciELO, que reúne a produção acadêmica em suas diversas revistas.

Brasil, e o Scielo, por ser a plataforma que reúne as revistas acadêmicas dos institutos de pesquisa do Brasil. Mas como o universo de artigos científicos pode ser bem maior do que a plataforma Scielo pode apresentar, utilizar-se-á também o Google Acadêmico, buscador de um universo maior para que se possa construir uma base de dados a ser analisada em um segundo momento. Acredita-se que boa parte da produção acadêmica sobre o tema envolto nas cinco “expressões” seriam atendidos, muito embora poderá haver outras pesquisas realizadas nos diversos Institutos de Pesquisas que não se encontram nestas plataformas.

As pesquisas nestas plataformas ocorreram entre os meses de agosto e

setembro de 2024 e expressam os resultados deste período. E os resultados foram organizados de modo que no primeiro capítulo apresentam-se os resultados obtidos no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. No segundo capítulo, os resultados obtidos na plataforma Scielo, no terceiro capítulo, analisaremos os conteúdos dos trabalhos encontrados.

2 - Teses e Dissertações.

2.1 Trabalhos realizados

Após a realização da pesquisa⁷² na plataforma do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, usando cada uma das “expressões” estabelecidas e a partir dos dados retornados elaboramos a **Tabela 1**.

Tabela 1 – Relação de Expressões x Trabalhos realizados

Expressões	Dissertações (Mestrado e Mestrado Profissional)	%	Teses (Doutorado)	%
<i>“Holding familiar”</i>	16	47,1	1	10,0
<i>“Holding patrimonial”</i>	2	5,9	0	0,0
<i>“Holding rural”</i>	3	8,8	0	0,0
<i>“Sucessão rural”</i>	8	23,5	6	60,0
<i>“Sucessão patrimonial”</i>	5	14,7	3	30,0
SUBTOTAL	34	100,0	10	100,0
TOTAL			44	

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do Banco de Dissertações e Teses da CAPES

⁷² A pesquisa foi realizada entre os dias 10 de agosto e 25 de setembro de 2024.

Como se pode observar na **Tabela 1**, 77,3% dos trabalhos se concentram em dissertações de mestrados (sejam eles acadêmicos ou profissionais) e 22,7%, teses de doutorados. Destaca-se que, quando se utiliza a expressão “*Holding familiar*”, o número de trabalhos realizados, dentro do universo temático, é bastante significativo, representando 47,1% dos estudos realizados. Outro dado significativo refere-se ao percentual de trabalhos realizados sobre a questão da “*Sucessão rural*”. Em um país em que o agronegócio é tão valorizado, o percentual de estudos de 23,7% é relativamente pequeno e quando se considera que apenas 8,8% das pesquisas se referem a “*Holding rural*”, demonstra-se que esta modalidade de proteção patrimonial rural ainda é pouco estudada ou ainda não se trata

de uma prática neste segmento produtivo. Mas caberia verificar se as teses de doutorado sobre a “*sucessão rural*” fazem alguma análise sobre a possibilidade de utilização da *Holding* como forma de se cuidar da “*Sucessão rural*”. Daí a necessidade de se embrenhar pela análise qualitativa desses trabalhos.

2.2 Relação Trabalhos/Ano

Em relação ao período(ano) em que os trabalhos acadêmicos foram elaborados e apresentados para avaliação e publicado, elaborou-se a **Tabela 2**, em que se pode observar este período de publicação. Para fins demonstrativos, o ano em que não constam trabalhos publicados, convencionou-se determinar valor “0”(zero). Seguem os dados para que se possa realizar a análise.

Tabela 2 – Produção/Ano

Ano	"Holding familiar"	"Holding Rural"	"Holding Patrimonial"	"Sucessão Rural"	"Sucessão patrimonial"
1999	0	0	0	0	1
2000	0	0	0	0	1
2005	0	0	0	0	3
2006	0	0	0	0	1
2007	0	0	0	0	1
2014	1	0	0	0	0
2017	2	0	0	2	0
2018	0	0	0	0	1
2019	0	0	1	1	0
2020	1	1	0	3	0
2021	2	1	0	2	1
2022	4	0	0	3	0
2023	5	1	1	3	0

Tabela 2 – Produção/Ano

Ano	"Holding familiar"	"Holding Rural"	"Holding Patrimonial"	"Sucessão Rural"	"Sucessão patrimonial"
2024	2	0	0	0	0
Total	17	3	2	14	9

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletado no Bando de Tese e Dissertações da CAPES

Ao se considerar os dados acima, pode-se concluir que o tema “Sucessão patrimonial” que aparecia no período de 1999 a 2007, deu lugar aos demais temas a partir da segunda metade da segunda década do século XXI. Conclui-se também, que dentre os temas pesquisados, a partir de 2014 os

temas mais pesquisados foram os do “Holding familiar” e de “Sucessão rural”. A partir da observação desses dados, pode-se ter a tentação de considerar a origem desta produção. Ou seja, em qual Estado cada um desses temas são mais estudados. Assim fez-se e elaborou-se a **Tabela 3**. Vamos a ela:

Tabela 3: Origem dos trabalhos acadêmicos

IES	UF	Holding familiar	Holding Rural	Holding Patrimonial	Sucessão Rural	"Sucessão patrimonial"
Universidade Católica de Brasília	DF	1				
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa de Brasília	DF		1			
Centro Universitário Alves Faria	GO	1				
Universidade de Rio Verde	GO	1				
Faculdade de Direito Milton Campos	MG	2				
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	MG	2			1	
Universidade Federal de Minas Gerais	MG				1	2
Universidade Federal de Ouro Preto	MG				1	
Universidade Federal da Grande Dourados	MS				1	
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	MS				3	
Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado	MT				1	
Universidade Cesumar	PR	1				
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	PR				1	
Universidade Federal Do Paraná	PR	1				
Centro Universitário Curitiba	PR		1			
Universidade Federal Fluminense	RJ					1
Universidade de Caxias do Sul	RS				1	
Universidade Federal de Pelotas	RS				1	
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	1			1	
Universidade de Santa Cruz do Sul	RS			1		
Universidade do Vale Do Rio dos Sinos	RS		1			
Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	SC	1				

Tabela 3: Origem dos trabalhos acadêmicos

IES	UF	Holding familiar	Holding Rural	Holding Patrimonial	Sucessão Rural	"Sucessão patrimonial"
Universidade do Oeste de Santa Catarina	SC				1	
Universidade Federal de Santa Catarina	SC	1				
Faculdade Escola Paulista de Direito	SP	1				1
Universidade de Marília	SP	1				
Universidade Estadual de Campinas	SP				1	2
Universidade Nove de Julho	SP	1				
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Franca	SP			1		

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Quando se observa a **Tabela 3**, pode-se concluir que o tema “*Holding familiar*” é liderado pelo Estado de Minas Gerais com 4 trabalhos, seguido por São Paulo com 3, e em terceiro lugar os estados Paraná e Goiás com 02 trabalhos cada, os demais estados, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal aparecem com 01 trabalho cada. Já no tema “*Sucessão Rural*” tem destaque a Região Sul do Brasil, na qual configuram 04 trabalhos no Mato Grosso do Sul, e ainda mais 03 trabalhos que vieram do Rio Grande do Sul. Isso pode estar relacionado à vocação produtiva de cada uma dessas regiões, visto que no Sul do país a agricultura familiar e a vida no campo é mais expressiva. Isso pode ter influenciado o desenvolvimento de trabalho sobre a questão da “*Sucessão rural*”. Por outro lado, as regiões de Minas Gerais e São Paulo, por serem mais densamente populosas, com

grandes cidades, a questão da proteção patrimonial a partir do sistema de Holding familiar tem a maior visibilidade e maior interesse da população.

3 – Artigos científicos.

3.1 Artigos disponíveis na Scielo

A análise dos trabalhos acadêmicos é importante porque simbolizam a dinâmica da produção acadêmica, ou seja, aqueles relatórios de pesquisa básica, ou até mesmo instrumental para inúmeras outras pesquisas. Para isso se elegeu a plataforma **Scielo** para a busca desta produção.

Seguem os resultados:

Tabela 4 – Expressões no Artigos científicos

Expressões	Artigos Científicos	%
<i>“Holding familiar”</i>	1	12,5
<i>“Holding patrimonial”</i>	1	12,5
<i>“Holding rural”</i>	5	62,5
<i>“Sucessão rural”</i>	1*	12,5
<i>“Sucessão patrimonial”</i>	0	0
SUBTOTAL	08	100,0
TOTAL		

* Trata-se do mesmo artigo encontrado na pesquisa “Holding familiar”

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do Scielo.

Esperava-se que os resultados fossem muito mais expressivos, mas eles surpreenderam. Encontraram-se poucos artigos científicos sobre os temas levantados pelas expressões. Assim, concluiu-se o seguinte: ou nossa pesquisa estava sendo realizada de forma errada, ou os resultados eram

reais e expressavam a pouca pesquisa cotidiana sobre a temática. Resolveu-se então adotar outra rodada de pesquisa, mas desta vez seriam subtraídas as “aspas” das expressões para se perceber o comportamento dos resultados. E assim se obteve:

Tabela 5 – Expressões (sem aspas) no Artigos científicos

Expressões (sem aspas)	Artigos Científicos	Artigos com abordagem do tema	%
<i>Holding familiar</i>	24	2	8,3
<i>Holding patrimonial</i>	0	0	0
<i>Holding rural</i>	58	0	0
<i>Sucessão rural</i>	99	22	91,7
<i>Sucessão patrimonial</i>	0	0	0,0
SUBTOTAL	181	24	100

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do **Scielo**.

A realização da busca com as expressões sem as “aspas” demonstrou um problema adicional que é trazer inúmeros resultados que não

se relacionavam diretamente com o tema pesquisado, e, por isso, foi necessário fazer a verificação de todos os resultados da busca. E, desta

análise preliminar, verificou-se que o resultado obtido era muito diferente do resultado anterior, de modo particular em dois itens: “*Holding* rural” e “Sucessão rural”. Na expressão “*Holding* rural” (sem aspas) retornaram 58 itens, no entanto, nenhum deles eram referentes à questão de *Holding*, mas a questões rurais, como rotação de cultura, solo, desmatamento, etc. Já a expressão “Sucessão rural”, na busca com aspas, obteve-se apenas um único resultado que tratava do mesmo artigo que também apareceu na busca “*Holding* familiar”. Porém quando se realizou a busca da expressão Sucessão rural (sem “aspas”) o resultado, considerando apenas os que possuíam ligação com a questão sucessória, obtiveram-se 24 artigos. E o mais interessante é que os artigos listados

na busca “*Holding* rural” (5 artigos), desapareceram quando da realização da busca de *Holding* rural (sem aspas), mas estes artigos apareceram na busca da expressão Sucessão rural (sem aspas). Esta situação fez com que se se considerasse apenas os resultados da busca na expressão “Sucessão rural”, e Sucessão Rural (sem aspas). Para tanto, demonstram-se esses resultados na Tabela 6. Dessa forma se percebe que a realização de busca por artigos científicos na plataforma do Scielo requer alguns cuidados adicionais, mas que não inviabilizam a pesquisa. Outro aspecto que se faz necessário destacar é a presença de dois artigos que relatam a questão sucessória em países fora do Brasil (Espanha e China), mas que foram publicados em revistas acadêmicas brasileiras.

Tabela 6 – Títulos dos artigos científicos conforme a expressão de busca (com e sem aspas)

Expressão “<i>Holding</i> rural”	Expressão Sucessão rural (sem aspas)
A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural	A identidade sociocultural do jovem agricultor na vitivinicultura familiar e sua relação com a sucessão rural
Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil	Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil
Revisão de literatura sobre <i>Holding</i> Familiar e Sucessão Rural	Revisão de literatura sobre <i>Holding</i> Familiar e Sucessão Rural
Sucessão familiar na agricultura: cenário internacional	Sucessão familiar na agricultura: cenário internacional
Sucessão na agricultura familiar: evidências da capacidade de absorção, capital social e aspectos socioeconômicos	Sucessão na agricultura familiar: evidências da capacidade de absorção, capital social e aspectos socioeconômicos

Tabela 6 – Títulos dos artigos científicos conforme a expressão de busca (com e sem aspas)

Expressão “Holding rural”	Expressão Sucessão rural (sem aspas)
	Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de Faxinal do Soturno - Brasil
	Impactos do processo sucessório gerencial na oferta agroturística em Venda Nova do Imigrante - ES
	Capacidade absorptiva individual e intenção empreendedora em sucessores de propriedades rurais
	Cooperativismo agropecuário e sucessão geracional em propriedades rurais: reflexões sobre o caso da Cotrijal/RS
	Educação rural: um olhar sobre a percepção dos agricultores familiares do município de Vitorino, PR
	Evidências da contabilidade e capacidades de absorção no processo de sucessão familiar e continuidade da atividade rural
	Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS
	Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil
	Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais
	Indicadores organizacionais e planejamento sucessório em empreendimentos rurais de grande porte: um estudo no estado de Mato Grosso
	Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras?
	Novas configurações no meio rural brasileiro: Uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar
	O impacto da especificidade dos ativos na disposição de herdar terras agrícolas: evidências de produtores de maçãs na China
	Sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura: a percepção de organizações sindicais da Espanha
	Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais

Tabela 6 – Títulos dos artigos científicos conforme a expressão de busca (com e sem aspas)

Expressão "Holding rural"	Expressão Sucessão rural (sem aspas)
	Sucessão geracional na agricultura: debate acadêmico e tendências científicas
	A sucessão geracional na pecuária familiar do extremo sul do Brasil

Fonte: Tabela elaborado pelo autor com base nas buscas da plataforma Scielo.

3.2 Relação Artigo/Ano na Scielo

Visando encerrar a busca de dados coletaram-se as informações referentes às publicações do período

em que os artigos científicos foram publicados. Os resultados obtidos são demonstrados na **Tabela 7** a seguir:

Tabela 7 – Ano publicação/Sucessão rural (sem aspas)

Ano	Quantidade	%
2009	1	4,5
2011	1	4,5
2013	1	4,5
2015	2	9,1
2018	1	4,5
2019	1	4,5
2020	1	4,5
2021	2	9,1
2022	4	18,2
2023	5	22,7
2024	3	13,6
Total	22	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados de Scielo

Vale salientar, porém, em uma análise de conjunto, que o período de publicação de Dissertações de Mestrado, Mestrado Profissional e de Teses de Doutorado sobre "Sucessão rural" ocorrem no período logo anterior (2020-2023) – ver Tabela 2, a crescente publicação de Artigos científicos (2022 e 2023) – ver **Tabela**

7. No entanto, nenhuma dessas pesquisas de Mestrado e Doutorado foi citada em nenhum dos artigos científicos publicados. Isso demonstra um desconhecimento dos estudos realizados em relação a Mestrado e Doutorado, além de se verificar que não há correlação necessária entre as publicações científicas.

3.3 Resultados da busca de Artigos científicos no Google Acadêmico

Como a busca na plataforma Scielo não expressa toda a realidade de produção de artigos científicos, resolveu-se aplicar as mesmas expressões na busca de artigos científicos no google acadêmico. À primeira vista, o universo de dados encontrados para cada uma das expressões fora substancialmente maior. Salienta-se que ao realizar a

busca no google acadêmico, fez-se necessário subtrair os resultados de cuja origem é o próprio Scielo, visto que estes já foram considerados anteriormente. Além disso, a busca no google acadêmico traz resultados como livros e citações, o que não condiz com os objetivos de levantamento de literatura. O quantitativo obtido nas buscas das expressões no google acadêmico encontram-se elaborados na **Tabela 8**.

Tabela 8 – Resultados de Busca no Google Acadêmico

Expressões	Quantidades	%
"Holding familiar"	910	24,8
"Holding patrimonial"	331	9,0
"Holding rural"	764	20,9
"Sucessão rural"	639	17,4
"Sucessão patrimonial"	1018	27,8
Total	3662	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados do google acadêmico

A título de informação adicional, elaborou-se a **Tabela 9** com as informações advindas da busca no

Google acadêmico por julgar importante na elaboração de pesquisas científicas.

Tabela 9 – Resultados Totais da Busca no Google Acadêmico

Expressões	Qdes.	%	Livros	%	Scielo	%	Citações	%	Outros	%
"Holding familiar"	910	24,8	98,0	37,1	9	22,5	260	56,5	3	100,0
"Holding patrimonial"	331	9,0	25,0	9,5	0	0,0	42	9,1	0	0,0
"Holding rural"	764	20,9	91,0	34,5	0	0,0	24	5,2	0	0,0
"Sucessão patrimonial"	639	17,4	41,0	15,5	8	20,0	54	11,7	0	0,0
"Sucessão rural"	1018	27,8	9,0	3,4	23	57,5	80	17,4	0	0,0
Total	3662	100	264	100	40	100	460	100	3	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados do google acadêmico

Como se pode observar na **Tabela 8**, os resultados de artigos científicos são significativamente maiores do que as obtidas nas buscas do Scielo. Não dá para afirmar categoricamente que os resultados obtidos pelo google acadêmico não representam o universo total da produção de artigos científicos, mas representam um número significativo destes. Sendo assim, o que se obteve com estas buscas expressam a produção científica sobre um determinado tema.

Já a análise dos resultados da **Tabela 9** revelam uma inconsistência nas pesquisas realizadas dentro da plataforma Scielo os resultados não representam a realidade dos dados presentes na própria plataforma, mas ao pesquisar fora da plataforma, através por exemplo do google acadêmico estes dados são melhor enxergados. Outra informação importante é referente ao item livros, uma vez que o google acadêmico nos oferece esta informação adicional

significativa, com a publicação de várias obras referentes ao tema pesquisado. Salienta-se, no entanto, parte dos livros apresentados não se referem ao tema buscado. Livros referentes a “Holding familiar”, dos 98 livros citados, 25 eram livros de outros assuntos, e 73 eram referentes ao tema pesquisado. Outro elemento significativo eram as citações em outros trabalhos científicos. Estas citações 460 no total, referiam-se a obras utilizadas em livros e artigos.

3.4 Relação Artigo/Ano conforme busca Google Acadêmico

Na realização de buscas através do google acadêmico é possível fazer a filtragem por ano. Sendo assim torna-se possível calcular o número de artigos produzidos anualmente. É possível ainda a filtragem por mês. No exemplo que se está a estudar realizou-se o levantamento geral até 2019. A partir de 2019, ano por ano. A partir desses cálculos foi possível elaborar a Tabela 10.

Tabela 10 – Produção de Artigos/Ano conforme busca no Google Acadêmico.

Expressões	Antes de 2019	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	Total	%
"Holding familiar"	594	46,4	87	6,8	93	7,3	109	8,5	113	8,52	220	8,52	64	8,52	1280	28,9
"Holding patrimonial"	149	37,4	35	8,8	41	10,3	41	10,3	35	3,2	66	10,3	31	10,3	398	9,0

"Holding rural"	555	63,6	68	7,8	41	4,7	55	6,3	50	13,8	65	6,3	39	6,3	873	19,7
"Sucessão patrimonial"	329	44,3	63	8,5	54	7,3	71	9,6	78	8,13	98	9,57	49	9,57	742	16,8
"Sucessão rural"	434	38,4	120	10,6	104	9,2	116	10,3	146	15,6	162	10,3	48	10,3	1130	25,5
Total	2061	46,6	373	8,4	333	7,5	392	8,9	422	34,7	611	8,86	231	8,86	4423	100,0

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados coletados na busca do Google Acadêmico.

A partir do que se realizou nesta pesquisa, utilizando as expressões “*Holding* familiar”, *Holding* patrimonial”, “*Holding* rural”, “Sucessão patrimonial” e “Sucessão rural”, utilizando o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a plataforma Scielo, e o Google Acadêmico, foi possível fazer uma exploração completa sobre o tema, de modo a ter uma boa noção do que está sendo produzido no meio universitário, bem como conhecer os temas abordados no campo estudado.

Percebeu-se que, em cada plataforma, é preciso realizar algumas adaptações, para que se obtenham os resultados esperados. Além disso, há que se considerar que é possível, pelo uso das ferramentas de busca, conhecer a progressão das publicações ano a ano, bem como os temas dessa produção, ainda é possível identificar a relação entre os artigos científicos e as produções de teses e dissertações.

4 – Considerações finais

Constatou-se, com o levantamento quantitativo da produção científica a respeito da temática, uma vez planejada, não é muito trabalhosa, mas requer o estabelecimento de critérios bem definidos e alguns cuidados adicionais. A definição das expressões em torno da temática possibilitou a realização do levantamento de dados a partir de temas próximos ou conexos. Ainda se poderia considerar o levantamento por área de conhecimento, ou ainda analisar subtemas dentro da grande área de conhecimento. Isso não se realizou neste levantamento, mas se apresenta como possibilidade.

Embora a revisão literária trata de uma análise crítica de pesquisas sobre um determinado tema, quando de forma qualitativa tem como objetivo “identificar tendências, lacunas e o estado atual da pesquisa” (GIL, 2002). Nesse sentido é parte

fundamental do processo de investigação e pode ser usada para nortear o desenvolvimento de projetos, teses, dissertações e artigos científicos. No caso aqui apresentado realizou-se uma pesquisa quantitativa e se limitará a ela. Essa revisão literária, no entanto, apresentou significativo procedimento frente ao desenvolvimento tecnológico, revelou o passo a passo de uma investigação quantitativa utilizando as plataformas digitais. Espera-se que esta revisão literária possa servir tanto para quem se pretende estudar este tema, ou iniciar uma nova revisão literária.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAMEDE, Gladston; MAMEDE, Eduarda Cotta. Holding Familiar e suas vantagens: planejamento jurídico e econômico do patrimônio e da sucessão familiar. 10^a. São Paulo: Atlas, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24^a. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, F. P. da; MELO, C.; ROSSI, A. A. Holding familiar: aspectos jurídicos e contábeis do planejamento patrimonial. [3. ed.]. - Barueri [SP]: Atlas, 2023.

HERANÇA DIGITAL: uma realidade no direito sucessório.

Ana Paula Amaral⁷³
Jane Chirley Brandão⁷⁴

RESUMO

Essa pesquisa foi realizada com base em referências bibliográficas e tem como propósito abordar a questão da herança digital e dos direitos da personalidade dos "de cujos" ou direitos do espólio. O avanço do uso da internet para compras, contratações de serviços e conexões com pessoas de todo o mundo tem sido cada vez mais frequente, porém nem sempre os usuários têm consciência das atividades realizadas online e da destinação dos bens digitais após a morte. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo foi projetado na avaliação das formas de transmissão da herança digital deixada pelo *de cujus*, analisando se será um direito personalíssimo ou bem passível de transmissão por meio de testamento ou inventário.

Palavras-chave: Bens Digitais. Herança Digital. Direitos da personalidade.

ABSTRACT

This research was conducted based on bibliographical references and aims to address the issue of digital inheritance and the personality rights of the "de cujus" or estate rights. The use of the Internet for shopping, contracting

⁷³ Discente - Fans – Faculdade de Nova Serrana/MG. Área de conhecimento: Direito Sucessório. Curso de Direito. 10^o período. E-mail: anans2011@yahoo.com.br

⁷⁴ Professora especialista em Direito Empresarial e Direito Processual - Fans – Faculdade de Nova Serrana/MG. Advogada inscrita na OAB em MG. E-mail: janechirley@gmail.com

services and connecting with people from all over the world has become increasingly frequent, but users are not always aware of the activities carried out online and the destination of digital assets after death. Given this scenario, the objective of this study was designed to evaluate the forms of transmission of the digital inheritance left by the deceased, analyzing whether it will be a personal right or an asset capable of being transmitted through a will or inventory.

Keywords: Digital Assets. Digital Inheritance. Personality Rights.

1 INTRODUÇÃO

No contexto de um mundo complexo, do crescimento e da expansão do mercado global centralizado pela internet, os indivíduos passaram a confrontar com cenários cada vez mais diversificados e difíceis, acarretando assim grandes dificuldades de aprimoramento em seus meios. É desejo de toda pessoa alcançar sucesso dentro da sociedade em que está inserida. As cobranças do mundo exigem cada vez mais comprometimentos eficazes e criativos daqueles que estão no meio jurídico, incentivando-os a buscarem táticas de sobrevivência e a solucionar questões que passam a serem mais urgentes.

A complexidade do sistema jurídico brasileiro e a alta demanda de

ações são fatores que afligem o mundo digital, causando, portanto, amplos contratempos para gerenciá-los. Dentre as inúmeras incógnitas que pairam sobre os direitos do mundo digital, se depara o cidadão com a incerteza no tocante ao tema da herança digital, quais seriam as formas de transmissão e os meios para solucionar tais dificuldades encontradas pelos operadores do direito, diante de vários casos concretos.

Dentro deste cenário, apresenta-se um tema controverso que gera muitos desafios, face à sua complexidade e interação em quase todas as relações humanas. Referido tema é de grande contribuição para a sociedade, pois a possível aplicação das teorias explicitadas no referido trabalho poderá auxiliar os operadores do direito diante dos casos práticos relacionados a sucessão em tempos digitais.

2 DIREITOS DA SUCESSÃO NO BRASIL: TIPOS DE SUCESSÃO

Quando se aborda o tema em estudo é imperioso destacar o emprego do código civil, abordando a existência da pessoa natural e seus processos de vivência.

Art. 6º “A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva”. (BRASIL, 2002).

Assim sendo, pode-se perceber que na ausência de uma pessoa, e esta, deixando bens, estes serão transferidos para seus herdeiros, dando início ao direito das sucessões, um processo que caminha de acordo com as leis vigentes no código civil. Coelho, 2012, p.245, menciona que “o direito das sucessões disciplina a destinação do patrimônio da pessoa física após sua morte. Assim, o tema em questão é a transmissão causa *mortis*”.

Tratando-se de legislação que estabelece o processo sucessório, o código civil elenca dois tipos de sucessão causa *mortis*. O primeiro caso se destina à aplicação do processo baseado estritamente por força da lei, a qual é chamada de sucessão legítima. O outro caso é manifestado pela última vontade do autor da herança, o qual recebe o nome de sucessão testamentária.

Assim estabelece a lei:

Art. 1.786. “A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.” (BRASIL, 2002)

Dentro de uma dinâmica mais ampla, pode-se dizer que suceder é suprir o lugar do outro, é o ato de substituir alguém. Tomar o lugar do outro no meio jurídico.

3 SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

Fazendo uma breve análise das sucessões testamentárias, pode-se dizer que a mesma se dá como um meio de suceder, baseando-se de uma forma mais acessível, onde a vontade da pessoa é manifestada como sendo seu último desejo, utilizando-se, entretanto, dos arranjos legais mencionados no código civil.

Tartuce (2019, p. 349) conceitua que o “testamento representa, em sede de direito das sucessões, a principal forma de expressão e exercício da autonomia privada, da liberdade individual, como típico instituto *mortis causa*.”

Os artigos 1845, 1846 e 1789 mencionados no atual Código Civil, ratificam a forma adequada de realizar o testamento.

Art. 1789: Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor da metade da herança.

Art. 1845: São herdeiros necessários os descendentes, os ascendentes e o cônjuge.

Art. 1846: Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima. (BRASIL, 2002).

Lobo, (2016, p.23), em sua obra, menciona que a sucessão testamentária não envolve apenas relações de famílias; o legatário pode ser estranho ou até mesmo pessoa jurídica. Devido à organização da sucessão, as empresas estão se tornando, cada vez mais, as principais responsáveis pelas transmissões de bens.

Logo, percebe-se que independentemente da idade ou do estado de saúde de uma pessoa, desde que capaz civilmente, esta poderá confeccionar um testamento, que nada mais é do que deixar por escrito de acordo com a lei a manifestação de sua vontade em relação ao seu patrimônio.

Fiuza (2015, p. 1276) diz que testamento é negócio jurídico por meio

do qual uma pessoa dispõe de seus bens ou faz outras declarações de última vontade. Vê-se, pois, que testamento é negócio jurídico. É a ação humana combinada com o ordenamento jurídico, voltada à produção de seus efeitos desejados pelo disponente, aos quais a lei dará forças. É negócio jurídico *mortis causa*.

A sucessão testamentária não é vista como regra no direito brasileiro, admitindo ser simultânea à sucessão legítima, que é tida como regra dentro do ordenamento jurídico.

4 SUCESSÃO LEGÍTIMA

A sucessão legítima é aquela preconizada pelo código civil, em seu artigo 1829, que estabelece a ordem de vocação hereditária, como se estivesse prevendo a vontade do *de cujus*, diante das dificuldades que o testamento poderia trazer à realidade.

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no

regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais (BRASIL, 2002).

Assim sendo, percebe-se que a sucessão legítima é vista como regra no direito brasileiro, uma vez que a mesma conjectura de grande importância para o direito das sucessões.

Maria Helena Diniz, dispõe em sua obra sobre o assunto:

O direito brasileiro admite, ainda, a possibilidade de existência simultânea dessas duas espécies de sucessão, pois, pelo Código Civil, art. 1.788, 2ª parte, se o testamento não abranger a totalidade dos bens do falecido, a parte de seu patrimônio não mencionada no ato de última vontade é deferida aos herdeiros legítimos, na ordem da vocação hereditária. Os bens mencionados no testamento são transmitidos aos herdeiros testamentários e aos legatários. Igualmente prescreve o Código Civil, no art. 1.966, que, quando o testador só dispõe de

parte de sua metade disponível, entende-se que institui os herdeiros legítimos no remanescente. Se não houver herdeiro legítimo, arrecadar-se-á como herança jacente a fração da quota disponível não distribuída no testamento (CC, art. 1.819). (DINIZ, 2012, p.30).

Nota-se dentro do que pensa a escritora que a sucessão legítima traz uma tranquilidade para o direito de sucessões, já que as pessoas destinadas à herança seriam aquelas que na maioria das vezes deveriam ou poderiam serem mencionadas no testamento.

5 HERANÇA

A herança, que também é chamada de espólio, é o patrimônio deixado pelo *de cuius*, que é transmitido para seus herdeiros, sejam eles legítimos ou testamentários. Pode-se mencionar que o espólio é algo sem personalidade, tendo sua existência apenas no universo jurídico. Ele é notado apenas no momento da abertura do inventário e finaliza na sua extinção, deixando de existir com a partilha. Haja vista ser o espólio o representante dos bens do *de cuius*.

A herança é um somatório, em que se incluem os bens e as dívidas, os créditos e os débitos, os direitos e as obrigações, as pretensões e ações de que era titular o falecido, e as que contra ele foram propostas, desde que transmissíveis (GONÇALVES, 2023, p.27).

Assim é formado o patrimônio, através de bens materiais e imateriais, sendo estes passíveis de estimativas econômicas, dando direito à herança que se encontra reconhecida e coberta pela constituição federal de 1988, onde se menciona que “é garantido o direito de herança”, conforme artigo 5º, inciso XXX. (BRASIL, 1988).

Dada a abertura da sucessão, o espólio se torna responsável pelos bens do *de cujus* e apenas após a partilha, é que cada herdeiro mencionado no inventário receberá sua quota ideal.

6 HERANÇA DIGITAL

É fato que as pessoas, com o passar dos anos, tem hábito de acumular bens, sejam eles na forma material, imaterial ou mesmo digitais. O ser humano está sempre em evolução e os bens os acompanham em suas

mais diversas modalidades de empreendimentos, sendo de grande contribuição a evolução dos meios do direito para o acompanhamento da evolução da humanidade.

Na seara digital, em uma sociedade moderna, observam-se mudanças de atividades da vida real para um mundo virtual. No mundo pós-pandemia, onde os sobreviventes se viram obrigados a se encontrarem de forma diferente, trabalharem de forma diferente, em busca da sobrevivência, novas formas de relações jurídicas e atividades surgiram. Dessa forma foram criados novos patrimônios, novos negócios, novas formas de se adquirirem bens, rendendo frutos que podem passar para outras gerações, dentre eles os bens digitais.

Estes seriam aqueles bens incorpóreos, os quais são progressivamente inseridos na Internet por um usuário, consistindo em informações de caráter pessoal que trazem alguma utilidade àquele, tenha ou não conteúdo econômico. (ZAMPIER, 2021, p.77).

Todas essas atividades deram e dão origem a um patrimônio acumulado na forma digital, com

conteúdo econômico, por vezes elevado, e que os operadores do direito ainda buscam meios e caminhos para ajustá-los e incluí-los de forma correta na sucessão *causa mortis*.

Diante de tantas polêmicas jurídicas, alguns estudiosos do ramo já se baseiam em verdades vivenciadas, como é o caso de Zampier, que menciona em sua obra que a solução para o direito à herança digital seria ““permitir que haja a transmissão de seu patrimônio digital aos herdeiros, seja pela via testamentária ou legítima. Para tanto, há que se ter o cuidado de arrolar tais bens em inventários que forem abertos” (ZAMPIER, 2021, p. 130).

A herança digital é ponto novo no direito sucessório, mas é vista de forma totalmente legal, pois é considerada bem corpóreo e incorpóreo e de valor econômico e rentável ao ambiente familiar.

Tartuce, (2019, p. 81), corrobora em sua obra que a herança digital é “um conjunto de bens, corpóreos e incorpóreos, havido pela morte de alguém e que serão transmitidos aos seus sucessores, sejam testamentários ou legítimos”. Dessa forma, no mesmo contexto, a

herança digital refere-se a um conjunto de ativos, entendidos como dados (que podem ser adquiridos e armazenados por meio digital), os quais podem ser repassados aos seus sucessores.

7 DIREITO DE PERSONALIDADE

É notório observar que a herança digital vem se tornando assunto de emergência no panorama jurídico do Brasil, estando ligada diretamente com o direito de personalidade, devido ao fato de que os ativos digitais geralmente representam e incorporam manifestações da personalidade individual.

Os direitos da personalidade foram incluídos na Constituição Federal de 1988, reconhecidos no inciso X do artigo 5º, que diz: “X - a intimidade é inviolável, a vida privada, a honra e a reputação de uma pessoa, garantindo o direito à indenização por danos materiais ou morais resultantes de seu descumprimento. (BRASIL, 1988).

Registre-se que os direitos da personalidade podem ser classificados com base na tricotomia em corpo, mente e espírito, correspondendo, respectivamente, aos direitos à integridade física, psíquica e moral (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2020, p.197/198).

O Direito de Personalidade nem sempre foi tão forte ou tão eficaz como é na atualidade, e tampouco advogou em prol dos direitos da pessoa humana. No direito romano, os escravos eram tratados como qualquer coisa, sendo inteiramente tratados como indigentes. Tal reconhecimento é considerado como uma grande conquista a todo ser humano.

O que se conclui que: “significa dizer que todas as pessoas, indistintamente, possuem aptidão para participar de relações jurídicas, adquirindo direitos e contraindo deveres” (TEPEDINO, 2020, p.108).

Com o florescer do conceito de dignidade da pessoa humana em meados do século passado, amplificou-se uma nova categoria de direitos subjetivos de natureza extrapatrimonial, os quais se denominam Direitos da Personalidade. Nascia aí o segundo sentido técnico para o termo personalidade, que hoje encontra também guarida na legislação civilista brasileira. (ZAMPIER, 2021, p.100).

Zampier (2015, p.102/103) elucida em sua obra que a partir do momento em que o ser humano vai se virtualizando no mundo digital, com o

desenvolvimento da tecnologia, a sua personalidade, em ambas as vertentes, acompanha inexoravelmente esse desenrolar. A pessoa vale-se de sua personalidade jurídica para celebrar diversos contratos online. De igual forma, a proteção de seus atributos intrínsecos em redes, como a imagem e honra, é cada vez mais objeto de discussão. Não será despropositado defender, em breve tempo, a existência de uma personalidade virtual, condensadora da personalidade jurídica e dos direitos da personalidade, quando projetados no universo digital.

Seguindo os pontos abordados por Zampier (2021), considerando a organização de uma cláusula geral de proteção à personalidade, seja esta oriunda da constituição ou das previsões estabelecidas pelo código civil, seria possível reconhecer já no presente momento ou em um futuro próximo a existência de bens da personalidade que se projetam com grande eficácia no mundo digital, tendo, como exemplos, o direito de imagem, a honra e a privacidade.

A cidadania, na era digital, trata da conscientização das pessoas por meio da educação e do acesso à informação.

Em suma, a acessibilidade ao conhecimento é vetor da liberdade e da dignidade, reclamando atenção para o fato que a exclusão digital potencializa processos de desigualdade. (LOBO e FRANCO, 2023, p.103).

É notório perceber que a exposição dentro das redes sociais, através de fotos ou vídeos, é compartilhada livremente por milhões de usuários em um curto espaço de tempo. Em contrapartida a esta exposição, tal indivíduo pode ter sua honra colocada de forma duvidosa através desta divulgação aleatória à sua pessoa, estando sob forte ameaça sua privacidade.

8 HERANÇA DIGITAL NO BRASIL

A conexão entre os direitos da personalidade e a herança digital é intrincada e possui várias camadas. De um lado, os direitos da personalidade têm como objetivo salvaguardar as características pessoais do indivíduo; do outro, a herança digital se ocupa da passagem desses atributos em um *cujus*, além de promover a adoção de práticas mais seguras e responsáveis no gerenciamento de dados pelas companhias de tecnologia.

cenário de sucessão. Neste contexto, as autoras deste trabalho, examinam como a legislação brasileira pode encontrar uma congruência entre essas duas demandas, garantindo que a privacidade e a identidade digital sejam preservadas após o falecimento, ao mesmo tempo que possibilita uma transferência justa e apropriada dos bens digitais.

A falta de legislação sobre herança digital pode levar a conflitos e disputas legais entre os herdeiros, bem como com as empresas de tecnologia que detêm os bens digitais. A ausência de leis claras e coerentes pode resultar em decisões arbitrárias ou injustas, afetando negativamente a justiça e a equidade no tratamento dos bens digitais. (LANA E FERREIRA, 2023).

As leis relacionadas à herança digital desempenham um papel fundamental na garantia da transferência apropriada e equitativa dos ativos digitais após o falecimento do titular, assegurando a preservação da privacidade e dos direitos do *de*

Na busca de esclarecer mais sobre o tópico é adequado aludir sobre o projeto de lei 4.099, proposto no Congresso Nacional, que trazia a

alteração do artigo 1.788, do Código Civil de 2002, acrescentando o parágrafo único que dispõe:

Seguidamente tramitou o projeto de lei 4.847, com autoria do Deputado Estadual Marçal Filho, que almejava incluir o capítulo da herança digital e os artigos 1.797-A a 1.797-C no Código Civil.

Devido ao fato de que o Projeto de Lei do Deputado Estadual Marçal Filho foi vinculado ao Projeto de Lei do Deputado Estadual Jorginho Mello sobre a sucessão digital durante o processo legislativo, a PL 4.847/2012 e a PL 4.099/2012 devem ser apresentadas juntas. Sendo assim arquivado em 2019.

A respeito do Projeto de Lei no 5.820, de 2019, de autoria de Elias Vaz, que continua em andamento e atualmente está sendo examinado pelo Senado Federal, pretende alterar o artigo 1.881, parágrafo 4, do Código Civil, diz:

§4º Para a herança digital, entendendo-se essa como vídeos, fotos, livros, senhas de redes sociais, e outros elementos armazenados exclusivamente na rede mundial de computadores, em nuvem, o codicilo em vídeo dispensa a presença das testemunhas para

sua validade.
(BRASIL, PL.5.820
DE 31/10/2019).

Uma nova proposta de autoria do então Deputado Gilberto Abramo foi incluída no Projeto de Lei, 3.050/2020, sugerindo que o artigo tenha um parágrafo único: os arquivos digitais ou contas de titularidade do autor da herança com conteúdo de qualidade patrimonial serão transmitidos aos herdeiros.

Posteriormente, este mesmo Deputado, acrescentou no PL 3.051/2020, que também foi anexado ao PL 3.050/2020, a inclusão do artigo 10-A na Lei nº: 12.965/2014.

Ainda sobre a regularização da herança digital, é o Projeto de Lei 2664/2021, sugerido pelo então Deputado Carlos Henrique Gaguim, propondo acrescentar o artigo 1857-A à Lei 10.406, de 2002:

“Art. 1857-A. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento ou qualquer outro meio no qual fique expressa a manifestação de vontade, sobre o tratamento de dados pessoais após a sua morte. § 1º São nulas quaisquer cláusulas contratuais voltadas a restringir os poderes da pessoa de dispor sobre os próprios dados. § 2º

Salvo manifestação expressa em contrário, os herdeiros têm o direito de: I – acessar os dados do falecido a fim de organizar e liquidar os bens da herança, identificando informações que sejam úteis para o inventário e a partilha do patrimônio; II – obter os dados relacionados às memórias da família, tais como fotos, vídeos e áudios; III – eliminar, retificar ou comunicar os dados; IV – tratar os dados na medida necessária para cumprir obrigações pendentes com terceiros bem como para exercer os direitos autorais e industriais que lhe tenham sido transmitidos; § 2º As disposições do presente artigo aplicam-se, no que couber, aos declarados incapazes. (BRASIL, PL.2.664 DE 03/08/2021).

Tal projeto de lei busca incluir a transmissão de todas essas diversas categorias de propriedades. De forma semelhante ao que foi feito em outras nações, como Espanha e França, estabelece como norma geral a capacidade dos herdeiros de acessarem certos tipos de informações, a fim de garantir o direito à herança. Acredita-se que, do ponto de vista da

privacidade, não há motivo para tratar diferentes propriedades de forma distinta apenas por estarem em formato digital.

Por fim o senador Confúcio Moura apresentou o Projeto de Lei 365/2022, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto de lei estabelece em seu texto a possibilidade de consignação da herança digital em testamento ou diretamente nas aplicações da Internet em que está armazenada. Sugere ainda que, após o falecimento do usuário, o que foi deixado no meio digital não poderá mais ser alterado nem removido por seus herdeiros, legatários ou pelo próprio provedor de aplicação, salvo se for determinado expressamente em seu testamento a remoção do conteúdo por ele postado e armazenado.

Por fim, este projeto de lei propõe ainda a adição de um novo artigo à Lei Geral de Proteção de Dados, estabelecendo que, com a morte do titular dos dados, os direitos do titular, regrados pelo art. 18 da lei supramencionada transmitem-se aos seus sucessores, com exceção do direito de acesso a dados.

Observa-se que é iminente e importantíssima uma legislação clara e

precisa sobre herança digital face à crescente demanda dos direitos relacionados aos bens digitais na vida das pessoas e busca proteger seus direitos e interesses dentro desse novo contexto. A legislação sobre herança digital se torna cada vez mais importante para garantir uma transição adequada dos bens digitais após a morte, como resultado do crescente uso da tecnologia e da vida digital.

Garcia (2022) em sua obra, expõe a necessidade de regulamentar as reformas propostas, haja vista ver vantagens que as plataformas têm sobre seus usuários.

9 ANALISANDO E AVALIANDO CASOS CONCRETOS

No Brasil, há poucos casos concretos com decisões jurídicas já estabelecidas devido à falta de uma legislação específica sobre o assunto. No entanto, é possível inferir que, em geral, os juízes, estudiosos e outros profissionais do direito buscam proteger os direitos de personalidade do falecido, sempre priorizando a preservação da intimidade, dignidade humana e privacidade.

Várias situações são registradas de celebridades que morrem e seus perfis nas mídias

sociais ganham um aumento significativo de seguidores. Aconteceu com Marília Mendonça, em que sua conta do *Instagram* teve aumento de 18 milhões de seguidores após sua morte, segundo o site da Caras. Sua herança digital corre em segredo de justiça, há muitos interessados. Sabe-se que a mesma tem um herdeiro, seu filho, mas em se tratando de redes sociais, até as plataformas desejam gerenciar um conta tão alta como a dela.

Augusto Liberato, “Gugu”, é outro nome que destacou após sua prematura morte, em que, segundo uma reportagem realizada pela UOL, sua conta no *Instagram* pulou de 1.908.277 seguidores para 2.971.434, significando um aumento de 55,7% de seguidores.

Assim sendo, diante dessa situação, como lidar com o desejo não apenas dos descendentes de pessoas famosas de gerenciar a conta de um ente falecido? O lucrativo perfil das personalidades públicas justifica a violação da privacidade do morto? O valor sentimental e a vontade de preservar a memória de um ente querido através de fotos, vídeos, textos, entre outros, não tem importância para defender a transferência desses arquivos para a família como parte da

herança digital? Essas questões e várias outras precisam ser analisadas e debatidas pela doutrina e pelo poder legislativo, a fim de encontrar um ponto de equilíbrio que atenda aos interesses dos herdeiros e também respeite a privacidade e intimidade do falecido em suas interações pessoais.

Essas reflexões podem ser o ponto de partida para futuras pesquisas.

10 – DECISÕES RELACIONADAS DE TRIBUNAIS

A chegada da era tecnológica trouxe consigo uma série de novos desafios jurídicos, incluindo o problema da herança digital. Ante a lacuna de lei específica sobre o tema, os Tribunais de Justiça têm interpretado e aplicado o direito digital em ambiente sucessório.

CASO 01 – PRISCILA ALMEIDA AGUIAR

PROCESSO: 1036531-51.2018.8.26.0224

PRISCILA ALMEIDA AGUIAR propôs ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face de YAHOO! DO BRASIL INTERNET LTDA, ao fundamento de que MARCELO DE CÂNDIDO AGUIAR, seu marido, faleceu em 14/07/2017. A

autora citou que, em 23/02/2017, teriam adquirido uma unidade autônoma integrante de um empreendimento residencial e que a negociação se deu através de e-mail do falecido, onde estariam todos os documentos relacionados, além de outros necessários a instruir o inventário, e pedido de seguro de vida, quando da compra do imóvel. Pede judicialmente o acesso ao conteúdo da conta do usuário falecido, em razão da ausência de resposta da plataforma citada.

O Yahoo “alegou a impossibilidade de fornecimento de dados de acesso a conta de e-mail, tendo em vista que, com a morte do usuário, extinguiu-se o direito de uso, sendo pessoais e intransferíveis”.

Ao analisar o processo, o Juiz entendeu que apenas em situações específicas e por meio judicial é possível a liberação de informações, em especial posto que as informações sobre registros de conexão, acesso a aplicações, dados pessoais e conteúdo de comunicações privadas, somente podem ser fornecidas pelos provedores mediante ordem judicial, conforme artigo 10. Todavia, em razão da necessidade das informações para o processo sucessório e direitos patrimoniais, o Magistrado autorizou o acesso aos e-

mails, mas apenas no período justificado, para fins de comprovação das negociações necessárias ao processo do inventário. Assim, deferiu parcialmente o pedido do fornecimento do conteúdo existente na conta, em respeito aos princípios do sigilo da correspondência, privacidade e proteção aos dados pessoais.

CASO 02 - SIMONE VALVERDE DE SOUZA

APELAÇÃO CÍVEL: 1002101-

53.2022.8.26.0638

CASO 03 - ROSILENE MENEZES FOLGADO

PROCESSO: 1.0000.21.190675-5/001

A herança virtual é uma realidade inegável nos dias de hoje. A pesquisa foca na legislação do Direito das Sucessões no Brasil, direcionando-se para o indivíduo de direito, em torno do qual gira o sistema e seus ativos acumulados ao longo da vida online. São examinadas as ações judiciais e legislativas no Brasil. Procuram-se normas semelhantes na legislação com o objetivo de encontrar soluções para os conflitos que surgem em relação às plataformas digitais, usuários e outros envolvidos. São elaboradas conclusões visando à harmonização entre os domínios virtuais e analógicos no que

se refere à sucessão por falecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As recentes práticas decorrentes do uso da Internet em diversos âmbitos da vida, juntamente com a sua natureza fluida e, ao mesmo tempo, permanente, certamente provocam relevantes implicações jurídicas. Essas implicações abrangem tanto questões de natureza patrimonial quanto aspectos existenciais.

Diante da ausência de uma legislação clara sobre o destino do acervo digital deixado por uma pessoa falecida, algumas iniciativas têm buscado direcionamento no direito sucessório, partindo do princípio de que se trata de uma transmissão patrimonial. Contudo, é fundamental reconhecer que a internet é um meio significativo para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, englobando aspectos existenciais cruciais que não podem ser transferidos. Necessária a congruência entre os direitos da personalidade, direitos da privacidade e proteção aos dados pessoais com os direitos patrimoniais e sucessórios.

Enquanto os bens existenciais não podem ser transferidos, os bens patrimoniais,

como a exploração econômica dos direitos da personalidade, são passíveis de transmissão. Esse mesmo princípio deve ser considerado nos casos de bens de natureza dúplice, nos quais é necessário reconhecer tanto os interesses existenciais quanto os patrimoniais.

Dada a complexidade e a controvérsia do assunto, observa-se com clareza, por meio dos casos concretos examinados, a significativa insegurança jurídica que permeia a questão. Assim, é fundamental que o legislativo direcione sua atenção de maneira mais firme e célere a essa questão, uma vez que a Internet e os avanços tecnológicos estão inseridos em nosso cotidiano e vieram para permanecer.

REFERENCIAS

COELHO, Fabio Ulhoa. Curso de direito civil, família, sucessões, volume 5/ Fabio Ulhoa Coelho. -5. ed. Rev. e atual. -São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm.> Acesso em 16/02/2024.

_____. Lei nº: 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm.> Acesso em 16/02/2024.

_____. Projeto de lei nº 4.099 de 20 de junho de 2012. Altera o artigo 1.788 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que “instituiu o Código Civil”. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548678>. Acesso em : 01/08/2024.

_____. Projeto de lei nº 4.847 de 12 de dezembro de 2012. Acrescenta o Capítulo II-A e os arts. 1.797-A a 1.797-C à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=563396>. Acesso em: 01/08/2024.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.820, de 31 de outubro de 2019. Dá nova redação ao art. 1.881 da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil. Brasília. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2228037> .Acesso em: 01/08/2024

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.050, de 2 de junho de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/info-materias/2024/04/codigo-civil-conheca-as-propostas-de-juristas-para-modernizar-a-legislacao> Acesso em: 01/08/2024

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.051, de 2 de junho de 2020. "Acrescenta o art. 10-A à", "(Marco Civil da Internet), a fim de dispor sobre a destinação das contas de aplicações de internet após a morte de seu titular.", Brasília. Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254248>. Acesso em: 01/08/2024

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.664, de 03 de agosto de 2021 "Acrescenta o art. 1857-A à", "Lei 10.406 de 2002a fim de dispor sobre a herança digital.", Brasília. Câmara dos

Deputados, 2021. Disponível em: https://https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2049837&filename=PL%202664/2021. Acesso em: 01/08/2024

_____. Senado Federal. Reforma Código civil, de 16 de abril de 2024 "Acrescenta o art. 1857-A à", "Lei 10.406 de 2002a fim de dispor sobre a herança digital.", Brasília. Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: https://https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2049837&filename=PL%202664/2021. Acesso em: 01/08/2024

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Sentença. Procedimento Comum Cível nº1036531- 51.2018.8.26.0224. 10ª Vara Cível. Lincoln Antônio Andrade de Moura, 27 de fev. de 2020. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoEdt.do?cdProcesso=68000UU5Z000&cdForo=224&cdDoc=59236986&cdServico=800000&tpOrigem=2&flOrigem=P&nmAlias=PG5GRU&ticket=6eEKypkM8iP%2BTBQipqrIco7DbARQP0ciU9v3jTQY9CCy4IUZbNOKN4F0xYudKlv%2BfZhUKFGSa56wm7KgF1zJJEIur%2Bk8m8uHYKEq9vnBjyqSA7flGRkiQ6YR0lbKx32BFVPzIzuCslpYyzz%2BZHoB1NXDe8llqZGy0WEucwTsX0qjzC425hib2u3Y6pIZLwISW%2FRBrC3elRyXGi08u1oAw%3D%3D>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.

_____. Tribunal de Justiça de São Paulo. Sentença.1002101-53.2022.8.26.0638. 3ª Câmara de Direito Privado. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cposg/search.do?conversationId=&paginaConsulta=0&cbPesquisa=NUMPROC&numeroDigitoAnoUnificado=1002101-53.2022&foroNumeroUnificado=0638&dePesquisaNuUnificado=1002101-53.2022.8.26.0638&dePesquisaNuUnificado=UNIFICADO&dePesquisa=&tipoNuProcesso=UNIFICADO#?cdDocumento=17>. Acesso em 08 de setembro de 2024.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Sentença.1.000.21.190675-5/001. 3ª Câmara de Direito Privado. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1906763-06.2021.8.13.0000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>. Acesso em 01/08/2024.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Apela Cível nº:1.0000.21.241481-7/001. Relator(a). Maria Lúcia Cabral Caruso. Belo Horizonte/MG. 25/02/2022. Disponível em: https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&palavras=esp%F3lio+e+herdeiros%2C+falecimento+titular+direito%2C+ajuizar+a%E7%E3o+indenizat%F3ria+virtude+ofensa+moral+suportada+pelo+cujus&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&codigoOrgaoJulgador=&codigoCompostoRelator=&classe=&codigoAssunto=&dataPublicacaoInicial=&dataPublicacaoFinal=&dataJulgamentoInicial=&dataJulgamentoFinal=&siglaLegislativa=&referenciaLegislativa=Clique+na+lupa+para+pesquisar+as+refer%Eancias+cadastradas..&numeroRefLegislativa=&anoRefLegislativa=&legislacao=&norma=&descNorma=&complemento_1=&listaPesquisa=&descricaoTextosLegais=&observacoes=&linhasPorPagina=10&pesquisaPalavras=Pesquisar. Acessando em: 01/08/2024.

CARAS. <https://caras.com.br/atualidades/um-ano-apos-sua-morte-numero-de-seguidores-e-streams-de-marilia-mendonca-so-crescem.phtml>. Acesso em 07 de setembro de 2024.

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v. 6.

FIÚZA, César. Direito Civil. 17ª ed. rev. atual. Revista Dos Tribunais. 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito

civil. V.1, parte geral. 22.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

GONÇALVES, Carlos R. Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões. v.7. (17ª edição). Editora Saraiva, 2023.

LANA, Henrique; FERREIRA, Cinthia. A herança digital e o direito sucessório: nuances da destinação patrimonial digital. IBDFAM: Instituto Brasileiro de Direito de Família., [s. l.], 2 jun. 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1989/A+heran%C3%A7a+digital+e+o+direito+sucess%C3%B3rio%3A+nuances+d+destina%C3%A7%C3%A3o+patrimonia+l+digital>. Acesso em: 01 ago. 2024

LOBO, Edilene. OLIVEIRA, Nubia Franco de. Direitos fundamentais e inteligência artificial: reflexões sobre os impactos das decisões automatizadas. 1º ed. Editora D'Plácido. Belo Horizonte, São Paulo, 2023.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: sucessões. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Sucessões. 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2019.

TEPEDINO, Gustavo. OLIVA, Milena Donato. Teoria geral do direito civil. (Fundamentos do Direito Civil). Organização Gustavo Tepedino. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

UOL NOTÍCIAS. [https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/aumento-de-seguidores-de-gugu-reacende-debate-sobre-herancadigital.htm#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20seguidores%20de,sexta%2Dfeira%20\(29\)](https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/02/aumento-de-seguidores-de-gugu-reacende-debate-sobre-herancadigital.htm#:~:text=O%20n%C3%BAmero%20de%20seguidores%20de,sexta%2Dfeira%20(29).). Acesso em 07 de setembro de 2024.

ZAMPIER, Bruno. Bens Digitais. 2ª ed., Indaiatuba, SP, Editora Foco, 2021. 346p.

⁷⁵Graduado em Administração e Ciências Contábeis. Pós-graduado em Gestão Contábil, Auditoria e Controladoria. Mestrando em Administração pela Must University. E-mail: admhiltonwayner@gmail.com

IMPACTO DA TECNOLOGIA BLOCKCHAIN NOS NEGÓCIOS: Como se utilizar das vantagens e minimizar os pontos críticos na utilização da tecnologia

Hilton Wayner Junior⁷⁵
Ciro Antônio Pereira Lemos⁷⁶

RESUMO

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre os impactos da tecnologia Blockchain no mundo dos negócios, enfatizando a sua propagação, benefícios e pontos críticos. Os avanços tecnológicos trazem mais celeridade às rotinas empresariais, mas a realização de transações digitais ainda requer um cuidado em relação à proteção dos dados. Na tecnologia Blockchain esses riscos são minimizados através da utilização da criptografia. Destaca-se que a tecnologia Blockchain possui ferramentas que vão desde novas formas de moedas até mesmo a elaboração de contratos inteligentes e processos de auditoria, que reduzem o erro humano e trazem mais transparência a todos os participantes da transação. Para a elaboração deste estudo foi realizada uma pesquisa na plataforma Scielo Brasil e em outros sites de revistas acadêmicas, nas quais foram selecionados artigos relacionados diretamente com o tema de pesquisa. E, para a realização de uma pesquisa atualizada, a seleção foi limitada aos textos publicados nos últimos cinco anos. Os resultados da pesquisa demonstraram que são muitos os benefícios da tecnologia Blockchain no

⁷⁶Mestre em Administração. Professor e Coordenador da Escola de Negócios, cursos de Administração e Ciências Contábeis, da Faculdade de Nova Serrana (MG). E-mail: ciroantoniolemos@gmail.com

mundo dos negócios e que pontos das suas ferramentas podem ser utilizadas também pelos órgãos públicos, mas ainda existem alguns aspectos críticos a serem tratados antes da propagação em massa da tecnologia.

Palavras-chave: Blockchain. Tecnologia. Empresas.

ABSTRACT

The main objective was to discuss the impacts of Blockchain technology on the business world, emphasizing its spread, benefits, and critical points. Technological advances bring greater speed to business routines, but conducting digital transactions still requires care regarding data protection. In Blockchain technology, these risks are minimized through the use of cryptography. It is worth noting that Blockchain technology has tools that range from new forms of currency to the creation of smart contracts and auditing processes, which concentrate human error and bring more transparency to all participants in the transaction. To prepare this study, a survey was conducted on the Scielo Brasil platform and other academic journal websites, from which articles directly related to the research topic were selected. And to conduct an updated survey, the selection was limited to texts published in the last five years. The results of the survey revealed that there are many benefits of Blockchain technology in the business world and that its tools can also be used by public agencies, but there are still some critical points to be addressed before the technology is widely disseminated.

Keywords: Blockchain. Technology. Companies.

1 Introdução

Os avanços tecnológicos que surgem com o passar dos anos mudam a forma de trabalho das organizações e os processos são atualizados com o foco em atender a grande demanda de movimentação. Para acompanhar o mercado é necessário que as empresas façam a adesão aos novos processos, ponto esse que é crucial para a continuidade dos negócios.

Diante desse fator, esse artigo tem por objetivo demonstrar sobre como a tecnologia Blockchain pode impactar o mundo dos negócios, trazendo mais celeridade e segurança às transações que são realizadas diariamente. A segurança das transações é algo essencial para a propagação desse sistema, pois com a grande ocorrência de *ciberataques* é primordial que toda a rede seja segura para todos os usuários.

Para a realização deste artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base nos artigos disponíveis de forma *on-line* na Plataforma Scielo Brasil; a busca foi através da expressão Blockchain. Para que o presente artigo apresentasse materiais atualizados, a pesquisa foi limitada às publicações dos últimos 5 (cinco) anos. Como complemento foram utilizados outros

materiais relacionados ao tema e que estavam disponíveis na Internet.

No decorrer deste artigo, será apresentado sobre como a tecnologia Blockchain pode impactar o mundo dos negócios, e será destacada sua propagação, benefícios e pontos críticos.

2Tecnologia Blockchain

2. 1 Conceito e Propagação

A tecnologia Blockchain corresponde a uma grande base de registro e armazenamento digital, na qual os usuários podem fazer negócios e movimentações financeiras por meio de um sistema de codificação e registros validados através de assinatura criptografada (PORTO; LIMA JUNIOR & SILVA, 2019).

O sistema da tecnologia Blockchain é descentralizado e não possui uma entidade central de regulação, mas todas as transações registradas no sistema não podem ser alteradas posteriormente, o que garante a segurança de toda a rede e torna todos os dados imutáveis (ALVES, et. al., 2018).

Pode-se dizer que, com os avanços da tecnologia e, por consequência, o aumento das transações por meio digital, é essencial que todo e qualquer sistema criado tenha por prioridade a segurança das transações; um sistema que não seja seguro não terá adesão das empresas e nem dos órgãos públicos.

Esse novo conceito em tecnologia tem várias características que geram segurança para os seus usuários, como, por exemplo, a autenticidade e a imutabilidade das transações, nas quais todos os participantes são identificados e nenhum usuário consegue alterar alguma informação já compartilhada na rede (MOURA; BRAUNER & JANISSEK-MUNIZ, 2020).

A segurança gerada pelo sistema trouxe novas formas de movimentações financeiras e isso ocasionou a criação do Bitcoin, que é uma criptomoeda descentralizada, que foi criada com o intuito de retirar o controle da moeda dos bancos centrais. As operações em Bitcoin ocorrem por meio de um sistema descentralizado, sem a presença de intermediários, porém validada por qualquer computador que esteja vinculado à

rede do Bitcoin (MATTOS; ABOUCHEDID & SILVA, 2020).

Considerando os avanços tecnológicos, da segurança do sistema e da cobertura da mídia, a propagação da tecnologia Blockchain foi rápida, e, com isso, foram criadas diversas plataformas e aplicativos com finalidades distintas, desde a possibilidade de troca de criptomoedas até um sistema de monitoramento de segurança alimentar (ALKHATEEB, et. al., 2022).

Outro fator que auxiliou na propagação da tecnologia Blockchain foi o sistema de mineração vinculado as operações com Bitcoin. Nesse processo, os mineradores competem para validar os dados contidos nas transações e quem consegue validar recebe um Bitcoin como recompensa (MATTOS; ABOUCHEDID & SILVA, 2020).

Em relação ao Bitcoin, a busca foi por um sistema que conseguisse fugir do monopólio dos bancos e da regulação do Estado, mas, para criar um sistema confiável, o foco foi na segurança das transações para evitar fraudes no sistema de pagamentos ou até mesmo simples alterações nas operações já concluídas (ALMADA & COSTA, 2023).

Como o foco foi elaborar um sistema que não tivesse interferência de terceiros, foi possível criar um processo com custo reduzido, que permitiu a propagação e adesão por várias pessoas, como, por exemplo, os mineradores que buscam obter Bitcoins através da validação dos dados incluídos no sistema da tecnologia Blockchain.

2.2 Benefícios e Pontos Críticos

A tecnologia Blockchain pode gerar vários benefícios para o mundo dos negócios, desde melhorias em pequenos processos e até mudanças em processos mais complexos que são realizados atualmente.

Uma atividade que pode ser utilizada, a tecnologia Blockchain é a convocação de acionistas para as assembleias gerais, que atualmente deve contar com três publicações em jornais de grande circulação. Com a utilização da tecnologia todos os acionistas podem ser convocados através de uma plataforma (PORTO; LIMA JUNIOR & SILVA, 2019).

Considerando seu sistema de segurança, a tecnologia Blockchain é praticamente inviolável, e isso reduz consideravelmente a possibilidade de

ciberataques, roubo de dados e fraudes (ALMADA & COSTA, 2023). Por causa desse relevante benefício, a tendência é que as empresas e até mesmo os órgãos públicos façam a adesão a essa tecnologia, para dar mais segurança às suas atividades e processos.

Pode-se dizer que o principal benefício da tecnologia Blockchain é a permissão para que ocorra uma transação criptografada sem a participação de terceiros, o que reduz os custos da transação, mas mantém a confiança na operação que está sendo realizada (ALKHATEEB, et. al., 2022).

A não participação de terceiros pode causar uma pequena insegurança nos usuários em um primeiro momento, mas por conta de as operações serem criptografadas existe uma segurança por todo o sistema, inexistindo assim, a possibilidade de alterar dados ou utilizar identidades falsas nas transações.

Cabe destacar que, apesar de todos os benefícios da tecnologia Blockchain, existem também alguns pontos críticos. Um deles é que ainda não é possível integrar a tecnologia de forma simples aos sistemas que já existem, pois duas redes Blockchain ainda não se comunicam de forma trivial. Com isso, ainda serão

necessários alguns estudos para viabilizar uma padronização para propagação da tecnologia (ALVES, et. al., 2018).

Além disso, a tecnologia Blockchain também possui algumas limitações em relação ao tamanho dos dados gerados e aos custos e desperdícios energéticos para minerar. Esses fatores ainda causam um pequeno bloqueio na propagação completa da tecnologia (MOURA; BRAUNER & JANISSEK-MUNIZ, 2020).

Outro ponto que precisa ser melhorado é a evolução dos métodos de segurança e testes nos softwares que utilizam da tecnologia Blockchain, para adapta-los aos novos processos e com isso manter a segurança que é primordial para a utilização da tecnologia (ALVES, et. al. 2018).

Por ser relativamente nova, é normal que a tecnologia Blockchain tenha pontos a serem melhorados e adaptados, mas isso é comum em todos os processos de mudança e inclusão de novas ferramentas, principalmente na área da tecnologia. Cabe aos usuários a busca pela diminuição dos riscos e com isso a propagação em massa da utilização da tecnologia. A redução dos pontos

críticos pode fazer com o que mais empresas e até mesmo os órgãos públicos façam a adesão da tecnologia nos seus processos.

2.3 Tendências de Aceitação e Adesão nos Negócios

A tendência é que a tecnologia Blockchain se propague no mundo dos negócios e tenha mais aceitação na maioria das empresas. Um dos processos mais comuns de utilização da tecnologia é a elaboração de contratos inteligentes, os quais agilizam processos que atualmente podem levar dias para análise (ALKHATEEB, et. al., 2022).

A adesão à tecnologia Blockchain faz com que as empresas diminuam os erros por falha humana e deem mais celeridade às atividades realizadas. Isso é possível através da padronização via sistema de tarefas que hoje dependem de processos manuais, o que evita, por exemplo, o erro de cálculo na realização de auditoria contábil (PORTO; LIMA JUNIOR & SILVA, 2019).

Os erros por falha humana podem atrapalhar o desempenho dos negócios e, além disso, podem ocorrer fraudes em empresas que não

possuem um grande sistema de conferência e validação das transações. A adesão da tecnologia Blockchain pode reduzir esses riscos a algo próximo de zero, trazendo mais transparência aos negócios e às repartições públicas.

Além disso, um aspecto em que a tecnologia Blockchain pode causar maior impacto é na redução de custos, e isso já está sendo verificado em empresas da área industrial, de serviços e até mesmo da área da educação, da tecnologia e da ciência (ALMADA & COSTA, 2023). Pode-se dizer que este fator é primordial para a adesão em massa, pois é um ponto crucial no mundo dos negócios e foco de muitos gestores.

São muitos processos que podem ser totalmente adaptados através da tecnologia Blockchain, como, por exemplo, o compartilhamento de dados médicos de forma totalmente segura e até mesmo eleições que podem ser realizadas através de sistemas web sem perda da transparência (ALVES, et. al., 2018).

A tecnologia Blockchain quando utilizada no Bitcoin é tratada como um fenômeno e uma nova tendência em conceito de moeda, na qual todo o

sistema é baseado em confiança, que pode permitir no futuro grandes desenvolvimentos sociais (ALMADA & COSTA, 2023).

Para que a tecnologia Blockchain tenha o potencial de gerar desenvolvimento na sociedade é necessário que as empresas e os órgãos públicos façam adesão a ela, na forma dos mais diversos processos. Porém, inicialmente, é necessário que os usuários conheçam a segurança que o sistema gera para todos.

A tendência é que a tecnologia Blockchain tenha potencial para mudar a forma em que o mercado e governo operam atualmente, trazendo mais segurança e celeridade aos processos, o que é essencial e tratado como uma vantagem para todos que irão utilizar o sistema (MOURA; BRAUNER & JANISSEK-MUNIZ, 2020).

3 Considerações Finais

Nesse artigo, a proposta inicial foi discorrer sobre o impacto da tecnologia Blockchain nos negócios, destacando seu conceito, propagação, benefícios e pontos críticos.

A pesquisa bibliográfica demonstrou que são muitas as áreas em que a tecnologia Blockchain pode

ser utilizada, tanto em empresas privadas como em repartições públicas, e que o sistema possui muita segurança para todos os usuários. Mas ainda existem alguns pontos que devem ser melhorados para a propagação completa da tecnologia.

4 Referências

- ALKHATEEB, A., Catal, C., Kar, G., & MISHRA, A. (2022). Plataformas Blockchain Híbridas para a Internet das Coisas (IoT): Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Sensores*, 22 (4), 1304. <https://doi.org/10.3390/s22041304>.
- ALMADA, P. E. R., & Costa, E. S. (2023). Controle e vigilância no capitalismo digital: uma análise da tecnologia blockchain e sua implementação empresarial. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(1), e2022-0020. <https://doi.org/10.1590/1679-395120220020>.
- ALVES, P. H., Laigner, R., NASSER, R., ROBICHEZ, G., Lopes, H., & KALINOSWSKI, M. (2018). Desmistificando Blockchain: Conceitos e Aplicações. In: MACIEL, J. Viterbo (Orgs). *Computação e Sociedade*, Sociedade Brasileira de Computação. <https://www-di.inf.puc-rio.br/~kalinowski/publications/AlvesLNRLK20.pdf>.
- MATTOS, O. B., ABOUCHEDID, S., & SILVA, L. A. e. (2020). As criptomoedas e os novos desafios ao sistema monetário: uma abordagem pós-keynesiana. *Economia E Sociedade*, 29(3), 761-778.

<https://doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art04>.

MOURA, L. M. F. de., BRAUNER, D. F., & JANISSEK-MUNIZ, R. (2020). Blockchain e a Perspectiva Tecnológica para a Administração Pública: Uma Revisão Sistemática. *Revista De Administração Contemporânea*, 24(3), 259–274. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190171>.

PORTO, A. M., LIMA JUNIOR, J. M. de, & SILVA, G. B. (2019). Tecnologia Blockchain e Direito societário: aplicações práticas e desafios para a regulação. *Revista de Informação Legislativa*, v. 56, n. 223, p. 11-30, jul./set. 2019. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/564624>.

MARKETING PESSOAL COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA IMAGEM E CRESCIMENTO PROFISSIONAL: Um estudo com profissionais de vendas que atuam nas indústrias de calçados da cidade de Nova Serrana/MG.

Carlos Corrêa de Lacerda Junior⁷⁷
Ana Julia Cardoso Caetano⁷⁸
Thiago Fernandes Lacerda⁷⁹

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar os conceitos de marketing pessoal, as características que o compõe e entender como os profissionais de venda percebem e desenvolvem tais ferramentas com a finalidade de se tornar um diferencial competitivo. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, com meios de investigação

feitos através de um estudo de caso, sendo feita a coleta de dados no mês de outubro de 2022, através de questionário e entrevista, feita com profissionais de venda atuantes no ramo calçadista da cidade de Nova Serrana utilizando a técnica de análise de dados qualitativa e quantitativa, utilizando o procedimento de coleta de dados primários. Os resultados obtidos apontaram que os vendedores entrevistados, demonstram ainda baixo conhecimento específico da ferramenta do marketing pessoal, por outro lado demonstram um grande interesse em aprender mais sobre o tema, visando desenvolver futuramente um diferencial em suas carreiras profissionais e pessoais.

Palavras-chave: Estratégia. Promoção.

Imagem Profissional. Marketing Pessoal.

ABSTRACT

The present research aimed to identify the concepts of personal marketing, the characteristics that compose it and understand how sales professionals perceive and develop such tools in order to become a competitive differentiator. The research methodology is characterized as exploratory and descriptive, with means of investigation carried out through a case study, with data collection being carried out in October 2022, through a questionnaire and interview, conducted with sales professionals working in the footwear industry in the city of Nova Serrana using the qualitative and quantitative data analysis technique, using the primary data collection procedure. The results obtained indicated that the interviewed salespeople still demonstrate little specific knowledge of the personal marketing tool, on the other hand, they demonstrate a great interest in learning more about the subject, aiming to develop a future differential in their professional and personal careers.

⁷⁷ Mestre em Administração de Desenvolvimento Organizacional. Professor da FANS

⁷⁸ Graduada em Administração pela FANS

⁷⁹ Graduado em Administração pela FANS

Keywords: Strategy. Promotion. Professional Image. Personal Marketing.

1. Introdução

As empresas no contexto atual estão investindo com mais frequência no marketing, visando a maior aumento dos lucros, desenvolvimento da marca e crescimento. Seguindo essa vertente, nos últimos tempos, pessoas físicas também estão aprimorando o marketing pessoal para serem reconhecidas, pois ele é uma ferramenta essencial, em destaque para os profissionais que trabalham no setor de vendas.

A partir dessa lógica, as empresas também passaram a buscar profissionais cada vez mais competentes que sejam capazes de agregar valor às organizações e entregar os resultados propostos, fazendo com que as organizações fossem mais competitivas no mercado de atuação, observando a alta exigência do mercado por bens e serviços que pudessem atender aos clientes e consumidores, que estão cada vez mais exigentes e rigorosos (DUTRA, 2001).

Percebe-se que os profissionais de venda podem apenas apresentar e vender um produto sem obter

relacionamento profissional e direto com o cliente, ou podem absorver as razões pelas quais a empresa oferece aquele produto, conectando-se com seu cliente, fidelizando e realizando a venda.

Como evidencia Bidart, (2006) o sujeito deve se conhecer, saber de suas habilidades, interesses e competências. Também deve cuidar para que sua marca pessoal seja reconhecida pelo mercado e prestigiada.

Destarte, quando o sujeito está em perfeita sintonia com seus propósitos e trabalha sua imagem tendo-os em vista, consegue se conectar com seu cliente de forma mais real, assim alcançando maior sucesso na negociação.

Aderindo o marketing pessoal como estratégia competitiva para os profissionais de venda, questiona-se: Como os profissionais de venda, que atuam nas indústrias de calçados da cidade de Nova Serrana/MG, percebem e desenvolvem o marketing pessoal a fim de promover sua imagem e alavancar suas carreiras profissionais?

Marketing

Sabe-se que o marketing é de alta importância para o sucesso dos

negócios, fator muito importante para encantar o cliente na hora da negociação. Entretanto, não podemos falar em marketing pessoal, sem antes falar em marketing de forma geral, que é um processo no qual indivíduos e grupos conseguem o que desejam através da criação de ofertas e da livre troca de valor entre si. (KELLER; KOTLER; 2012).

Porém, antes ainda de apresentar uma definição formal de “o que é Marketing”, podemos levantar “o que ele não é”, e dessa forma entender que: Marketing não é propaganda; apesar de importante, ela é somente uma de suas responsabilidades. Marketing não são vendas; apesar de fazer parte do processo, “o marketing é muito mais amplo do que as vendas entre si. Marketing não é tão-somente bom senso, pois as análises e decisões de marketing são complexas e vão muito além de mero bom senso e da intuição”. Após as análises, percebemos que, para o sucesso dos planos de marketing, devem ser seguidos diversos passos e, com isso em mente, a definição de marketing é: Um método de planejamento e execução do conceito, preço, bens e serviços, comunicação e distribuição de ideias, de modo a criar trocas que atendam

objetivos organizacionais e individuais. (SEMENIK; BAMOSSY, 1995).

Conforme Keller e Kotler (2012), o marketing engloba a identificação e a satisfação das demandas humanas e sociais, sendo que uma das melhores definições de marketing é a de “suprir uma necessidade gerando lucro”, portanto as empresas devem criar estratégias que atraiam o público.

Ampliando ainda o conceito de marketing, conforme Drucker (1973, p. 64-65):

O marketing é tão básico que não pode ser considerado uma função separada. É o negócio, como um todo, visto do ponto de vista de seu resultado final, isto é, do ponto de vista do consumidor. O sucesso da empresa não é determinado pelo produtor, mas pelo consumidor (DRUCKER, 1973, p. 64-65).

Concordando com o exposto por Drucker (1973), Semenik e Bamossy (1995) afirmam que o conceito de marketing pode ser considerado uma filosofia de negócios que indica que o propósito fundamental de um negócio é atender aos desejos e também às necessidades dos consumidores.

Pode-se considerar ainda que haverá sempre a precisão de vender, mas o objetivo do marketing é tornar fútil o

esforço da venda, assim, faz-se necessário entender e conhecer o cliente tão bem de forma a saber qual o serviço ou produto se adequa a ele e se venda por si só. De modo geral, o marketing poderia reverter em um cliente aprontado a comprar, sendo somente necessário tornar o produto disponível (DRUCKER, 1973).

Os conceitos de marketing, nas palavras de Paixão (2009, p. 37) “buscam sempre adequar-se às peculiaridades do ambiente socioeconômico e cultural, em constante e rápidas modificações, posicionando como principal força na criação de mercados e oportunidades”, condicionando-se a atender às necessidades do público alvo e entendê-los (CROCCO et al., 2010).

Tratando-se de marketing, deve-se lembrar do Composto de Marketing 4 Ps e 4 As, que são ferramentas utilizadas para interação entre os meios internos e externos de uma organização. (COBRA, 1992).

O composto de marketing 4 Ps, que é a sustentação de toda estratégia de marketing. Como afirma Cobra (1997) os 4 elementos que o compõem foram criados e estabelecidos para atender ao consumidor. O serviço ou produto foi criado com a finalidade de suprir as

necessidades e satisfazer os desejos do consumidor; a promoção deve divulgar o produto ou serviço ao mercado instigando e realizando a venda; o preço deve ser acordado com o custo de fabricação e de mercado e, finalizando, a praça visa levar o produto mais rapidamente e de forma acessível ao consumidor.

Marketing Pessoal

Em razão da concorrência existente nos dias de hoje, no mercado de trabalho, o indivíduo que almeja criar uma carreira bem-sucedida, com desenvolvimento pessoal, deve encontrar pontos que o destaquem diante de outros profissionais do mercado. É nesse cenário que o marketing pessoal atua, sendo instrumento essencial para evidenciar as ações do profissional em relação aos demais, minimizando ou anulando seus pontos negativos e maximizando suas qualidades, condicionando pleno crescimento pessoal e ascensão profissional. Assim, Ritossa (2009, p. 17), evidencia que o marketing pessoal é:

[...] conjunto de ações planejadas que facilitam a obtenção de sucesso pessoal e profissional, seja para conquistar uma

nova posição no mercado de trabalho, seja para manter sua posição atual. Essas ações compreendem não só a divulgação de uma melhor imagem de nós mesmos, mas também o aprimoramento de nossas deficiências e o investimento em nossas qualidades (RITOSSA, 2009, p. 17).

Corroborando com o exposto acima, entende-se como marketing pessoal a divulgação da imagem do profissional, sua postura, sua dinâmica perante as ações cotidianas, preservando sua integração no mercado de trabalho. Para resumir “a marca que você deixa para as pessoas, é uma questão estrutural do marketing pessoal, que começa pelo caráter, passa pelo comportamento e atitude até chegar à reputação”. (PERSONA, 2005, p. 17). O conceito de marketing pessoal (venda da própria imagem) começou a ser comentado em torno do ano de 1980, refletindo as relações interpessoais, criatividade, interatividade e conectividade. Em virtude disso, estudam-se atualmente as definições de marketing, investimento mais na promoção pessoal, apresentação pessoal, currículo profissional, além do

aprendizado do carisma, da desinibição e da autoconfiança. (GÓIS, 2007).

Na opinião de Rizzo (2011), existe uma desavença quanto vamos interpretar o que é o marketing pessoal que, por conseguinte, pode ser entendido como uma forma de propaganda, técnicas de persuasão ou venda. O conceito correto é o de identificar as necessidades, os desejos e interesses do mercado, e assim conseguir atendê-lo de forma competitiva e eficaz. Numa linguagem mais compreensiva, o marketing pessoal pode ser entendido como uma sequência de atividades que a pessoa leva até o consumidor final (amigo, profissional, empregadores). Esses costumam associar o marketing pessoal com modo de falar, vestimenta, postura, porém o conceito de marketing pessoal vai além disso conforme Ramalho (2008), pois é fundamental que haja networking com outras pessoas para assim alcançar a alavancagem profissional.

Na ocasião em que se fala sobre marketing pessoal, Rizzo (2011) expõe que o assunto é ainda mais extensivo do que uma simples forma de se vestir, de comportar-se e de manifestar-se.

Para Kotler (2003), o marketing pessoal é disciplina considerada nova que utiliza os conceitos e ferramentas do

marketing em prol da carreira profissional e da vida pessoal, valorizando assim as qualidades do ser humano.

Para Ornelas e Vargas-Moniz (2011), as pessoas acabam se sentindo acanhadas ao usar a expressão marketing pessoal, pois acreditam se tratar de uma vaidade pessoal, mas na verdade estão enganadas e discriminam o tema. O marketing pessoal é um método mercadológico que motiva o profissional a trabalhar e exteriorizar seus talentos e habilidades ampliando assim as chances de em sua área de atuação haver o crescimento profissional.

De acordo com Torquato (2002), o marketing pessoal diz sobre a essência das pessoas e seu interior, ajudando no desenvolvimento de habilidades, para que se destaquem entre os demais profissionais da sociedade.

Vendas

De acordo com Futrell (2014), vendas e marketing podem ser considerados como sinônimos. Contudo, a venda é na verdade apenas um dos muitos elementos do marketing. Nos negócios, uma definição comum de venda pessoal diz respeito à troca de informações para convencer o cliente a

comprar algo que satisfaça suas necessidades pessoais. Essa definição tem como objetivo ajudar o profissional de vendas que trabalha com clientes existentes, ou com clientes potenciais que podem ser prospectados. Após o contato com o cliente, o profissional deve verificar suas necessidades, fornecer informações, sugerir um produto que atenda suas necessidades e prestar atendimento pós-venda a fim de garantir a satisfação e fidelização a longo prazo.

O *site* Resultados Digitais conceitua (Clientes prospectados - Prospectar clientes consiste em entrar em contato com consumidores em potencial. Os vendedores fazem ligações para aqueles que possuem mais qualidade e potencial de fechamento — aqueles que estão mais prontos para receberem uma oferta comercial.)

Atualizando o conceito de vendas, Futrell (2014) traz uma nova definição, na qual a palavra desinteressadamente é acrescentada à definição tradicional. Nesse sentido, a venda se refere à comunicação de informações, porém agora de forma desinteressada, em que os profissionais de vendas devem cuidar, ajudar e atender seus clientes,

satisfazendo seus desejos, porém sem esperar nada em troca. Os vendedores devem lidar com seus clientes de forma ética, dizendo a verdade sobre que produto irá fazer, oferecendo o melhor preço para o melhor produto, visando a cada necessidade específica, sempre entregando dentro dos prazos e prestando serviço de excelência, além de acompanhamento para garantir que o cliente esteja contente, tudo isso sem tirar vantagem do mesmo.

Conforme Las Casas (2005), não obstante os pensamentos negativos relacionados à profissão, de todas as atividades de uma empresa, a de venda é uma das que apresentam maiores atrativos. Monotonia é o que não acontece para quem a abraça. A profissão necessita de constante contatos com clientes dos mais variados tipos, viagens frequentes, reuniões com outros profissionais e treinamentos. Essa profissão oferece grande flexibilidade e adaptação às mais variadas situações e desenvolve no indivíduo a versatilidade exigida para cargos superiores.

O vendedor, em muitos casos, é o próprio administrador. Faz seu trabalho com certa liberdade e é a pessoa que toma maioria das decisões quanto a tempo, clientes, trabalho. A

responsabilidade de sua atuação pode interferir diretamente no seu desempenho. Seu compromisso com a profissão que abraçou é um dos determinantes para o futuro de sua carreira.

A profissão de vendas tem uma importante característica quando se pensa no futuro profissional, pois uma passagem por essa área é o melhor treinamento que o indivíduo pode receber, pois oferece conhecimentos valiosos para qualquer administrador.

Relação entre Marketing Pessoal e Vendas

No contexto pós-moderno, de acordo com Rizzo (2017), o ser humano reconhece as exigências do mercado profissional, e então deve buscar desenvolver um perfil competitivo, ou seja, ampliar o entendimento de si mesmo e de seu produto, pois não existe vendedor que não conheça, com detalhes, o produto que está negociando.

Conforme exposto por Bastos, Souza e Rezende (2011) as empresas reconhecem que o marketing pessoal é uma ferramenta essencial para os profissionais de venda que nela atuam. A empresa pode formar um profissional mediano que apenas apresenta e

venda o produto sem obter um relacionamento profissional com o cliente, ou pode formar aquele vendedor que absorve as bases fornecidas pela empresa e zela principalmente pela fidelização do cliente.

O processo de compra de um cliente vai depender de vários fatores que os influenciam, os quais são fatores culturais, sociais, pessoais e psicológicos. Isso ocorre porque a decisão de compra dos clientes é feita por 05 estágios: reconhecimento da necessidade, busca por informações sobre o produto ou serviço, avaliação das alternativas, decisão de compra e comportamento pós-compra (KOTLER, 2003).

Segundo Kotler (2008), o conceito de venda expõe que os consumidores sozinhos não compram tudo aquilo que o mercado tem a oferecer, no entanto, a organização deve empregar um esforço agressivo de venda e de promoção para conquista dos clientes. O marketing tem tudo a ver com a venda de um produto ou serviço, não só para conquista do cliente, mas também para sua fidelização.

Em complemento, Las Casas (1999) aponta que, atualmente, o departamento de vendas se destaca

nas empresas, pois é ele que está diretamente ligado aos lucros. A pessoa que atua no ramo de vendas aprende a ser flexível, pelo fato de conviver com diferentes tipos de clientes com os quais se relaciona. Apesar dessas características deve ser também autoadministrador, preenchendo relatórios, controlando atrasos e faltas, prestar assistência a clientes e ter como principal objetivo desenvolver o seu papel: vender. Os vendedores que exercem essas atividades acabam tendo a maior possibilidade de ocupar cargos mais altos nas organizações.

Um tipo de departamento como esse acaba sendo motivado pela “administração de vendas”, cuja função não é só tratar da força de vendas, mas também se preocupa com pesquisa, planejamento, preço, promoção, ou seja, o marketing que será exercido para que as vendas possam atingir os objetivos organizacionais.

As práticas de marketing pessoal utilizadas pelos vendedores

De acordo com Bastos, Souza e Rezende (2011), a profissão de vendedor é uma das mais antigas, sendo denominada de várias formas: consultores, representantes de vendas,

executivos de vendas, dentre outros, mas que trabalham sempre com o intuito de ofertar um produto ou serviço ao consumidor, criar um relacionamento que muitas vezes pode ser duradouro, avaliar as necessidades de seus clientes e, conseqüentemente, realizar a venda, que resultará em benefícios para ambas as partes. Um vendedor deve, em primeiro lugar, ser bem treinado para representar a empresa e sempre estar atento com todos os assuntos no que diz respeito à estratégia da empresa e os envolvidos, porém poucos são aqueles profissionais que realmente são treinados antes de começar a exercer esse cargo dentro da empresa.

Para Ferracciù (2002), o vendedor deve conhecer o produto antes de apresentar aos consumidores; todos os lançamentos devem ser realizados com antecedência, com isso os produtos podem primeiramente serem apresentados à equipe de vendas. A necessidade de o vendedor saber o conteúdo antes é muito importante, para melhor transmitir de forma clara e objetiva a imagem da empresa no mercado.

O relacionamento entre o vendedor e o cliente tem muito impacto para o resultado de uma venda. Souza Neto e

Mello (2009) discorrem em seu artigo que os resultados identificam a forma como alguns serviços podem ser agregados de acordo com as características que os consumidores percebem no relacionamento estabelecido entre a empresa e o consumidor. Contudo, as empresas devem ficar atentas em como os consumidores percebem e/ou desejam o relacionamento.

Um fator importante que não pode deixar de ser citado é a imagem do vendedor, ou seja, a maneira com que se veste e se apresenta, lembrando que além de apresentar o produto estará representando a empresa. Sempre a primeira impressão é a que fica; nesse caso, o traje do vendedor é fator fundamental. De acordo com o produto oferecido e a maneira com que se porte é necessário que vendedor o tenha remuneração justa para que tenha motivação de trabalhar, realizar vendas e aplicar o marketing pessoal, em seu ambiente de trabalho.

Após todas essas informações, verifica-se que as práticas do marketing para os vendedores estão no treinamento que a empresa deve oferecer ao colaborador deixando-o ciente das estratégias da empresa, dos produtos ou serviços que ela oferece, e ressaltando a relevância

que o marketing pessoal tem, e sua influência no consumidor e na venda do produto.

Processos Metodológicos

A proposta da metodologia é apresentada no quadro a seguir, onde são informados de forma agrupada os processos adotados na realização da pesquisa.

Objetivos da Pesquisa	Tipo de pesquisa	Meios de investigação	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise de dados
Entender os conceitos de marketing pessoal e as características que o compõem.	Exploratória e descritiva	Estudo de Caso	Questionário e Entrevista	Dados primários	Quantitativa e Qualitativa
Identificar como os profissionais de venda percebem o marketing pessoal e se buscam desenvolver ou não tal ferramenta.					
Abordar como as ações de marketing pessoal podem ser desenvolvidas e aplicadas pelos profissionais de venda, se tornando diferencial competitivo.					

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores (2022).

Considerações Finais

Considerando que a cada ano o mercado atual se encontra mais competitivo e exigente, os vendedores que atuam nas indústrias de calçado da cidade de Nova Serrana buscam

conhecer, entender e exercer a ferramenta do marketing pessoal, como forma da promoção de sua própria imagem e crescimento pessoal. Outrossim, busca-se exercer a ferramenta como um diferencial competitivo durante suas vendas para

que consigam ter um sucesso maior em suas negociações.

A pesquisa realizada nessa ocasião vem para demonstrar e reafirmar a importância do entendimento e uso da ferramenta do marketing pessoal, visando cada vez mais capacitar os vendedores atuantes na área calçadista da cidade e promover sua imagem pessoal e profissional como um diferencial competitivo em suas carreiras. Com o resultado da pesquisa, foi possível entender os conceitos de marketing pessoal e as características que o compõem, compreendo melhor tal ferramenta.

Sendo assim, através dessa pesquisa foi possível a identificação dos pontos positivos e expectativas quanto ao desenvolvimento do marketing pessoal, alavancando o lado profissional de cada um. Ao discernir os conceitos, temáticas e práticas do marketing pessoal os vendedores que atuam nas indústrias calçadistas de Nova Serrana demonstram um raso conhecimento específico da ferramenta do marketing pessoal, mas em contrapartida demonstram grande interesse em aprender mais sobre ela, visando desenvolver futuramente um diferencial em suas carreiras profissionais e pessoais.

A realização do trabalho também proporcionou ampliar os conhecimentos em relação aos principais segmentos de interligação entre o marketing pessoal e os planos de carreira. Sendo entre eles, o principal: uma boa oratória e dicção das palavras juntamente com boa postura, vestuário adequado, atitudes nas negociações, conhecimentos em variadas áreas, participação em cursos e palestras, assim como obtenção de *feedback*, entre outros.

Em relação às hipóteses que foram testadas, foi possível apurar com os resultados das entrevistas que os profissionais de venda desenvolvem o marketing pessoal parcialmente, mas demonstram interesse em aprender cada vez mais sobre a ferramenta.

Na generalidade da pesquisa, houve a obtenção de um resultado positivo, relevante e com grande capacidade de agregar valor aos profissionais que atuam no setor de vendas, no qual o primeiro produto a ser vendido é a sua imagem. A pesquisa também, após sua conclusão, irá preencher lacunas que anteriormente foram evidenciadas, contribuindo fortemente para pesquisadores futuros.

Ainda assim, recomenda-se para futuras pesquisas uma ampliação da

amostra e aplicação em diversos perfis de vendedores e, não somente, em vendedores de indústria.

REFERÊNCIAS

BALLBACK, J.; SLATER, J. *Marketing yourself and your career*. Irvine: Califórnia, 1999.

BASTOS, D. M.; SOUZA, T. A. de; REZENDE, P. A importância do marketing pessoal para os profissionais de vendas que atuam em lojas de vestuário da cidade de São Paulo. In: Conferência: XXII ENANGRAD – São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/273694033_A_IMPORTANCIA_DO_MARKETING_PESSOAL_PARA_OS_PROFISSIONAIS_DE_VENDAS_QU_E_ATUAM_EM_LOJAS_DE_VESTUARIO_DA_CIDADE_DE_SAO_PAULO> . Acesso em: 02 abr. 2022.

BIDART, L. de B. *Marketing Pessoal: manual prático*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2006.

BORDIN, S. *Marketing pessoal: 100 dicas para valorizar sua imagem*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. 4 ed. São Paulo: Makron, 1996.

COBRA, M. *Marketing básico: uma perspectiva brasileira*. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. *Administração de marketing*. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. *Marketing básico*. São Paulo: Atlas, 1997.

CORTEZ, E. V. *A magia do marketing pessoal: o segredo das pessoas bem-sucedidas*. 2. ed. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

CRESWELL, J. W. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CROCCO, L. et al. *Fundamentos de marketing: conceitos básicos*. São Paulo: Saraiva, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DRUCKER, P. *Administração: tarefas, responsabilidade, práticas*. Nova Iorque: Harper and Row, 1973. p. 64-65.

DUTRA, J. S. *Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas*. São Paulo: Gente, 2001.
FERRACCIÙ, J. de S. S. *Promoção de vendas: na teoria e na prática*. São Paulo: Pearson Education, 2002.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=oB5x2SCHpSEC&oi=fnd&pg=PA6&dq=FONSECA,+J.+J.+S.+Metodologia+da+pesquisa+cient%C3%ADfica.+Fortaleza:+UEC,+2002.+Apostila>>

&ots=ORTW-s7sk0&sig=TFmD1UXBvWgCl6mfif73oKLJfds#v=onepage&q=objetividade&f=false>. Acesso em: 28 abr. 2022.

FUTRELL, C. M. Vendas: o guia completo. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.

GEHRINGER, M. Faça seu marketing pessoal: os 10 mandamentos do marketing 2013. Disponível em: <<http://veramarketing.blogspot.com/2013/10/os-10-mandamentos-do-marketing-pessoal.html>>. Acesso em 23 abr. 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GÓIS, V. S. Marketing pessoal: o fetiche da imagem mercadológica, Expressão, Mossoró, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, p. 9-12; Jan/Dez, 2007.

KELLER, K. L.; KOTLER, P. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

KOTLER, P. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional deve saber. 3º ed. São Paulo: Elsevier, 2003.

_____. Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 2008.

LAS CASAS, A. L. Administração de vendas. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. Técnicas de vendas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. Administração de vendas. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MANSUR, M. Marketing pessoal passo a passo. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

ORNELAS, J.; VARGAS-MONIZ, M. J. Parcerias comunitárias. Lisboa: ISPA – IU, 2011.

PAIXÃO, M. V. Pesquisa e planejamento de marketing e propaganda. Curitiba: Ibpx, 2009.

PERSONA, M. Marketing de gente: o marketing pessoal como suporte para o principal ativo das empresas. São Paulo: Futura, 2005.

RAMALHO, R. J. Você é sua melhor marca: como o marketing pessoal pode ser utilizado para fazer a diferença em sua carreira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

RESULTADOS DIGITAIS. 2020. Disponível em: <<https://resultadosdigitais.com.br/vendas/como-prospectar-clientes/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

RICHARDSON, L. Como ser um vendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

RICHERS, R. Marketing: uma visão brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=F0SUDfnYAKIC&lpg=PA3&ots=0isl-0Qj2E&dq=4%20as%20raimar%20richers&lr&hl=pt-BR&pg=PA3#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RITOSSA, C. M. Marketing pessoal: quando o produto é você. Curitiba: Ibpex, 2009.

RIZZO, C. Marketing pessoal no contexto pós-moderno. 3. ed. São Paulo: Trevisan, 2011.

_____. Marketing pessoal no contexto pós-moderno. 4. Ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2017.
Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595450110/pageid/1>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SAMPIERE, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCIENTIFIC PERIODICALS
ELECTRONIC LIBRARY (SPELL).
Disponível em:
<http://www.spell.org.br/documentos/resultadobusca/?eou%5B%5D=&tipo_busc=sca=simples&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=MARKETING+PES+SOAL&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&eou%5B%5D=E&campo%5B%5D=TITULO&texto%5B%5D=&mes_inicio=&ano_inicio=&mes_fim=&ano_fim=>>. Acesso em 16 mar. 2022.

SEMENIK, R. J.; BAMOSSY, G. J. Princípios de marketing uma perspectiva global. São Paulo: Makrom Books, 1995.

SILVA, P. A. da. et al. Marketing pessoal na organização. Conexão Ciência (Online), Revista Científica da UNIFOR-MG, v. 8, n. 1, p. 20-40, 2013. Disponível em:
<<https://periodicos.unifor.br/21011/ojs/index.php/conexaociencia/article/view/190>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SOUZA NETO, A. F. de; MELLO, S. C. B. Características dos relacionamentos estabelecidos em diferentes contextos de serviços sob a ótica do consumidor, Revista de Administração de Empresas – RAE, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 309-322, Jul/Set, 2009.
Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rae/a/VxYcKnfmRVbFn7QFVZ67dgh/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2022.

TAVARES, M. Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORQUATO, G. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira, 2002

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. Métodos de pesquisa em administração. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VILLAIN, R. Administração de vendas: planejando de forma eficaz. 2013. Monografia (Graduação em Administração). Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma. Disponível em:
<<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2312/1/Rich%c3%a9li%20Villain.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

XAVIER, C. F. A importância da gestão estratégica de pessoas nas empresas. 2011. Disponível:
<<https://administradores.com.br/artigos/a-importancia-da-gestao-estrategica-de-pessoas-nas-empresas>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010.

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO REQUISITO DA CONFISSÃO

Isabela Taciana Lacerda Hilarino Gaipo⁸⁰

Harley Christian do Valle Silva⁸¹

Laila Clotilde Faria⁸²

RESUMO

Este artigo examina o Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) no contexto brasileiro, com ênfase no debate sobre a constitucionalidade do requisito da confissão formal e circunstanciada, previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal. Com base nos princípios constitucionais, como a não autoincriminação e o devido processo legal, o estudo analisa se a exigência de confissão compromete direitos fundamentais. A pesquisa destaca que, embora o ANPP promova a celeridade processual, a imposição de confissão suscita questionamentos sobre coerência normativa e impactos nos direitos dos investigados.

PALAVRAS-CHAVE

Acordo de Não Persecução Penal; Confissão; Não autoincriminação;

ABSTRACT

This article examines the Non-Prosecution Agreement (ANPP) within the Brazilian legal context, focusing on the debate

surrounding the constitutionality of the formal and circumstantial confession requirement, as provided in Article 28-A of the Code of Criminal Procedure. Grounded in constitutional principles such as non-self-incrimination and due process, the study analyzes whether the confession requirement compromises fundamental rights. While the ANPP fosters procedural efficiency, the imposition of confession raises questions about normative coherence and the impacts on defendants' rights.

KEYWORDS

Non-Prosecution Agreement;
Confession; Non-Self-Incrimination;

INTRODUÇÃO

O Acordo de Não Persecução Penal, inserido no ordenamento jurídico pelo chamado "Pacote Anticrime", visa desjudicializar infrações penais de menor gravidade, promovendo agilidade no sistema de justiça. Contudo, a exigência de confissão formal prevista no artigo 28-A do Código de Processo Penal (CPP) gerou debates jurídicos intensos, sobretudo quanto à sua compatibilidade com o princípio da não autoincriminação, assegurado pela Constituição Federal e

⁸⁰ Aluna de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

⁸¹ Delegado de Polícia, Coordenador e Professor do Curso de Direito da FANS.

⁸² Advogada, pós-graduada em Direito Civil, Processo Civil, Direito Público, Constitucional, Penal, Processo Penal, Empresarial, Tributário e Ambiental, e Professora do Curso de Direito da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

tratados internacionais. Este trabalho busca compreender em que medida esse requisito atende aos objetivos do ANPP sem comprometer os direitos fundamentais dos investigados.

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO SISTEMA BRASILEIRO

Antes previsto apenas em Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (n. 181/2017), ANPP foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro por meio da Lei nº 13.964/2019, conhecida como "Lei Anticrime". Essa legislação entrou em vigor em 23 de janeiro de 2020 e promoveu diversas alterações no Código de Processo Penal, incluindo a previsão do ANPP.

Verifica-se que o Acordo em questão é um instrumento jurídico que possibilita a resolução de determinados casos criminais sem a necessidade de abertura de processo judicial. Ele permite que o Ministério Público, em acordo com o investigado, estabeleça condições para que a persecução penal não seja instaurada ou seja interrompida.

O objetivo do ANPP é agilizar a resolução de processos criminais

considerados de menor potencial ofensivo, desafogando o sistema judicial e possibilitando uma resposta mais rápida e eficaz em determinadas situações. Esse instrumento pode ser aplicado em casos de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, desde que a pena máxima prevista seja inferior a quatro anos.

Vale ressaltar que o ANPP não é aplicável a todos os tipos de crimes e depende da concordância do investigado e de aceitação pelo Ministério Público e pelo juiz. Além disso, o acordo prevê condições que podem incluir medidas reparatórias, prestação de serviços à comunidade, pagamento de multas, entre outras.

A introdução do ANPP no Brasil reflete uma tendência internacional de buscar meios alternativos para a resolução de conflitos penais, visando a celeridade e eficiência no sistema de justiça.

A compreensão desse Acordo no contexto jurídico brasileiro demanda uma incursão no histórico legislativo e doutrinário que culminou em sua inserção no ordenamento jurídico. A trajetória desse instituto revela as motivações e intenções do legislador na busca por uma resposta penal mais célere e eficiente.

Esse instrumento, concebido como alternativa à persecução penal tradicional representa uma mudança paradigmática nas estratégias de combate à criminalidade. A análise detida das fases evolutivas desse instituto evidencia sua consolidação como mecanismo de resolução consensual de conflitos, atendendo às demandas contemporâneas por justiça mais célere e eficaz.

Assim, a investigação do histórico do ANPP no Sistema Jurídico Brasileiro revela-se como elemento essencial para a compreensão de suas bases, possibilitando uma análise crítica de sua implementação e impactos no cenário processual penal nacional.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INTERNACIONAIS QUE BALIZAM O SISTEMA ACUSATÓRIO NO PROCESSO PENAL

Os princípios constitucionais que norteiam o sistema acusatório no Processo Penal desempenham um papel fundamental na garantia da equidade processual e na preservação dos direitos individuais diante da justiça criminal equitativa. Entre esses princípios, destacam-se o devido

processo legal, a ampla defesa e o contraditório, bem como o direito à não autoincriminação, os quais são essenciais para assegurar um julgamento justo e imparcial.

Barroso (2023) destaca que o devido processo legal, como princípio originário do direito anglo-saxônico, remontando à Magna Carta de 1215, evoluiu ao longo do tempo assumindo tanto uma dimensão procedimental quanto substantiva. Na sua dimensão procedimental, ele implica a observância dos ritos estabelecidos na apreciação judicial ou administrativa dos casos, seguindo todas as etapas previstas na legislação. Em sua acepção substantiva, o devido processo legal está associado ao princípio da razoabilidade, exigindo que os atos legislativos e administrativos não sejam arbitrários ou caprichosos, mas sim informados pelo princípio da justiça. Segundo decisão do STF, o devido processo legal atua como um mecanismo de limitação do poder estatal, considerando a necessidade, razoabilidade e justificação das restrições à liberdade individual.

O contraditório e a ampla defesa, por sua vez, são desdobramentos do princípio do devido processo legal, representando o direito de ser ouvido,

de produzir provas e de ter seus argumentos apreciados de forma fundamentada. No âmbito do processo penal, esse conjunto de direitos é comumente referido sob a alcunha de garantismo, que engloba o direito à notificação da imputação, à apresentação de defesa, à produção de provas, ao julgamento por um juiz imparcial e, em geral, ao direito de pelo menos um recurso que permita o reexame das questões de fato e de direito. No contexto brasileiro, por vezes, há a equivocada crença de que o garantismo implica um processo moroso e interminável, o que não condiz com a realidade. É essencial que o sistema punitivo seja tanto procedimentalmente correto quanto substancialmente justo, sendo um elemento indispensável em sociedades civilizadas (Barroso 2023).

Portanto, tais princípios constitucionais, pilares do Processo Penal, são essenciais para a compreensão e abordagem do dilema relacionado à obrigatoriedade do requisito da confissão para celebração do Acordo de Não Persecução Penal.

DEVIDO PROCESSO LEGAL

O conceito de devido processo legal, contido no artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal, amplamente difundido nos sistemas jurídicos mundiais, tem suas raízes no *due process of law* do sistema anglo-saxônico, originado na Magna Carta de 1215, conhecida como "lei da terra" (em inglês, *law of the land*; em latim, *per legem terrae*).

Nunes Jr. (2019) argumenta que a tradução literal para "devido processo legal" no Brasil foi influenciada pelo positivismo predominante, sugerindo que uma tradução mais apropriada seria "justo processo da lei", o que daria ao princípio uma conotação mais ampla e principiológica.

O princípio do devido processo legal tem dois aspectos: a) processual ou procedure *due process of law*; b) material ou substantivo ou substantive *due process of law*.

Segundo Nunes Jr. (2019), o aspecto processual do devido processo legal refere-se à "somatória de direitos constitucionais aplicados ao processo: contraditório, ampla defesa, juiz natural, proibição de provas ilícitas, imparcialidade do juiz, igualdade entre as partes etc."

No aspecto material ou substantivo (*substantive due process of*

law), também conhecido como princípio da razoabilidade, todo ato do poder público que for desprovido de razoabilidade será considerado inconstitucional. Aponta-se, ainda, que o devido processo legal aceita relativizações, dependendo da análise do caso concreto e dos outros direitos com ele contrapostos (NUNES JR, 2019).

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

De acordo com o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Segundo Lima (2020), o princípio do contraditório sempre foi compreendido como a garantia de que ambas as partes no processo tenham conhecimento dos atos ou termos e a possibilidade de se manifestarem sobre eles. O autor destaca que o núcleo central do contraditório está na discussão dialética dos fatos da causa, assegurando a ambas as partes a oportunidade de fiscalizar reciprocamente os atos processuais. Por isso, a doutrina utiliza a expressão

"audiência bilateral", sintetizada na expressão latina *audiatur et altera pars*, que significa que a parte adversa também deve ser ouvida.

O contraditório, portanto, possui dois elementos principais: a) direito à informação; b) direito de participação. Dessa forma, o contraditório envolve tanto a necessária informação às partes quanto a possibilidade de reação a atos desfavoráveis. Além disso, deriva-se do contraditório o direito de participação, que inclui a possibilidade de a parte apresentar reação, manifestação ou oposição à pretensão da parte contrária. (LIMA, 2020).

Sobre esse tema, Pacelli (2021), leciona que o contraditório não apenas assegura o direito à informação sobre qualquer fato ou alegação contrária aos interesses das partes, bem como o direito à reação a ambos – entendidos como garantia de participação –, mas também garante que essa resposta ocorra com a mesma intensidade e extensão. Em outras palavras, o contraditório exige que a participação das partes ocorra em simétrica paridade.

Sob a perspectiva que privilegia o interesse do acusado, a ampla defesa pode ser considerada um direito; entretanto, quando vista sob o enfoque

publicístico, no qual prevalece o interesse por um processo justo, ela assume a função de garantia.

De acordo com Lima (2020), "o direito de defesa está diretamente relacionado ao princípio do contraditório", sendo que a defesa é quem garante o contraditório e se manifesta por meio dele. Embora o direito de defesa e o contraditório sejam intimamente conectados, observa-se que eles não se confundem, uma vez que cada um desempenha uma função distinta no processo.

Em virtude do princípio do devido processo legal, o processo penal demanda a existência de partes em posições antagônicas, uma delas obrigatoriamente ocupando a posição de defesa (ampla defesa), sendo necessário que ambas as partes tenham o direito de se contrapor aos atos e termos da parte adversária, conforme o princípio do contraditório. Dessa forma, a defesa e o contraditório são manifestações simultâneas e interligadas dentro do processo penal, sem que se possa afirmar que uma deriva da outra (LIMA, 2020).

Dessa forma, pode-se afirmar que a ampla defesa se concretiza por meio da defesa técnica, da autodefesa, da defesa efetiva e de qualquer meio de

prova apto a demonstrar a inocência do acusado.

O contraditório, aliado ao princípio da ampla defesa, constitui-se como a pedra angular de todo processo, especialmente no âmbito penal. Pacelli (2021) afirma que esses princípios são "cláusulas de garantia instituídas para a proteção do cidadão diante do aparato persecutório penal", e que estão firmemente embasados no interesse público de assegurar um processo justo e equitativo, essencial para a imposição de sanções penais.

PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

O princípio da não autoincriminação, consagrado pelo brocardo latino *nemo tenetur se detegere*, está profundamente enraizado nas garantias processuais penais do Brasil. O direito de não se autoincriminar é um dos elementos fundamentais do sistema penal acusatório, sendo garantido no artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que "o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado". Esse princípio protege o indivíduo da obrigação de fornecer provas contra si

mesmo, seja por meio de confissão ou qualquer outra forma de autoincriminação (HADDAD, 2005).

De acordo com Haddad (2005), a não autoincriminação deve ser compreendida como uma proteção contra qualquer forma de compulsão que leve o acusado a fornecer elementos que possam prejudicar sua defesa, não se restringindo unicamente ao silêncio durante o interrogatório, mas se estende a outros contextos nos quais o acusado poderia ser pressionado a contribuir com a própria condenação.

Além da Constituição Federal, o princípio do *nemo tenetur se detegere* também se encontra previsto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 14º, 3, "g"), e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), no art. 8º, § 2º, "g", de 22 de novembro de 1969, integrada ao nosso ordenamento jurídico pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992. Trata-se de uma modalidade de autodefesa passiva, que é exercida por meio da inatividade do indivíduo sobre em quem recai ou pode recair uma imputação. Consiste, grosso modo, na proibição de uso de qualquer medida de coerção ou intimidação ao investigado (ou

acusado) em processo de caráter sancionatório para obtenção de uma confissão ou para que colabore em atos que possam ocasionar sua condenação (LIMA, 2020).

Dispõe o Artigo 8º, item 2, g, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que: "toda pessoa tem o direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada".

Gomes (2013) ensina que o acusado possui o pleno direito ao silêncio, podendo optar por não dizer nada e, caso decida se manifestar, tem o direito de não produzir provas contra si mesmo. Se, porventura, fizer declarações que possam incriminá-lo, tem o direito de não confessar. Assim, ele preceitua que a confissão somente terá valor probatório quando realizada de forma espontânea.

O Pacto de San José da Costa Rica, do qual o Brasil é signatário, reforça essa proteção no âmbito internacional, assegurando que o princípio da não autoincriminação seja observado de maneira rigorosa. Haddad (2005) observa que "o caráter universal deste princípio reflete a preocupação em proteger o indivíduo contra o arbítrio do Estado", sendo um

elemento crucial para garantir a justiça no processo penal.

Destaca-se, portanto, a importância desse dispositivo internacional, argumentando-se que ele reforça a ideia de que o indivíduo não pode ser compelido a colaborar com o Estado em sua própria incriminação, um direito que tem sido amplamente aceito como universal e inviolável nos sistemas jurídicos democráticos (HADDAD, 2005).

Na perspectiva da jurisprudência brasileira, afirma-se consistentemente que qualquer forma de confissão obtida sob coação é nula, uma vez que a confissão, embora considerada uma prova de grande valor, deve ser obtida de forma livre e espontânea, sem qualquer tipo de pressão física ou moral. Isso implica que, em qualquer circunstância, a confissão deve ser voluntária, garantindo que os direitos fundamentais do acusado sejam preservados (HADDAD, 2005).

No entanto, com a introdução do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) pela Lei nº 13.964/2019, surgiu um novo debate no âmbito do direito penal brasileiro, especialmente em relação à compatibilidade desse instituto com o princípio da não autoincriminação. O ANPP estabelece

que o acusado, para se beneficiar do acordo e evitar a continuidade do processo penal, deve confessar formalmente a prática do crime. O artigo 28-A do Código de Processo Penal prevê que para a celebração do acordo, o investigado deve confessar formal e circunstanciadamente a prática da infração penal.

Esse requisito, no entanto, tem gerado questionamentos à luz do princípio da não autoincriminação. Para diversos doutrinadores e estudiosos do direito penal, exigir a confissão como condição para o benefício do ANPP pode configurar uma forma de coação indireta, na medida em que o investigado é colocado em uma posição em que deve renunciar a uma garantia constitucional para obter vantagens processuais.

A crítica reside no fato de que a confissão exigida no ANPP pode comprometer a voluntariedade necessária a esse ato, pois, mesmo que feita sob a promessa de benefícios, ela resulta de uma situação de pressão. Além disso, o Pacto de San José da Costa Rica, ao qual o Brasil é vinculado, reforça a necessidade de que a confissão seja sempre livre de qualquer forma de coação.

O artigo 8º, item 2, g, deixa claro que ninguém pode ser obrigado a confessar-se culpado. Assim, ao aplicar o ANPP, é essencial que o Ministério Público e o Poder Judiciário garantam que a confissão não seja exigida de forma coercitiva, direta ou indireta, preservando o princípio da não autoincriminação como uma garantia inalienável do indivíduo.

Pois bem, o princípio da não autoincriminação continua a ser um baluarte da justiça penal, tanto no direito brasileiro quanto internacional. A exigência de confissão no ANPP levanta questões importantes que devem ser enfrentadas à luz dos direitos fundamentais consagrados na Constituição Federal e em tratados internacionais, como o Pacto de San José da Costa Rica

NATUREZA JURÍDICA DA CONFISSÃO

A confissão pode ser compreendida como o ato pelo qual o imputado reconhece a veracidade da acusação que lhe é dirigida, seja perante a autoridade judicial ou policial. Em termos sucintos, trata-se da manifestação voluntária de admissão da prática delitiva atribuída ao acusado,

na qual este reconhece a correspondência dos fatos imputados à realidade, assumindo a autoria ou participação no ilícito penal que lhe é atribuído.

A confissão realizada perante a autoridade policial, isoladamente, não é suficiente para fundamentar uma condenação; entretanto, se corroborada por outros elementos de prova, pode, sim, embasar uma decisão condenatória. Com relação à confissão judicial, existem duas correntes doutrinárias: a primeira sustenta que ela constitui prova plena, podendo sustentar uma condenação mesmo que seja o único elemento incriminador; a segunda corrente defende que a confissão judicial apenas pode fundamentar a condenação se for confirmada por outras provas constantes dos autos (BADARÓ, 2021).

De acordo com Lima (2020), a confissão é frequentemente caracterizada como um testemunho duplamente qualificado: objetivamente, por tratar-se de uma admissão de fatos desfavoráveis a quem confessa; e subjetivamente, por ser originada do próprio acusado, e não de um terceiro. No processo penal, a confissão atua como meio de prova, sendo um dos

instrumentos que o magistrado pode utilizar para averiguar a veracidade das alegações das partes

Badaró (2021), explica que a confissão, no âmbito do processo penal, consiste na admissão, por parte do suspeito ou acusado de um crime, de fatos que o incriminam, de forma voluntária, expressa e pessoal, perante a autoridade competente, em ato formal e público, devidamente reduzido a termo. Dessa definição, podem-se extrair alguns elementos essenciais da confissão, como sua natureza formal e expressa. Diferentemente do processo civil, onde há a possibilidade de confissão ficta, no processo penal essa não existe devido à indisponibilidade dos direitos em questão. A confissão deve ser um ato voluntário, livre de qualquer tipo de coação ou vício, e deve ser realizada pessoalmente pelo acusado, não sendo admitida a confissão por intermédio de procurador ou representante. O objeto da confissão é a autoria delitiva, mas também pode abranger a descrição dos fatos em si, assim como o elemento subjetivo do tipo penal. Nesse sentido, é possível que, ao confessar a autoria, o acusado detalhe de forma pormenorizada a execução do delito, incluindo as circunstâncias em que o

crime foi cometido, como o modo de execução, as motivações, e as condições de tempo e lugar.

De acordo com Pacelli (2021), a confissão não terá valor probatório se realizada exclusivamente na fase de inquérito ou administrativa, caso não seja confirmada em juízo. Mesmo quando realizada perante o juiz, a confissão deve ser contextualizada com os demais elementos de prova disponíveis, especialmente em crimes societários, nos quais há risco de autoacusação falsa com o intuito de proteger o verdadeiro autor do delito. As motivações para tais atitudes podem variar, desde razões afetivas até interesses econômicos. Além disso, a confissão é retratável e divisível, ou seja, o acusado pode se retratar enquanto ainda houver tempo, e o juiz, com base em seu livre convencimento, pode considerar apenas parte da confissão.

ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE CONFISSÃO PARA O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

O Estado não deve compelir o indivíduo a se tornar instrumento contra si mesmo para produção de provas, o que gera uma possível divergência

presente no Caput, do art. 28-A, do CPP (previsão legal do ANPP).

Nesse sentido, aos 13 de julho de 2023, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em conjunto com o eminente Corregedor-Geral, expediu uma recomendação de caráter orientativo — e, portanto, não vinculativo — aos Promotores de Justiça, sugerindo a dispensa do requisito da confissão formal e circunstanciada para a celebração do ANPP, tal como previsto no art. 28-A do CPP.

Essa recomendação fora embasada em parecer técnico elaborado por órgãos de apoio do Ministério Público de Mato Grosso (Centro de Apoio Operacional Criminal e Centro de Apoio Operacional da Execução Penal), do qual se extraiu fundamentação jurídica pela inconstitucionalidade da exigência de confissão como condição para a formulação do acordo supramencionado.

A doutrina e a jurisprudência convergem no entendimento de que a exigência de confissão prévia para a celebração do ANPP contraria frontalmente o direito fundamental à não autoincriminação, consagrado no **artigo 5º, inciso LXIII, da**

Constituição Federal. O sujeito, ao visar o benefício do acordo, encontra-se constrangido a confessar a prática delitiva, ainda que em fase pré-processual, o que ofende gravemente seu direito constitucional (CRUZ JR, 2023).

Além disso, a recomendação emitida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso preserva a independência funcional dos promotores de justiça, facultando-lhes a possibilidade de adotar ou não a orientação sugerida, conforme as peculiaridades do caso concreto. Quando a negativa do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) fundamentar-se exclusivamente na ausência de confissão formal e circunstanciada, o Procurador-Geral de Justiça terá o dever de revisar a decisão, em conformidade com o art. 28-A, §14, do Código de Processo Penal (CPP). Tal procedimento assegura a fiscalização interna e garante a uniformidade e coerência na aplicação dos acordos no âmbito do Ministério Público, prevenindo disparidades indevidas.

Em contrapartida, há entendimentos doutrinários que defendem a legitimidade do requisito de confissão no ANPP, considerando-o

uma contribuição voluntária do investigado ao processo investigativo e, eventualmente, ao processo penal, caso as condições pactuadas não sejam cumpridas. Para esses doutrinadores, desde que o investigado seja formalmente advertido sobre seu direito de não produzir provas contra si mesmo, em consonância com o artigo 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal, e que não seja constrangido a celebrar o acordo, não haveria qualquer incompatibilidade entre a confissão exigida pelo artigo 28-A do Código de Processo Penal e o princípio do direito ao silêncio. Afinal, não se impõe um dever ao silêncio, e qualquer investigado ou acusado pode, voluntariamente e com assistência técnica de defesa, optar por confessar os fatos que lhe são imputados; assim, o poder decisório recai sobre o indivíduo, que, de forma consciente e assistida, pode avaliar o interesse em celebrar o acordo de não persecução penal, levando em conta as vantagens processuais que esse instituto pode proporcionar (LIMA, 2020).

Fica evidente que, no âmbito das negociações penais, convivem diversos princípios constitucionais fundamentais, tais como o *nemo tenetur se detegere*, a presunção de

inocência, a proporcionalidade, a razoabilidade, a economicidade e a eficiência. Esses princípios devem balizar a atuação dos agentes do sistema de justiça, garantindo que o processo negocial se desenvolva em harmonia com as garantias constitucionais.

Ademais, ao se considerarem outros instrumentos despenalizadores, como a transação penal (art. 76 da Lei 9.099/95) e a suspensão condicional do processo (art. 89 da mesma lei), percebe-se que a confissão não é exigida para a proposição desses acordos. Essa distinção entre os institutos levanta questionamentos quanto à necessidade e à justificativa da imposição de confissão no ANPP, visto que o objetivo principal dessas medidas é semelhante: evitar a sobrecarga processual e proporcionar uma resposta penal mais rápida e eficaz.

A prescindibilidade do requisito de confissão no ANPP revela-se compatível com as especificidades do sistema jurídico-penal brasileiro, seu processo investigativo e o contexto do sistema carcerário. O ANPP, enquanto mecanismo inspirado em sistemas internacionais, como os acordos penais franceses, alemães e estadunidenses

— a exemplo do *plea bargain* —, apresenta adaptações necessárias ao contexto brasileiro. No entanto, conforme ressaltado pela Nota Técnica nº 01-2023 do CAO Criminal e do CAO de Execução Penal do Ministério Público de Mato Grosso, a confissão exigida no sistema norte-americano decorre de um processo penal já instaurado, com a presença de um juiz competente e a conjugação de outros elementos probatórios, o que não se verifica no ANPP, que ocorre em fase pré-processual.

O debate acerca da flexibilização da exigência da confissão ganhou amplitude regional e foi levado a outros membros do Ministério Público em diferentes esferas e jurisdições. Uma proposta apresentada por Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público durante Sessão Ordinária, realizada em agosto do ano de 2023, refletira a Recomendação Conjunta nº 02/2023. Os Conselheiros Rogério Varela e Rodrigo Badaró destacaram uma aparente colisão entre o art. 28-A do CPP e os princípios constitucionais da presunção de inocência e do devido processo legal, o que reforça a necessidade de ajustes interpretativos no que concerne à exigência de confissão no ANPP.

Outro aspecto de suma relevância que impera ressaltar sobre o ANPP, apontado por Lopes Jr (2023), refere-se aos efeitos da confissão além do processo em questão, uma vez que lei não delimita os efeitos dessa confissão, o que abre a possibilidade de seu uso em processos cíveis de indenização ou administrativamente, para fins fiscais ou disciplinares; portanto, essa ausência de limitação nos leva a ponderar sobre a necessidade de inclusão no acordo de cláusula que restrinja o valor probatório da confissão, proibindo sua publicidade ou compartilhamento.

Lopes Jr. (2023) adverte, portanto, que a confissão, uma vez realizada, gera um imenso problema na formação do convencimento do julgador, dada a dificuldade de se desconsiderar uma confissão previamente conhecida, mesmo em um contexto probatório fraco. Isso evidencia a necessidade do sistema "doble juez", garantindo que o acordo seja feito perante um juiz de garantias, com a tramitação subsequente em caso de rescisão ocorrendo perante outro juiz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) representa uma inovação no sistema jurídico brasileiro, alinhando-se às demandas por maior celeridade e eficiência no âmbito penal. Contudo, a exigência de confissão como condição para sua celebração impõe desafios que transcendem a prática processual, suscitando questões sobre a compatibilidade dessa previsão legal com princípios constitucionais e tratados internacionais.

A análise desenvolvida aponta que, embora a confissão seja um elemento relevante para a resolução consensual de conflitos, sua obrigatoriedade no ANPP pode configurar uma afronta ao direito de não autoincriminação, um dos pilares do Estado Democrático de Direito. Ademais, a ausência de limitações quanto ao uso da confissão para outros fins além do acordo reforça a necessidade de revisão legislativa para evitar violações às garantias fundamentais.

Portanto, é imperativo que o sistema penal brasileiro busque um equilíbrio entre a eficiência processual e a proteção de direitos individuais,

promovendo ajustes normativos que assegurem a harmonização entre os objetivos pragmáticos do ANPP e os preceitos constitucionais que regem a justiça penal.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

BETTA, Emerson de Paula. Da inconstitucionalidade e irrelevância do requisito da confissão no ANPP. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-17/tribuna-defensoria-inconstitucionalidade-irrelevancia-confissao-anpp>. Acesso em: 10 de abril 2024.

BRANDALISE, R. S. Justiça penal negociada: negociação de sentença criminal e princípios processuais relevantes. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2016.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GALVÃO, J. O. L. O Neoconstitucionalismo e o Fim do estado de direito. São Paulo: Saraiva, 2014. E-book.

GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira.

Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: pacto de San José da Costa Rica. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. Conteúdo e contornos do princípio contra a auto-incriminação. Campinas: Bookseller, 2005.

JAKOBS, G.; MELIÁ, M.C. Direito Penal do inimigo: noções e críticas. org. e trad. André Luís Callegari, Nereu José Giacomolli. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

LOPES JR., Aury. Direito Processual Penal. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. E-book.

NUNES JÚNIOR, Flávio Martins Alves. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-book.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2021. E-book.

REIS, A. C. A.; LENZA, P.; GONÇALVES, V. E. R. Direito Processual Penal. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2024. E-book.

SILVA, José Carlos Félix da; REIS, Debora Cristyna Ferreira; SILVA,

Klinsmann Alison Rodrigues Félix da. Inconstitucionalidade material da confissão no acordo de não persecução penal. Revista Acadêmica Escola Superior do Ministério Público do Ceará, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 81–97, 2020. DOI: 10.54275/raesmpce.v12i2.44. Disponível em: <https://raesmpce.emnuvens.com.br/revista/article/view/44>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PSICOPATIA NO TRABALHO: Um desafio para a Saúde Organizacional

Franciane Machado Lamóia⁸³
Karina de Souza Dias⁸⁴
Hélder Mendonça Duarte⁸⁵

RESUMO

Os psicopatas corporativos refletem de forma impresumível as relações socioprofissionais, o que também afeta toda a produtividade de uma organização. O psicopata é um indivíduo ardiloso e sem consciência. O seu principal foco é ter status, controle e poder sobre a empresa. Diante do fato, percebe-se a precisão de se estudar o tema, trazendo de forma mais detalhada e objetiva o perfil do psicopata, o modo de agir, as características, o impacto nas organizações. Para tal foram realizadas pesquisas bibliográficas, coletando dados a partir de livros, periódicos, e artigos científicos que condizem com o tema.

⁸³ Coordenadora de Pesquisa e Extensão da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

⁸⁴ Professora do Curso de Psicologia da FANS.

⁸⁵ Diretor e Professor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

PALAVRA-CHAVE: Psicopatas corporativos, manipulação, conflitos.

ABSTRACT

Corporate psychopaths have an unpredictable impact on socio-professional relationships, which also affects the overall productivity of an organization. The psychopath is a cunning and conscienceless individual. His main focus is to have status, control and power over the company. Given this fact, it is clear that it is necessary to study the subject, presenting in a more detailed and objective way the profile of the psychopath, the way he acts, the characteristics, and the impact on organizations. To this end, bibliographic research was carried out, collecting data from books, periodicals, and scientific articles that are relevant to the subject.

KEYWORDS: Corporate psychopaths, manipulation, conflicts.

INTRODUÇÃO

A presença de traços psicopáticos no ambiente corporativo é um fenômeno que vem despertando a atenção de pesquisadores e profissionais de gestão. A psicopatia, caracterizada por comportamentos manipuladores, ausência de empatia, egocentrismo e desprezo pelas normas sociais, pode manifestar-se de forma adaptativa no contexto laboral,

especialmente em ambientes altamente competitivos.

A psicopatia é uma desordem de personalidade caracterizada por comportamentos antissociais, falta de empatia, manipulação e ausência de remorso. Embora seja frequentemente associada a cenários criminais, ela também pode estar presente no ambiente de trabalho, onde indivíduos com traços psicopáticos podem ascender a posições de liderança devido à sua confiança, charme e assertividade.

De acordo com BABIAK (2022), a psicopatia é um construto clínico multidimensional caracterizado pelos traços de personalidade e pelos comportamentos.

Ainda, nas palavras de BABIAK, a psicopatia não é somente um produto de forças sociais e ambientais, os fatores genéticos desempenham um papel importante na formação dos traços de personalidade e temperamento considerados essenciais para a definição desse distúrbio.

Para SILVA (2008),

identificar psicopatas fora das prisões e dos manicômios judiciais é uma empreitada bastante difícil. Os psicopatas estão por toda a parte

e no dia a dia é possível encontrá-los em diversas categorias profissionais. Em particular, em organizações e empresas públicas ou privadas. Estas costumam se constituir em um cenário favorável para peculiar maneira de agir desses indivíduos. Sem qualquer sombra de dúvida, o papel de liderança em cargos como diretor, gerente, supervisor ou executivo é sempre algo muito atraente para um psicopata. Esses cargos, além de oferecerem bons salários, proporcionam status social, poder e um amplo território de atuação e influência. (SILVA, 2008, pg. 95)

A maneira como os psicopatas agem – *modus operandi* – o qual baseia-se em três fases, as quais são: avaliação, manipulação e abandono. Eles buscam se aproximar das pessoas avaliando o valor dos indivíduos e suas fraquezas, lidam com futuras presas, manipulando os colegas de trabalho (vítimas) e assim permite que eles se contornem quaisquer ameaças e dificuldades rapidamente perante aos demais funcionários da organização quando são confrontados ou

ameaçados (OLIVEIRA e BONINCI, 2021).

De acordo com Oliveira e Boninci, (2021), o assédio moral tem integrado a agenda dos debates corporativos, visando definir os limites de atuação do indivíduo na organização e consolida-se a partir de uma polaridade de influências, onde um polo "comanda" a relação e o outro "aceita" passivamente as coordenadas (temporariamente ou não), incitado por condicionantes diversos. Essa polaridade nem sempre é de natureza funcional, mas, indubitavelmente, cria uma hierarquia invisível, informal e não legitimada de poder.

CARACTERÍSTICAS DE PSICOPATAS NO TRABALHO

Psicopatas corporativos, como são frequentemente chamados, exibem características que, à primeira vista, podem ser vistas como vantagens: carisma, confiança e habilidade para tomar decisões rápidas. Contudo, essas qualidades muitas vezes mascaram traços mais problemáticos, como manipulação, desonestidade e exploração de colegas.

Esses indivíduos costumam:

- manipular e enganar para alcançar objetivos pessoais;
- criar divisões e conflitos no ambiente de trabalho;
- apropriar-se do mérito pelo trabalho de outros;
- ignorar normas éticas em prol de resultados.

de dificuldade de influenciar os outros, mesmo no trabalho onde seus esquemas poderiam atrair mais atenção. É possível entender isso melhor no contexto de um caso. Durante um serviço de consultoria de longa duração, muitos anos atrás, Babiak teve a oportunidade de trabalhar, sem saber na época, com um psicopata. (BABIK, 2022, pg.114)

De acordo com o autor BABIAK(2022),

para entender o sucesso do psicopata corporativo, devemos compreender que sistemas de controle teoricamente perfeitos raramente existem no mundo real e que, nos tempos modernos, dificilmente sobrevivem. O que ocorre é que as estruturas, os processos e a cultura organizacionais estão sempre evoluindo e se desenvolvendo na direção de um futuro, na melhor das hipóteses, vago e mutável. Esse cenário de mudança e incerteza constantes causa estresse na maioria dos funcionários e gestores, mas abre caminho para o psicopata. (BABIK, 2022, pg.114)

Ainda, em sua obra, BABIAK demonstrou:

que os psicopatas podem ter pouca

IMPACTO NAS ORGANIZAÇÕES

A presença de um colaborador com traços psicopáticos pode causar prejuízos tanto para a equipe, quanto para a organização como um todo. Esses impactos vão além de problemas interpessoais, afetando também o desempenho, a cultura organizacional e os resultados financeiros.

Entre os principais impactos estão:

1 – Ambiente de Trabalho Tóxico

- Conflitos e desconfiança: manipulação, fofocas e sabotagem promovidas por esses indivíduos criam um clima de insegurança e tensão.
- Desgaste emocional: a falta de empatia e comportamentos abusivos geram estresse, ansiedade e até *burnout* nos colegas.

- Baixa moral da equipe: os funcionários podem se sentir desvalorizados, desmotivados e desprotegidos pela liderança.

2 – Desempenho Organizacional Prejudicado

- Queda na produtividade: o ambiente disfuncional leva os funcionários a dedicarem mais energia para lidar com conflitos do que para realizar suas tarefas.
- Falta de colaboração: a competitividade predatória e a manipulação minam a confiança entre os colegas, dificultando o trabalho em equipe.
- Erros e retrabalho: decisões impulsivas ou antiéticas podem causar problemas operacionais e aumentar os custos.

3 – Dano à Cultura Organizacional

- Normalização de comportamentos antiéticos: a falta de punição para esses indivíduos pode criar uma cultura permissiva, incentivando outros a agirem de maneira similar.
- Perda de talentos: profissionais competentes e éticos tendem a sair da empresa quando o ambiente se torna insuportável.

- Afastamento dos valores organizacionais: o foco nos interesses pessoais do psicopata pode desviar a empresa de sua missão e objetivos.

4 – Impacto Financeiro

- Custos com *turnover*: a alta rotatividade de funcionários gera gastos com recrutamento, treinamento e integração de novos colaboradores.
- Prejuízos legais: comportamentos antiéticos podem levar a processos judiciais ou multas regulatórias.
- Perda de negócios: danos à reputação da empresa podem afastar clientes, investidores e parceiros comerciais.

5 – Riscos à Liderança e Tomada de Decisões

- Centralização de poder: Psicopatas no topo da hierarquia podem manipular processos decisórios para atender seus interesses pessoais, prejudicando a organização a longo prazo.
- Falta de **accountability**: (termo inglês utilizado para descrever as práticas relacionadas à prestação de contas) eles

frequentemente desviam responsabilidades e culpam outros por erros, dificultando a resolução de problemas.

- Decisões de alto risco: impulsividade e desprezo pelas consequências podem levar a ações prejudiciais à empresa, como investimentos arriscados ou práticas antiéticas.

6 – Medidas Preventivas e Corretivas

- Processos de recrutamento criteriosos: Investir em avaliações comportamentais e de valores para evitar a contratação de indivíduos com traços disfuncionais.
- Políticas claras de conduta: definir normas éticas rigorosas e garantir sua aplicação imparcial.
- Fortalecimento da liderança: líderes bem preparados podem identificar e lidar com comportamentos tóxicos antes que causem danos.
- Apoio psicológico: oferecer suporte aos colaboradores afetados para reduzir o impacto emocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aborda de maneira bastante clara o impacto crescente da psicopatia no ambiente corporativo, destacando a complexidade do tema e a necessidade de mais estudos sobre os traços psicopáticos no contexto organizacional. Como mencionado, a psicopatia é multifacetada e inclui traços de personalidade que podem se manifestar de maneira funcional em ambientes altamente competitivos. Essa flexibilidade para se adaptar ao contexto pode tornar ainda mais difícil identificar esses indivíduos, que muitas vezes atuam de forma camuflada, inicialmente parecendo líderes competentes.

A inclusão das referências de BABIAK (2022) e SILVA (2008) no estudo é importante, pois esses autores oferecem uma base teórica robusta para compreender a psicopatia corporativa. Eles abordam desde a dificuldade de identificar psicopatas fora de contextos como prisões e manicômios até a forma como o ambiente organizacional pode, inadvertidamente, criar um cenário favorável para esses indivíduos. O fato de eles buscarem status, poder e influência em cargos de liderança reforça a necessidade de identificar esses traços durante processos de

recrutamento e seleção, como mencionado nas medidas preventivas.

No que diz respeito às características dos psicopatas no trabalho, a descrição sobre manipulação, desonestidade e criação de conflitos é crucial, pois permite compreender as dinâmicas que esses indivíduos geram no ambiente. Além disso, a compreensão da atuação desses psicopatas, como exemplificado no trabalho de BABIAK, sobre a falta de sistemas de controle eficazes, é um alerta importante para as organizações que precisam estar atentas às suas estruturas e processos, que muitas vezes são vulneráveis.

Por fim, o impacto nas organizações é abrangente e afetando desde o ambiente de trabalho, com conflitos e desgaste emocional, até questões mais amplas, como o desempenho organizacional, a cultura da empresa e até mesmo os resultados financeiros. A presença de psicopatas pode gerar consequências profundas, como queda na produtividade, perda de talentos, danos à reputação e até riscos legais.

Medidas preventivas e corretivas, como processos seletivos rigorosos e políticas claras de conduta, são apontadas como essenciais para

mitigar os impactos desses indivíduos no ambiente corporativo. A ideia de fortalecer a liderança e fornecer apoio psicológico aos colaboradores afetados também é crucial para proteger a saúde organizacional.

REFERÊNCIAS

- Babiak, Paul. Psicopatas no trabalho: como identificar e se defender / Paul Babiak, Robert D. Hare; tradução de Marcia men. – São Paulo: Universo dos Livros, 2022.
- Garcia, Gustavo Filipe Barbosa. Assédio moral: violência psicológica no ambiente de trabalho/Gustavo Filipe Barbosa Garcia – 2. Ed. Ver. E ampl. – Salvador: JusPODIVM, 2017.
- Wandelli, Leonardo Vieira. Despedida Abusiva: O direito (do trabalho) em busca de uma nova racionalidade / Leonardo Vieira Wandelli. – São Paulo: LTr, 2004.
- Cantelli, Paula Oliveira. O trabalho feminino no divã: dominação e discriminação / Paula Oliveira Cantelli. – São Paulo: Ltr, 2007.
- Silva, Ana Beatriz B. (Ana Beatriz Barbosa) Mentres perigosas: o psicopata mora ao lado/ Ana Beatriz Barbosa. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- Psicopatia no ambiente de trabalho: Disponível em: Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e383101522788, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN

2525-3409 | DOI:

[http://dx.doi.org/10.33448/rsd-](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22788)

[v10i15.22788](http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22788). Acesso em 28 de janeiro de 2025.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Qualidade de vida no trabalho em prol do resultado financeiro das empresas

Mara Esteves de Oliveira⁸⁶

Karina de Souza Dias⁸⁷

Vanusa Aparecida de Azevedo⁸⁸

RESUMO

O artigo consiste em abordar o tema qualidade de vida no trabalho, que vem crescendo nos últimos anos, apresentando a evolução sobre as características da QVT, abordando métodos e ferramentas que vem sendo utilizados sobre comunicação, satisfação, relacionamento empresa e funcionário, a importância da participação dos funcionários com a empresa, liderança, os fatores organizacionais, resolução de problemas pessoais, motivação, trabalho em equipe, bem como as empresas estão buscando mais sobre implantação de QVT dentro de seus setores, como as organizações estão se preocupando, buscando melhorias e treinamentos em cargos liderança, a fim de trazer mais satisfação entre os colaboradores em prol de resultados positivos e produtivos financeiramente. As organizações vêm observando a necessidade de mudança, os funcionários estão cada vez mais buscando satisfação no trabalho e, com isso, ocorre a

implantação do QVT, a fim de trazer benefícios não só internos da empresa, mas também em seu resultado financeiro.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho, comunicação, satisfação.

ABSTRACT

The article is to address the issue of quality of life at work, which has been growing in recent years, presenting the evolution of the characteristics of QWL, approaching methods and fermentations that have been used on communication, satisfaction, company and employee relationship, the importance of employee participation with the company, leadership, organizational factors, personal problem solving, motivation, teamwork, as well as companies are seeking more about QWL implementation within their sectors, how organizations are concerned, seeking improvements and training in leadership positions, in order to bring more satisfaction among employees in favor of productive and financial positive results. Organizations have been observing the need for change, employees are increasingly seeking job satisfaction, and with that the implementation of QVT occurs, in order to bring benefits not only internal to the company, but also in its financial result.

Keywords: Quality of life at work, communication, satisfaction.

INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho vem sofrendo várias alterações, sendo necessária cada vez mais a qualidade nos serviços e produtos acabados, tomando grande parte do dia dos

⁸⁶ Pós-Graduada em Gestão Estratégica pela FANS – A Faculdade de Nova Serrana

⁸⁷ Professora da FANS – A Faculdade de Nova Serrana

⁸⁸ Administradora e Pós-Graduada pela FANS – A Faculdade de Nova Serrana

trabalhadores, de acordo com Tolfo e Piccinini 2001. Uma delas é a competitividade, na qual as empresas buscam mercado e um resultado financeiro significativo, fazendo-se necessária a realização de ações que ofereçam a qualidade de vida no trabalho.

O trabalhador passa grande parte de seu tempo dentro da indústria, e é de grande importância diagnosticar a qualidade do tempo que é passado dentro da empresa, é fundamental analisar a situação em que o funcionário se encontra devido às atividades exercidas e cobranças que são exigidas.

Conforme Silva e Oliveira 2017, as pesquisas sobre a ligação entre empregado e instituição são favorecidas pelo entendimento de que os recursos humanos são de parte fundamental do sistema organizacional, a confiança entre trabalhador e empresa é de questão relevante neste processo, sendo capaz de influenciar a eficácia e o funcionamento organizacional.

Os líderes das organizações veem a necessidade de mudança e transmitir uma qualidade de vida para os colaboradores, devido ao fato de

passarem a maior parte do tempo no ambiente de trabalho, lidando com pessoas e processos.

Segundo Ferreira (2015), algumas particularidades do mundo corporativo são relevantes para se entender o contexto histórico, no qual se identifica o interesse pela QVT, que se baseia em mudanças de normas jurídicas estabelecendo relações de trabalho e o processo produtivo, criando tecnologia e aumentando o processo de comunicação. Mudanças na forma das empresas incluem inovações, normativas e atribuições aos seus membros. Investimento em tecnologias avançadas, destacando automação e informatização dos métodos de produção, ajustando um custo humano que aparenta aumentar as ameaças para o trabalho saudável. Gestão organizacional e do trabalho, em que se aponta vigorosamente no uso de ferramentas informatizadas, que demanda operacionalizar o sentido do paradigma de flexibilização da produção e do trabalho.

O fator emocional dos empregados é primordial para o resultado financeiro da empresa. Em um ambiente onde não há motivação, dificuldades de convivência com o

outro, má comunicação, desentendimentos, geram-se empecilhos ao desempenho do funcionário no ambiente de trabalho. O líder deve manter a equipe motivada, com foco em determinação e com finalidade de gerar produtividade e resultados positivos para a empresa.

De acordo com alguns autores, é necessária a implantação do QVT (qualidade de vida no trabalho) já que são os colaboradores que influenciam a competitividade nas empresas. A insatisfação no trabalho é um problema que afeta várias empresas de diferentes ramos e *status*. As empresas terão seu resultado financeiro, conforme a satisfação do seu colaborador no ambiente de trabalho. Devido ao trabalho ser repetitivo e desgastante, surge a necessidade de os líderes promoverem a qualidade de vida dentro da empresa, buscando métodos e motivando seus colaboradores a fim de trazer bem-estar e satisfação com a empresa.

Será apresentada a revisão teórica, na qual consta a relevância da qualidade de vida no trabalho, a origem do QVT e suas ações implantadas e utilização de métodos no ambiente interno da indústria, em prol do bem-

estar do colaborador, e o fator motivacional para o resultado financeiro da empresa. Promover-se-á avaliação através de pesquisa bibliográfica, em que serão abordados e informados dados sobre o tema proposto, para uma análise de fatores que, de forma científica, cheguem a um resultado sobre o objetivo do trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos sobre qualidade de vida no trabalho tiveram início nos anos 50, entretanto, somente nos anos 60 é que se percebeu a importância de se obterem melhores métodos e ações de organizar o trabalho, para o fim de diminuir os efeitos negativos da falta de bem-estar do colaborador.

Segundo Tolfo e Piccinini (2001), devido a questões que envolveram inflação, economia e crise, em 1974, houve um declínio no interesse sobre o QVT. Em contrapartida, em 1979, foram ressurgindo as preocupações sobre a qualidade de vida no trabalho, sendo realizadas pesquisas sobre modelos gerenciais que estavam sendo aplicados devido à queda de competitividade das empresas, sendo no Brasil implantada mais tardiamente por necessidades de expansão de mercado.

De acordo com Fernandes (1996), iniciou-se em 1959 as percepções de QVT, baseando-se na reação do funcionário com o trabalho, houve mudanças em que era observado pelo colaborador antes do resultado da empresa, eram feitas técnicas para melhoras no ambiente de trabalho tornando-o mais produtivo e satisfatório. Evoluiu-se para ideias sobre administração democrata e comunicativa, a fim de ter uma ligação dos empregados com a empresa e, em 1982, época em que se analisavam qualidade, eficiência, problemas de queixas dentre outros empecilhos empresarias. Finalizando, o QVT como nada no período futuro, em que determinado projeto de QVT falhar no futuro, não passará de meramente um modismo.

Ainda que o estudo sobre a qualidade de vida no trabalho tenha sido criado há algumas décadas, existem incertezas quanto ao seu exato significado, pois houve mudanças em suas características ao longo dos anos. Em cada período, houve uma forma diferente de se basear a QVT e como foi sua importância dentro da organização, baseando-se em técnicas e se adequando conforme o passar dos

tempos, moldando-se de forma eficaz conforme necessário, buscando satisfação tanto para o trabalhador quanto para obtenção de resultados para a organização. Segundo Ferreira, Alves e Tostes (2009), a partir de 1970 a qualidade de vida no trabalho passou a ser vista pelas organizações como meio de investimento, que buscaram implantar programas de gestão com novas bases em QVT, buscando a competitividade empresarial.

Surge um conjunto de fatores, em que é possível localizar a percepção dos trabalhadores, sendo analisadas as práticas utilizadas em relação à satisfação do trabalho de forma positiva. Conforme Fernandes (1996), esses fatores consistem em três grupos organizacionais, ambientais e comportamentais, que se forem administrados da maneira correta, influenciam os funcionários a fim de elevar o nível de satisfação e a produtividade da empresa. Obter melhores instalações, aquisição de modernos equipamentos e atuais tecnologias, de nada adianta se não houver o desenvolvimento em melhorias e treinamento voltado para qualidade em líderes, é preciso dar

condições para eles gerenciarem no aspecto qualidade.

De acordo com Dourado e Carvalho (2006), a linguagem tem sido utilizada para fins de estudo do discurso da QVT, como mecanismo estratégico da moderna gestão de pessoas nas empresas. O discurso é usado para fins específicos, como forma de resolução de problemas e melhoras em atividades das instituições. Em busca de resultados de desempenho, no modo de produtividade, eficiência e eficácia, que tem por finalidade métodos de controle operados sobre o trabalho pelo capital.

A definição de QVT engloba motivação, estilos de liderança, satisfação, entre outros. Há inúmeras razões que consistem em pontos negativos e positivos para o trabalho. Para Andrade e Veiga (2012), constata-se que a qualidade de vida no trabalho vai adiante dos métodos específicos adotados apenas pelas pessoas com função gerencial. QVT é tarefa de todos os envolvidos e de responsabilidade da empresa.

Segundo Fernandes (1996), para que os funcionários estejam envolvidos nos processos produtivos e competitivos na empresa de forma

eficaz, é necessário dar suporte aos líderes para que seja feito um trabalho voltado para a qualidade, incentive a inovação e criatividade dos empregados, criando um ambiente de responsabilidade, tendo participação de todos os envolvidos

Segundo Timossi, Francisco, Junior e Xavier (2010), para algumas organizações o fator de satisfação, qualidade pessoal e de valorização do capital humano, passaram a estar ligados ao desenvolvimento da qualidade do trabalho e produtos, com isso as empresas priorizam por averiguar alguns fatores relacionados à saúde dos funcionários, estilo de vida, satisfação, qualidade de vida, lazer e costumes cotidianos.

De acordo com os autores Timossi, Francisco, Junior e Xavier (2010), a avaliação da QVT expõe para a empresa e para o trabalhador a importância de uma gestão da saúde do funcionário com uma percepção mais ampla, reconhecendo fatores essenciais para se ter uma boa qualidade de vida no trabalho. Baseada nessas informações, a organização pode então direcionar e basear programas de promoção à saúde de funcionários, permitindo melhores

oportunidades de trabalho, oferecendo oportunidades de usufruir de todo o seu potencial produtivo.

Para Fernandes (1996), os fatores determinantes de QVT consistem em igualdade e justiça, segurança, jornada de trabalho razoável, informações, crescimento pessoal e de carreira, privacidade e liberdade de expressão, direitos trabalhistas, estabilidade nos horários de trabalho, lazer pessoal, imagem e responsabilidades da empresa.

Conforme Padilha (2009), um dos principais fatores que envolvem a QVT é a harmonia entre o trabalho e a vida pessoal. A QVT de inspiração funcionalista, como intermédio, direciona o equilíbrio e a harmonia entre o trabalho e capital, entre benefício da empresa e benefício do funcionário, com isso rege seu sistema de gestão na ideia de que, por meio de QVT, será possível ao funcionário conciliar o trabalho com sua vida pessoal.

Segundo a autora Padilha (2009), essa conciliação provoca diretamente a questão de divisão de tempo destinado ao trabalho e de outro tempo, diferente, destinado à vida pessoal e familiar, que as

preocupações do trabalho não devam ocupar o tempo e compromissos da vida do trabalhador.

Conforme Sampaio (2015), devido a grandes mudanças no processo organizacional, houve uma evolução no conceito de QVT no meio empresarial, a fim de buscar saúde e bem-estar do funcionário, onde entende-se que o trabalhador possui diferentes tipos de necessidades e expectativas, buscando melhorias em processos de produtividade e competitividade.

As organizações podem utilizar a QVT, segundo Fernandes (1996) para renovarem suas formas de organização, de modo positivo a fim de elevar o nível de satisfação dos trabalhadores, tendo como resultado maior participação do pessoal, elevando também os processos produtivos.

De acordo com Fernandes (1996), as empresas buscam fortemente novos modelos de gestão como um todo, inclusive o setor de recursos humanos, buscando assim identificar o quão importante é a aplicação de qualidade de vida no trabalho, medindo a satisfação dos funcionários conforme as condições de

trabalho, devido ser considerada indispensável para a sobrevivência da empresa.

METODOLOGIA

O artigo trata de pesquisa bibliográfica, onde será investigado o tema proposto. A pesquisa bibliográfica consiste em obter informação e dados para que seja feita a investigação do tema proposto.

A base para análise foi o conjunto de informações captadas de forma científica, a fim de chegar ao resultado proposto pelo objetivo do trabalho.

Segundo os autores, Traina 2018 e Júnior 2005, pesquisa bibliográfica tem como objetivo apoiar um artigo, pesquisa. Tendo como principais características o objetivo proposto, identificar os parceiros e identificar a motivação que consta em demonstrar as necessidades de pesquisar o tema proposto.

CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo principal identificar a importância da qualidade de vida no trabalho.

Conclui-se que, em um mundo em que a valorização do bem-estar do ser humano, está sendo tratada de forma a ser priorizada. As pessoas vêm buscando, cada vez mais, uma vida melhor, com tempo de qualidade em casa e no trabalho e que este tempo no trabalho sendo de qualidade, isso influencia na sua vida fora do trabalho.

De acordo com a pesquisa feita, nota-se que as empresas estão se moldando a fim de trazerem qualidade de vida a seus colaboradores, seja em forma de motivação, treinamentos, maquinários atuais e tecnológicos e estão tendo um resultado produtivo em sua produção e qualidade no produto final.

Nota-se uma grande mudança onde veem o ser humano não mais como colaborador, mas sim parte da empresa como um todo, em que seu humor e bem-estar influenciam de forma significativa no resultado positivo na empresa.

O artigo abordou um tema que vem crescendo nos últimos anos abordando métodos e ferramentas de comunicação, satisfação, treinamentos, que estão cada vez mais sendo utilizadas por meio das organizações.

Este estudo torna-se necessário devido à importância do tema proposto e por lidar com pessoas, a fim de demonstrar a importância da qualidade de vida tanto para o funcionário, quanto para a empresa, para ambos terem resultados positivos na vida pessoal e nos resultados financeiros da empresa que visa a um resultado positivo e principalmente o lucro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Polyanna Peres; VEIGA, Heila Magali da Silva. Avaliação dos trabalhadores acerca de um programa de qualidade de vida no trabalho: validação de escala e análise qualitativa. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 304-319, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 26 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000200004>.

DOURADO, Débora Coutinho Paschoal; CARVALHO, Cristina Amélia. Controle do homem no trabalho ou qualidade de vida no trabalho?. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 01-15, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000400008&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 26 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512006000400008>.

FERNANDES, Eda Contes. Qualidade de vida no trabalho: Como medir para melhorar. Sérgio Almeida. Salvador, BA: CASA DA QUALIDADE, 1996. Copyright © 1996, by Casa da Qualidade Editora Ltda. 108 páginas.

FERREIRA, Mário Cesar. Qualidade de vida no trabalho (QVT): do assistencialismo à promoção efetiva. *Laboreal*, Porto, v. 11, n. 2, p. 28-35, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-52372015000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos 20 abril 2018 e em 21 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.15667/laborealxi0215mcf>.

FERREIRA, Mário César; ALVES, Luciana; TOSTES, Natalia. Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no serviço público federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 319-327, set. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acessos 24 abril 2018 e em 14 maio 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000300005>.

SILVA, Uanisléia Lima da; OLIVEIRA, Áurea de Fátima. *Qualidade de Vida e Valores nas Organizações: Impactos na Confiança do Empregado*. *Psicol. cienc. prof.* vol.37 no.1 Brasília Jan.Mar. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000100007&lang=pt. Acessos em 10 abril 2018 e 02 de maio de 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000012015>.

PADILHA, Valquíria. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 549-563, nov. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462009000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 16 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000300009>.

SAMPAIO, Mara Elaine de Castro. A percepção de qualidade de vida no trabalho de empreendedores iniciantes no estado de São Paulo. *Rev. bras. psicodrama*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 06-13, 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932015000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 25 maio 2018.

TIMOSSI, Luciana da Silva; FRANCISCO, Antonio Carlos de; SANTOS JUNIOR, Guataçara dos e XAVIER, Antonio Augusto de Paula. Análise da qualidade de vida no trabalho de colaboradores com diferentes níveis de instrução através de uma análise de correlações. *Prod.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 471-480, Sept. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132010000300014&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 16 abril 2018. Epub May 21,

2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65132010000300014>.

TOLFO, Suzana da Rosa; PICCININI, Valmíria Carolina. As melhores empresas para trabalhar no Brasil e a qualidade de vida no trabalho: disjunções entre a teoria e a prática. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 165-193, abr. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552001000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 10 abril 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552001000100010>.

TRAINA, Agma J. M.; JÚNIOR, Caetano Traina. Como fazer pesquisa bibliográfica. *SBC Horizontes*, Volume 2 – Número 2, 2009. Disponível em: https://homepages.dcc.ufmg.br/~mirella/DC851/Exemplos%20Artigos/_comoFazerPesquisasBibliograficas.pdf acessado em 03/11/2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa edição da RIEC apresenta uma mistura de áreas de conhecimento de grande relevância. Aqui temos uma revista científica com temas diversos, oferecendo uma plataforma rica e multifacetada para a disseminação de conhecimento. Ela permite que pesquisadores de diferentes áreas compartilhem suas descobertas, promovendo a interdisciplinaridade e o diálogo entre campos distintos. Isso é especialmente importante em um mundo onde os desafios são complexos e muitas vezes requerem abordagens integradas. Um dos objetivos da FANS é a busca dessas abordagens integradas e interrelacionadas.

Além disso, a revista conta com temas variados para atrair um público mais amplo, incluindo acadêmicos, profissionais e o público em geral, aumentando o impacto e a relevância das pesquisas aqui publicadas. A diversidade de temas também pode incentivar a inovação, ao expor os leitores a novas ideias e perspectivas que podem inspirar novas linhas de investigação.

Em resumo, essa RIEC conta com temas díspares não só para enriquecer o campo acadêmico, mas também contribui para a construção de um conhecimento mais holístico e integrado, essencial para enfrentar os desafios contemporâneos.

Por Hélder Mendonça Duarte

Professor e Diretor da FANS – A Faculdade de Nova Serrana